

LETÍCIA GREGÓRIO CANELAS

FRANCESES ‘*QUARANTE-HUITARDS*’ NO IMPÉRIO DOS TRÓPICOS (1848-1862).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/02/2007.

Banca Examinadora:

Prof. Cláudio Henrique de Moraes Batalha
Prof. Dr. Michael McDonald Hall
Prof^ª. Dr^ª. Ivone Cecília D’Avila Gallo

FEVEREIRO / 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Canelas, Letícia Gregório

C162f Franceses “quarante-huitards” no Império dos Trópicos
(1848-1862) / Letícia Gregório Canelas. - - Campinas, SP: [s.n.],
2007.

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. França – História - Revolução de fevereiro, 1848.
2. Franceses – Brasil – Séc. XIX. 3. Mutualismo. I. Batalha,
Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Título em inglês: Frenchmen “quarante-huitards” in the Empire of the Tropics
(1848-1862)

Palavras-chave em inglês (Keywords): France – History – February
Revolution, 1848
French – Brazil – 19th century
Mutualism

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Cláudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)
Michael McDonald Hall
Ivone Cecília D’Ávila Gallo

Data da defesa: 28/02/2007

Programa de Pós-Graduação: História

À Rita e ao Pajé, com muito carinho.

Agradecimentos

Estes agradecimentos são simples, mas intensos. Sem a ajuda e o carinho da família e de amigos, jamais terminaria este trabalho árduo. Agradeço especialmente à minha mãe, Maria Joana, e à outra avó da Rita, Maró, pelo apoio fundamental. O vovô Canelinha e o vovô Pedro também foram essenciais para que minha pequena Rita não se sentisse sozinha com a ausência da mamãe. Aos irmãos, cunhado(a)s e tias, também não saberia retribuir as atenções. A todos os amigos e amigas que sempre me incentivaram com seu carinho constante. E aos colegas de trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, pela compreensão com minha falta de atenção em relação ao nosso projeto de extensão universitária em economia solidária. Agradeço especialmente à Gláucia e ao Samuel, amigos incríveis que me acompanharam nos momentos de maior aflição, pelas leituras, sugestões e configurações que fizeram no texto final desta dissertação. À querida Livia, pelas precisas correções feitas em relação ao primeiro capítulo. Ao meu orientador, Cláudio Batalha, pela paciência e confiança que depositou em meu trabalho. Ao professor Sidney Chalhoub e à professora Ivone Gallo pelas preciosas sugestões feitas no exame de qualificação. Aos professores e pesquisadores da Linha de Pesquisa em História Social do Trabalho, que leram e discutiram o terceiro capítulo desta dissertação. Ao professor Michael Hall, agradeço a atenção e as sugestões de leitura e de fontes de pesquisas ao longo de todo meu trabalho. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao pessoal do Cecult, agradeço muito pela atenção. Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida por meio do Programa de Pós-graduação em História – IFCH/Unicamp.

Por fim, agradeço muito especialmente ao Pajé, pelo amor, paciência, atenção, companheirismo, alegrias, afetos. Seria impossível sem sua presença e de nossa incrível e queridíssima Rita, que nasceu e cresceu durante dois anos e meio observando a mamãe trabalhar nesta pesquisa.

Resumo

Em fevereiro de 1848 eclodiu em Paris a revolução que instaurou a Segunda República Francesa. Durante o processo revolucionário, foi marcante a atuação do movimento operário associativista, organizado principalmente em Paris. No entanto, foi derrotado nas barricadas de Junho de 1848, perdendo seu espaço sobre as diretrizes da nova República, mas continuou atuando minimamente com os militantes de classe média, socialistas e republicanos do partido da Montanha, os *démocsocs*. Com o apoio do partido da ordem, Luis Bonaparte, eleito presidente em dezembro de 1848, desferiu um Golpe de Estado em 2 de dezembro de 1851 e provocou a prisão e a proscrição de milhares de indivíduos da oposição republicana. Muitos destes se encontraram no exílio e tentaram, durante a década de 1850, construir um movimento de resistência, com o objetivo de se instaurar uma República Universal de todos os Povos da Europa. Posteriormente, estes partidários da república ficaram conhecidos como *quarante-huitards* (homens de 1848), expressão que indicava a idéia de uma tradição republicana, que além de democrática e socialista, também era anticlerical e extremamente antibonapartista.

O assunto desta dissertação é a expressão do “espírito *quarante-huitard*” na Corte do Império Brasileiro na década de 1850, principalmente devido ao fato da existência de alguns exilados políticos em meio à comunidade francesa habitante do Rio de Janeiro. O semanário *Courrier du Brésil* (1854-1862) foi o principal suporte de manifestação destes franceses e a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos (fundada em 1856) foi seu espaço privilegiado de atuação associativista. O grupo de franceses ligados ao *Courrier du Brésil* estabeleceu no Brasil uma rede de relações com brasileiros como o jovem Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida e os políticos liberais ligados ao jornal *Diário do Rio de Janeiro* — que na década de 1870 participariam da fundação do Partido Republicano.

Abstract

In February of 1848 came out in Paris, the revolution that restored the Second French Republic. During the revolutionary process, the performance of the associativism working-class movement, organized mainly in Paris, stood out. However, it was defeated in the barricades of June of 1848, losing its space on the lines of direction of the new republic, but at least continued acting with the middle class militants, socialist and republican, of the party of the Mountain, *démocsocs*. With the support of the Party of the Order, Louis Bonaparte, elect president in December of 1848, brandished a Coup d'Etat in 2 of December of 1851 and provoked the arrest and the proscription of thousand of individuals of the republican opposition. Many of these found each other in the exile and had tried, during the decade of 1850, to construct a resistance movement, with the objective of establish a Universal Republic of all the Peoples of the Europe. Later, these partisans of the republic had been known as *quarante-huitards* (1848 men), expression that indicated the idea of a republican tradition, that beyond democratic and socialist, also were anticlerical and extremely anti-bonapartist.

The subject of this work is the expression of the “spirit *quarante-huitard*” in the Court of the Brazilian Empire in the decade of 1850, mainly because of the fact of the existence of some exiled politicians among the French community in Rio de Janeiro. The weekly journal *Courrier du Brésil* (1854-1862) was the main support of manifestation of these Frenchmen and the *Société Française de Secours Mutuels* (established in 1856) was it's privileged space of associativist performance. The group of Frenchmen connected to the *Courrier du Brésil* established in Brazil a net of relations with brazilians as the young Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida and liberal politicians connected to the Journal *Diário do Rio de Janeiro* - that in the decade of 1870 would participate on the foundation of the Republican Party.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 — 1848 – DA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO À PROSCRIÇÃO	17
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. A QUESTÃO SOCIAL E O ROMANTISMO.....	21
3. CENA POLÍTICA: TODAS AS CORES CONTRA O REI	24
4. DA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO À SEGUNDA REPÚBLICA FRANCESA (1848-1851)	30
5. O GOLPE DE 1851, O SEGUNDO IMPÉRIO E A PROSCRIÇÃO	49
CAPÍTULO 2 - O “ESPÍRITO” QUARANTE-HUITARD	63
1. PROGRESSO E REVOLUÇÃO: “ENTRE A PRETENSÃO HUMANISTA E O DESEJO DE PROGRESSO INDUSTRIAL”71	
2. REPUBLICANISMO E ANTIBONAPARTISMO	82
3. DO SOCIALISMO LATO SENSU AO SOCIALISMO ASSOCIATIVISTA	100
CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE FRANCESA NO RIO DE JANEIRO	115
1. A POPULAÇÃO FRANCESA NO BRASIL: QUADRO DE IMPRESSÕES	116
2. COURRIER DU BRÉSIL.....	132
3. A APROXIMAÇÃO COM JORNALISTAS E ESCRITORES BRASILEIROS	145
4. QUARANTE-HUITARDS NO RIO DE JANEIRO: IDENTIDADE E SOLIDARIEDADE NO EXÍLIO	152
CAPÍTULO 4 – SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SECOURS MUTUELS: SOCIALISMO FRANCÊS E ASSOCIATIVISMO	163
1. APRESENTAÇÃO: ORIGEM DA SOCIEDADE, EMERGÊNCIA [EVIDÊNCIA] DE UM CONFLITO.....	164
2. SOCIEDADE FRANCESA DE BENEFICÊNCIA: FALSO QUADRO DE UNIÃO SOCIAL.....	170
3. “DAS SOCIEDADES DE PREVIDÊNCIA OU DE SOCORROS MÚTUOS EM GERAL E DA SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS DO RIO DE JANEIRO EM PARTICULAR”	181
4. CONCLUSÃO: ASSOCIATIVISMO E SOCIALISMO FRANCÊS	199
FONTES E BIBLIOGRAFIA	203
ARQUIVOS	203
SITES	203
FONTES: PERIÓDICOS	204
LIVROS, OBRAS DE REFERÊNCIA E OUTRAS FONTES	204
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	206
ARTIGOS.....	209

Apresentação

O Brasil no século XIX foi redescoberto pela Europa por meio de escritos e imagens produzidos por viajantes do Velho Mundo — artistas, naturalistas, comerciantes — que, a partir de 1808, encontraram as portas e os portos abertos para suas investigações. Após a independência desta colônia portuguesa, o imaginário do senso comum europeu oitocentista seria alimentado ainda pela idéia de uma terra marcada pela selvageria de costumes, o território da barbárie, das bananeiras, dos diamantes, das serpentes, dos bichos peçonhentos e até mesmo de canibais. Charles Ribeyrolles ironiza essa visão fantasiosa que perambulava pela mente de muito europeu: “Se alguns fantasistas quiserem saber onde se encontram os diamantes, as serpentes e os beija-flores do Brasil, exponho aqui o estado dessas coisas. Os diamantes são raros e esquivos. As serpentes, posto que não catequizadas como os índios, quase não mordem. E os beija-flores são sempre deliciosos...”.

No entanto, a despeito daquela idéia de um paraíso selvagem, o Império dos Trópicos encontrou na década de 1850 seu auge sobre o desenvolvimento que se impunha nos Oitocentos. A imagem de seu monarca se constituía como a de um homem civilizado e amado pelo povo. O capital gerado tanto pela exportação do café como pelo fim do tráfico de escravos fez o Império e principalmente sua Corte conhecerem um considerável desenvolvimento urbano. O país escravista buscava acompanhar a marcha do progresso construindo estradas de ferro, implantando a iluminação a gás e o telégrafo elétrico e incentivando a imigração européia.

Na França, Napoleão III instauraria seu Império em 1851. Seu Golpe de Estado pôs fim à Segunda República Francesa, instaurada pela Revolução de Fevereiro de 1848. Maurice Agulhon afirma ironicamente em seu livro *Les quarante-huitards* que considerando que a Revolução foi facilmente e bem acolhida, em meados de março toda a França era “*quarante-huitarde*”, à exceção dos grandes notáveis e da clientela popular que eles influenciavam. Contudo, à parte as ironias, dois grupos poderiam ser considerados: de um lado aqueles que se afirmavam *republicanos* diante das jornadas de Fevereiro; de outro, aqueles que depois da insurreição operária de junho de 1848 lutariam ainda por uma

república democrática e social e, se possível, *legalista e popular*. Ou ainda, os partidários de Ledrun-Rollin, da Montanha, os *démocsocs*.

Quarante-huitards ou “velhas barbas de quarenta e oito” são denominações românticas que foram criadas *post factum*, nos idos de 1870, para se referir aos “homens de 1848”. Estes seriam “revolucionários”, “republicanos”, “antibonapartistas”, “anticlericais”, “socialistas”, “comunistas”, “vermelhos”, “*montagnards*”, “*démoc-socs*”. Muitos *quarante-huitards* seriam obrigados a se exilar por volta de 1850, primeiramente devido à reação conservadora ocorrida ainda sob a Segunda República e depois, sobretudo, devido ao golpe de Luis Bonaparte. Grande parte dos exilados franceses rumou para países vizinhos da “mãe-pátria”, mas, sobretudo, para a Inglaterra.

Todavia, alguns proscritos se encontrariam também na Corte do Império Brasileiro, em meio à comunidade francesa que tomava as ruas do centro do Rio de Janeiro. A maior parte desta população era formada por aqueles expatriados que não saíram da França, aparentemente, por questões políticas, mas porque tiveram que partir pelas condições sócio-econômicas ou ainda pelo desejo de uma outra vida em um “novo mundo”, “pitoresco”. Era uma comunidade heterogênea constituída por pessoas que procuravam maiores salários ou condições de sobrevivência menos penosas que as do Velho Mundo em intensa transformação — passando por crises de toda natureza, econômicas, políticas e sociais.

A história dos “franceses” no Brasil geralmente é tratada em casos isolados como algum viajante, outro artista, os mais conhecidos fotógrafos, proprietários de tipografias e livrarias ou donos de grandes jornais, ou ainda a história da França Antártica de Villegagnon. E aqueles que se estabeleciam no centro da Corte do Império eram comumente e superficialmente tomados como os “comerciantes da Rua do Ouvidor”. Poucos trabalhos como os de Ivone Gallo¹ e Lená Menezes² têm aprofundado nossa compreensão sobre o(a)s imigrantes francese(a)s no Império Brasileiro.

¹ GALLO, Ivone Cecília D’Ávila, *A aurora do socialismo: fourierismo e Falanstério do Saí*, Campinas, tese de doutorado – IFCH / Unicamp, março / 2002.

² Lená Medeiros é professora titular da UERJ. Tem desenvolvido um trabalho com base em pesquisa realizada como bolsista de produtividade do CNPq, intitulada “Francesas no Rio de Janeiro: das decisões da partida às práticas e representações em terra estrangeira”. Publicou o artigo MENEZES, Lená Medeiros, “Francesa no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmert’ (1844-1861)”, *Revista do IHGB*, 165 (423), abr./jun. 2004, pp. 11-31.

O texto que se segue é resultado de uma pesquisa, cujo projeto inicial intitulava-se “*Courrier du Brésil: franceses socialistas no Império dos Trópicos?*”. Esta pesquisa configurou-se como mais um estágio de um trabalho que remonta à minha iniciação científica, quando tomei contato pela primeira vez com franceses proscritos no Brasil. Por meio do projeto intitulado “Imagens do Brasil: pinturas e retratos nos relatos de viajantes”³, examinei as fotografias litografadas de Victor Frond, parte iconográfica do “livro-álbum” *Brazil Pittoresco*. Esta obra foi produzida em parceria com o publicista compatriota Charles Ribeyrolles entre 1858 e 1860. Podemos afirmar que tanto Frond como Ribeyrolles eram *quarante-huitards*.

A continuidade deste trabalho levou à realização da monografia de graduação “Um *Brasil Pittoresco* à colonização: Charles Ribeyrolles e a questão do trabalho no Brasil Imperial (1857-1862)”⁴. O objetivo era entender em que se baseava o ímpeto propagandista do texto de Ribeyrolles sobre a questão da “colonização”. A imigração europeia como uma alternativa para a suposta falta de braços para a lavoura no Brasil era um tema polêmico no final da década de 1850, período em que o fotógrafo e o publicista estavam produzindo a obra.

Nesta pesquisa, tomei contato pela primeira vez com o semanário *Courrier du Brésil*, publicado em língua francesa no Rio de Janeiro, entre 1854 e 1862. Por meio deste periódico descobri que não apenas os autores de *Brazil Pittoresco* viviam exilados em terras brasileiras. A princípio inferi que o grupo de franceses envolvidos com aquele jornal eram “socialistas”, no sentido amplo que se compreendia na época. No entanto, ao pesquisar a história da Revolução de 1848 e da proscricção da década de 1850, deparei-me com a existência de uma rede de relações entre *quarante-huitards* na Corte brasileira. Alguns franceses proscritos e vários republicanos, anticlericais e socialistas vivendo sob a as barbas de um império católico. Assim, tornou-se objetivo desta pesquisa perscrutar a experiência deste grupo que girava em torno do *Courrier du Brésil* e que expressava relações

³ Sob a orientação da professora Silvia Hunold Lara, este estudo esteve diretamente ligado a um projeto mais amplo desenvolvido pelos pesquisadores vinculados ao CECULT — Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (IFCH/UNICAMP) —, inserindo-se num de seus eixos temáticos principais naquela época: “Os relatos dos viajantes que passaram pela região Sudeste e pela Bahia nos séculos XVIII e XIX”. Meu trabalho individual era financiado pelo PIBIC/CNPq.

⁴ Sob a orientação do professor Sidney Chalhoub, esta pesquisa de iniciação científica teve apoio da FAPESP entre outubro de 2001 e setembro de 2002.

interessantes de identidade e solidariedade nas ruas do Rio de Janeiro, mantendo contato ainda com outros exilados que vivam em países da Europa e nos Estados Unidos.

Uma das atuações mais relevantes deste grupo em relação à comunidade francesa do Rio de Janeiro foi liderar a fundação de uma sociedade de socorros mútuos, a *Société Française de Secours Mutuels*. Esta sociedade foi um microcosmo onde se expressou a prática do socialismo associativista e dos ideais republicanos de 1848, que aqueles franceses nutriam e militavam.

Dessa forma, esta dissertação se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordo a história da França revolucionária e o processo ocorrido durante a Segunda República Francesa. A história do Império de Napoleão III, iniciado com o Golpe de 2 de dezembro de 1851, e da proscrição dos republicanos na década de 1850 são narrativas essenciais para se compreender o tema desta pesquisa.

Abordo no segundo capítulo a expressão do espírito *quarante-huitard* no Brasil por meio das páginas do semanário *Courrier du Brésil*. Destacam-se principalmente as discussões sobre progresso, revolução, republicanismo, antibonapartismo e socialismo. E no terceiro capítulo exponho uma faceta da história da comunidade francesa no Rio de Janeiro, ressaltando a experiência do grupo ligado ao jornal francês e dos franceses que viveram sua proscrição no Brasil.

Por fim, no quarto e último capítulo, detenho-me numa longa narrativa sobre a origem da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos. Descrevo, primeiramente, os conflitos engendrados dentro de outra instituição, a Sociedade Francesa de Beneficência. Há nesse processo um rico quadro das diferenças sociais, políticas e ideológicas existentes entre dois grupos que se configuraram dentro da população francesa que vivia na Corte do Império Brasileiro. Os textos publicados no jornal *Courrier du Brésil* que trataram dos processos de formação e também desestruturação destas sociedades expressaram preocupações como autonomia dos trabalhadores, “dignidade das classes pobres”, coletividade, mutualidade, solidariedade, democracia, horizontalidade nas organizações coletivas; e por outro lado, crítica à beneficência e à caridade, crítica aos “ricos”, que não entendiam a importância da mutualidade como o pobre que necessitava dela para viver com dignidade; críticas ao individualismo e ao poder pessoal.

É importante que se faça uma última observação sobre o texto a seguir. Grande parte das fontes consultadas estava em língua francesa e destas muitas citações foram feitas, principalmente aquelas destacadas do jornal *Courrier du Brésil*. Assim, todos os textos citados, originalmente escritos em língua estrangeira, foram traduzidos para a língua portuguesa pela autora desta dissertação e são de exclusiva responsabilidade sua.

CAPÍTULO 1

1848 – da Revolução de Fevereiro à proscricção.

1. Introdução

Por muito tempo, até o final do século XIX ao menos, não havia dúvida de que a França tinha passado por três grandes revoluções, 1789, 1830 e 1848, e das quais se inferia a idéia e a palavra Revolução. No entanto, o século XX trouxe outros grandes acontecimentos e as principais referências revolucionárias passaram a ser 1789 e 1793, a “Grande Revolução” e a Primeira República; 1871; a Comuna de Paris; 1917, a Revolução Russa¹. Hobsbawm afirma que “a política européia (ou mesmo a mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor ou contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793”², ou seja, aquilo que aconteceu politicamente no século XIX pouco deixou de um novo legado, de acordo com o autor, uma vez que a lembrança da revolução setecentista teria superado qualquer outra no período assinalado. A revolução de 1848 foi esquecida e muitas vezes depreciada, a começar pela intensa influência da interpretação de Karl Marx, em seu célebre *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*³ de 1852.

Apesar de se tornar uma “revolução de pouco prestígio” e “má reputação”⁴, a explosão que provocou a primavera dos povos, iniciada com a Revolução de Fevereiro na França, deixou fortes marcas naqueles que a vivenciaram. Os movimentos políticos de esquerda do século XIX se alimentaram da euforia (liberdade, democracia, república, povo, movimento operário, socialismo e comunismo) e mesmo dos antagonismos (reação conservadora, bonapartismo, Golpe de Estado, Império, economia capitalista) desta revolução, cujas conquistas concretas e imediatas realmente foram efêmeras, e a própria literatura francesa oitocentista se redimensionou a partir da experiência revolucionária⁵. Assim como afirma Maurice Agulhon, isto que parece apenas uma data, 1848, seria um

¹ AGULHON, Maurice, *Les quarante-huitards*, Paris, Éditions Gallimard / Julliard, 1975, pp. 9-10.

² HOBSBAWM, Eric J., *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 71.

³ Citamos aqui o trecho célebre e irônico que inicia sua obra: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do *Dezoito Brumário*”. MARX, Karl, “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, in *Manuscritos econômicos-filosóficos e outro textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1978, p. 329.

⁴ AGULHON, obra citada, pp. 12-13.

⁵ OEHLER, Dolf, *O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de Junho de 1848 em Paris*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

“ano realmente revolucionário” que deixou um “sistema de idéias legado à história”, inspirado essencialmente num ideal de República⁶.

Os historiadores que retratam a Revolução de 1848 na França, ou pela análise histórico-social e pelo viés da história política ou ainda da história das mentalidades, caracterizam aquele momento revolucionário como singular. Pierre Lévêque⁷ situa a Revolução de 1848 entre os movimentos liberais, democráticos e sociais que agitaram a Europa no século XIX. No entanto, afirma que tal acontecimento foi “profundamente original”, pois apenas na França se observou a substituição da monarquia pela república, seguida por uma “restauração”, que tomou a forma muito particular de uma ressurreição do império bonapartista. O balanço social da Segunda República é à primeira vista bastante minguido. A única grande reforma mantida, a abolição da escravatura, concernia praticamente apenas às colônias. As grandes conquistas operárias de fevereiro e março, a intervenção do Estado sobre a vida econômica, sobre o direito ao trabalho, a liberdade completa de reunião e de associação, sobreviveram apenas até junho de 1848.

Contudo, de acordo com Lévêque, a tentativa de se estabelecer uma República democrática e social deixou marcas profundas no imaginário coletivo. Ela confirmou que a maior parte dos “notáveis” temia todo o movimento popular e que estavam de fato ligados ao liberalismo econômico. Certos de que reformas eram necessárias para evitar outras insurreições populares, toleraram na década de 1860 a “política operária” de Napoleão III. O mesmo ponto de vista sobreviveu sobre as classes médias republicanas. Acerca do mundo operário, uma elite de militantes guardou, apesar das derrotas e do trauma de junho, sua crença num “socialismo associativista” — a esperança de um mundo novo, em que os trabalhadores seriam seus próprios mestres. Inspirariam os federados da primavera de 1871 e mesmo depois da dramática repressão à Comuna, o movimento operário associativista francês ressurgiria sob outras formas e influências, em um movimento socialista e sindicalista que, apesar da diversidade ideológica, reconheceriam os revolucionários de 1848 como seus precursores.

⁶ AGULHON, *obra citada*, pp. 14-15; 241.

⁷ LÉVÊQUE, Pierre, *Révolution et République: la France contemporaine*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2005.

William Sewell, em *Gens de métier et révolutions*, ressalta a originalidade desse momento revolucionário essencialmente sobre a questão do trabalho, comparando-o à Revolução Francesa do século XVIII. O autor trata em sua obra aquilo que considera elementos importantes de permanência e ruptura revolucionárias sobre as formas de pensar o mundo e agir dos operários, acerca da prática social dos trabalhadores em transformação. Procura demonstrar que os temas e sentimentos nascidos no quadro do sistema corporativo pré-revolucionário — portanto, anterior a 1789 — continuaram a exercer um papel essencial sobre a consciência e experiência operárias apesar de todas as mudanças surgidas durante este período bastante agitado.

Desse modo, ao traçar um quadro comparativo de princípios e ideais, o autor confronta as diferenças entre as manifestações do “povo” na primeira revolução e dos “operários revolucionários” de 1848. Durante a Revolução Francesa e principalmente sob a República revolucionária entre 1792 e 1794, o povo soberano que ocuparia as ruas não era um agregado de ofícios distintos, mas o “povo” indiferenciado. Agrupar-se por trás de uma bandeira de corporação era como se declarar inimigo da “República una e indivisível” ou se declarar um contra-revolucionário “federalista”. Diferentemente, em 1848 os “operários revolucionários” consideravam que o trabalho era o fundamento da soberania e a organização associativa do trabalho era o princípio da ordem social. Para eles, as comunidades profissionais eram os elementos constitutivos indispensáveis do povo soberano e da república. As corporações e associações de trabalhadores, na primavera de 1848, representavam para os operários os elementos fundamentais da república, constituíam o microcosmo da “república democrática e social”, pois “o trabalho, desse ponto de vista, não representava apenas um suporte essencial do edifício social e o fundamento da soberania popular, ele era igualmente uma atividade pública em si”⁸.

⁸ SEWELL, William, *Gens de métier et révolutions – la langage du travail de l’Ancien Régime à 1848*, Paris, Éditions Aubier Montaigne, 1983, pp. 352-353.

2. A questão social e o romantismo

*"A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não anteriormente, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, tinham conseguido se libertar dos grilhões da pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna"*⁹.

É certo que o século XIX foi marcado pela expansão da economia capitalista industrial e mais ainda das idéias que pareciam legitimá-la, tais como razão, ciência, progresso e liberalismo. Do ponto de vista economicista, "o triunfo do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam a 1848"¹⁰. Isso refletiu diretamente sobre a vida dos trabalhadores, que já reagiam às mudanças sócio-econômicas, buscando repudiar desde o início do século XIX o *laissez-faire* e o advento das máquinas¹¹. Este processo não deixou de influenciar também a intelectualidade da época, composta por jornalistas, literatos, políticos, filósofos.

Regina Bodstein discute a "questão social" como um dos paradoxos da modernidade. Constata que a questão social, "no sentido da problematização da desigualdade, da pobreza e da miséria", é central para a compreensão da "modernidade" e impõe um outro caminho para a definição das categorias de cidadania, de democracia e de direitos. Assim, é possível traçar uma ligação importante e intrincada entre reflexão política e questão social, constituindo uma das grandes inovações da época moderna. A radicalidade desse fenômeno se revela pela existência de "uma inversão, e até mesmo de uma cisão, entre as categorias com as quais se vinha pensando a sociedade"¹².

⁹ ARENDT, Hannah, *Sobre a Revolução*, Lisboa, Moraes Editores, 1971, p. 22.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric, *A Era do Capital, 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 19.

¹¹ "A tecelagem é vista tanto como agente de uma revolução industrial como também social, produzindo não apenas maior quantidade de mercadorias, mas o próprio "Movimento Trabalhista". A revolução Industrial, que começou como uma descrição é agora invocada como uma explicação". THOMPSON, E. P., *A Formação da Classe Operária – a Maldição de Adão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v.II, pp. 12-14.

¹² BODSTEIN, Regina Cele de A., "Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública", *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1997, retirado da base Scielo Brazil: www.scielo.br.

Embora seja difícil apontar com precisão o advento das máquinas na indústria francesa, a concentração de grandes oficinas e o aumento das jornadas de trabalho, a questão social e a questão operária se apresentaram como temas relacionais intrínsecos na primeira metade do século XIX. Os observadores humanistas da época se preocuparam com o intenso “pauperismo” que se alastrava pela Europa ao atentarem para a situação do operariado sob as novas formas de relação de trabalho e sob o paradigma econômico que se impunha.

Na França, entre as décadas de 1830 e 1840, a questão social, os problemas acerca do operariado ou do camponês, a preocupação com a soberania e os direitos do “povo”, tudo isso compunha o clima humanitário que tomava o mundo intelectual. Especialmente na década de 1840, a “questão social” invadiu a imprensa e a literatura. Era tratada tanto por aqueles que já se inclinavam há um tempo às idéias de Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1834), e mesmo aos mais jovens socialistas, como Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Louis Blanc (1811-1882), assim como pelos católicos humanistas que provavelmente se inclinavam por piedade.

Várias obras foram escritas nesta década acerca do pauperismo e da questão do trabalho, algumas por personagens inimagináveis nos anos posteriores a 1848. Por exemplo o Barão Charles Dupin (1784-1873) que escreveu *Du travail des enfants qu’emploient les ateliers, les usines et les manufactures* (1840)¹³. Era matemático e engenheiro, participou da política francesa tanto na Monarquia de Julho como na Segunda República, quando foi um dos mais ardentes políticos da direita, um católico atuante no “partido da ordem” e se ligou a Napoleão III logo após o Golpe de Estado¹⁴. Mas houve outros autores menos inusitados como o célebre médico liberal Louis-René Villermé (1782-1863), que escreveu

¹³ DUPIN, Charles, *Du travail des enfants qu’emploient les ateliers, les usines et les manufactures*, Paris, Bachelier, Imprimeur-Libraire, 1840 (AEL - MF/1736).

¹⁴ Victor Hugo em seu famigerado *Les châtements* (1853), dedica uma de suas poesias satíricas e ferinas à figura de Charles Dupin, intitulada *L’autre président* (Livro II – *L’ordre est rétabli*), devido a sua atuação no governo imperial. No Brasil, o jornal dos franceses na Corte, *Courrier du Brésil*, publica esta poesia, fazendo grandes elogios à obra de Hugo, “proibida como os segredos guardados das mulheres”, no segundo número do jornal, 15/09/1854. Afirma que “a coragem cívica é uma nobre virtude, maior ainda que a coragem dos combatentes, é uma virtude necessária a todos os partidos e todos os partidos devem se unir para louvar ou blasfemar aqueles que dão provas de seus sentimentos elevados ou da baixeza de sua alma”. E conclui seu comentário, para introduzir a poesia de Hugo: “Eis aqui, portanto, Dupin ao banco dos reprovados”.

duas obras sobre a cultura operária, *Sur les cités ouvrières*¹⁵ e *Des associations ouvrières*. Eugène Buret, considerado um escritor socialista e economista social, escreveu *Aperçu sur la condition des classes ouvrières et critique de M. Buret* e também *De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France*¹⁶. Luis Bonaparte foi tomado por socialista, entre outros motivos, principalmente devido a sua obra *Extinction du Paupérisme*¹⁷. E Louis Blanc ressaltou a questão do trabalho em sua obra *Organisation du travail*¹⁸.

Na literatura a expressão dessas questões se refletiu na onipresença do romantismo. Victor Hugo, antes que se tornasse um republicano convicto e referência, acima de tudo poética, para os proscritos do Golpe de 1851, era o “visconde Hugo”, membro da Câmara do Pares, mas que “viria a encontrar uma nova inspiração popular e uma nova perspectiva poética” sob a atmosfera romântica e humanista da década de 1840. No círculo de amizades de Michelet, Georges Sand e Pierre Leroux, encontravam-se escritores românticos e socialistas que se inspiravam com a “musa proletária, festejando o ingresso do povo na idade adulta”¹⁹. Depois da Revolução, Victor Hugo se destacaria na expressão poética do sentimento *quarante-huitard* sobre todo o processo ocorrido entre 1848 e 1851 e acerca do desejo de progresso social e de revanche às traições bonapartistas e conservadoras²⁰.

¹⁵ VILLERMÉ, *Sur les cités ouvrières*, Paris, Chez J. B. Baillière, 1850 (AEL - MF/1297) e *Des associations ouvrières*, Paris, Impr. de Firmin-Didot frères, 1850 (<http://gallica.bnf.fr/>)

¹⁶ BURET, Eugène, *Aperçu sur la condition des classes ouvrières et critique de M. Buret*, Paris, Chez Bureau, 1844 AEL - MF/1737) e *De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France*, Paris, Ed. Paulin, 1840 (<http://gallica.bnf.fr/>).

¹⁷ BONAPARTE, Louis Napoléon, *Extinction du Paupérisme*, Paris, La Guillotière, 1848 (AEL - MF/1739).

¹⁸ BLANC, Louis, *Organisation du travail*, Paris, Cauville, 1845. E muitas outras obras que contribuíram com o debate sobre a questão social e a questão do trabalho poderiam ser citadas. Citamos mais algumas como simples informação: Félix de La Farelle, *Du progrès social au profit des classes populaires non indigentes*, Paris, Guillaumin, 1847 (AEL - MF/1726); Chamborant, *Du Paupérisme*; Tarbé, *Travail et salaire*; M. d'Esterno, *De la misère, de ses causes et de ses remèdes*. Parece que várias dessas obras foram comentadas por André Cochut na *Revue des Deux Mondes* já em 1842; veja em http://fr.wikisource.org/wiki/Sort_des_classes_laborieuses.

¹⁹ AGULHON, Maurice, *1848: o aprendizado da república*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 19. A partir desta nota era obra será referida apenas como 1848.

²⁰ Ver principalmente sua obra poética *Les châtiments*, de 1853. O *Courrier du Brésil* relata que apesar de proibido “seu título passou de boca em boca, depois um verso da obra se disse à orelha, em seguida um outro, depois mais um outro, até que se comunicou pouco a pouco, infiltrou-se gota à gota entre as massas; produziu assim um efeito mais certo que se fosse lançada ao caso de uma prática livre. É a história do fruto defendido, velha história sempre nova, em virtude da qual nós ofereceremos a nossos leitores, muitos fragmentos do livro de V. Hugo: *Le châtiment* (sic)”, *Courrier du Brésil*, 15/09/1854.

3. Cena política: todas as cores contra o rei

À exceção dos “grandes notáveis” e da clientela popular que eles influenciavam, a grande maioria da população francesa em 1848 aderiu à mudança de regime e assim à queda do rei Louis-Phillipe — da Monarquia de Julho de 1830, a monarquia constitucional. Dessa forma, podem ser considerados, num primeiro momento, dois grupos políticos diante da Revolução: de um lado aqueles que se afirmavam republicanos depois das jornadas de Fevereiro, os “republicanos do amanhã”; de outro, aqueles que “depois de Junho e apesar de Junho” — a insurreição operária — acreditavam ainda em uma República democrática e social e, se possível, legalista e popular, identificados como os partidários de Ledru-Rollin, da Montanha, os “*démocsocs*”²¹.

Há uma intensa confusão de referências ideológicas e políticas neste período em torno de 1848 — décadas de 1840 e 1850. Os historiadores representam por vezes um mesmo sujeito político de diversas formas. Ledru-Rollin, por exemplo, é tratado como radical antes de 1848 e um republicano “vermelho” depois da primavera deste mesmo ano, um revolucionário, um *montagnard*, inimigo de Napoleão III, ícone entre os exilados franceses e republicanos. No entanto, talvez devido à recusa ao socialismo e por ser cúmplice, por fazer parte do governo, da traição ao operariado em junho, muitas vezes é representado como um burguês passional, um republicano moderado, vítima de sarcasmos posteriores. Por isso, é importante que sejam ressaltados os “partidos” que se sobressaíram no período revolucionário e na Segunda República, para que se tenha noção deste emaranhado de posições sociais e políticas.

As cores e as disposições no espaço da Assembléia passaram a representar o “partido” ou “lado” dos representantes políticos e de seus correligionários depois de 1789. A bandeira tricolor da França —azul, branco e vermelho, a partir da haste — foi definida nesta época. Antes disso, o branco foi nos séculos XVII e XVIII a cor da bandeira real e de alguns pavilhões da marinha e depois, no período da Restauração Francesa, entre 1814 e 1830, a bandeira tricolor foi violentamente rejeitada e novamente se adotou a bandeira branca. O branco simbolizava, então, a monarquia absolutista e a ordem divina de Deus. A

²¹ AGULHON, *Les quarante-huitards*, p. 23.

Revolução de 1830 retomou a bandeira tricolor sob a Monarquia de Julho²². Quanto ao “azul”, o termo foi empregado pela primeira para designar os insurretos da Vendéia durante os combates da Primeira República. Devido àquela ligação entre o branco e a monarquia (e os monarquistas), os “azuis” eram aqueles que aceitavam os ideais de 1789, mas não a sua expressão mais revolucionária de 1792-1793²³. Assim, os “republicanos *de la veille*” (“republicanos da véspera”) ou os republicanos moderados da Segunda República passaram a ser identificados com a cor azul. E talvez também, porque um dos republicanos moderados mais importantes do Governo Provisório, Lamartine, tenha recusado a sugestão de alguns manifestantes da Revolução de Fevereiro que queriam adotar a bandeira vermelha como símbolo da nova República²⁴. Agulhon afirma que a identificação da cor vermelha com a revolução social era uma tendência recente e de origem pouco clara. Depois de 1848, os republicanos *démocsocs* da Montanha, do jornal *La Réforme* e dos vários clubes políticos e sociedades operárias militantes passaram a ser identificados como “vermelhos” pelos conservadores e acabaram assumindo a alcunha. Dessa forma, os republicanos moderados do jornal *Le National* passaram a ser tratados de “azuis” e os conservadores católicos, geralmente monarquistas, que compuseram o partido da ordem, eram identificados com a cor branca. Depois das jornadas de junho de 1848, os conservadores passaram a usar a expressão “espectro vermelho” para se referir àqueles que acreditavam ser republicanos e socialistas ou que tivessem apoiado as jornadas operárias da primavera de 1848. Charles Beslay — um “verdadeiro” *quarante-huitard*, como diria Agulhon²⁵ — afirmaria em suas memórias na década de 1870 que o “espectro vermelho era a República”²⁶.

²² AGULHON, Maurice, “A República Francesa e seus símbolos”, *Análises e Reflexões*, abril/2001, consultado na URL <http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/republica.htm> em 13/09/2006.

²³ AGULHON, 1848, p. 95-96.

²⁴ Sobre a recusa de Lamartine à bandeira vermelha: “O fato de evocar com repulsa a violência e o sangue derramado em motins também pode ter contribuído para que — num gesto de eloquência que se tornaria célebre — Lamartine repudiasse a bandeira vermelha que alguns manifestantes queriam adotar em vez da bandeira tricolor”, em Agulhon, 1848, p. 48. O poeta Lamartine defendeu a bandeira tricolor, argumentando com uma comissão de insurgentes, que “*le drapeau rouge que vous nous rapportez n’a jamais fait que le tour du Champ-de-Mars traîné dans le sang du peuple en 91 et en 93, et le drapeau tricolore a fait le tour du monde avec le nom, la gloire et la liberté de la patrie.*” Ver em Lamartine, *Histoire de la Révolution de 1848*, Paris, Vent du Large, 1948 [original de 1849], pp.139-156, citado em Agulhon, *Les quarante-huitards*, p.122.

²⁵ Veja o segundo capítulo desta dissertação, intitulado “O “espírito” *quarante-huitard*”.

²⁶ BESLAY, Charles, *Mes souvenirs 1830-1848-1870*, Genève: Slatkine Reprints, 1979, p. 237.

Assim como a Restauração que sucedeu, a monarquia de Louis-Philippe caiu de maneira imprevista e sem resistência verdadeira. A despeito das questões sobre o contexto de crise sócio-econômica da época²⁷, esta monarquia chegou ao seu fim com uma falta de legitimidade marcante. Não poderia reclamar nem a soberania do rei, pois nasceu em 1830 de uma contestação radical dela, nem a soberania do povo, afirmada na retórica republicana e que implicava no sufrágio universal. Charles Beslay narra que o reinado de Louis-Philippe chegou ao fim porque tanto ele como seus ministros não quiseram nem mesmo pronunciar a palavra reforma. Desse modo, estava claro que “a revolução não estava longe”, mesmo que toda a França falasse apenas em Reforma — e é certo que “mesmo nos últimos dias da campanha dos banquetes, nenhum dos líderes do movimento sonhavam em fazer uma nova revolução”²⁸.

O reinado de Louis-Philippe contava com uma base política muito estreita, combatida pela “direita” e pela “esquerda” — formada também por classes dirigentes. Não poderia contar com a proteção e apoio do clero, que sofria naquela época certa rejeição pelas classes médias e populares urbanas. Também não tinha apoio no campo, que ainda se mantinha fiel à memória do “Grande Imperador”, Napoleão. A oposição de direita era formada por *legitimistas*, políticos monarquistas, ainda fiéis às idéias de uma monarquia autoritária e paternal, de uma sociedade hierarquizada e de uma verdadeira restauração. Era formada em sua maioria pela nobreza, mas havia também parte da burguesia de “notáveis”. No entanto, a maior ameaça à monarquia estava na considerada “oposição de esquerda” dentro do governo, composta de “notáveis”, socialmente muito próximos daquela maioria conservadora (proprietários, homens de negócios, altos funcionários do governo, membros

²⁷ Pierre Lévêque afirma que a crise complexa de 1846-1847 oscilou decisivamente aquela estrutura frágil da monarquia constitucional. Corrobora assim com a tese clássica sobre a crise dos anos de 1846-1847: a “doença da batata” que assolava as plantações desde 1845 teria provocado sérios efeitos econômicos e, por consequência, políticos. Entre os problemas econômicos estava a falta de crédito depois de 1846 tanto para as grandes indústrias como para as estradas de ferro, ávidas por grande capital. Toda esta conjuntura seria uma das grandes causas da Revolução de Fevereiro. No entanto, Anthony Rowley (1986) questiona esta representação da crise de 1846-1847, afirmando que as dificuldades daqueles anos não eram “portadoras de germes revolucionários” e que “a revolução de 1848 não é (...) nem o produto da miséria e da fome nem, nem o resultado da negligência das autoridades financeiras”. Contudo, Lévêque questiona sua análise, ou ainda, afirma que deve haver cautela em relação às afirmações de Rowley. Afirma que apesar dos paliativos habituais (pão, canteiros de trabalhos públicos, etc.), as classes populares urbanas, o proletariado rural, os pequenos agricultores, ou seja, a maioria da população passou por severas restrições e um endividamento que certamente persistiu até o início de 1848. LÉVÊQUE, *obra citada*, pp. 61-63.

²⁸ BESLAY, *obra citada*, pp. 155-157. Os banquetes foram articulados principalmente pela oposição de esquerda. Veja em AGULHON, 1848, p. 35.

ricos de profissões liberais). Devido às suas posições políticas e sociais, tinham como disputar poder com a monarquia. Hostis às forças do Antigo Regime simbolizado pela Santa Aliança, muitos deles atuaram nas campanhas revolucionárias de 1830 e eram até mesmo fiéis à nova monarquia constitucional, mas queriam se consolidar por meio de uma abertura muito prudente e progressiva das liberdades e do direito ao sufrágio universal. Representavam a parcela minoritária do “país legal” que participava das eleições censitárias²⁹.

No entanto, havia ainda grupos de classe média que não participavam do “país legal” e eram atraídos para a “extrema esquerda” ou “esquerda democrática”, representada pelo “partido republicano”. Esta expressão foi consagrada principalmente depois da obra clássica de Georges Weill, *Histoire du parti républicain en France (1814-1870)*, no entanto, não havia um “partido” no sentido atual da palavra, havia “partidários da República”³⁰. Naquela época, além dos empecilhos legais — não havia ampla liberdade de associação e de reunião —, outros espaços eram centros de atração e impulsão de ações: a própria Câmara de deputados, os jornais e as associações que conseguiam subsistir. Estas geralmente concentravam variadas concepções políticas, mesmo que se definissem como “republicanas”. Na Câmara de Deputados na década de 1840 havia alguns Republicanos, que mal podiam expressar seu ideal político, sob o risco de sofrerem perseguições, pois fazer apologia à República era uma afronta às instituições vigentes. Por isso, os deputados mais extremados e liberais, eram denominados “radicais”. Alexandre-Auguste Ledru-Rollin (1807-1874) foi um destes deputados que mais se destacou na Câmara nos anos de 1840, considerado entre a “extrema esquerda” francesa da época. Burguês parisiense, herdeiro do jacobinismo, foi um dos fundadores do *La Réforme* em 1843. Era radicalmente liberal tanto politicamente como em relação à economia. Foi um dos principais organizadores da campanha dos “banquetes” que, ao serem proibidos pelo governo monárquico em janeiro e fevereiro de 1848, acabou provocando a abdicação do monarca e sua fuga imediata para a Inglaterra.

Sem dúvida, muitos republicanos continuavam fiéis ao liberalismo econômico e eram ao mesmo tempo “herdeiros da tradição democrática da Grande Revolução”. No

²⁹ LÉVÊQUE, *obra citada*, pp. 58-60.

³⁰ AGULHON, 1848, pp. 23-24.

entanto, atraíam espíritos tão diferentes como os antigos saint-simonianos Buchez e Pierre Lerroux, os liberais de esquerda Édgar Quinet e Jules Michelet, o antigo ultramontanense, depois católico liberal Lammenais, assim como Lamartine, que se tornou bastante hostil aos conservadores e reabilitou a Convenção de 1792 em sua *Histoire des Girondins* (1847). Lévêque afirma que apesar desta “dotação brilhante” de membros, o partido republicano apresentava falhas, pois sua organização era rudimentar e sua implantação pela França era muito esporádica — visto sua inexistência entre os camponeses onde a lembrança de Napoleão, passado a estado de mito, eclipsava a lembrança da Primeira República³¹. Considerados “radicais” sob a Monarquia de Julho, revelaram-se moderados em relação à proeminência dos trabalhadores na primavera de 1848.

Na década de 1840, os partidários da República renunciaram à sua estratégia insurrecional do início dos anos 1830 e — excetuando algumas sociedades secretas, republicanas e marginais — desenvolveram desde aquele momento uma propaganda autorizada, principalmente nos jornais *Le National* e *La Réforme*, favorável ao sufrágio universal e à instrução gratuita e obrigatória. Hobsbawm afirma que o grande corpo das classes médias radicais que apoiavam a extrema esquerda era constituído tanto por “artesãos descontentes, pequenos comerciantes e mesmo agricultores”, como pelos intelectuais, jornalistas, especialmente jovens marginais, que exerciam um papel de porta-vozes e líderes. Formavam uma força revolucionária significativa, mas dificilmente uma alternativa política de peso à Monarquia de Julho³².

Assim sendo, depois de decretada a República em 24 de fevereiro de 1848, quem assumiu o poder de fato sobre o Governo Provisório, instalado no *Hôtel de Ville*, foram principalmente os republicanos moderados, aqueles deputados que compunham a oposição parlamentar de esquerda. Entre os onze membros da comissão formada, nove eram burgueses, excetuando Lamartine que era aristocrata (diplomata) e Alexandre Martin, dito Albert, que era um trabalhador mecânico assalariado. No entanto, tal burguesia não era homogênea: Dupont de l’Eure, François Arago, Lamartine, Marie, Crémieux, Ledru-Rollin e Garnier-Pagès eram republicanos liberais e vinham da oposição parlamentar, sob a monarquia constitucional. Seriam tratados como os reais dirigentes e acumulavam ainda a

³¹ LÉVÊQUE, obra citada, pp. 59-60.

³² HOBSBAWM, *A Era do Capital*, p. 42.

direção de importantes ministérios. Ferdinand Flocon (editor chefe do *La Réforme*), Marrast (editor chefe do *Le National*) e Louis Blanc eram jornalistas e juntamente com Albert (redator do jornal *L'Atelier*) representavam a oposição republicana extra-parlamentar (imprensa e barricadas) e assumiram uma posição subordinada no Governo Provisório, de secretariado. Agulhon afirma — de forma simplista, mas esclarecedora — que naquele primeiro grupo havia “homens ricos” e no segundo, “homens pobres”, pois para se eleger deputado sob a monarquia censitária de Louis-Phillipe era necessária uma fortuna. Desse modo, observava-se entre a burguesia republicana “dois níveis”: “os satisfeitos”, que tendiam ao conservadorismo, “natural para sua condição” naquele momento; e os “intelectuais pobres” que tendiam ao radicalismo³³.

Marie, Crémieux, Arago, Garnier-Pagès eram “os homens do *Le National*”, juntamente com Marrast, editor do jornal e que assumiria a prefeitura de Paris. Eram abertamente contrários ao socialismo, “decididos a nada sacrificar dos valores da ordem, da propriedade e do que então se considerava a ortodoxia econômica”. Louis Blanc, como teórico, e Albert, como operário e membro de sociedade secreta, eram declaradamente socialistas, e juntamente com Flocon, um republicano radical (depois da primavera, um *montagnard*), formavam a extrema esquerda do governo. Foram bastante preteridos na comissão governamental, mas tinham forte apoio das classes operárias, dos intelectuais e estudantes dos clubes e sociedades secretas que haviam participado das barricadas de fevereiro. No primeiro momento, entre esta esquerda e a direita — do *Le National* —, Lamartine e Ledru-Rollin poderiam ser caracterizados como centro. Mais tarde Ledru-Rollin se localizaria mais à esquerda, com o grupo do *La Réforme* e os *montagnards*, e Lamartine tenderia à direita, como um republicano moderado³⁴.

³³ AGULHON, *Les quarante-huitards*, pp. 23-25.

³⁴ AGULHON, *1848*, pp. 45-46.

4. Da Revolução de Fevereiro à Segunda República Francesa (1848-1851)

Quando se trata da Revolução de 1848 outros eventos estão intrinsecamente ligados a ela, como a Segunda República Francesa — instaurada pelo processo revolucionário, no qual se inclui as barricadas de Junho — e o Golpe de Estado desferido pelo “príncipe-presidente” Luis Bonaparte, que colocou fim àquela república. É importante que se compreenda todo esse processo histórico, para se ter dimensão da construção do espírito *quarante-huitard* e seu legado.

Se nos fixássemos às datas oficiais, a Segunda República teria existido entre 24 de fevereiro de 1848 e 2 de dezembro de 1852. Contudo, a “existência real” da República foi mais efêmera. Dois períodos são bem marcados: um primeiro momento, entre 25 de fevereiro de 1848 e final de junho, balizado pelo combate, a princípio velado e depois aberto e violento, entre os republicanos moderados que detinham de fato o poder e uma “extrema esquerda” formada em uma parte por intelectuais socialistas e outra por uma “classe operária” advinda das grandes cidades, principalmente de Paris. Esse período foi frenético, como qualquer período revolucionário, e Sewell o define como “Revolução Operária”, ressaltando principalmente o papel político e a atuação dos trabalhadores urbanos. Três fatos marcaram 1848: a poderosa afirmação do movimento operário parisiense, seguida da repressão de junho; a revanche dos republicanos moderados liderados por Lamartine e depois pelo General Cavaignac; e a eleição de Luis Napoleão Bonaparte à presidência em 10 de dezembro.

O segundo estágio compreende o período entre o último semestre de 1848 e 2 de dezembro de 1851, momento de intensas lutas políticas e sociais, dominado politicamente pelo partido da ordem, dentro de uma conjuntura marcada por uma crise econômica brutal, seguida de uma longa depressão. O fim súbito de um regime muito ligado ao mundo dos negócios, a propagação do movimento revolucionário em grande parte da Europa e, mais ainda, o medo provocado pela agitação operária, sobretudo em Paris, provocou uma imediata crise financeira, diante das incertezas sobre o que aconteceria³⁵. Luis Bonaparte

³⁵ LÉVÊQUE, obra citada, p. 65.

foi eleito presidente com uma maioria esmagadora de votos em dezembro de 1848, pelo sufrágio universal, e finaliza este período com um Golpe de Estado. No entanto, há outro evento importante neste período e que merece destaque, principalmente pela sua influência ideológica ulterior. Trata-se do ressurgimento do radicalismo *démocsoc* depois de 1848, não apenas nas grandes cidades, mas especialmente na província e assim na zona rural. Bernard Moss define esse fenômeno político de “segunda primavera do radicalismo”, quando, em 1849, formou-se uma ampla aliança entre trabalhadores, camponeses e pequenos burgueses sob a liderança parlamentar dos *montagnards*, apresentando uma séria ameaça a Luis Bonaparte e ao partido da ordem³⁶.

A república surgiu num contexto de grave depressão econômica, com sérios problemas agrários “antigos” e não resolvidos, resquícios ainda do sistema feudal, com resistência das classes pobres às instituições fiscais. No entanto, essa realidade era pouco ressaltada devido ao problema operário que em Paris já revelava contornos modernos — grandes oficinas, assalariamento e aumento das jornadas de trabalho. Sewell afirma, avaliando seu próprio trabalho, que ao se concentrar sobre a ebulição revolucionária parisiense, vai contra a corrente das tendências historiográficas contemporâneas. Os historiadores de 1848 atualmente afirmam que há um olhar exagerado sobre o papel exercido por Paris e uma apreciação inexata dos acontecimentos políticos que sucederam a primavera de 1848. No entanto, conclui que “se os efeitos da Revolução se fizeram sentir em escala nacional e por tantos anos, as mais importantes mudanças da consciência operária teriam por moldura as ruas, as salas de reunião e as oficinas de Paris entre fevereiro e junho de 1848”³⁷.

A atmosfera de liberdade que se seguiu à Proclamação da República e que se traduziu na proliferação de clubes e jornais, expandiu o socialismo confinado nas sociedades secretas e mais ainda em círculos restritos, formados por membros da classe média e de uma elite operária. Simultaneamente, a liberdade de reunião permitiu às corporações operárias se unirem para apresentarem suas reivindicações profissionais, mas também para discutirem a “regeneração social” que deveria preparar a República. Isso

³⁶ MOSS, Bernard H., “June 13, 1849: The Abortive Uprising of French Radicalism”, *French Historical Studies*, vol. 13, no. 3, Spring, 1984, pp. 390-414.

³⁷ SEWELL, *obra citada*, pp. 328-329.

provocou uma erupção sobre a cena política, principalmente em Paris. Apesar da tendência fortemente moderada do Governo Provisório, em poucos dias os republicanos foram obrigados a tomar medidas revolucionárias, como a proclamação do direito ao trabalho (25 de fevereiro) e a criação de uma Comissão para tratar a questão do trabalho (28 de fevereiro).

Em 25 de fevereiro, 2000 mecânicos publicaram uma petição no jornal fourierista *La Démocratie Pacifique* e uma multidão de operários se manifestou em frente ao *Hotel de Ville*, pressionando o Governo Provisório por um alguma medida que garantisse o direito ao trabalho. Seu porta-voz, o operário Marche, não se deixou conter diante de Lamartine e bravejou: “Basta de frases como estas, basta de poesia! O povo não quer mais. Ele é o mestre e vos ordena que decretem sem mais demora o direito ao trabalho”³⁸. Foi neste mesmo dia, com esta mesma comissão de operários insurgentes que Lamartine argumentou que não se substituísse a bandeira tricolor pela bandeira vermelha. A bandeira tricolor foi mantida, mas com uma roseta vermelha que deveria simbolizar a característica “social” da nova República³⁹. O decreto de 25 de fevereiro foi então improvisado e acordado rapidamente sob pressão da multidão de operários. Louis Blanc foi encarregado de redigir o texto que garantisse os direitos reivindicados e que enunciaria um conteúdo importante na história do trabalho: “O Governo Francês se empenhará em garantir a existência do operário pelo trabalho. Ele se empenhará em garantir trabalho para todos os cidadãos. Ele

³⁸ Apud LÉVÊQUE, obra citada, p. 113.

³⁹ O poeta e historiador Lamartine, em sua *Histoire de la Révolution de 1848*, descreve o operário Marche e as reivindicações revolucionárias que aqueles manifestantes vociferavam com tanta certeza: “[o operário Marche] C’était un homme de vingt ou vingt-cinq ans, de stature moyenne, mais droite, forte, d’un ferme et robuste aplomb sur ses membres. Son visage noirci par la fumée de la poudre était pâle d’émotion; ses lèvres tremblaient de colère; ses yeux enfoncés sous un front proéminent lançaient du feu, électricité du peuple concentrée dans un regard. Sa physionomie avait à la fois le caractère de la réflexion et de l’égarement; contraste étrange qui se retrouve sur certains visages où une pensée fausse est devenue néanmoins une conviction sincère et une obstination à impossible. Il roulait dans sa main gauche un lambeau de ruban ou d’étoffe rouge; il tenait de la main droite le canon d’une carabine dont il faisait à chaque mot résonner la crosse sur le parquet. Il paraissait à la fois intimidé et résolu. (...) Il parla non en homme, mais en peuple qui veut être obéi et qui ne sait pas attendre (...) il répéta en les accentuant avec plus d’énergie toutes les conditions du programme de l’impossible que les vociférations tumultueuses du peuple enjoignaient d’accepter et de réaliser à l’instant: le renversement de toute sociabilité connue, l’extermination de la propriété, des capitalistes, la spoliation, l’installation immédiate du prolétaire dans la communauté des biens, la proscription des banquiers, des riches, des fabricants, des bourgeois de toute condition supérieure aux salariés, un gouvernement la hache à la main pour niveler toutes les suprématies de la naissance, de l’aisance, de l’hérédité, du travail même; enfin l’acception sans réplique et sans délai du drapeau rouge, pour signifier à la société sa défaite, au peuple sa victoire, à Paris le terreur, à tous les gouvernements étrangers l’invasion”. Citado em AGULHON, *Les quarante-huitards*, pp. 120-121.

reconhece que todos os operários devem se associar entre eles para gozar do benefício legítimo de seu trabalho”⁴⁰. Com este decreto o governo se responsabilizava por fornecer emprego aos desempregados. O índice de desemprego estava alto na França devido à crise econômica e com a crise política este índice aumentou. Logo nos dias seguintes à manifestação o governo anunciaria a abertura das oficinas nacionais para colocar em prática aquela medida, que se estenderia também a toda província. Três meses mais tarde o *Journal des travailleurs*, que se fazia porta voz dos operários revolucionários, afirmava que o decreto de 25 de fevereiro, que garantia o trabalho ao operário, era o programa da Revolução de 1848. Quanto ao direito à associação, a afirmação de que os operários deveriam “se associar entre eles para gozar do benefício legítimo do trabalho”, fazia supor, em parte, que eles estavam privados desses benefícios legítimos e que a associação — uma forma coletiva de controle da produção — era necessária para a organização justa do trabalho⁴¹.

Em 28 de fevereiro, aconteceu outra poderosa manifestação que exibia as bandeiras das corporações de ofícios em frente ao *Hotel de Ville*. Reivindicavam a criação de um ministério que se responsabilizasse pela questão do trabalho, que tratasse a abolição da exploração do homem pelo homem. Louis Blanc e Albert propuseram a criação de uma Comissão — e não de um Ministério — a fim de estudar os problemas relacionados à vida e à organização dos operários e que apresentasse propostas de reformas à Assembléia Nacional. Apesar dos desacordos dentro do Governo Provisório, para a maioria moderada essa medida era uma forma de ganhar tempo. Já para os operários parisienses, aquele decreto de 28 de fevereiro representava um novo engajamento do governo republicano em sua causa. A Comissão de estudos se instalou no Palácio de Luxemburgo, onde durante a monarquia se reunia a Câmara dos Pares — elemento fortemente simbólico sobre a tomada do poder no novo regime. A Comissão foi formada por representantes de todos os ofícios parisienses e presidida por Louis Blanc, auxiliado por Albert. Logo a Comissão de estudos, que ficou conhecida como Comissão de Luxemburgo, transformou-se em algo maior e se tornou um corpo representativo da classe operária de Paris.

⁴⁰ SEWELL, *obra citada*, p. 330.

⁴¹ *Idem*, pp. 331-332.

No entanto, é importantíssimo ressaltar que a forma da consciência e da luta de classes em 1848 foi muito diferente daquela observada e adotada pelos partidos proletários no final do século XIX e início do XX — a começar pela definição de “classe”, já bastante influenciada por Karl Marx neste último período. O proletariado e assim os “operários revolucionários” das primeiras décadas de industrialização do século XIX eram os artesãos qualificados, e não os trabalhadores das novas indústrias; ou seja, eram os mesmos ofícios tradicionais que dominavam o mundo do trabalho: os carpinteiros, talhadores, padeiros, marceneiros, sapateiros, tipógrafos, serralheiros, costureiras. A consciência sobre si da classe operária em 1848 era universalista e comportava uma dimensão moral e intuitiva. A luta de classes não era uma relação de austera confrontação entre operários e patrões. De fato, os proprietários das oficinas, ou seja, dos meios de produção dos ofícios, não eram em 1848 os principais adversários dos operários. Os empregadores do mundo artesanal compartilhavam determinadas sensibilidades corporativas dos trabalhadores e as relações entre os dois grupos eram geralmente destituídas de hostilidade⁴².

Assim, a Comissão de Luxemburgo funcionava como um “*prud’homme*”⁴³: as discussões eram feitas entre os delegados das corporações de ofícios e representantes dos empregadores, que também faziam parte da comissão⁴⁴. De acordo com Sewell, apesar das grandiosas manifestações e das interpretações mais revolucionárias do *Journal des Travailleurs*, a maior parte das propostas apresentadas pelos operários eram “moderadas”. Alguns formulavam propostas originais, mas geralmente recapitulando argumentos e proposições enunciadas por dezenas de escritores nos anos de 1840. Entre os operários era freqüente a interpretação sobre o direito ao trabalho no sentido de que “era necessário garantir a todos os cidadãos um emprego regular do ofício para o qual havia sido formado”⁴⁵. Mas isso porque o desemprego, que se estendeu rapidamente, estava em

⁴² SEWELL, *obra citada*, pp. 15 e 376-377. A observação sobre a característica tradicional e artesanal do mundo do trabalho ainda nas primeiras décadas da industrialização no século XIX se tornou comum nas duas últimas décadas na historiografia sobre o trabalho, o que provocou importantes mudanças nas perspectivas de análises desta área.

⁴³ De acordo com o *Dictionnaire de la langue française* de Émile Littré: conselho paritário de patrões e empregados eleitos pelos seus pares que julga as contestações em matéria das artes e ofícios, entre operários e mestres.

⁴⁴ Lévêque afirma que a Comissão contava com 231 representantes patronais e mais de 700 delegados operários.

⁴⁵ Segundo Sewell o *Journal des travailleurs* tinha uma interpretação mais revolucionária sobre o direito ao trabalho: para que “o direito ao trabalho inscrito nas proclamações se torne realidade” era necessário que

primeiro plano na questão da organização do trabalho pela ação do Estado na primavera de 1848.

No início de março se decretou a completa liberdade de imprensa e de reunião e o sufrágio universal. Em menos de dez dias, os fundamentos da “República democrática e social” estavam estabelecidos. Proliferaram associações fraternais e mutuais (entre os ofícios) e clubes, onde se encontravam trabalhadores manuais e pequenos burgueses. Os clubes se constituíram em uma força política importante durante a primavera de 1848 e no auge de sua existência contavam com uns 100 mil parisienses. Estes dois grandes conjuntos de instituições, clubes e organizações operárias (associações, corporações de ofícios), constituíram juntamente com a Comissão de Luxemburgo importantíssimos mecanismos de pressão sobre o novo regime republicano.

Seu poder foi demonstrado já em março de 1848. O Governo Provisório dissolveu em 14 de março as companhias de elite da Guarda Nacional, “que antes da Revolução eram recrutadas nos redutos burgueses”⁴⁶. No dia 16, os membros destas companhias de elite fizeram uma manifestação reacionária, conhecida como dos “gorros de pele”. No dia 17, de acordo com estimativas da época, entre 150 e 200 mil manifestantes das organizações de trabalhadores e dos clubes desfilaram em frente ao *Hotel de Ville*. Manifestaram seu apoio ao governo e ao espírito da Revolução de Fevereiro, mas também pediram o adiamento das eleições — que estavam marcadas para 9 de abril. Entre seus líderes estava o socialista republicano Louis Auguste Blanqui. Foi um verdadeiro triunfo para os operários parisienses e o próprio governo provisório se curvou diante de seu poder, remarcando as eleições para 23 de abril — adiamento ainda irrisório para as pretensões de propagação política do movimento operário e socialista unido em Paris.

Essa junção entre movimento operário e socialismo foi um fenômeno de vanguarda, incitado principalmente em Paris e em alguns grandes centros urbanos como Lyon. Diferentes escolas se defrontaram na arena da Comissão de Luxemburgo, principalmente

“nada do que produzimos nos seja retirado”, ou seja, o direito ao trabalho significava o direito de se apropriar do produto do seu trabalho. Entre os operários havia ainda um espírito de continuidade em relação à década de 1830, manifestado nas reivindicações junto aos mestres sobre a redução da jornada de trabalho, regulamentação das condições de trabalho e aumento e uniformização dos salários. SEWELL, *obra citada*, pp. 334-336 e 345.

⁴⁶ AGULHON, 1848, p. 56.

aquelas representadas por Louis Blanc e Auguste Blanqui — havia ainda Étienne Cabet, Proudhon, Victor Considérant e economistas sociais como Pecqueur, Vidal, Dupont-White —, para construir as propostas que deveriam ser enviadas a Assembléia Constituinte. Mas as idéias de Louis Blanc acabaram se impondo — entre elas amparo estatal pelo crédito e pela manutenção de oficinas nacionais, cooperativas de produção especializadas e autogestionárias, prestando serviços públicos. Em Paris, o Comitê central das associações e corporações de ofícios elaborou uma síntese de todas as aspirações que tinham em relação à revolução social. Seu periódico, o *Journal des travailleurs*, publicou o projeto que consistia primeiramente na proposta de organização do trabalho em agrupamentos de operários em “corpos de estado” que fariam o papel de sindicatos e mutuais. Cada ofício fundaria sua “oficina social”, coordenada por dirigentes eleitos ou recrutados por concurso. Por outro lado, haveria também a formação de comitês de distritos e de departamentos que uniriam os trabalhadores e consumidores em torno de cooperativas de consumo (ou armazéns cooperativos). A organização da troca complementarista aquela do trabalho sob a gerência de um conselho de administração central⁴⁷.

No entanto, os trabalhadores das pequenas cidades e os camponeses ou não conheciam o “socialismo” ou, como o resto da população, tinham apenas uma impressão deformada daquilo que se passava no movimento em Paris. Os desempregados colocados nos postos de trabalhos das oficinas nacionais somente foram seduzidos pelas “idéias de Luxemburgo” entre maio e junho de 1848. Ou seja, depois da derrota (dos republicanos socialistas e dos delegados operários de Luxemburgo que se candidataram) nas eleições em abril, da ameaça de dissolução destes postos de trabalho e do engajamento de militantes operários nestes espaços.

Um temor social intenso se expressou imediatamente entre os proprietários e “notáveis” diante da explosão das idéias socialistas e a agitação operária. Isso se traduziu em um pânico financeiro, que se fez sentir diretamente na bolsa de Paris, na falta de investimentos na França e no recuo da produção na primavera de 1848. O desemprego tomou proporções alarmantes e os esforços das autoridades locais para prestar socorros e empregar os sem trabalho não eram suficientes para cobrir as necessidades que surgiam. Os

⁴⁷ LÉVÊQUE, obra citada, pp. 132-133.

conservadores estavam tomados por medo e repugnância em relação aos operários. A burguesia os considerava incapazes de disciplina e de razão. A entrada da classe operária na arena política era vista como uma invasão bárbara: “a capital tremeu ao ver estas hordas determinadas, silenciosas que não precisavam mais que seu próprio impulso, para derrubar sem combate as bases da sociedade”⁴⁸. A atmosfera de conciliação e confraternização universal de fevereiro havia se diluído no rápido ressurgimento e recrudescimento das lutas de classes.

Contudo, o movimento dos operários e socialistas já demonstrava indícios de desacordo e intrigas, que se expressaram no fracasso da manifestação organizada pelo comitê central das corporações de ofícios em 16 de abril. Devido ao temor que essa organização já vinha provocando, o Governo Provisório mobilizou um grande contingente da Guarda Nacional Móvel para proteger o *Hôtel de Ville* e os bairros burgueses. Formada por burgueses e operários jovens e desempregados (alistados e recebendo um soldo), esta guarda nacional foi apoiada por trabalhadores das oficinas nacionais e reprimiram a manifestação das corporações de ofícios aos brados de “abaixo Louis Blanc”, “abaixo os comunistas”. Surpresos, os operários evitaram o confronto e não houve derramamento de sangue, mas o desfile que demonstraria o poder dos operários sobre Paris, ao contrário, demonstrou sua fraqueza.

O ambiente de insatisfação evoluiu em maio e junho de 1848, com o inchaço progressivo das oficinas nacionais, que apresentavam então não apenas o problema de seu financiamento por parte do governo, mas também a questão do controle político de tal aglutinação de operários. Os operários engajados, ligados aos debates da Comissão de Luxemburgo se aproximavam cada vez mais dos trabalhadores das oficinas. Os delegados de Luxemburgo defendiam que o Estado deveria abrir uma oficina por profissão, confiar as empresas fechadas pelos proprietários às associações operárias e resgatar as estradas de ferro para o monopólio estatal. A idéia de se criar associações de produtores era onipresente no movimento operário de 1848: ela aparecia nos estatutos e nos manifestos das corporações, em centenas de brochuras publicadas e nas propostas da própria Comissão de Luxemburgo. Os operários viam no ideal de produção associativa a partir de medidas do

⁴⁸ Citação do *Courrier Français*, apud SEWELL, obra citada, p.362.

governo, não mais a ação de um Estado benevolente, mas a extensão de seu poder de controle efetivo sobre sua profissão. Levando a Comissão de Luxemburgo a ratificar as convenções que permitiam às corporações regulamentarem o trabalho nas oficinas, asseguravam-se da consolidação de seus projetos teóricos sobre um sólido poder operário. Seria a primeira etapa da organização do trabalho. O objetivo final seria a criação de associações que abolissem a distinção entre mestres e operários e fizesse de todos que exercessem o ofício, proprietários coletivos dos meios de produção.

Os empregadores não apresentaram muita resistência ao sistema de regulamentação corporativa proposto quase que exclusivamente pelos operários. Essa atitude talvez tenha ocorrido porque os dois lados acreditavam que os operários eram os vitoriosos da revolução. De qualquer forma, operários e mestres se contentavam com um dispositivo de regulamentação corporativa num quadro de um regime de propriedade privada. Mas, muitos mestres de ofícios mantinham suas preferências pela “liberdade industrial” de antes de 1848 e depois que a balança política deixou de pender favoravelmente para o lado dos operários entre maio e junho, muitos ignoraram completamente as convenções votadas na Comissão de Luxemburgo (entre março e abril) e retomaram as práticas antigas.

Os notáveis, os “republicanos da véspera” — aqueles que compartilhavam das opiniões do *Le National* — e a grande maioria da opinião pública tendiam a ver a origem de todas as dificuldades financeiras na agitação e nas reivindicações “insensatas” dos trabalhadores. Os resultados das eleições de 23 de abril de 1848 refletem amplamente este estado de espírito. A Comissão de Luxemburgo conseguiu eleger apenas um candidato operário. Constituiu-se uma Assembléia Nacional mais favorável à direita, pois dos 851 eleitos, somente 285 eram “republicanos da véspera”, entre 230 republicanos moderados e 55 radicais ou socialistas. Todo o resto era “republicano do amanhã”: monarquistas, orleanistas, bonapartistas, legitimistas⁴⁹.

Em quatro de maio a Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo sufrágio universal, reuniu-se e nesta primeira sessão proclamou oficialmente a República. Nos anos seguintes, até o final da Segunda República, o aniversário desta seria oficialmente comemorado em 4 de maio e não em 24 de fevereiro. Simbolicamente isso significa que

⁴⁹ AGULHON, 1848, p. 58.

aquela República que começava em maio era um regime instaurado legalmente por uma assembleia eleita pelas vias regulares e não um regime instaurado pela Revolução das barricadas. Os revolucionários que depois seriam proscritos continuariam a comemorar no exílio o dia 24 de fevereiro. Já havia naquela atitude da Assembleia eleita um indício de que a República não seria mais democrática e social — e dessa forma, popular —, mas apenas democrática e legalista. E logo revelaria sua faceta conservadora e reacionária, com o apoio dos cidadãos.

A República instaurada se mostraria cada vez mais hostil ao “socialismo”, a começar pela exclusão, sem delongas, de Louis Blanc e Albert (eleitos representantes nas eleições de abril) da Comissão Executiva. Ledru-Rollin foi eleito apenas porque Lamartine interveio insistentemente e naquele momento encontrava-se em posição privilegiada de poder, pois era o representante com maior número de votos, além de membro forte do governo provisório. Além de Lamartine e Ledru-Rollin, o grupo do *Le National* assumiu as outras vagas: François Arago, Garnier-Pagès e Marie. Armand Marrast, que seguia a mesma tendência, permaneceria na Prefeitura de Paris. O grupo do *Le National* dominou também os ministérios e havia no triunfo deste “partido” dos republicanos moderados “um toque simbólico de revanchismo antioperário” e anti-socialista⁵⁰. Isso confirmaria mais ainda a derrota sofrida pelos revolucionários da extrema-esquerda, que compunham os clubes republicanos e socialistas. Seus líderes tentaram reagir com uma mobilização popular que conseguiu reunir uma grande multidão em 15 de maio e invadiram uma sessão da Assembleia Nacional. Houve grande confusão e desencontros, a guarda nacional cercou a sala da Assembleia, dispersou a multidão e pela primeira vez desde fevereiro havia novamente presos políticos. Foram presos os líderes que se destacaram pela atuação ou pela personalidade: Barbès, Aloysius Hubert, Blanqui, Raspail, Albert, Louis Blanc e vários outros. A Comissão de Luxemburgo obviamente estava destituída e a extrema-esquerda decapitada.

A conta do prejuízo político ficou para os trabalhadores das oficinas nacionais. Financeiramente custosas, as oficinas nacionais se tornariam decididamente perigosas — já em março seu efetivo era de 100.000 homens —, como demonstrou a participação de um

⁵⁰ AGULHON, 1848, p. 67.

número grande de seus membros na manifestação de 15 de maio. Esse quadro contribuiu para que o novo governo intensificasse sua inquietação em relação às oficinas. O novo Ministro do Trabalho, Trélat, apresentou um outro projeto no final de maio que previa a dissolução das oficinas nacionais em Paris: os mais jovens (entre 18 e 25 anos) seriam convidados a se alistarem no exército e os outros operários mais experientes seriam enviados às suas províncias de origem ou remunerados apenas por cada empreitada de trabalho específica. Lamartine e Duclerc, Ministro da Fazenda, propuseram uma solução mais conciliatória, que previa empregar os trabalhadores nos canteiros das companhias de estradas de ferro resgatadas pelo Estado — até o final de junho até mesmo o projeto de compra das ferrovias seria abandonado. No entanto, numa manobra que preconizou o legitimista Alfred de Falloux e o banqueiro e republicano moderado Goudchaux, o projeto de Trélat foi aprovado em 21 de junho. Essa foi a origem imediata da famigerada Insurreição de Junho ou Jornadas de Junho.

A tensão crescente que se manifestava entre maio e junho nos bairros populares, onde milhares de trabalhadores hostis à Assembléia se encontravam nos bulevares, resultou, depois de 21 de junho, em uma agitação generalizada nas ruas de Paris. Mobilizaram-se mais de 20.000 combatentes entre trabalhadores das oficinas nacionais e operários da Sociedade das Corporações Reunidas — herdeira do Comitê Central e do espírito da Comissão de Luxemburgo. Foi uma insurreição fundamentalmente operária, no sentido da época, pois os trabalhadores manuais formavam 80% do conjunto; o proletariado moderno estava representado pelos metalúrgicos e mecânicos (11%). Mas não apenas as “classes perigosas” participaram da manifestação, a pequena burguesia teve uma participação considerável (10,6%) e alguns donos de oficinas, solidários aos seus ofícios, acompanharam seus trabalhadores assalariados. As mulheres, particularmente abatidas pela crise da produção têxtil e do vestuário e também porque “contavam com a vitória para que seus maridos ficassem em segurança”⁵¹, tiveram uma importante participação como auxiliares da luta e foram as últimas a aceitar a rendição.

Por outro lado, quase não havia militantes revolucionários conhecidos, pois muitos estavam presos desde 15 de maio, e, assim, as jornadas de junho foram lideradas

⁵¹ Afirmação de Lamartine citada em LÉVÊQUE, *obra citada*, p. 138.

essencialmente pelos militantes das associações operárias. Tocqueville narra que nas bandeiras vermelhas e tricolores se via as inscrições “República democrática e social” e “Organização do trabalho” e este movimento se agitava para “alterar a ordem da sociedade, no sentido do socialismo associativista da época”. Combatidas pelo exército e pela guarda nacional dos distritos burgueses de Paris, as jornadas foram condenadas por grande parte da opinião pública, mesmo republicana, que via na insurreição um atentado à soberania nacional e uma ameaça de subversão. Intelectuais, profissionais liberais, estudantes se juntaram às forças repressivas para combater a insurreição, convictos de que defendiam a legalidade republicana. O operariado pôde contar com a simpatia dos bairros populares da capital, mas não com a totalidade da classe operária, pois parte dela compunha a Guarda Nacional Móvel — onde se encontrava o *lupemproletariado* definido por Marx em seu *18 Brumário* — que se enfrentou com os insurretos. Os trabalhadores foram massacrados num verdadeiro derramamento de sangue que contou, entre mortos e feridos, com números em torno de 1.500 execuções sumárias, mais de 11.000 detidos, 4.000 condenações ao exílio na Argélia.

Depois deste episódio e de outros passos à direita que a República de maio daria ainda em junho — a Comissão Executiva de cinco representantes foi substituída pelo poder executivo do General Cavaignac, Ministro da Guerra que havia liderado a repressão à Insurreição —, as posições políticas se reconfigurariam novamente. O significado da Revolução de Fevereiro — a República democrática e social, que substituiria progressivamente as relações capitalistas de trabalho pelo associativismo — foi sobreposto pela República “burguesa e moderada”. A vitória sobre as barricadas de junho foi seguida de medidas extremamente repressivas, estimuladas pela pressão da opinião pública burguesa que se via extremamente temerosa com aqueles acontecimentos. Paris ficou em estado de sítio até 12 de outubro, muitos jornais foram suspensos e fecharam os clubes “socialistas”.

Apesar da repressão severa e do forte golpe no movimento operário parisiense, a insurreição não comprometeu decisivamente o processo de conquista de parte da opinião provincial pelos “radicais”. A repressão afastou os operários militantes apenas dos republicanos moderados e não da República em geral, pois muitos mantiveram seus votos na esquerda democrática e por vezes socialista; e não pôs fim ao movimento associativista

das grandes cidades. Os trabalhadores não poderiam mais contar com a ajuda do Estado, mas as corporações de ofícios continuaram as atividades com os socorros mútuos e se esforçaram para impor salários e condições de trabalho uniformes, negociando com os mestres ou organizando greves e boicotes. Tentaram manter o espírito da República democrática e social nas oficinas e associações de trabalhadores.

A historiografia que trata a Revolução de 1848 e a Segunda República vem demonstrando, desde a década de 1970, que longe de ser um fenômeno essencialmente parisiense, que teria terminado efetivamente com a repressão da insurreição operária de junho, a Revolução de 1848 suscita à escala nacional um vasto movimento político em prol de uma “República social e democrática”. Um movimento que, apesar da atitude repressiva e permanente das autoridades conservadoras, não foi eliminado nem mesmo depois do período de violência que se seguiu ao Golpe de Estado de Luis Bonaparte em 1851⁵².

Sobre essa segunda fase da República de 1848, Agulhon afirma que depois de dissipada a “ilusão lírica” da primavera, é importante avaliar o que ficou do ideal e do programa republicano (de esquerda)⁵³. Após as ações e medidas reacionárias de junho, alguns republicanos importantes no governo durante o processo revolucionário da primavera, como Lamartine e Ledru-Rollin, afastaram-se completamente da direção da Assembléia e de Cavaignac. Especialmente Ledru-Rollin lideraria um ressurgimento do republicanismo de esquerda a partir do segundo semestre de 1848. Os “homens da ordem” — conservadores e “republicanos do amanhã”, monarquistas de origem — visavam naquele momento banir o grupo do *Le National* para governarem sozinhos a França.

O enfraquecimento dos republicanos moderados teve por contrapartida o impulso de uma extrema esquerda que condenou seu fracasso diante da “reação monarquista”. Depois de desaprovar a grande manifestação de 15 de maio e tomar uma nítida posição contra a insurreição de junho, os “radicais” agrupados em torno de Ledru-Rollin e do jornal *La Réforme* criticavam cada vez mais a política de Cavaignac e se aliaram a alguns socialistas, como Étienne Cabet e Proudhon. Assim, formou-se um partido democrata-socialista, cujos

⁵² MOSS, Bernard H., “June 13, 1849: The Abortive Uprising of French Radicalism”; PAYNE, Howard C. e GROSSHANS, Henry, “The exiled revolutionaries and the French political police in the 1850’s”, *The American Historical Review*, vol. 68, n. 4, jul./1963, pp. 954-973.

⁵³ AGULHON, *Les quarante-huitards*, p. 193.

membros adotaram a alcunha de *montagnards*, em referência aos seus predecessores de 1792-1795. Frequentemente foram denominados de “vermelhos” (*spectre rouge*) pelos adversários, e isso lhes permitiu se distinguir dos “azuis” do *Le National* (ou seja, dos republicanos moderados) e, sobretudo, dos “brancos” monarquistas. O ideal republicano *montagnard* ou *démocsoc* se tornou, depois de 1849-1851, uma das principais características do espírito *quarante-huitard*: a união entre “neo-jacobinos” e socialistas.

Líderes do *La Réforme*, assim como Louis Blanc e Ledru-Rollin, confiaram nas instituições democráticas livres para construir a república social, mas nunca excluíram recorrer a uma “segunda” revolução para preservar as conquistas de fevereiro. A onda conservadora de Cavaignac e da Assembléia aumentou a determinação dos deputados radicais em se oporem às leis restritivas à liberdade de imprensa e às associações, às acusações contra Louis Blanc e Marc Caussidière⁵⁴, ao abandono do “direito ao trabalho” constitucional, princípio básico de fevereiro de 1848.

A revolta de junho e a crise financeira trouxeram uma nova urgência à questão social. Devido a estes fatos, os radicais demonstraram fortalecer sua unidade, alargando sua influência para zona rural e enfatizando a característica socialista de seu programa. Nas reuniões dos clubes, pronunciavam discursos com ares anticapitalistas. Nas eleições de setembro de 1848, os clubes e sociedades de ofícios se uniram e lançaram três candidatos “sociais”: Étienne Cabet, Théophile Thoré e François Raspail. Em janeiro de 1849, os clubes discutiam a “organização do trabalho” juntamente com formação de cooperativas de trabalho e bancos de crédito mútuo, sob a influência de Proudhon. Pierre Leroux e Jean Macé formaram uma associação para levar as idéias socialistas à província. Enquanto recusava o rótulo de socialista, Ledru-Rollin anunciava no banquete comemorativo de 21 de setembro que a república significava a emancipação do trabalho da exploração capitalista por meio das instituições de crédito. Félix Pyat recebia congratulações dos grupos de trabalhadores pela brilhante defesa do “direito ao trabalho” durante os debates constitucionais na Assembléia.

⁵⁴ “O antigo militante lionês Marc Caussidière se tornara caixeiro-viajante do *La Réforme*; em suas viagens pela província (sobretudo em 1846), fazia bem mais que simples levantamentos e coletas de assinaturas para o periódico também estabelecia ou restabelecia ligações, em plano mais geral” Quando se instaurou o governo provisório em Paris Marc Caussidière assumiu a chefatura da política, “cargo no qual, aliás, ele se instalara por si mesmo”. Os homens de Caussidière, com seus sabres e seus lenços vermelhos, assustavam um pouco a “Paris livre” (e burguesa). AGULHON, 1848, pp. 29, 39 e 53.

Apesar do embate interno entre Raspail (socialistas) e Ledru-Rollin (neo-jacobinos), sendo este indicado à candidatura *montagnard* para as eleições presidenciais, extraía-se do manifesto da Montanha, publicado para a campanha presidencial, conclusões socialistas dos princípios revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade. O programa radical *démocsoc* anunciava, então, que o “fim da exploração do homem pelo homem” e a “emancipação do trabalho” venceriam gradualmente por meio da expansão do crédito público para as associações cooperativas. Os bancos de crédito público locais também assistiriam aos camponeses, artesões e pequenos comerciantes. Já os pequenos empregadores, sofrendo com a crise comercial e as altas taxas impostas, achariam sua causa comum juntamente com os trabalhadores nas cooperativas de produção onde todos compartilhariam os benefícios econômicos, divisão do trabalho e o estímulo à produtividade. Enquanto a república nacionalizaria as estradas de ferro, minas, canais, e “propriedades manifestadamente sociais”, associações cooperativas gradualmente espremeriam os setores capitalistas da indústria e da agricultura.

Em outubro de 1848, o grupo parlamentar dos *montagnards* contava com 75 deputados. Em novembro, fundaram a Solidariedade Republicana, que deveria estruturar o partido nos departamentos e organizar sua propaganda⁵⁵. É a origem da força política original que resistiria durante três anos à repressão de Louis Bonaparte e ao partido da ordem. Considerando-se herdeira do movimento jacobino e *sans-culotte* da primeira República, a Montanha de 1849-1851 atuava também como um tipo de “front popular”, movimentado pela média burguesia e pelos operários e camponeses, mas com domínio da pequena burguesia. Esperava disputar com os notáveis tradicionais da província a direção política das classes populares. Para tanto, a Montanha sabia utilizar bem a imprensa e mesmo que muitos de seus jornais, como o *La Réforme*, até o final da Segunda República teriam sucumbido à perseguição das autoridades bonapartistas e conservadoras, multiplicaram-se ainda os folhetos e almanaques, e uma propaganda oral se desenvolveu com canções e leituras públicas, pelo uso notável dos iletrados. A despeito das restrições e pressões administrativas, nas eleições de maio de 1849 o radicalismo ganhou mais de um terço dos votos nacionais, uma maioria absoluta em 16 departamentos e aproximadamente

⁵⁵ Fundada por Charles Delescluze, que pensava em organizar uma insurreição popular no Ano II devido à crise econômica e a falta de compromisso do governo de Napoleão com as promessas feitas na campanha presidencial. MOSS, *obra citada*, p.396.

200 cadeiras. Eleito para o mandato por cinco departamentos, Ledru-Rollin emergiu como um líder incontestável da oposição. A expansão dos “vermelhos” dos centros urbanos para o campo, especialmente no sul e na França central, causou preocupação entre os conservadores⁵⁶.

Durante as campanhas eleitorais, a Assembléia havia anunciado que enviaria uma expedição das tropas francesas à Itália para conter a revolução nacional e democrática, liderada por Mazzini, e que havia expulsado o papa Pio IX de Roma. Tal medida se opunha à constituição francesa, que estabelecia respeito às nacionalidades estrangeiras por parte da República Francesa, assim como esperava respeito às suas instituições, e dessa forma não empreenderia “guerras de conquista”, jamais usaria “suas forças contra a liberdade de qualquer povo”. No entanto, essa violação pouco importava para a maior parte do governo. Apenas a Montanha se mantinha legalista e democrática. Em seu programa eleitoral de abril (1849), publicado no *La Réforme*, prometia apoio aos italianos, alemães, poloneses e outras nacionalidades que lutassem por sua independência e ameaçava destituir o governo francês caso continuasse violando a Constituição:

- “1. A República é superior ao direito das maiorias;
2. Se a Constituição é violada, os deputados devem liderar a resistência [‘com armas em punho’ — este trecho foi tirado da publicação, causando a indignação de alguns membros montagnards];
3. As Nações assim como os homens tem obrigações mútuas – o uso das tropas francesas contra a liberdade de outro povo é crime – uma violação da Constituição;
4. O direito ao trabalho é o mais importante de todos os direitos humanos; é o direito à vida. A pior de todas as tiranias é aquela do capital. Os legisladores nacionais devem empenhar-se na eliminação desta tirania”⁵⁷.

⁵⁶ “Aqueles que não podiam conceber uma república desvinculada de preocupações com o bem-estar do povo — fossem “comunistas” como Raspail, “socialistas” como Pierre Leroux e Louis Blanc, ou vagamente humanitários como Ledru-Rollin — eram vistos por todos os seus oponentes, com exagero, como revolucionários; eram chamados de “vermelhos”. Mas como acontece muitas vezes, logo o apelido pretensamente injurioso foi aceito e assumido pelos que o receberam, aliás já ligados à bandeira vermelha e ao barrete vermelho. Portanto, os vermelhos declaravam-se vermelhos, e declaravam-se também *montagnards* e ainda, oficialmente partidários da “República democrática e social”. A gíria da época reduziu a expressão para “*démoc-soc*”, ou ainda simplificada, para “socialistas”, ampliando assim sua acepção. Na prática, os termos se equivaliam”. AGULHON, 1848, p. 95.

⁵⁷ MOSS, obra citada, p. 399.

Depois da aparente vitória nas eleições, os *montagnards* se sentiam seguros de seu poder, juntamente com as classes populares. Quando em 3 de junho o General Oudinot, quebrando o armistício concluído por Ferdinand Lesseps, ocupou lugares estratégicos de Roma numa violenta batalha com os patriotas italianos, provou várias manifestações de indignação e pedidos de retaliação na França. Os líderes parlamentares e extra-parlamentares da Montanha impeliram uma resistência ativa. Juntamente com um pedido de *impeachment* do presidente Luis Bonaparte, os radicais preparavam uma resistência armada para 12 ou 13 de junho. Alguns membros mais moderados do partido, como Émile de Girardin (editor do *La Presse*) eram contra os planos de resistência e insurreição. Ledru-Rollin advertiu solenemente a Assembléia que os republicanos defenderiam a Constituição, “mesmo que pela força das armas”⁵⁸.

Já na tarde do dia onze, a Montanha convocou seus partidários à rebelião, que inevitavelmente envolveria o uso das armas. Dos 200 ou mais radicais eleitos em maio, aproximadamente 150 atenderam à decisão do partido. Votariam conforme o programa de abril, sacrificariam trabalho, dinheiro e vida, se necessário, pela causa democrática⁵⁹. As notícias sobre a resistência eram desencontradas e os radicais da província esperavam um aceno de seus líderes para se juntarem à manifestação. Na manhã do dia 13 de junho, ainda que nos últimos arranjos tivessem definido que fariam uma manifestação desarmada, muitos radicais anteciparam um confronto envolvendo a Guarda Nacional e membros de clubes e sociedades clandestinas. A demonstração armada dos manifestantes saiu ao longo dos grandes bulevares, encabeçada por Étienne Arago⁶⁰. Milhares de trabalhadores e intelectuais seguiam seus líderes dos clubes e sociedades, juntamente com um contingente de refugiados estrangeiros. Uma grande multidão avançava de todos os cantos. Cantavam a

⁵⁸ Publicado no *La Réforme* em 12/junho/1849, MOSS, *obra citada*, p.403.

⁵⁹ *Idem*, p. 403.

⁶⁰ Étienne Arago era irmão do “azul” François Arago e durante o governo provisório assumiu a direção dos Correios. AGULHON, 1848, p. 39. Um irmão menos conhecido dos Arago, Jacques, viajou pelo Brasil algumas vezes e em 1854 morreu no Rio de Janeiro, na casa de seu amigo João Caetano dos Santos (“o mestre aprendiz do teatro brasileiro”). O *Courrier du Brésil* publicou uma carta de Jacques Arago escrita à comunidade francesa habitante da Corte Brasileira, intitulada “A vous tous”, em 15/09/1854. De Geslin, um dos editores do *Courrier du Brésil*, escreveu um poema em homenagem a Jacques Arago, publicado em 22/10/1854. Há algumas informações sobre seu livro de viagem em VERRI, Gilda Maria Whitaker, *Viajantes franceses no Brasil: bibliografia*, tradução de André Jean Henri Boyer, Recife, Ed. Universitária, UFPE, 1994.

Marseillaise e gritavam “Longa vida à Constituição” e “Longa vida à República”. Havia um misto de excitação e medo, todos esperavam um confronto, mas muitos confiavam na vitória. O exército regular passaria por cima do povo, que não tinha organização, contingente e armamento suficiente para se sobrepôr a ele. Foram derrotados sem nem mesmo entender o porquê e vários parlamentares *montagnards* foram presos ou obrigados a se exilarem. “A Montanha esperava pelo levante do “povo” enquanto o “povo” esperava um sinal da Montanha”, assim, o “povo” e a Montanha se iludiram e se paralisaram mutuamente⁶¹.

As conseqüências da derrota foram sérias, mas não catastróficas para o radicalismo. Foram condenados 31 deputados pela participação na rebelião. A corte de Versailles eliminou os líderes da oposição em um único golpe — Ledru-Rollin, Félix Pyat, Considérant, Martin Bernard, e outros. Em Lyon, 2000 insurgentes foram presos e alguns soldados foram executados pela cumplicidade aos rebeldes. A repressão estancou o crescimento, mas não quebrou a forte influência do radicalismo nem em Paris e nem no campo “vermelho”, onde se constituiu uma resistência clandestina. No entanto, destruiu a vida pública do radicalismo dos clubes. Mais seriamente, o fiasco de 13 de junho teve um efeito desmoralizante sobre os ativistas radicais, dificultando a resistência aos extremos abusos contra os direitos democráticos, decretados ainda na República entre junho de 1849 e maio de 1850 e depois intensificados com o Golpe de Estado em dezembro de 1851.

A Segunda República constituiu também uma etapa importante de desenvolvimento de outras correntes políticas, que já existiam anteriormente e que estavam destinadas a marcar a história da França contemporânea⁶². A saber, o bonapartismo, que se intensificaria depois da eleição presidencial de Luis Bonaparte e principalmente com o Império instaurado a partir do Golpe de estado; mas principalmente os legitimistas e orleanistas que, para defenderem seus bens e talvez suas vidas, esforçaram-se por unir suas forças em torno de valores comuns que eles julgavam em perigo. Primeiramente, a “propriedade” e a “liberdade de produção”. Acreditavam que o abandono dos projetos que as ameaçavam, como o direito ao trabalho, era a condição necessária para o retorno à prosperidade — diante do quadro de crise financeira que assolava a França. Além disso, a “família” estava

⁶¹ MOSS, *obra citada*, p. 409.

⁶² LÉVÊQUE, *obra citada*, p. 83.

ameaçada pelos projetos de emancipação da mulher propostos por certos socialistas. Contra tais perigos, a manutenção inflexível da ordem se impunha: estrita limitação das liberdades de imprensa, de reunião e de associação. Estreitaram a aliança e a cumplicidade com a Igreja católica, formando um “partido da ordem”, extremamente conservador e clerical. Este “partido da ordem” se ligaria também ao Golpe de Estado e ao Império autoritário.

5. O Golpe de 1851, o Segundo Império e a Proscrição

Antes de ser eleito presidente com um sucesso expressivo em 10 de dezembro de 1848 (74% dos votos), Luis Napoleão foi eleito deputado para a Assembléia e, de acordo com Victor Hugo, sentava-se junto dos *montagnards*. Ou seja, era uma figura conhecida pela assembléia, mas — como faz questão de ressaltar Hugo, para depois depreciá-lo com mais força — sua eleição à presidência produziu uma “emoção profunda” na França⁶³.

Em fevereiro de 1848, diferentemente do republicanismo, o bonapartismo não constituía uma força política. Os notáveis e os intelectuais que admiravam o “Grande Imperador” Napoleão Bonaparte não julgavam possível, nem desejável, um retorno ao Império. O culto de um Napoleão mistificado, bastante respaldado no meio popular, sobretudo entre os camponeses, correspondia à nostalgia de um passado glorioso e não a uma perspectiva de futuro. No entanto, a partir da primavera de 1848, a crise profunda em que entrou a França, o medo da “anarquia”, as pesadas decepções de alguns, a inquietude geral, prepararam o terreno para a espera ansiosa de um “salvador”. Os temas bonapartistas se impunham: Luis Napoleão Bonaparte, como seu tio meio século antes, apresentava-se como o homem capaz de resolver por encantamento todos os problemas do país. Patriota, republicano, homem do progresso (regularia a questão social numa atmosfera de conciliação entre capital e trabalho), homem da ordem, era o defensor da família, da propriedade e da religião. Satisfazia todas as vozes da França, em declarada contradição. E logo que eleito, Luis Napoleão se aliou a princípio aos “monarquistas” (legitimistas e orleanistas).

Do início ao fim, Luis Bonaparte foi um homem cercado de mistérios e incoerências. Foi ridicularizado pelos seus adversários e admirado como um humanista e até como um “socialista” por seus fieis funcionários⁶⁴. Até mesmo Victor Hugo admitiu de certa forma que Luis Bonaparte tomou medidas “socialistas”, no entanto, o poeta afirma que não era mérito do homem, mas da história que impôs ao seu governo estabelecer o

⁶³ HUGO, Victor, *Napoleão, o pequeno*, São Paulo, Ensaio, 1996, p. 10.

⁶⁴ Ver AGULHON, Maurice, “Émile Ollivier, le socialisme et le bonapartisme”, *Romantisme. Colloques. Les Socialismes Français 1796-1866 – Formes du discours socialiste*, Jacques Birnberg (org), prefácio de Maurice Agulhon, Paris, Éditions SEDES, 1995, pp. 11-21.

crédito fundiário, construir estradas de ferro e diminuir a renda⁶⁵. Quanto a Luis Bonaparte, ele estava bem decidido a ficar no poder. A princípio legalmente, por meio da grande campanha de petições lançada na primavera de 1851, orientada pelos representantes dos departamentos. Depois do fracasso do projeto na Assembléia, orientou-se deliberadamente para a preparação do Golpe de Estado.

Organizou rapidamente uma preparação técnica e estrutural, colocando pessoas de sua confiança em cargos esquemáticos, tanto militares como civis. E fez também um apresto político, impelindo os publicistas e os comitês que ele influenciava a utilizarem com perfeição as ambigüidades bonapartistas. Diante das divisões e da impotência da Assembléia, Luis Bonaparte se apresentou como a única garantia possível da ordem. Afinal, foi sob seu comando que a administração, a justiça, a polícia, a guarda nacional, agiram cotidianamente para conter os “abomináveis planos de subversão dos vermelhos”. Por outro lado, esforçava-se para apaziguar a opinião popular de esquerda: no outono de 1851, por exemplo, ele propôs a revogação da lei de 31 de maio de 1850, restabelecendo o sufrágio universal mutilado pela maioria monarquista da Assembléia. Quando desferiu o Golpe de Estado em 2 de dezembro de 1851, a força do mito bonapartista tomava até mesmo os eleitores “vermelhos”, para os quais não havia razão se opor ao “Napoleão do Povo”, que defendia o sufrágio universal⁶⁶.

Na repressão que sucedeu ao golpe, ocorreram mais de 27.000 detenções e mais de 10.000 condenações, com transportações para as colônias francesas na Guiana e na Argélia⁶⁷. Algumas obras relataram de forma dramática estas condenações que ocorreram logo ao Golpe, como *Histoire d'un crime* (1877-1878), de Victor Hugo, e *Les bagnes d'Afrique – Histoire de la transportation de décembre* (1853), de Charles Ribeyrolles. Texto escrito no exílio, Ribeyrolles dedica ironicamente sua obra a Luis Bonaparte e cita

⁶⁵ Hugo estava questionando o fato de dizerem na França na época que Napoleão era socialista. HUGO, *obra citada*, pp. 56-64.

⁶⁶ LÉVÊQUE, *obra citada*, p. 81.

⁶⁷ Sobre a repressão ver o artigo de APRILE, Silvie, “La répression et la mémoire”, in *Le Coup d'État du 2 décembre 1851*, brochure réalisée par La Ville de Paris et l'Association 1851, 2001. Há ainda mais dois artigos de Paul Cresp e René Merle e os textos integrais da publicação podem ser acessados em <http://www.1851.fr/auteurs/sommaire.htm>. Ver também *Revue d'histoire du XIXe siècle – Autour de Décembre 1851*, n. 22, 2001. Pode ser acessada desde 27 junho de 2005 na URL : <http://rh19.revues.org/document255.html>. A revista inteira é dedicada à história do Golpe, da resistência a ele e da repressão sobre a resistência. Na web alguns textos podem ser acessados integralmente e outros estão disponíveis apenas os resumos.

um trecho de seu discurso de posse em 1848 que ridiculariza as contradições e mentiras de Napoleão III, principalmente em relação à situação dos milhares de proscritos de 2 de dezembro de 1851:

“A República deve ser generosa e ter fé em seu futuro; eu, que conheci o exílio e o cativo, invoco em todas as minhas promessas o dia em que a Pátria poderá, sem perigo, fazer cessar todas as proscricções e desaparecer os últimos traços de nossas discórdias civis” (Louis Napoleão, 10 de dezembro de 1848)⁶⁸.

Este processo de proscricção que se seguiu ao Golpe acentuou demasiadamente o número de exilados franceses entre os ativistas políticos (operários, escritores, jornalistas e representantes políticos). Rémi Gossez afirma que se a proscricção começou com a repressão à insurreicção de junho de 1848, se as posições políticas entre os revolucionários — republicanos, radicais, socialistas, comunistas — foram tomadas desde então, o Golpe de Estado em 1851 tornaria a emigração um elemento indispensável para o movimento fora da França e que continuaria a influenciar as conspirações clandestinas dentro do país⁶⁹.

Luis Napoleão se tornou oficialmente Napoleão III apenas em 2 de dezembro de 1852, um ano depois do golpe. No entanto, este 2 de dezembro é considerado menos importante, pois para seus adversários não passava de uma farsa e para os historiadores é considerada apenas uma “simples formalidade constitucional”. As bases do regime não mudaram mais que aquilo que havia sido definido em 2 de dezembro de 1851. Assim, quando sua oposiçao designa o Império como “o regime de 2 de dezembro” se refere ao Golpe de Estado, sublinhando-o como o “pecado original”⁷⁰. Assim como a história da Segunda República, a história do Segundo Império — por muito tempo escrita por seus “adversários” — vem passando por revisões desde a década de 1970. Alain Plessis afirma

⁶⁸ RIBEYROLLES, Charles, *Les bagnes d’Afrique – Histoire de la transportation de décembre*, Jersey, Imprimerie Universelle; Londres, Librairie Burlington Arcade, 1853, p. 5. Ver o original desta obra digitalizado em <http://gallica.bnf.fr/>

⁶⁹ GOSSEZ, Rémi, “La proscription et les origines de l’Internationale. 1. Le “Comité international permanent”” (reedicção de artigo publicado em 1848 – *Revue des révolutions contemporaines*, n. 189, décembre 1951, pp. 97-115), *Revue d’histoire du XIXe siècle, Autour de Décembre 1851*, 2001-22, consultado em 21/11/2006 em <http://rh19.revues.org/document256.html?format=print>

⁷⁰ PLESSIS, Alan, *De la fête imperiale au mur de fédérés: 1852-1871*, Paris, Seuil, 1979, p. 6. Isto que Plessis afirma é senso comum entre os historiadores que retratam este período. Ver Georges Pradalié, *Le Second Empire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

que enquanto os mitos que a encobrem são deflagrados, as novas interpretações revelam uma época cheia de contradições, assim como Napoleão III.

Antes do Golpe foi realizado um plebiscito com a finalidade de legitimar os planos de Luis Napoleão em se manter no poder. O resultado divulgado foi de uma votação afirmativa maciça dos franceses. É interessante destacar quanto a este plebiscito, a história de Victor Frond, que viveu parte de seu exílio no Brasil. Ligia Segala narra que Frond trabalhava como bombeiro em Paris e na época do Golpe o “Alto Comando” decidiu tomar medidas urgentes e apurar a “pressão moral” que Frond estava exercendo no processo de votação — os soldados e oficiais tinham que votar “sim” ou “não” pelo golpe de Luis Bonaparte — e ameaçavam de expulsão dos quadros militares “os signatários em desacordo com o projeto político de Bonaparte”. Frond denunciou em “sua narrativa romântica *post-factum*” a fraudulência da iniciativa de consulta pública⁷¹.

Filho de Luis Napoleão, rei da Holanda, com Hortense de Beuharnais, apesar de sua “filiação equivocada”, depois da morte do duque de Reichstadt (1832) Luis Bonaparte se considerava como o herdeiro direto de Napoleão I, destinado a suceder seu tio e recomeçar a grande tradição napoleônica. Afirmou esta sua idéia na declaração solene em 14 de janeiro de 1852 — quando a Constituição foi promulgada e mais representantes hostis ao seu governo foram expulsos do país — e em dezembro não fez mais que concluir esta ressurreição do império napoleônico, dispondo no primeiro artigo: “A dignidade imperial é restabelecida. Luis Napoleão Bonaparte é imperador da França, sob o nome de Napoleão III”. Outra escolha simbólica de Louis Bonaparte, além da alcunha de Napoleão III, foi quanto à data de 2 de dezembro, que para ele, diferentemente de seus adversários, era o aniversário não do Golpe, mas da sagração de Napoleão I e da vitória de Austerlitz. Ele estava certo de que isso acentuaria a sua imagem de fiel herdeiro, a fim de encarnar plenamente aos olhos dos franceses este “mito napoleônico”, do qual já havia se beneficiado nas eleições de 1848. E é daí que deriva também a acusação de ser um simples

⁷¹ Frond foi um dos “transportados de dezembro” para a colônia penal na Argélia. Escreveu um relato sobre sua experiência como preso político que não foi publicado, mas suas informações foram utilizadas na obra citada de Charles Ribeyrolles e mesmo em *Histoire d'un crime* de Hugo. Ver SEGALA, Lygia, *Ensaio das luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado – UFRJ / Museu Nacional, 1998.

“plagiário”, feita por muitos de seus contemporâneos, mas notadamente por Karl Marx em seu *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*.

Charles Beslay afirma que umas das contradições do Segundo Império era a denominação “democracia imperial”, expressão que lhe provocava uma “repugnância insuportável”. Para Beslay — que não foi obrigado a se exilar, pois nunca assumiu uma postura partidária de fato —, o governo de Napoleão III “somente abria a boca para mentir”, pois apesar de se referir à soberania nacional, governava sob “todas as excrescências mórbidas do poder absoluto e do parasitismo”. Beslay ainda expressa seu anticlericalismo, ao insinuar que uma das contradições do regime imperial era a invocação conjunta da “*graça de Deus* e da *vontade nacional*” sobre seus atos⁷².

A despeito das críticas de Beslay, os historiadores dividem o Império de Napoleão III geralmente em duas fases ou duas características, o “Império Autoritário” e o “Império Liberal”. É difícil haver um acordo sobre o momento de mudança sobre estas características assinaladas ao longo do Segundo Império. Alguns historiadores apontam a data de 1859, ano da anistia aos exilados políticos, como início do “império liberal”, entretanto as tendências atuais de pesquisa acreditam que seja mais reduzida a fase verdadeiramente liberal. Localizam-na apenas no último ano do reinado, mas ao mesmo tempo consideram que Napoleão III sempre foi um liberal. Para outros, a história deste período se apresenta como uma sucessão de imagens contraditórias, em um movimento confuso e incessante. De qualquer forma, o imperador criou um forte poder pessoal, não aceitava influência nem interferência de ninguém e constituiu um regime que em última instância, toda grande decisão dependia dele.

A derrota dos movimentos revolucionários e radicais dos anos entre 1848 e 1851 criou um grupo de ativistas políticos “desenraizados” (*déracinés*). Socialistas, comunistas, jacobinos, republicanos vermelhos foram reduzidos ao status de “jornalistas sem jornais, oradores sem tribunas, políticos sem partidos e patriotas sem um país”⁷³. A maioria foi

⁷² BESLAY, obra citada, pp. 270-271.

⁷³ PAYNE, Howard C. e GROSSHANS, Henry, “The exiled revolutionaries and the French political police in the 1850’s”, *The American Historical Review*, vol. 68, n. 4, jul. 1963, pp. 954-973. O texto destes autores é bastante crítico aos “ultrarevolucionários” (expressão utilizada pelos autores) exilados e às suas ideologias, que denomina “messianismos políticos do século XIX”. Denomina os ideais de 1848 como “vãs utopias”. Mas ainda assim, apresenta uma análise interessante e informações preciosas para esta pesquisa.

obrigada a seguir para o exílio, onde buscaram dar continuidade às atividades políticas, voltadas principalmente para a França. Principalmente depois de 1849, os *montagnards* radicais e qualquer clube clandestino ou associação de trabalhadores republicanos, socialistas ou não, eram considerados pelos conservadores — que já dominavam o poder do Estado —, de forma generalizada, como “vermelhos” e “revolucionários”. Durante o Segundo Império, acentuou-se o temor e a aversão a estes, criando a idéia quase fantasmagórica de um “espectro vermelho”⁷⁴. Payne e Grosshans afirmam que especialmente dois grupos acreditavam no “espectro vermelho”, “um com medo e outro com esperança”. Para um, o governo autoritário na França fornecia uma indispensável proteção contra a destruição revolucionária. Para o outro, a ditadura bonapartista era o obstáculo para a realização da república e dos ideais de 1848. Aqueles que compunham este segundo grupo poderiam ser encontrados tanto dentro da França — suportando a perseguição bonapartista e conservadora, sobretudo na Província —, mas principalmente no exílio.

A crença de que a revolução ainda ameaçava a sociedade e o estado francês era amplamente compartilhada pelos “guardiões da lei e da ordem”, os membros da alta burocracia administrativa centralizada. Desde o primeiro Império, a hierarquia departamental do Ministério do Interior — com os promotores públicos abaixo do Ministério da Justiça ou “polícia judiciária” — empregava um forte poder de policiamento político e de submissão. Apenas durante a Revolução de 1848 (fevereiro a junho) interromperam a vigilância sobre a opinião pública, sobre a imprensa e sobre as associações políticas.

No entanto, principalmente depois de 1850 (até 1870), a “polícia política” se tornou uma situação corriqueira — nada de operações encobertas e perigosas. Não era colocada em prática somente por um grupo especializado de oficiais da polícia. Ministros, chefes de departamentos, promotores públicos e prefeitos, juntamente com seus subordinados, incluindo policiais, exerciam funções de um policiamento político como deveres de rotina administrativa. Faziam vigilância de suspeitos, com relatórios especiais e periódicos, e

⁷⁴ A ameaça do “espectro vermelho” sobre as eleições que aconteceriam em 1852 é construída na obra do monarquista Auguste Romieu e utilizada para justificar o golpe de estado. ROMIEU, Auguste, *Le spectre rouge de 1852*, Paris, Ledoyen Libraire, Palais National, 31, Galerie d'Orléans, 1851. Pode ser consultado em <http://www.1851.fr/documents/spectre1.htm>

operações de segurança preventiva e repressiva, reverberando o trabalho da polícia secreta para a propaganda pública, cercando assim a imprensa e as associações que subsistiam. Os oficiais de polícia acreditavam que existia por todo país uma rede de sociedades secretas revolucionárias e que estas sociedades respondiam aos comandos dos líderes revolucionários exilados. Nem a repressão que precedeu o Golpe de Estado, nem a mais drástica reação que o seguiu, eliminou o medo dos oficiais. Apesar das autoridades terem feito uso público do “espectro vermelho” para justificar o Golpe e suas conseqüências, eles não eram necessariamente oportunistas e falsos, pois de fato acreditavam na sua existência ainda dentro da França.

Aqueles oficiais que agiam na polícia política — chefes de departamentos, promotores, ministros — eram recrutados provavelmente naquela parte da sociedade francesa que ignorou o programa de 1848. Impregnados de valores conservadores e burgueses, de medos estereotipados, eram burocratas acostumados com uma ordem paternalista e administrativa — se alarmaram e se confundiram com a erupção de 1848. Relatórios de sociedades secretas insurrecionais e planos contra a vida do Imperador enchem as correspondências administrativas. Confiantes em sua habilidade em suprimir a subversão de origem doméstica, os oficiais foram frustrados pela inabilidade em controlar as atividades dos refugiados políticos.

Milhares de proscritos franceses se refugiaram na Bélgica, Espanha, Suíça, Estados Unidos, mas, sobretudo, na Inglaterra. Na Inglaterra se encontravam, entre muitos outros, Ledru-Rollin, Louis Blanc, Pierre Leroux, Alphonse Esquiros, Théophile Thoré (refugiado desde a repressão à insurreição de junho de 1848), Jean Colfavru, Félix Pyat, Charles Delescluze, Victor Hugo, Charles Ribeyrolles. Muitos acreditavam que sua emigração era apenas um afastamento temporário e que eram vítimas desventuradas de um erro histórico que logo seria corrigido. Não se retiraram da política e o exílio não abalava sua fé no futuro revolucionário. Além disso, o encontro no exílio de diferentes tendências políticas francesas, da época do movimento revolucionário de 1848 — e aquele que tentou permanecer na França até 1851 —, contribuiu para se criar uma atmosfera fraternal entre republicanos de nacionalidades distintas, democratas, socialistas de diferentes tendências e comunistas. Os ideais emanados dessa atmosfera são essenciais para se compreender o

espírito *quarante-huitard* — ou ao menos como foi apreendido historicamente depois de 1870.

No verão de 1850, Ledru-Rollin, o italiano Giuseppe Mazzini, o alemão Arnold Ruge e o polonês Albert Darasz criaram o *Comité Central Démocratique Européen* [Comitê Central Democrático Europeu], uma associação dedicada ao republicanismo e à atividade revolucionária internacional. Publicaram em julho de 1850 o periódico *Le Proscrit – journal de la république universelle*, editado por Ledru-Rollin e Charles Delescluze. Declaravam-se como o primeiro estado da federação das repúblicas revolucionárias da Europa, que deveria ser constituída com a força de um movimento republicano internacional. De acordo com seus princípios, a democracia tinha apenas uma forma lógica, a república, e esta forma republicana de governo deveria impor o sufrágio universal, o direito à associação, à liberdade e obrigatoriedade de ensino. Seu programa sustentava a “guerra contra os reis, a fraternidade do povo, a republica universal e a fraternidade humana”.

As autoridades francesas suprimiram o *Le Proscrit* depois do segundo número em agosto de 1850. Contudo, este precoce infortúnio foi logo remediado e em outubro de 1850 apareceu o primeiro número do *Voix du proscrit*, também editado por Ledru-Rollin e Delescluze. Sua publicação na França foi eliminada em setembro de 1851. Em fevereiro de 1852 um pequeno grupo de ingleses abriu uma subscrição em prol do *Comité Central*. Havia notícias de alguns adeptos na Áustria, Alemanha, Polônia e Holanda, mas uma seqüência de acontecimentos, entre eles a morte de Darasz, culminou no desaparecimento do *Comité Central Démocratique Européen* em 1853.

Exatamente quando o *Comité Central* chegava ao seu fim, uma nova organização foi fundada por Félix Pyat, Marc Caussidière e Jean-Baptiste Boichot. Em agosto de 1853 a *Commune Révolutionnaire* publicava seu programa numa brochura intitulada *Lettre au peuple français, 22 septembre, anniversaire de la Première République*. O nome da organização derivava da *Commune de Paris* dos anos de 1790 — criada por um grupo de revolucionários jacobinos. Muitos dos exilados que se juntaram à *Commune* tinham feito parte do *Comité Révolutionnaire-Social*, estabelecido na Suíça, e depois de saírem de seu exílio original haviam se estabelecido em Londres e Jersey. Fizeram parte, entre outros,

Louis Avril, autor de *Mémoires d'un enfant du peuple*; Jean Colfavru; Alexandre Besson, que mais tarde seria um dos membros mais ativos da *Branche Française*, da Primeira Associação Internacional de Trabalhadores; J. B. Rougé; Gustave Jourdan, presidente do *Club de la Fraternité du Faubourg S. Antoine* em 1848; Alfred Talandier, que traduziu *History of Cooperation en Rochdale* de G. J. Holyoake na França e nos anos de 1860 foi membro da *Fraternité Internationale* de Mikhail Bakunin e da Internacional dos Trabalhadores.

Inclinada ao socialismo, aceitava o argumento de que “a verdadeira independência não era aquela da política ou das leis nacionais, mas do trabalho”⁷⁵. Seu programa consistia amplamente em uma contínua reafirmação de fidelidade à tradição revolucionária francesa dos anos de 1790, no entanto, enriquecida pelos acontecimentos da Revolução de 1848. Boichot, em seu *Souvenirs d'un prisonnier d'État sous le Second Empire* (1867), afirma que a *Commune Révolutionnaire* estabeleceu relações com os democratas de todos os países, buscando reunir elementos dispersos da revolução. Rémi Gossez, a partir de pesquisa realizada sobre uma coleção do *L'Homme – Journal de la Démocratie Universelle*⁷⁶, expõe a tese de que na *Commune Révolutionnaire*, juntamente com a união de proscritos de várias nacionalidades na Ilha de Jersey, haveria o germe que deu origem à Primeira Internacional dos Trabalhadores. De acordo com o autor, o mesmo não poderia ser dito sobre o *Comité Central* porque suas idéias e sua composição eram exclusivamente republicanas.

Gossez afirma, exagerando um pouco, que a partir do Golpe de Estado até o final do Segundo Império, a tendência revolucionária foi dominante em Londres. No entanto, os proscritos se encontravam dispersos em meio à população londrina, constrangidos pelas diferenças de linguagem, pela necessidade de sustentar suas necessidades básicas de sobrevivência e, muitas vezes, afligidos pelos problemas políticos. Melhor que em Londres, onde estavam submersos na vida anônima da cidade grande, a Ilha de Jersey foi uma etapa essencial para os exilados de várias nacionalidades, mas com um grande contingente de

⁷⁵ Trecho de artigo de Jean Colfavru publicado no *L'Homme*, em abril de 1853. PAYNE e GROSSHANS, *obra citada*, p. 964. A data de publicação do artigo não bate com a informação de GOSSEZ, *obra citada*, que afirma que o *L'Homme* começou a ser publicado em 30 de novembro de 1853.

⁷⁶ Publicado entre novembro de 1853 e 31 de outubro de 1855 na Ilha de Jersey, entre seus editores estavam Charles Ribeyrolles, Teleki, Zeno Swietoslowski, Pianciani, Bonnet-Duverdier. GOSSEZ, *obra citada*.

franceses. Em 29 de novembro de 1853, em Jersey, foi realizado um banquete para comemorar a Revolução da Polônia. Nesta ocasião, o refugiado francês Cahaigne afirmou que “a ideal republicano e o sentimento fraternal, vinham raiar sobre este asilo sagrado os quatros pontos cardeais da Europa”, referindo-se a Jersey. Gossez afirma que muitos pensavam como o antigo delegado dos operários mecânicos na Comissão de Luxemburgo, Collin, também presente ao banquete: “Nós assistimos ao nascimento de um mundo novo (...) Todos os povos são irmãos (...) é necessário dar lugar ao advento da República Universal Democrática e Social”. Sob este espírito, Jersey era o lugar predestinado a esta nova anunciação. Formou-se uma Comissão de Proscritos de Jersey, da qual faziam parte o proeminente Victor Hugo, mais os franceses Barbier, Barbieux, Bianchi, o húngaro Teleki, o italiano Pianciani e o polonês Zeno Swietoslowski.

Todos estes contribuía com a redação do *L'Homme* e também comungavam com a idéia de República Universal e fraternidade de todos os povos. Naquele mesmo banquete em Jersey, Victor Hugo anunciaria como um profeta: “(...) vos digo com profunda alegria, já se faz o dia e tornam-se visíveis os sintomas precusores do grande advento. Sim, regozijem-se proscritos de todas as nações, ou, para melhor dizer, proscritos da grande e única nação, desta nação que será da espécie humana e que se chamará: República Universal!”. Bianchi daria ares mais “socialistas” a este ideal prenunciado de República, em artigo de 14 de março de 1854, no *L'Homme*, afirmando que “todos os povos são irmãos. Os republicanos são solidários, as Repúblicas serão também. Pensamento fecundo, nascido hoje da fraternidade do exílio, ele salvaria nossa primeira revolução se tivesse sido revelado em 1792; pensamento libertador, será o estandarte de nossa terceira revolução: desta vez, ele criará o Estados Unidos da Europa (...) A insígnia que nos liga verdadeiramente, é o pavilhão unificado, é a bandeira vermelha”⁷⁷. Bianchi, assim como Charles Beslay anos mais tarde, liga a cor vermelha ao pensamento republicano.

No entanto, todos tinham ainda a França como baluarte das revoluções, mesmo que vindouras. Em 24 de fevereiro de 1854, aos proscritos de Jersey reunidos sob a presidência de Bianchi, Victor Hugo mais uma vez vaticinou o futuro dos “Estados Unidos da Europa dos Povos”, apontando Paris como a capital desta grande República. Nesta ocasião, o

⁷⁷ Todas as citações deste parágrafo foram tiradas de GOSSEZ, *obra citada*, pp. 8-9.

grande movimento revolucionário de 1848 foi comemorado pela primeira vez pelos exilados e sob o significado da “Aliança de Todos os Povos”. Napoleão III era considerado o maior adversário dos proscritos de todas as nacionalidades, como fica evidente no famigerado atentado à vida do Imperador em 14 de janeiro de 1858 (data de comemoração da Constituição do Império). Entre os envolvidos estava o italiano Felice Orsini, também refugiado na Inglaterra na época.

No outono de 1855, três membros da *Commune Révolutionnaire* publicaram numa edição de outubro do *L’Homme* um protesto contra a visita de Napoleão III à Inglaterra na primavera daquele ano. Na forma de uma carta aberta, assinada por Pyat, Rougée e Jourdan, atacavam pessoalmente a Rainha Vitória por ter recebido Luis Bonaparte. Este ataque provocou protestos em toda a Inglaterra. A população em Jersey ficou indignada e uma multidão atacou o escritório do *L’Homme*. Os proscritos foram obrigados a sair de Jersey e a maioria transferiu-se imediatamente para Guernsey, outra Ilha do Canal, vizinha de Jersey. A *Commune Révolutionnaire* não se recuperou desta ocorrência. Em 17 de agosto de 1856 anunciou que a organização estava se ligando à Associação Internacional⁷⁸, uma aliança da *Commune Révolutionnaire* francesa, da *Sociedade Cartista da Inglaterra*, da *Sociedade Socialista da Polônia*, da *Sociedade Comunista da Alemanha*.

O governo francês transformou a questão dos refugiados em um importante problema das relações diplomáticas entre França e Inglaterra. Durante a crise da Guerra da Criméia (1853-1856), Napoleão III interrompeu as negociações com o Visconde Stratford de Redcliffe, sobre a solidariedade anglo-francesa na Questão Oriental, para protestar contra os exilados em Londres e nas Ilhas do Canal (Jersey e Guernsey). Os protestos diplomáticos da França foram infrutíferos, pois nem mesmo no episódio da carta à Rainha Vitória o governo inglês agiu com forte repressão ou medidas de expulsão dos refugiados do país. No entanto, Stanislaus Tchorzewski (refugiado polonês) e Edward Truelove (livreiro) foram presos em Londres por distribuírem panfletos inflamatórios escritos por Félix Pyat e outros. Pyat defendeu-os em sua *Lettre au parlement et à la presse*. Jornais franceses expressaram sua indignação em relação à “apologia do regicídio” dos textos de

⁷⁸ Não é ainda a associação internacional dos trabalhadores. Payne cita um artigo que trata desta associação: LEHNING, A. M., “The International Association (1855-1859)”, *International Review for Social History*, n. III, Leiden, 1938.

Pyat e chamou a atenção do governo britânico sobre a existência de “mercenários fanáticos e degoladores” vivendo em Londres. Muitos na Inglaterra também se incomodavam com a presença daqueles “conspiradores”, como expressou M. C. Bussy em seu *Les Conspirateurs en Angleterre*⁷⁹.

Em 1859, o governo napoleônico decretou anistia aos exilados políticos. Estavam absolvidos aqueles que foram condenados pela invasão da Assembléia Constituinte em 15 de maio de 1848 (François Raspail, Louis Blanc e outros); Félix Pyat, Charles Ribeyrolles e outros condenados na insurreição de 13 de junho de 1849, menos Ledru-Rollin, que pôde retornar à França apenas em janeiro de 1870; os representantes da Assembléia Constituinte que foram expulsos da França depois do Golpe como Victor Hugo, Schoelcher, Esquiros. Alguns recusaram a anistia, como Louis Blanc e Victor Hugo, que teria afirmado: “(...) servir a França na França seria para nós obviamente impossível; servi-la de fora é a única possibilidade que temos”⁸⁰. Mas a maioria estava preparada para regressar à França: Leroux, Esquiros, Colfavru e centenas de refugiados deixaram a Inglaterra em 1859. Outros, como Félix Pyat, retornaram somente ao longo da década de 1860.

A anistia de 1859 amenizou o conflito entre a polícia política francesa e os remanescentes dos movimentos revolucionários dos anos de 1840. Durante os anos de 1850, a relativa estabilidade do estado bonapartista fez com que as mensagens revolucionárias dos exilados se tornassem cada vez menos significativas em sua recepção dentro da França. Por trás do poder político de Luis Bonaparte se constituiu um forte apoio popular. Além disso, as associações fraternais e as classes trabalhadoras foram cuidadosamente vigiadas por qualquer sinal de atividades contra o governo. A ação policial contribuiu para o declínio da influência dos exilados e, ao passar dos anos, os “Homens de 1848” passaram a ter uma importância quase marginal nos acontecimentos dentro da França. Payne e Grosshans afirmam, de forma exagerada e depreciativa, que no final da década de 1850, os proscritos franceses “eram basicamente curiosidades revolucionárias; seus programas e declarações foram enterrados nos relatórios da polícia e em colunas de

⁷⁹ Charles Ribeyrolles responde a estas acusações com um texto também intitulado *Les Conspirateurs* (L’Homme, 1855), no qual acusa os agentes bonapartistas, os reis e a igreja de serem eles os conspiradores contra o povo. Este texto é publicado no *Courrier du Brésil* em 28/08/1859, quando Ribeyrolles estava no Brasil.

⁸⁰ Carta publicada no *Times* em Londres em 1859. PAYNE e GROSSHANS, *obra citada*, p. 971.

jornais e panfletos obscuros” e, “o mais importante de tudo, os exilados eram vítimas da ilusão histórica”⁸¹. Se isso ocorreu na França — o que parece apenas um ponto de vista de quem pesquisou principalmente a documentação oficial da polícia política francesa — não se pode afirmar o mesmo para os exilados franceses no Rio de Janeiro. Até 1858 mantinham alguma identidade com aqueles proscritos em países da Europa, mesmo na timidez de seu exílio em um país completamente diferente daqueles do Velho Mundo. E depois de 1858, com a vinda de Charles Ribeyrolles para o Brasil, essa relação de identidade parece ter se intensificado ou se explicitado mais ainda.

⁸¹ PAYNE e GROSSHANS, *obra citada*, p. 972-973.

CAPÍTULO 2

O espírito *quarante-huitard*

1. Introdução

“(…) le véritable quarante-huitard n’était ni l’homme sûr de lui dans la répression, ni l’homme sûr de lui dans la révolte, mais l’homme malheureux, l’homme déchiré, l’homme sensible à ce que chaque camp portait de valeur, bref, pour prendre des figures commodes, ni Cavaignac, ni Blanqui, mais Victor Hugo. En somme, le quarante-huitard véritable a pris la responsabilité de faire un choix, mais en sachant que ce choix ne pouvait pas être intégralement bon, et que toute lutte à venir devait avoir pour but d’éliminer les conditions qui en imposaient un semblable. Entre la sacralisation du droit formel, et la sacralisation de la classe ouvrière, entre les certitudes antagonistes qui dérivent de ces deux absolutismes, et qui sont lourdes — comme l’histoire l’a prouvé — de tant de déviations cruelles, il vivait une morale de la contradiction assumée, une morale de la tension, une morale de l’inconfort”¹.

Em fevereiro de 1848 eclode em Paris a revolução que instauraria a Segunda República Francesa. Maurice Agulhon afirma ironicamente que “considerando que a Revolução foi facilmente e bem acolhida”, em meados de março toda a França era “*quarante-huitarde*”. Entretanto, ao examinar os principais grupos de atores coletivos que participaram dos eventos de 1848, obviamente nem todos eram “*quarante-huitards* de espírito”².

Quarante-huitards ou “velhas barbas de quarenta e oito”, denominações pouco engajadas, porém românticas, referiam-se aos “homens de 1848” e foram expressões cunhadas durante o Segundo Império, mas bastante usuais de fato na Terceira República Francesa. Havia nestes epítetos um misto paradoxal de chacota e respeito à experiência do passado: nem gloriosos nem ridículos, mas geralmente eram usados num sentido

¹ “(…) o verdadeiro *quarante-huitard* não era nem o homem seguro de si sobre a repressão, nem o homem certo sobre a revolta, mas o homem infeliz, perturbado, sensível àquilo que cada lado teria de valor, enfim, para tomar exemplos fáceis, nem Cavaignac, nem Blanqui, mas Victor Hugo. Em suma, o *quarante-huitard* tomou a responsabilidade de fazer uma escolha, mas sabendo que esta escolha não poderia ser integralmente boa e que toda a luta futura deveria ter por fim eliminar as condições que iludiriam um semelhante. Entre a sacralização do direito formal e a sacralização da classe operária, entre as certezas antagônicas que derivariam destes dois absolutismos, e que são pesados — como provou a história — por tantos desvios cruéis, ele viveria em uma moral da contradição assumida, uma moral da tensão, uma moral do desconforto”, AGULHON, *Les quarante-huitards*, p. 238.

² AGULHON, *Les quarante-huitards*, pp. 23-24.

depreciativo. E os próprios historiadores — principalmente os marxistas — reproduzem essa leitura. Rémi Gossez atribui o “estilo melodramático” dos escritos de Félix Pyat ao “estilo afetado” *quarante-huitard*, “que nada tem de positivo”. Para Gossez, “o desenraizamento destes revolucionários, logicamente, condenou-os aos piores erros”³.

Hobsbawm reproduz em tom romântico o espírito *quarante-huitard*. Afirma que “as revoluções” que ocorreram em 1848 na Europa tinham muito em comum, pois “todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma curiosa atmosfera romântica-utópica e uma retórica similar, para a qual os franceses inventaram a palavra *quarante-huitard*. (...) as barbas, as gravatas esvoaçantes, os chapéus de abas largas dos militantes, as bandeiras tricolores, as ubíquas barricadas, o sentido inicial da libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a “primavera dos povos” — e como a primavera, não durou”⁴. No entanto, assim como em Gossez, os proscritos não são poupados, pois, para Hobsbawm, a revolução de 1848 falhou “universalmente, rapidamente e definitivamente” e, apesar disso, tal derrota não foi percebida “durante muitos anos pelos refugiados políticos”. Obviamente a noção de derrota destes historiadores não condiz com a visão que outros historiadores, como Maurice Agulhon ou Pierre Lévêque, têm sobre o legado *quarante-huitard*.

Os homens que participaram da Revolução de Fevereiro e de todo processo subsequente, ainda vivos e até atuantes na Comuna (1871) e na Terceira República, eram tidos como veteranos cuja imagem pitoresca era de senhores de barbas grandes, de cabelos brancos, proféticos e ranzinzas. Por outro lado, eram os veteranos graves e solenes, vigilantes e guardiões de uma importante herança política, sempre ameaçada, e que sugeria então a existência de uma determinada tradição de “republicanos”. O fato é que as “barbas românticas” de 1848 se tornaram brancas e velhas no tempo da Terceira República⁵.

Charles Beslay (1795-1878) era um desses e sua história demonstra a complexidade em se definir um sujeito, principalmente depois de 1848, como liberal, democrata, republicano ou socialista, tendo em conta ainda a multiplicidade de tendências que havia

³ GOSSEZ, obra citada, p. 4.

⁴ HOBBSAWM, *A Era do Capital*, p. 32-33.

⁵ “Às vésperas de 1848, os não-conformistas que deixavam crescer a barba (e o cabelo) eram quase todos jovens, que desafiavam o cabelo curto e as faces barbeadas escanhoadas dos grandes cavalheiros, burgueses e até republicanos. (...) só aos poucos a barba veio a se tornar uma característica dos militantes revolucionários, dos adversários; mas por fim se tornou sua doutrina, a ponto de ser proibida na Universidade”. AGULHON, *1848*, p. 222.

em torno destas disposições políticas e ideológicas. Publicou suas memórias em 1874, logo após a Comuna de Paris e a proclamação da Terceira República, com o objetivo não apenas de narrar parte da intensa história da França oitocentista da qual havia participado, mas principalmente para justificar suas ações frente às acusações que recebia de todos os lados. Os velhos amigos dos partidos liberal e republicano insinuavam que ele havia errado ao tomar partido pelos “exaltados” — provavelmente se referiam aos *communards* —; os conservadores o classificavam entre aqueles “inimigos da ordem, da família e da propriedade”; os jornalistas da reação o acusaram de servir aos Bancos e não aos interesses da Comuna; e por fim, os inimigos do proletariado, “que não conheciam mais que a política de São Bartolomeu”, julgaram-no entre os anarquistas — que na visão de Beslay “deliram apenas com as convulsões ou confusões sociais”⁶.

Era um burguês “barba velha de 1848”, cuja postura era extremamente conciliatória e reformista, um admirador de P.-J. Proudhon, anticlerical ferrenho e membro da sessão francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876)⁷. Afirma que a defesa de um partido nunca foi sua divisa e que “defender um partido é perpetuar o antagonismo dos elementos que compõem a sociedade; é preciso ser justo para todos”⁸. Divide sua vida em três fases e assim em três momentos políticos: 1830, ano da Liberdade – ou da postura liberal –; 1848, ano da República e quando se tornou republicano; 1870, a fase do socialismo. Embora pareça uma faceta comum, não se pode depreender das memórias de Beslay um padrão ou uma característica corriqueira daqueles forçosamente caracterizados como *quarante-huitards*. No entanto, algo é marcante em suas memórias, e para muitos daqueles que vivenciaram o advento da Segunda República e seu rápido declínio. A principal referência política de sua vida foi 1848.

Em 1871 foi convidado por algumas sociedades operárias a concorrer às eleições para a Assembléia de Bordeaux, mas devido à sua idade e ao seu estado de saúde negou a oferta e escreveu uma carta na qual justifica sua recusa e aconselha seus concidadãos, representando seu papel de “velha barba de 1848” (assina a carta como “Ch. Beslay, antigo representante”):

⁶ BESLAY, *obra citada*, pp. 5-10.

⁷ Recentemente foi publicada uma biografia de Beslay. Ver RICHER, Philippe e HAMON, Jean, *Charles Beslay - du Canal de Nantes à Brest à La Commune de Paris (1795-1878)*, França, Keltia Graphic, 2005.

⁸ BESLAY, *obra citada*, p. 10.

“(…) me parece que sobre as circunstâncias atuais, ao lado dos veteranos da democracia, é indispensável que os homens novos, os cidadãos jovens e enérgicos protestem contra tudo que se fez depois de 2 de dezembro de 1851 e contra os atos desqualificados daquele que se diz governo da defesa nacional. Eu cedo lugar, então, àqueles que tomarem o seguinte engajamento: 1º. Por proclamar, como a única lei do país, a constituição de 1848, que para mim nunca deixou de existir, e em detrimento da qual os autores do golpe de Estado e aqueles que dele usufruíram se tornaram precisamente os responsáveis pelas desgraças públicas e privadas que afligiram o país durante quase vinte anos”⁹.

Ao defender o retorno à *constituição* de 1848, Beslay evidencia uma das características mais marcantes dos republicanismos *quarante-huitards*, o legalismo que imperava nesta tradição. As disposições políticas e experiências de diferentes indivíduos podem demonstrar a diversidade e pluralidade de concepções que havia em torno dos socialistas, dos republicanos, dos anticlericais, das noções de democracia, de progresso e de revolução. Por vezes as diferentes acepções destas convicções políticas se cruzam ou se distanciam, sem que haja uma regra sociológica clara, perpassando diferentes classes sociais e mesmo partidos políticos rivais. Maurice Agulhon faz uma ressalva importante, que denomina de “incertezas e confusões”:

“Nem todos os escritores românticos encaminharam-se para o populismo, sequer para a crítica política. Nem todos os republicanos reconheceram a necessidade de transformações sociais. Michelet, autor de *Le Peuple*, era amigo do povo, romântico e republicano virtuoso, mas era também declaradamente anti-socialista. Já Proudhon era socialista, mas não se interessava de fato pela questão do regime político, nem se importava com a maioria das tendências sentimentais do romantismo. Seria possível citar, em nível espiritual menos elevado e em antítese semelhante, o republicanismo não-socialista de um Cavaignac e o socialismo [no sentido amplo em que os homens da época entendiam] não-republicano de um Luis Bonaparte”¹⁰.

⁹ Beslay ainda pontua duas questões que aquele que se candidatasse deveria defender: segundo ponto era demandar a acusação dos autores e favorecidos pela convenção Favre-Bismarck de 28 de janeiro; e por fim requerer depois destes atos a dissolução da assembléia. Carta de 3 de fevereiro de 1871. BESLAY, *obra citada*, pp. 336-337.

¹⁰ AGULHON, 1848, p. 19.

Na síntese de história política apresentada, acerca do processo histórico vivenciado desde a revolução de Fevereiro até as experiências de proscrição na década de 1850, pretendia-se ressaltar a efervescência e a complexidade desse período. Mesmo assim, enfatiza-se aqui, por fim, uma generalização deste quadro plural que se configurou com a multiplicidade de experiências vividas por *distintos* “revolucionários”, “republicanos”, “antibonapartistas”, “socialistas”, “comunistas”, “vermelhos”, “*montagnards*”, “*démoc-socs*”, enfim, todos tratados sob o mesmo epíteto: *quarante-huitards*. Acerca deste, Maurice Agulhon simplifica ainda mais sua acepção em *Les quarante-huitards*: depois de 1851 os partidários da república se redefiniriam “Contra o bonapartismo”, “Contra o catolicismo” e “Com o socialismo”.

Muitos *quarante-huitards* viveram exilados, distantes da “mãe-pátria” francesa, dominada por seus adversários que também genericamente eram tomados como “conservadores” e “agentes bonapartistas”. No exílio, os franceses proscritos construíram uma atmosfera de identidade e de solidariedade entre si e com democratas de outras nacionalidades — e estes sentimentos se sobrepujam por vezes às suas diferenças ideológicas (de esquerda). Além disso, os sentimentos e ideais *quarante-huitards* aprofundados na experiência da proscrição ultrapassaram fronteiras, mares e oceanos. Graças a Johannes Gutenberg, ou melhor, à revolução da imprensa, que possibilitou no século XIX uma notável intensificação de publicações, tanto de panfletos e livros, mas principalmente de periódicos¹¹. No entanto, o trânsito de pessoas de uma nação para a outra — e agora, graças às máquinas a vapor que movimentavam paquetes e locomotivas —, devido às perseguições políticas, revelou-se um processo essencial na construção desta identidade.

No hemisfério sul, no Império dos Trópicos, alguns proscritos franceses encontraram ambiente fraternal entre seus compatriotas que residiam no Rio de Janeiro — e também entre os brasileiros amantes da cultura francesa e de tudo que pudessem consumir

¹¹ Robert Darnton analisa a importância da imprensa na Primeira Revolução Francesa, mas muitas de suas afirmações podem ser aplicadas para os eventos que ocorreram ao longo do século XIX: “Os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Mas a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente durante a década de 1789-1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública”. DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa – a Imprensa na França (1775-1800)*, São Paulo, Edusp, 1996, p. 15.

de Paris. Além de hospitalidade, ainda desfrutaram de uma liberdade de expressão que lhes permitiu falar e escrever sobre seus ideais republicanos, antibonapartistas, anticlericais, sobre suas idéias acerca do progresso humano e de revolução. No entanto, a Corte Brasileira não se assemelhava nem um pouco com Londres, nem mesmo com Jersey, e estava bem distante do pretense palco da “Revolução Universal” e da futura capital — Paris, como diria Hugo — dos “Estados Unidos da Europa”. E assim, no comércio, nas oficinas e nas tipografias das ruas do Rio de Janeiro, na sala de teatro Paraíso¹², nas reuniões da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, no periódico *Courrier du Brésil* (1854-1862), o espírito *quarante-huitard* se expressava levemente e as paixões revolucionárias sobre república e “socialismos” acaloravam apenas as discussões das reuniões mais íntimas entre os companheiros de exílio e seus correligionários ou alguns textos mais incisivos de Adolphe Hubert. Por vezes também, a experiência democrática e republicana se expressaria com mais eloqüência e vivacidade nos espaços estritamente franceses como da Sociedade Francesa de Beneficência. E depois de 1856, quando os “democratas” e os “conservadores” explicitaram suas divergências, dentro da associação mutualista fundada naquele ano.

A partir principalmente de leituras do *Courrier du Brésil*, jornal que aglutinava alguns proscritos e outros franceses partidários da república, e cruzando essas referências com aquilo que foi tratado até aqui — sobre a história de 1848-1851 e do legado *quarante-huitard* —, buscou-se compreender algumas expressões políticas deste grupo que manifestou sua identidade e solidariedade com outros exilados franceses, como o próprio

¹² Esta sala de teatro era muito utilizada pelos franceses para algumas apresentações do teatro, algumas comemorações e eventos beneficentes. Em 1855, uma festividade interessante ocorreu no Paraíso. A queda de Sepastopol na Criméia (setembro/1855), que apontou para o fim da guerra no oriente (deflagrada em 1853, envolvia principalmente franceses e ingleses, aliados aos turcos, contra a invasão russa do território da Moldavia), com a derrota da Rússia czarista, fez com que os franceses e ingleses no Rio de Janeiro comemorassem o fim da guerra. O Cavaleiro de Saint-Georges, ministro plenipotenciário, representante do governo francês, promoveu um festa restrita que ocorreu em um fragata francesa no meio da Baía da Guanabara, para alguns convidados ilustres da comunidade. Por revanche e desejo de festejar, os franceses menos ilustres da comunidade, juntamente com ingleses e brasileiros, organizaram o “banquete dos aliados”. Em um banquete suntuoso, segundo o jornal, comemoraram cantando a *Marseillaise*, símbolo da República francesa (mas nesta época, obviamente, ainda não era o hino da nação, apenas o hino dos republicanos). *Courrier du Brésil*, 18/11/1855. No espaço do Paraíso, com o bom banquete feito pelo Sr. Long (anunciava no *Courrier du Brésil*), a identidade entre exilados se expressava alegremente: “O prazer não se exprimia somente pelo sucesso dos exércitos aliados, queria dizer também que os exilados de todas as nações tinham a necessidade depois de tanto tempo de comungar unanimemente”.

Victor Hugo, Charles Ribeyrolles, Alphonse Karr, e até mesmo alguns socialistas que participaram destes processos como Proudhon, Cabet, Louis Blanc. Vejamos a seguir algumas idéias sobre progresso e revolução, republicanismo e antibonapartismo, anticlericalismo e, por fim, sobre o sentido mais amplo do socialismo da época e acerca do “socialismo francês” que passou a ser identificado com o movimento “associativista” e depois “coletivista”. O socialismo francês, tratado assim, em *lato sensu*, também teve seu lugar nos debates franceses no Rio de Janeiro. Houve ainda uma expressão mais prática do “socialismo francês” durante o processo de fundação e consolidação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos. Ao perscrutar sua história, visualizou-se a sutil manifestação do socialismo associativista francês, engendrado antes de 1848, mas amadurecido na primavera deste ano sob a experiência da república revolucionária.

1. Progresso e Revolução: “entre a pretensão humanista e o desejo de progresso industrial”

Dolf Oehler, ao analisar a processo revolucionário e seus efeitos, escolhe um viés analítico que ressalta o ambiente romântico-literário anterior a 1848, que se estende e se extasia, mesmo a despeito do trauma de Junho em Paris. O objetivo de Oehler é evidenciar a relevância do massacre das Jornadas de Junho sobre a história da literatura e das idéias no século XIX. Política e literatura raramente estiveram tão intimamente ligadas como durante a Revolução de 1848¹³ e nas expressões literárias posteriores a esta experiência, tanto naquelas que imortalizaram seu espírito como em obras de autores que cifraram criticamente seu substrato histórico. Segundo Oehler, seu “fracasso” feroz e rápido em junho de 1848 produziu uma “corrente crítica da modernidade literária” — com representantes como Baudelaire e Flaubert —, da qual Victor Hugo seria um “provocante antípoda”, com seu apego “à ficção de um mundo” e “à idéia de uma missão providencial da literatura”¹⁴. A influência de Junho de 1848, anos depois do ocorrido, em textos de Baudelaire, Flaubert, Heine, ou mesmo do russo Alexander Herzen, foi ignorada por muito tempo e, de acordo com Oehler, deveu-se ao recalque que o evento sofreu na história das idéias¹⁵. Na busca de material concreto para esclarecer esse contexto literário posterior, Dolf Oehler apresenta uma tese bastante interessante, definindo 1848 como “um ano paradigmático”. O período, repleto de ideais (e disputas de poderes), teria legado uma “linguagem de 1848” que talvez seja “a expressão mais pura do espírito de que a modernidade crítica” quis se desvencilhar, ou seja, do “espírito do século XIX sentimental,

¹³ Outros autores já destacaram este período também como “República das Artes”. Ver Marie-Claude Chaudonneret e Neil MacWilliam, “1848: *La Republique des Arts*”, *Oxford Art Journal - Art and the French State*, vol. 10, n. 1, 1987, pp. 55-70.

¹⁴ OEHLER, *obra citada*, p. 347.

¹⁵ “(...) as jornadas de junho de 1848 não representam apenas uma das datas mais dolorosas da história do século XIX, um “pecado original da burguesia” (Sartre), que dividiu a nação francesa em dois campos, e cujo recalque ao contrário da história análoga da Comuna — nunca foi realmente superado; houve recalque também dos testemunhos literários, de um modo ou de outro: esquecidos, ignorados, arrancados do contexto, erroneamente interpretados. As instituições tiveram e têm sua parte nesse recalque, bem como o público leitor, que ainda hoje — e as teses provocativas de Sartre sobre a enfermidade crônica da psique coletiva, causada pelos massacres de junho, em nada modifica o quadro — mostra pouca inclinação para se ilustrar sobre aqueles acontecimentos. A isso se soma que o substrato histórico dos textos canônicos (Heine, Baudelaire, Flaubert) foi tanto cifrado pelos próprios autores quanto soterrado pela história de sua recepção; os textos que teriam podido lançar uma nova luz sobre o próprio junho e sua literatura clássica permaneceram até agora praticamente inacessíveis”. OEHLER, *obra citada*, p. 15.

em toda a sua contradição inconsciente entre a pretensão humanista e o desejo de progresso industrial”¹⁶.

Essa contradição exposta por Oehler, “a pretensão humanista e o desejo de progresso industrial”, era fortemente inerente ao ideal de progresso de muitos “humanistas” e “socialistas” entre os anos de 1840 a 1870. Neste período, os franceses (jornalistas, médicos, instrutores/educadores, artesãos) que viviam seu exílio no Brasil não estavam livres deste paradigma que contagiou sua geração. Por vezes, aquela expressão da “linguagem de 1848” — que se revelaria paradoxal — reverbera no conjunto de idéias publicadas em seu jornal, o *Courrier du Brésil*, refletindo suas disposições ideológicas em relação às transformações sociais e materiais. Enquanto os debates se travam, com grande euforia, em torno de descobertas científicas e desenvolvimento tecnológico, a questão social, tão discutida até a década de 1840, parece se tornar menor frente à questão industrial. Hobsbawm define o avanço científico-tecnológico desta época como “o drama do *progresso*, a palavra-chave da época”; uma metáfora inevitável que para “milhões de pobres” tornou-se uma realidade literal. Ao se verem “transportados para um novo mundo frequentemente transpondo fronteiras e oceanos”, o progresso significou “uma mudança de vida cataclísmica”¹⁷.

Ainda que no Brasil escravista, depois de 1850, a questão do trabalho se pautasse principalmente pela escassez de “braços” para as lavouras e para as empresas, a euforia sobre o progresso material se sobrepõe às questões sociais mesmo entre os franceses “revolucionários” e “socialistas”. Charles Ribeyrolles afirmava que o Brasil precisaria passar por uma “evolução científica” e uma “revolução social” se quisesse aumentar sua produção (agrícola e industrial) e assim incentivar o progresso. Provavelmente o trabalhador “negro” e escravo não compartilharia desta revolução social, ou melhor, esta se daria em parte com a abolição da escravidão. No entanto, quando questiona “o que seria do negro” em tal processo, sua resposta reflete o descaso — ou ainda, o preconceito e o “racismo cultural”¹⁸ — que havia em relação aos trabalhadores africanos e seus

¹⁶ OEHLER, *obra citada*, p. 19.

¹⁷ HOBSBAWM, *Era do Capital*, p. 23.

¹⁸ Célia de Azevedo afirma que o “discurso imigrantista” que desponta a partir da década de 1850 tinha um viés racista, que num primeiro momento se expressou como um “racismo cultural”. O “racismo biológico”, que usava o discurso científico para justificar a suposta inferioridade de “raças” prevaleceu apenas após a

descendentes, pois afirma que o “negro não sabe, não tem interesse em saber” e, “mesmo que fosse capaz, ninguém lhe confiaria certas forças, ao mesmo tempo delicadas e poderosas”¹⁹, como da ciência e da indústria. As idéias de Ribeyrolles acerca da questão do trabalho no Brasil e do progresso desta nação se assemelhavam ao discurso imigrantista dos liberais nacionais²⁰. O publicista romântico ressaltava o fato de que quanto mais se demorasse com a escravidão como forma de trabalho, mais difícil seria para o Brasil alcançar a marcha do progresso e da civilização, cujo caminho era inclusive transformar as antigas estruturas e relações de trabalho livre:

“Penetrar ousadamente nos caminhos da ciência, experimentando os métodos superiores já por ela fixados, e *transformar a oficina, com seus costumes e suas disciplinas*. Ora, isso importa, ao mesmo tempo, numa evolução científica e numa revolução social, duas coisas que se corrigem dificilmente”.²¹ (grifo meu)

A despeito das polêmicas discussões sobre trabalhadores livres e trabalhadores escravos no Brasil²², pode-se dizer que algo semelhante àquilo propagado por Ribeyrolles se noticia em um artigo, publicado na sessão *Nouvelles de la science* do *Courrier du Brésil*. A ânsia pelo progresso e pela modernidade, em sua faceta de transformações materiais, desencadeadas pelo advento do mercado mundial capitalista, cega de deslumbramento até mesmo os mais críticos às contradições sociais que o desenvolvimento oitocentista engendra. Isso passa quase despercebido no artigo sobre a “Quebra-Pedras”. Esta máquina, provavelmente um tipo de grande britadeira a vapor, desenvolvida por um inventor francês,

década de 1860. Célia Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹⁹ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*, 2 vols., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, vol. 1, p. 205.

²⁰ Esta análise é feita na monografia de graduação Leticia Gregório Canelas, *Um Brasil Pitoresco à colonização: Charles Ribeyrolles e a questão do trabalho no Brasil Imperial*, Monografia (Bacharelado em História), Campinas, IFCH/Unicamp, nov/2002 (este texto ainda não está disponível em nenhuma biblioteca; entrar em contato com a autora: leticia.canelas@gmail.com). Uma das principais referências é Célia Maria Marinho de Azevedo, obra citada. Ver ainda ZORZETTO, Alessandra Ferreira, *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860*, Dissertação (Mestrado em História), Campinas, Unicamp, 2000.

²¹ RIBEYROLLES, obra citada, p. 205.

²² LARA, Silvia Hunold, “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998. Para Silvia Lara, a vitória das propostas abolicionistas e imigrantistas, no final do século XIX, fez com que o escravo como categoria de trabalhador não fosse incorporado na construção da história do trabalho no Brasil.

era destinada, como denota seu nome, à britagem de pedras e poderia ser empregada em “diferentes vias públicas”, na balastragem das estradas de ferro, na confecção de máquinas hidráulicas (*bélons-hydrauliques*) e em outras operações análogas. Esta engenharia substituiria um tipo de trabalho penoso, desgastante e até mesmo perigoso para qualquer homem. No entanto, o desenvolvimento científico e tecnológico é noticiado essencialmente como uma vantagem para o progresso da indústria e não para a o bem-estar do trabalhador:

“(…) com oito operários ou mão-de-obra de uma força média, sem experiência em uma operação tão nova, tendo por motor somente um locomóvel vicioso, fornecendo apenas o poder de *dois* cavalos-vapor, obtém-se, entretanto, 50 metros cúbicos por *hora*, com boa britagem de pedras bastante volumosas, de uma dureza e de uma resistência consideráveis, tais que os operários os mais vigorosos e os mais experientes não poderiam quebrar, cada um, mais que 6 a 8 metros cúbicos por dia. (...) o emprego de forças e de processos mecânicos simples, fáceis, poderosos e inofensivos somente podem ter uma recepção favorável e apreciação conveniente, sobretudo em um momento que a raridade de braços, assim como a multiplicidade e importância de trabalhos desta espécie, fazem adiar ou mesmo abandonar empreitadas tão urgentes quanto indispensáveis.”²³

As diferentes experiências de exílio às vezes resultaram em aparentes contradições entre os discursos dos exilados franceses que mantinham alguma identidade. Determinadas manifestações sobre o ideal de progresso refletem em certa medida estas aparentes contradições. O governo imperial imposto pelo Golpe de Estado de Luis Bonaparte foi analisado por Victor Hugo como um retrocesso às instituições do passado, idéia antagônica à “cede de progresso” (material e espiritual) que orientava a modernidade imposta no século XIX²⁴. Por outro lado e a despeito das diferenças que existiam entre o imperador francês e o imperador brasileiro, o republicano Geslin, educador francês, exilado²⁵ e um dos editores do *Courrier du Brésil*, escreve uma poesia intitulada *Locomotive*, em homenagem ao monarca D. Pedro II, pela ocasião da inauguração da estrada de ferro de Cantagalo²⁶. A

²³ O título do artigo é “*La casse-pierre*”, publicado na sessão *Nouvelles de la science*, sob o pseudônimo de *L’Ami des sciences*, que assina vários textos desta sessão, *Courrier du Brésil*, 02/11/1856.

²⁴ HUGO, *obra citada*, pp. 53-54.

²⁵ Com a anistia dada aos crimes políticos em 1859, Geslin retorna à França em 1861. Publica no *Courrier du Brésil* uma poesia se despedindo do país, intitulada “*Adieux au Brésil*”, em 07/07/1861.

²⁶ *Courrier du Brésil*, 29/04/1860.

poesia enuncia o progresso que trazem a ferrovia e a velocidade de sua locomotiva, possibilitando cruzar e colonizar as imensas terras brasileiras, com os trabalhadores imigrados do outro lado do atlântico, proporcionando abundância e paz. A “generosidade” do monarca e a sua relação de respeito com a nação — segundo Geslin, tão rara entre povos e reis — são homenageadas pela lírica do poeta. As estradas de ferro foram um dos grandes símbolos do desenvolvimento da indústria moderna no século XIX. Absorviam maçoamente ferro, aço, carvão, maquinaria pesada, operariado e investimento de capital. Como afirma Hobsbawm, nenhuma inovação industrial “incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia”, único produto da industrialização oitocentista que tomou completamente o imaginário da poesia erudita e popular²⁷.

Todavia, a contradição se faz porque o ideal de progresso nem sempre é expressão do desejo de um desenvolvimento material apenas e observam-se, então, sentimentos de esperança humanista e ânsia por mudanças sociais e políticas. A experiência de modernidade sobre o desenvolvimento no século XIX se define essencialmente por “sua constante habilidade de capturar ambos os lados das contradições do desenvolvimento capitalista — ao mesmo tempo, celebra e denuncia as transformações sem precedentes que opera no mundo material e espiritual, sem nunca converter estas atitudes em antíteses estáticas ou imutáveis”²⁸.

Em 21 de junho de 1857 o *Courrier du Brésil* publicou trechos de uma carta-crônica de Taxile Delord²⁹, “um dos pioneiros do progresso”, segundo o jornal, publicada no *Siècle*. “*Une lettre en 1901*” foi inspirada pela obra de Eugène Pelletan, *Le monde marche* (1857), e é uma carta futurista, como se fosse escrita no desabrochar do século XX. O jornal trata com euforia as passagens “plenas de admiráveis pensamentos e de nobres sentimentos” e

²⁷ HOBBSAWM, *A Era das Revoluções*, p. 61.

²⁸ ANDERSON, Perry, “Modernidade e Revolução”, tradução de Maria Lúcia Montes, *Novos Estudos*, n. 14, fevereiro/1986, pp. 2-15, p. 3.

²⁹ Taxile Delord (1815-1877) era publicista e colaborou em periódicos como *O Sémaphore* (1832), *Vert-Vert* e *Méssager* na década de 1830. Foi redator chefe do jornal republicano, satírico e ilustrado, *Le Charivari* em 1842 e entre 1849-1858. Em 1858 passaria a fazer a crítica literária e política no *Siècle*. Colaborou juntamente com Alphonse Karr nos textos da obra *Les Fleurs animées, illustrées par Grandville* (J. J. Grandville, 1803-1847, era o pseudônimo de um famoso desenhista e caricaturista, crítico à monarquia de Julho), publicada pela primeira vez em 1847. Escreveu *Histoire du Second Empire (1848-1869)*, cujo primeiro volume foi publicado em 1869 quando concorria, como candidato da oposição, às eleições gerais deste mesmo ano — e não foi eleito. Foi eleito deputado pela lista de republicanos, pelo departamento de Valcluse em 1871.

desabafa o desejo de que aquelas previsões de Taxile Delord poderiam se realizar, pois necessitavam desta esperança:

“Nós precisamos desta esperança para nos encorajar na luta que sustentaremos sem cessar contra o obscurantismo e o despotismo que pesam sobre tantas nações”.

A carta é um libelo entusiasta da idéia de progresso. Projeta um tempo onde “o velho mundo, o mundo da resignação passiva, foi vencido pelo mundo da ação e do progresso”. Por “resignação passiva”, refere-se à dominação religiosa e aristocrática do Antigo Regime e àquilo que representava o conservadorismo nos anos que sucederam (1848). Há clara influência do pensamento Iluminista e Renascentista, que contrapunha simbolicamente luzes e trevas. As luzes se tornaram metáfora do progresso e as trevas uma simbologia do passado, referência à Idade Média e aos seus códigos sociais e políticos. No século XIX, a herança do Antigo Regime passou a compor o quadro metafórico das “trevas”. Ficticiamente da entrada do século XX, Delord vislumbra os oitocentos e provavelmente se refere ao período da Restauração na Europa quando afirma que “em vão as trevas da idade média tiveram uma segunda chance de cobrir o mundo”. Sua visão de progresso se faz de um ponto de vista burguês, no entanto, imagina um mundo sem classes sociais, formado por cidadãos sem distinções, pois a humanidade teria visto:

“(…) o escravo antigo se transformar em servo na idade média, o servo se emancipar e se metamorfosear em burguês, até o momento onde não houve mais nem servo, nem burguês, mas somente os cidadãos. (...) Herança de uma transformação social a mais ampla e a mais completa de todas aquelas que se operaram até este dia.”³⁰

O *Courrier du Brésil*, que não apresenta a carta na íntegra, destaca entre os trechos publicados uma passagem que Taxile Delord se refere à América. Dessa forma, devido ao destaque, o jornal provavelmente corrobora com os ideais expostos no texto sobre esta

³⁰ *Courrier du Brésil*, 21/01/1857.

porção do mundo, entre os quais estão uma forma de governo republicano, o fim da escravidão e a igualdade do trabalho, e o anticlericalismo sempre implícito:

“A América purificou seu sol da escravidão (...) não há mais escravos, nem párias, nem ilotas; por tudo reina a igualdade do trabalho. O progresso se completou e portanto o mundo não tombou, como as vozes mentirosas que o ameaçavam, sobre o abismo do materialismo, sobre a religião daqueles que têm um deus em seu ventre, *quorum deus venter est*.”³¹

Observa-se que as noções de Progresso e Revolução se confundem quando os debates acerca de mudanças sociais e políticas são abordados. O *Courrier du Brésil* publica do mesmo jornal, o *Siècle*, um artigo que define a palavra “revolução”. O título da matéria é *L'esprit révolutionnaire*, no entanto, é relevante destacar a introdução feita pelo editor do *Courrier du Brésil* — a matéria não é assinada, mas talvez o comentário ao texto do *Siècle* seja de Adolphe Hubert, redator chefe do *Courrier*. Apesar do artigo no *Siècle* não citar a palavra “progresso”, a noção desta é enunciada pelo jornalista praticamente como sinônimo da palavra “revolução”. Ele ressalta o fato de muitas pessoas trocarem uma palavra pela outra devido ao temor que o significado de revolução trazia em si, no entanto, adverte que o próprio progresso provocaria as transformações revolucionárias tão temíveis:

“A palavra revolução é frequentemente substituída por uma outra muito menos atemorizante: *o progresso*. É bem necessário avisá-los que o progresso induz mais àquilo que a revolução faz temer.”³²

Qual transformação o “progresso” poderia provocar que seria tão assustadora para aqueles que temiam até mesmo a palavra “revolução”? Os conservadores e burgueses notáveis preferiam ignorar “o dicionário político e revolucionário”³³ dos republicanos e

³¹ *Idem*

³² “Il faut bien ébranler ceux que le progrès tente mais à qui révolution fait peur”, *Courrier du Brésil*, 11/11/1860.

³³ Afirmação de um sócio dirigente (não assina a carta) da Sociedade Francesa de Beneficência durante as discussões conflituosas que se passaram dentro desta sociedade e que geraram a saída de vários sócios, liderados pelo “grupo” do *Courrier*. Ele explicita assim o conflito político: “Quanto à política, ela deixa transparecer bem uma grande intenção oculta em tudo isso; mas não é ainda o motivo pelo qual nos possa

repudiavam qualquer remota lembrança do período mais perturbador da Primeira República (1792-1793). No entanto, o que mais temiam ainda, ao recordar da Revolução de 1848 que testemunharam, era a convulsão provocada pela forte atuação popular e operária. É possível, então, que o editor do *Courrier du Brésil* estivesse compartilhando da mesma idéia daqueles franceses exilados na Inglaterra ou, mais precisamente, sua provocação nos remete ao discurso de Jean Colfavru em Jersey, quando os proscritos reunidos exaltavam a Revolução Universal. Colfavru afirma que o intenso desenvolvimento da indústria (progresso material) prepararia uma arma invencível para a Revolução Universal, ou seja, o “trabalho” resultado da intensa industrialização faria “a grande guerra”:

“Voz sabeis, declarava ele, qual é a arma invencível que vem sendo preparada pelo imenso desenvolvimento da indústria em nossa época; a força das coisas vem a nós e a cada dia nos investe do poder necessário à realização de uma tarefa que nenhuma outra ultrapassa em grandiosidade; a existência verdadeira do homem se fundará pela Revolução universal. Revolução Universal! Eu te saúdo, mas que teus soldados sejam novos como a conquista que temos a fazer é coisa nova! É o trabalho. É o trabalho que vai fazer a grande guerra!”³⁴

Segundo o artigo do *Siècle*, o sentido gramatical da palavra *revolução* não tem nada de atemorizante³⁵. A Terra realiza movimentos de revolução em torno do sol, assim como todos os astros do sistema solar, e os indivíduos passam por uma revolução quando a criança se torna adulto. A palavra teria tomado um sentido “pejorativo” quando os povos passaram “de um período a outro, marcados por excessos sangrentos”. Dessa forma,

acusar, porque nós não lhes falamos jamais de *revoluções* nem de *solidariedade fraternal*, ainda menos de comitê provisório e outras grandes palavras, abusos da época que nós confessamos humildemente que não compreendemos seu alcance, porque eles todos foram tirados do *dicionário político e revolucionário que nós jamais consultamos*” (grifo meu). *Courrier du Brésil*, 24/08/1856.

³⁴ GOSSEZ, obra citada, p. 8.

³⁵ O artigo enuncia definições que encontramos no *Dictionnaire de la langue française* de Emile Littré (1801-1881), vejamos algumas das definições: “1. Retour d'un astre au point d'où il était parti. Temps qu'un astre emploie à décrire son orbite, à tourner sur son axe. (...) 5. Il se dit des périodes du temps. La révolution des siècles, des saisons. (...) 7. (Fig.) Changement dans les choses du monde, dans les opinions, etc. 8. Changement brusque et violent dans la politique et le gouvernement d'un État. (...) Absolutement. La révolution la plus mémorable d'un pays : en Angleterre, celle de 1688 ; en Suède, celle de 1772 ; en France, celle de 1789. Histoire de la révolution française. Pendant la révolution. (...) La première révolution, la grande révolution, celle de 89. Pour les autres on dit : la révolution de juillet, de février. D'une façon abstraite, la révolution, système d'opinions composées d'hostilité au passé et de recherche d'un nouvel avenir, par opposition au système conservateur. 9. Il se dit des événements naturels qui ont bouleversé et changé la face du globe”. Ver versão disponível na internet: <http://francois.gannaz.free.fr/Littré/accueil.php>

quando “os Stuarts foram vencidos pela Revolução Inglesa”, os vitoriosos fizeram com que o processo revolucionário se tornasse “sinônimo de regicídio, de espoliação e de abominações”. Mesmo assim, “a Revolução Inglesa não deixou de ser um dos maiores atos históricos, dos mais fecundos que os anais britânicos puderam registrar”. A história da Revolução Francesa teria a mesma marca de sangue. Recorrendo à violência e aos excessos, devido às intrigas entre partidos, teria atemorizado todo o mundo. Contudo, a revolução de 1789 permanece como uma “das mais belas e mais gloriosas fases” que a nação francesa tenha passado. Mudou a face do mundo, inaugurou princípios, fez prevalecer os direitos, impôs aos povos e aos reis os deveres que levaram a transformar e “a revolucionar a vida das nações”. Os autores do texto — ou o grupo do *Siècle* — se declaram partidários da Revolução Francesa e se afirmam “revolucionários”:

“Nós somos sinceramente e ardentemente, nós o confessamos, partidários desta revolução [1789], que não deu ainda mais que seus primeiros passos; nós fazemos promessas para que elas se cumpram progressivamente e pacificamente; o que é difícil! Porque a resistência que se opõe é bastante intensa e é difícil que um corpo projetado não se choque aos corpos que ele encontra em seu caminho e que lhe faz obstáculo. Sim, nós somos *revolucionários* neste sentido, que nós consagramos todas as forças que Deus nos deu a auxiliar, a favorecer a *revolução* (...)”.³⁶

Ao se assumirem “revolucionários”, fazem como se um grito estivesse preso na garganta por anos. E talvez isso tenha acontecido, pois, apesar de sua influência na França e sua alta tiragem (principalmente entre o público burguês e liberal), a repressão conservadora e a polícia política bonapartista agiram intensamente na década de 1850 e não fizeram concessão a praticamente nenhum órgão³⁷. O *Le Siècle* era publicado na França, tinha uma linha editorial republicana (moderada) e de alguma forma fazia oposição ao

³⁶ *Courrier du Brésil*, 11/11/1860.

³⁷ O *Courrier du Brésil* (início de 1860) comenta sobre a ingerência do governo imperial bonapartista sobre a imprensa francesa, que não permitia a publicação de certos temas. O jornal ressalta esta questão exatamente antes da publicação de mais um artigo do *Siècle* que critica o poder temporal do papado. Os editores do *Courrier du Brésil* comentam: “L’article suivant du *Siècle* prouve que si le gouvernement impérial de France ne laisse aucune liberté aux journaux sur certaines questions, il en laisse une assez grande sur d’autres. Ce sont des symptômes qu’il faut consulter”. Quanto aos “sintomas” a serem consultados, é provável que os franceses exilados estivessem avaliando a conduta mas flexível do governo bonapartista que acabava de anunciar a anistia aos proscritos políticos (1859).

governo de Napoleão III, o que se tornou mais explícito na década de 1860. Provavelmente depois da anistia dada aos presos políticos (1859), aqueles que se definem como “revolucionários” neste texto se sentiram mais seguros e mais fortes para propagar novamente e tão abertamente seus ideais de revolução. Entretanto, a revolução aventada pelo grupo do *Siècle* é aquela que se faz “progressivamente” e “pacificamente” — sendo assim menos temível. Ou ainda, como se a história acompanhasse o ritmo da natureza, a revolução para eles se completaria “inevitavelmente assim como o dia sucede à noite e a primavera ao inverno”, afinal, concluem no artigo, “não é a revolução das estações que nos dá as colheitas”? Porém, se fosse necessário o combate, também consideravam louvável que se fizesse como Garibaldi, Victor-Emmanuel, Cavour, “operários aos quais Deus deu a missão de arrancar a Itália das mãos daqueles que a deixaram estéril” e de lhe fazer “produzir frutos de liberdade, de justiça, de igualdade, de bem-estar moral e material”.

A atitude do *Courrier du Brésil* ao reproduzir o artigo do *Siècle* faz crer que seu grupo consentia as idéias manifestadas no texto? Algum grau de concordância deve haver, no entanto, a provocação inicial sugere uma idéia semelhante àquela de Colfavru, ou seja, a revolução como uma guerra travada essencialmente pelos trabalhadores e provocada pela intensa industrialização, tudo tão gradual como o progresso. Até mesmo entre os “revolucionários”, a Revolução de 1848 geralmente é retratada como mais uma etapa do processo iniciado em 1789, porém, conclusões como aquelas de Colfavru se tornaram mais frequentes (e possíveis) principalmente devido à experiência vivida na primavera *quarante-huitard*, quando o operariado ganhou visibilidade e força com suas manifestações em Paris e conseguiu por algum tempo tornar a questão do direito ao trabalho a principal conquista da revolução. A consciência sobre isso fica explícita na afirmação de Alexander Herzen (russo e exilado em Jersey, foi um dos editores do *L’Homme*) em suas *Lettres de France et d’Italie*: “as jornadas de Junho me revelaram o estado verdadeiro da Europa”³⁸.

É relevante ressaltar que Adolphe Hubert celebra a Revolução de 24 de fevereiro de 1848 como uma “primeira etapa que seguiu 89; etapa perseguida sem cessar pelos bravos de todos os pontos do globo onde a consciência do direito e da liberdade se levantou contra

³⁸ OEHLER, *obra citada*, p. 9.

a tirania”³⁹. Ou seja, como mais uma etapa da revolução de *todos os povos*, ou ainda, como diriam os proscritos do outro lado do oceano, da Revolução Universal. No entanto, resguarda-se a idéia de uma revolução “moral, pacífica, que se ofereceu benevolente e generosa ao mundo inteiro”, que apesar de traída e vencida, mantinha-se viva na “santificação do exílio, e seus nobres combatentes que revitalizaram sua alma em um cruel e caro cativo, a representaram sempre e sempre”. Sejam quais forem as idéias de Hubert e de seus companheiros de exílio no Brasil quanto às noções de “progresso” e “revolução”, muito provavelmente eram mais complexas que aquilo que se pode demonstrar aqui. Afinal, ficou evidente a multiplicidade de disposições políticas, sociais, ideológicas e revolucionárias que fervilhavam na época, mesmo entre os companheiros que se alinhavam. Entretanto, há pistas de que os proscritos no Rio de Janeiro, essencialmente aqueles ligados ao *Courrier du Brésil*, mantinham certo intercâmbio de idéias e de informações com os exilados na Inglaterra. Em outubro de 1855, o *Courrier du Brésil* publicou uma carta dos editores do *L’Homme*, que já expulsos de Jersey, tentavam se estabelecer em Londres. A carta, assinada por L. Pianciani, Charles Ribeyrolles, Teleki, Zeno Swietoslowski, e Bonnet-Duverdier, e dirigida “Aos assinantes do *L’Homme*”, anunciava a necessidade de aumentar os preços de suas assinaturas e pediam a compreensão e o apoio dos seus assinantes e correligionários. Na carta, ainda, exaltavam a importância daquele “organismo livre” da imprensa republicana e impeliavam os republicanos exilados a entenderem a importância do esforço solidário e constante para que se mantivesse a “manifestação republicana na Europa”⁴⁰.

Esses indícios levam a crer que compartilhavam em algum grau os ideais de progresso, de revolução, de república e até mesmo de socialismo. Assim como algumas idéias acerca do progresso se confundiam com aquelas sobre revolução, a defesa da República, aliada ao antibonapartismo, também era tomada como uma postura “revolucionária”.

³⁹ *Courrier du Brésil*, 24/01/1861. É relevante ressaltar que Hubert publica esta nota comemorativa na seção *Échos de Rio de Janeiro*, parte do jornal dedicada àquilo que ocorria na Corte do Império brasileiro, e mais comumente com a própria comunidade francesa residente no Rio de Janeiro.

⁴⁰ *Courrier du Brésil*, 28/10/1855.

2. Republicanismo e antibonapartismo

“Porque se a primavera é bela, é no outono que amadurecem os frutos, e estes são os frutos que se armazenam e dos quais se nutre (...) se as gerações republicanas ulteriores guardaram da primavera de 1848 um lembrança comovente, é dos debates do outono que elas retiveram um programa”.⁴¹

Ser herdeiro do legado *quarante-huitard* é, antes de qualquer crença política, ser um republicano, um crente (e muitas vezes militante) daquela tradição construída entre a Revolução de Fevereiro até o final da Segunda República, principalmente pelos *montagnards* e democratas socialistas que se uniram no outono de 1848, formando a esquerda *démocsoc*. Os traços mais revolucionários e profundos sobre esta República foram desenhados posteriormente no exílio, quando a identidade e solidariedade com proscritos de outras nacionalidades provocaram a idéia de uma República Universal de todos os povos (da Europa).

O antagonismo ao bonapartismo também foi um tempero essencial na constituição do ideal republicano, tanto dos franceses como dos democratas de outras nações, pois a França permaneceria mitificada como baluarte das revoluções européias. Napoleão III era um traidor não apenas para os franceses devido ao Golpe desferido sobre *Marianne*⁴². No entanto, o principal aspecto da contradição entre bonapartismo e república já era perceptível em 1851 e 1852, quando uma parceria foi travada entre Luis Bonaparte e o partido conservador — repleto de monarquistas, legitimistas e orleanistas, era o partido da ordem e da dominação religiosa sobre as instituições laicas tão caras ao republicanismo.

Na França, a república que prevaleceria nos anos de 1870 nasceria “do fracasso das soluções monárquicas”, devido tanto à inadaptação dos monarquistas ao mundo moderno, como à derrota do último Bonaparte em Sedan. “A república ressurgiu quando se revelou a

⁴¹ AGULHON, “République redéfinie”, *Les quarante-huitards*, p. 193.

⁴² Representação da República Francesa pela figura alegórica de uma mulher, geralmente usando o barrete frígio. Representação simbólica da mãe-pátria, protetora, pacífica, guerreira, utilizada desde 1792, ao menos oficialmente entre os republicanos, no entanto uma invenção popular. Os republicanos durante a Segunda República retomaram essa denominação simbólica. Em 1852 Napoleão III fez substituir a figura de *Marianne* pela sua efígie nas moedas e timbres postais. Ver Agulhon, M., *Marianne: Les visages de la République*, Gallimard, 1992 e dos mesmo autor, *Marianne au combat: L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*, Flammarion, 1979.

inviabilidade do Segundo Império, belicoso demais para a Europa inquieta, autoritário demais para a sociedade consciente”⁴³. No entanto, Agulhon ressalta a importância em se distinguir a contribuição da “república ideal” — concebida pelos “*quarante-huitards* verdadeiros”, o ideal dos *montagnards* — da “república de fato”, praticada pelos conservadores que realmente governaram. Assim, ainda segundo este historiador, a Segunda República francesa é uma das origens comuns das duas principais tradições políticas da época contemporânea: “é a ancestral autêntica de toda ideologia de esquerda, que vem dos *quarante-huitards*, heróis malogrados”, assim como, “através dos burgraves e de outros dirigentes conservadores”, ancestral e modelo de todos os centro-direita futuros⁴⁴.

Um dos primeiros pressupostos legado pela experiência *quarante-huitard* foi a questão da educação livre e do civismo. Acreditavam na necessidade de se “educar as massas populares”, dar-lhes uma instrução elementar que as alfabetizasse, para que pudessem assim participar da prática política democrática, que proporciona o sufrágio universal, a liberdade de consciência e de expressão (através de jornais livres), a liberdade de reunião e associações livres. Para os republicanos, a educação livre deveria ser aquela realizada pelo Estado, gratuita e obrigatória, mas acima de tudo, laica. Deveria ser entendida como uma educação moral e cívica e como um “direito da criança”, expressão enunciada pela primeira vez por Victor Hugo. Ainda como deputado da Assembléia nacional em 1850 defendia este pressuposto da liberdade de ensino como um dos “mais sérios sobre os destinos do país”:

“Quando uma discussão é aberta e que toca àquilo que há de mais sério sobre os destinos do país, é necessário ir imediatamente, e sem hesitar, ao fundo da questão. (...) Senhores, toda questão tem seu ideal. Para mim, o ideal desta questão do ensino, eis aqui: a instrução gratuita e obrigatória. Obrigatória ao primeiro grau, gratuita a todos os graus. A instrução primária obrigatória é o direito da criança que, não se enganem, é mais sagrado ainda que o direito do pai e que se confunde com o direito do Estado. (...) Um colossal ensino público dado e regulado pelo Estado, desde a escola municipal e que se eleva de grau em grau até o *Collège de France*, e mais alto ainda, até o *Institut de France*. Todas as portas da ciência, grandes aberturas a todas às inteligências; em todos os lugares onde há um campo, onde há um espírito, que ele tenha um livro. (...)

⁴³ AGULHON, 1848, p. 219.

⁴⁴ *Idem*, pp. 220-224.

Um vasto conjunto, ou, para melhor dizer, uma vasta rede de oficinas intelectuais, liceus, ginásios, colégios, cátedras, bibliotecas, amalgamando seu brilho sobre a superfície do país, estimulando por tudo as aptidões e acendendo as vocações; em uma palavra, a escala do conhecimento humano dirigido firmemente pela mão do Estado, assentado sobre a sombra das massas as mais profundas e as mais obscuras, e resultando na luz. (...) eu o declaro, a liberdade de ensino; mas eu quero a fiscalização do Estado, e como eu desejo esta fiscalização efetiva, eu desejo o Estado laico, puramente laico, exclusivamente laico”.⁴⁵

Para os *montagnards* da Segunda República, a derrota neste campo veio com a promulgação da Lei Falloux em março de 1850. O Ministro da Instrução Pública na época, Alfred Falloux — o mesmo legitimista que articulou a lei que extinguiu as oficinas nacionais na primavera de 1848 —, formou comissões extra-parlamentares que definiriam a estrutura e as regras para o ensino primário e secundário. Muitos daqueles que compunham estas comissões eram católicos do partido da ordem. A Lei não estabelecia um ensino religioso de fato, já que a Constituição pregava a “liberdade de ensino”, mas dava amplos poderes para que a Igreja Católica interferisse nos conselhos de ensino público, a começar pelo Conselho Superior de Instrução Pública. O partido clerical temia que a influência do socialismo e do comunismo nos meios intelectuais (o que incluía instrutores e educadores) se refletisse na formação dos jovens. Esse debate sobre a legislação do sistema de ensino da República francesa expressou um ponto forte do antagonismo entre os republicanos *montagnards* e os conservadores clericais, o que levou os *quarante-huitards* a um profundo anticlericalismo e a uma intensa defesa da “liberdade de ensino”. Victor Hugo, em seu discurso contra o projeto da Lei Falloux, não condena de forma alguma o ensino religioso, desde que este seja feito dentro da Igreja e não nas escolas públicas⁴⁶. O maior problema

⁴⁵ Discurso de Victor Hugo na discussão do Projeto de Lei sobre o Ensino (março de 1850). Hugo ataca o projeto (proposto pelos conservadores) que se tornaria Lei e esta ficaria conhecida como Lei Faloux. Ver em <http://fr.wikisource.org/wiki/Accueil>, procurar por Victor Hugo, “Discours à l’Assemblée législative 1849-1851”.

⁴⁶ “Je veux donc, je veux sincèrement, fermement, ardemment, l’enseignement religieux, mais je veux l’enseignement religieux de l’Église, et non l’enseignement religieux d’un parti. Je le veux sincère et non hypocrite. (...) Ah ! je ne vous confonds pas avec l’Église, pas plus que ne confonds le gui avec le chêne. (Très-bien !) Vous êtes les parasites de l’Église, vous êtes la maladie de l’Église. (...) C’est vrai, le parti clérical est habile; mais cela ne l’empêche pas d’être naïf. Quoi! il redoute le socialisme! Quoi! il voit monter le flot, à ce qu’il dit, et il lui oppose, à ce flot qui monte, je ne sais quel obstacle à claire-voie! Il voit monter le flot, et il s’imagine que la société sera sauvée parce qu’il aura combiné, pour la défendre, les hypocrisies sociales avec

sobre esta questão era a interferência do poder da Igreja nas questões do Estado, a serviço de um partido (o conservador) e dos interesses das “famílias de alta nobreza”, como criticaria Adolphe Hubert em seus “tormentos contínuos” no Brasil, diante da apatia do povo na sua pátria de origem. As alianças entre bonapartistas, Igreja e notáveis, em detrimento da liberdade de ensino, tratada como moeda de troca das negociatas do poder, perturbavam o francês proscrito, que desabafa para a comunidade francesa no Brasil suas ironias enviesadas:

“Isto que se pode chamar de tolerância, ainda mais que as partes conciliantes são de famílias de alta nobreza e de uma educação acima dos preconceitos populares. É verdade que certos monarcas conheceriam o baixo valor destas diversas idéias sobre a divindade materializada como um pretexto para arranjar seus pequenos negócios do trono e das possessões; mas é que até os bons príncipes teriam um caminho diferente a seguir para chegar ao fim político que eles se propuseram. Hoje há uma amizade universal, um pacto de tolerância geral, abraça-se com efusão mantendo a linha, é um meio visível de se mostrar uma estima relativa aos interesses em jogo. A liberdade absoluta de ensino, a cultura dos espíritos e das jovens almas do futuro foi concedida aos senhores da Igreja, e em troca, eles abençoaram as bandeiras, os decretos, as operações da bolsa, os produtos da indústria, os senhores gendarmes e, sobretudo, os Granier de Cassagnac”.⁴⁷

A importância do ensino público, gratuito e livre foi tratada em diversos momentos pelo *Courrier du Brésil*. Mas a ligação desta questão com o republicanismo foi feita explicitamente em um artigo intitulado *Enseignement*. O artigo ainda expõe a identidade com o ideal de república da Convenção da Primeira República Francesa, fase mais revolucionária da primeira revolução. Reproduz um discurso feito sobre o projeto de lei que determinava o ensino público e gratuito como obrigação do Estado e livre da dominação de “corporações” ou de “privilégio perigosos para a liberdade”. Um Estado livre para escolher “os professores que lhes conviesse”⁴⁸, e que estivessem comprometidos com a missão de

les résistances matérielles, et qu'il aura mis un jésuite partout où il n'y a pas un gendarme! Quelle pitié!”, Victor Hugo, *idem*.

⁴⁷ *Courrier du Brésil*, 13/01/1856. Os Granier de Cassagnac era uma família de nobres e notáveis que apoiavam o império bonapartista. Ver em <http://www.gascogne.fr/histoire/cassagn.htm>

⁴⁸ Trecho do discurso de Fourcroy, ministro da instrução pública durante a Convenção e responsável pelo projeto de ensino gratuito e obrigatório: “Qui tous les hommes éclairés qui se sentent propres à la démonstration, soient appelés dans tous les points de la république, et invités à ouvrir des écoles; que les

formar os jovens talentos que trariam prosperidade para a pátria recém republicana. O comentário inicial feito pelo *Courrier du Brésil* afirma que:

“A convenção nacional, como todo mundo sabe na França, foi o raio que clareou mais ainda a inteligência de nossos homens de estado — e as leis as mais sábias, as mais duradouras, foram feitas posteriormente apenas sob suas inspirações. Não seria então estranho nos ver por vezes reproduzir trechos de discursos marcantes que foram pronunciados nesta assembléia soberana. A propósito de um projeto de decreto sobre o ensino livre das ciências e das artes, Fourcroy pronunciou estas palavras, que não necessitariam, aqui, de comentários: elas são de uma força penetrante”.⁴⁹

Os debates sobre a questão social da primeira metade do século XIX, acrescidos da experiência *quarante-huitard*, deram suporte para que os republicanos idealizassem uma “república democrática”, mas também “social” e “popular”. Era a questão social que pressupunha constituir um governo constitucional que atendesse às necessidades do povo soberano e trabalhador, respeitando o direito do cidadão. Os ideais de bem-estar do povo na época eram entendidos geralmente como uma forma de “socialismo”, tomada sob noções vagas que permitiam aos *montagnards* (burgueses) expressarem sua pretensa dedicação aos “populares”, aos “miseráveis”, aos “trabalhadores”, aos “operários”:

“É nosso dever a todos que nós sejamos legisladores como os bispos, e os padres como os escritores; é difundir, prodigalizar, sob todas as formas, toda a energia social para combater e destruir a miséria”.⁵⁰

jeunes gens qu'un goût plus ou moins décidé entraine vers telle ou telle étude, et dont la république doit faire servir quelque jour les talents à sa prospérité, soient libres de choisir le professeur qui leur conviendra; que la république paie elle-même les frais de leurs cours et de leur entretien, lorsque la fortune de leurs parents ne leur suffira pas pour se livrer à ses études. Alors aucune connaissance ne vous échappera, rien ne sera inutile; il n'y aura ni choses ni hommes parasites dans la république; plus de rapprochement, de corporations, de privilèges dangereux pour la liberté, qui a tant de raisons d'être soupçonneuse et timorée”, *Courrier du Brésil*, 13/01/1856.

⁴⁹ Artigo assinado por A.R., publicado na primeira página. *Courrier du Brésil*, 13/01/1856. Mais adiante voltamos a comentar este artigo, acerca do comentário final de A.R. sobre a liberdade de se falar em “república” no Brasil.

⁵⁰ Victor Hugo, “Discours à l'Assemblée législative 1849-1851”, <http://fr.wikisource.org/wiki/Accueil>.

Até mesmo para os republicanos radicais era consenso que cabia às classes médias “capacitadas” — ou melhor ainda, a eles mesmos — governarem a República do povo. Charles Beslay acreditava que as desigualdades entre os “trabalhadores” e os “capitalistas” deveriam ser gradualmente diluídas e que competia à burguesia revolucionar mais uma vez as instituições sociais, políticas e econômicas: “é preciso que a burguesia faça pelo povo aquilo que ela fez por ela mesma”⁵¹. Na década de 1850, os proscritos republicanos, principalmente o grupo de exilados na Inglaterra, acreditavam que defender e impor a República, não apenas na França, mas em toda a Europa, era sua missão. Em novembro de 1855, o *Courrier du Brésil* publicou uma circular escrita por Mazzini, Ledru-Rollin e Kossuth (de setembro de 1855) e endereçada a todos os republicanos. Nesta circular, seus autores expressam seu sentimento de guerra, definindo-se como um “exército” que tinha por missão abrir o terreno para o advento da federação republicana. Expressam sua noção sobre a “forma republicana” de governar, solidarizam-se com os republicanos exilados e espalhados pelos recantos do mundo, no entanto clamam pela ação de cada um que se define como tal, para que nesta guerra os partidários da República vençam:

“Exército, dizemos, e é bem a palavra que melhor expressa nossa missão atual. Não somos o futuro, somos os precursores; não somos a democracia, somos um exército encarregado de desatramancar o terreno. O fim definido, o fim comum, evidente doravante para todas as inteligências não corrompidas, é a forma republicana organizada para o povo; é a emancipação de todas as nacionalidades, solidarizando-se em uma federação republicana. O meio não é nem a liberdade absoluta do indivíduo, nem a discussão; é a associação, a organização, o trabalho em união, a disciplina, a abnegação, o devotamento. A anarquia nunca vencerá as batalhas. (...) É necessário que cada homem que se diz republicano, se congrege hoje à ação e represente uma força. É necessário que todo indivíduo, comunicando seu nome ao partido, empregue ao centro comum todo seu contingente de devotamento e de atividade, seu braço, sua inteligência, seu dinheiro. É necessário que a mesma palavra, saindo de todas as bocas, ilumine todos os círculos secundários, e comunique a fé, a necessidade de agir, a crença de que o momento favorável chegou. É necessário que do seio

⁵¹ Beslay questiona em suas memórias: “não há sobre a constituição o objetivo de consagrar e manter a supremacia do capital e a dependência do trabalho? (...) do ponto de vista da instrução e do crédito, o trabalhador pode se dizer igual ao capitalista? (...) o acesso à propriedade é tão fácil ao povo quanto à burguesia?” E conclui que para resolver estas questões que provocaram as agitações revolucionárias do século, “é preciso que a burguesia faça pelo povo aquilo que ela fez por ela mesma”. BESLAY, *obra citada*, p. 13.

do Partido um só grito armado estremeça o torpor das populações indecisas: nós somos um, seja um”.⁵²

Apesar deste ânimo de “guerra” (de consciências) exaltado por Ledru-Rolin, Mazzini e Kossult — passavam pela ameaça de serem expulsos da Inglaterra e eram acusados de conspiradores —, a República *quarante-huitard* deveria ser acima de tudo o “primado da lei”. A violência somente se justificaria em defesa da própria lei e de seus representantes eleitos e autorizados. Por isso a falta de apoio às jornadas de junho — “que apesar de coadunar-se à tradição que vinha dos *sans-culottes*, pareceu tão insólita, tão alheia à França”⁵³ —, ou a realização da revolta liderada pelos *montagnards* em 13 de junho de 1849 e, principalmente, o ódio à “traição” de Napoleão III. Essa era a principal guerra deflagrada pelos republicanos, aquela contra o bonapartismo que se aliou aos conservadores monarquista e clericais, mas que antes de tudo traiu a República e a sua Constituição. Mais uma vez Victor Hugo procura demonstrar isso:

“A Revolução Francesa é permanente; a República Francesa é o direito; o futuro é inevitável (...) O Sr. Bonaparte, vosso “aliado poderoso e cordial” [da Inglaterra], não tem outra existência legal senão esta: acusado de crime de alta traição”.⁵⁴

Esta carta de Hugo foi assinada por alguns republicanos exilados⁵⁵ na Ilha de Jersey para manifestar repúdio ao ato de expulsão dos redatores do *L’Homme* (Charles Ribeyrolles, “intrépido e eloqüente escritor”; Pianciani, “general representante do povo romano”, Thomas, “corajoso prisioneiro de Mont-Saint-Michel) — caso já narrado no

⁵² *Courrier du Brésil*, 18/11/1855.

⁵³ AGULHON, 1848, p. 221.

⁵⁴ Esta carta foi escrita em protesto à expulsão dos exilados em Jersey, devido à manifestação que foi feita no *L’Homme* contra a visita de Napoleão III à Inglaterra. *L’Homme*, 17/10/1855. Ver em http://fr.wikisource.org/wiki/Actes_et_paroles_-_Pendant_l'exil_1855.

⁵⁵ Assinaram a carta além de Victor Hugo: Sandor Téléki, E. Beauvais, Bonnet-Duverdier, Hennet De Kesler, Arsène Hayes, Albert Barbieux, Roomilhac, A.-C. Wiesener, **Dr. Gornet**, Charles Hugo, J.-B. Amiel, François-Victor Hugo, F. Taféry, Théophile Guérin, François Zychon, Benjamin Colin, Édouard Colet, Koziell, V. Vincent, A. Piasecki, Giuseppe Rancan, Lefebvre, Barbier, H. Preveraud, Dr. Franck, Papowski, Zeno Swietoslowski, Édouard Biffi, Fombertaux père, Fombertaux fils, Chardenal, Bouillard. É importante destacar que o Dr. Gornet também veio ao Brasil depois desta época. Seu nome aparece no *Courrier du Brésil* por volta de 1857. Provavelmente é o mesmo Dr. Gornet devido ao conteúdo de seu discurso no funeral de Charles Ribeyrolles em 1860, no Brasil (Niterói) — veja o próximo capítulo desta dissertação.

capítulo anterior. Depois de publicada a carta, muitos daqueles que a assinaram também foram obrigados a se retirarem da ilha. Aquela carta de Mazzini, Ledru-Rollin e Kossuth também foi escrita nesta época, em Londres, como uma forma de chamar a atenção de outros exilados sobre a situação delicada que estavam passando os “revolucionários” do partido da República na Inglaterra. Muitos proscritos sofreram com as reações à carta dirigida à Rainha Vitória devido à visita de Napoleão III ao país. A opinião pública inglesa e o governo bonapartista pressionavam as autoridades inglesas para que tomassem medidas repressivas em relação aos exilados ou que estes fossem expulsos do Reino Unido.

No Rio de Janeiro, Adolphe Hubert, atento aos acontecimentos na Europa através das correspondências e das notícias trazidas por cada pacote⁵⁶, publicou em dezembro de 1855 uma matéria ironizando “um inocente jornal de imagens” inglês, o *Illustrated London News*, devido às suas posturas contraditórias em relação ao governo de Napoleão III. O título da matéria é “Ontem e hoje” e Hubert reproduz primeiramente um artigo do *Illustrated* de 20 de outubro daquele ano de 1855 (“hoje”), no qual o periódico londrino criticava duramente o “bando de incrédulos franceses”, referindo-se aos proscritos em Jersey, que haviam publicado em seu jornal “os mais infames e abomináveis ataques, não apenas contra à Rainha da Inglaterra, mas contra o Imperador Napoleão III, amigo e aliado” daquela nação. Afirma ainda que aqueles franceses “insanos” e “perigosos” em Jersey haviam abusado da hospitalidade generosa e que deveriam ao menos ser expulsos do território inglês. No entanto, o autor do texto trata com desfaçatez a vida dos exilados, sugerindo cinicamente que o destino de Giovanni Pianori, proscrito italiano decapitado naquele ano, condenado por participar de um atentado à vida de Napoleão III em abril de 1855, “não seria mal adequado para eles”⁵⁷. Na seqüência, o *Courrier du Brésil* exibe um

⁵⁶ Hubert em alguns números do jornal publicava uma seção intitulada “Le Packet – Revue Politique”, na qual tratava as notícias políticas vindas da Europa. As pessoas, as notícias, os jornais, os produtos importados chegavam nos “navios a vapor” ou “pacotes”. É a eles que Hubert quer se referir provavelmente quando utiliza o neologismo “packet”, pois esta palavra não existe no vocabulário francês.

⁵⁷ “Quando um bando de incrédulos franceses faz uma reunião e, num lugar tão próximo da costa da França como Jersey e publica no jornal impresso nesta ilha os mais infames e abomináveis ataques, não apenas contra à Rainha da Inglaterra, mas contra o Imperador Napoleão III, amigo e aliado desta nação, nós pensamos que já está na hora de lhes dizer que são culpados por alto crime de sedição. (...) Nós não demandamos sua deportação para o porto francês mais próximo, pois tal punição não é tão severa. Sua expulsão do território inglês será suficiente. Se caírem nas mãos das autoridades francesas, o destino de Pianori, que pretendem lembrar como um mártir e que a conduta ofereceu para eles a emulação do mundo, mal seria mal adequada para eles mesmos”. *Illustrated London News*, 20/10/1855, publicado no *Courrier du Brésil*, 16/12/1855.

texto de 13 de dezembro de 1851 (“ontem”) do mesmo jornal, no qual fazia duras críticas ao “despotismo” de Luis Bonaparte⁵⁸, algo jamais visto na Europa segundo o *Illustrated London News*. Por fim, Hubert troca na mesma moeda o cinismo do jornal londrino — expondo, assim, sua identidade com o grupo de exilados na Inglaterra e seu despeito antibonapartista — questionando ironicamente:

“Posto que o *Illustrated London News* desejaria ver subir à guilhotina aqueles que atacam o Sr. Bonaparte, a redação deste jornal não deveria, para ser coerente, começar por ela mesma a subir à guilhotina?”⁵⁹

O antibonapartismo de Victor Hugo na década de 1850 foi bastante significativo e representativo para os proscritos espalhados pelo mundo — e não apenas para os exilados franceses, como se pôde observar. Victor Hugo somente se tornou republicano e aliou-se aos *montagnards* depois de 1849, quando o partido da ordem, juntamente com Luis Napoleão, e com maioria na câmara de deputados, restringiram as liberdades essenciais de imprensa e associação e depois suprimiram o sufrágio universal (1850). Eleito para a assembléia em abril de 1848, era impossível na época classificá-lo politicamente se independente, bonapartista⁶⁰ ou orleanista, mas sem dúvida um “republicano do amanhã”⁶¹. Na Assembléia de 1848, sentou-se a princípio ao lado dos burgueses da direita. Até mesmo Napoleão III seria sarcástico sobre as posições ideológicas de Hugo. Numa brincadeira

⁵⁸ “Comparado ao despotismo de Luis Napoleão, aquele de seu tio imperial era até mesmo doce. A história da Europa não tem nada parecido. Para tomar qualquer coisa análoga, é preciso retornar à Pérsia ou ao Marrocos onde as cabeças humanas tomaram sob a um sinal ou a um capricho de um tirano irresponsável cuja palavra é a lei (...) neste momento, a França está completamente em poder deste homem. Não há mais uma parcela de liberdade de expressão ou de ação (...)”. *Illustrated London News*, 13/12/1851, publicado no *Courrier du Brésil*, 16/12/1855.

⁵⁹ *Courrier du Brésil*, 16/12/1855.

⁶⁰ Em *Napoleão, o pequeno*, refere-se ao paralelo que “seus partidários” traçavam entre Luis Bonaparte e o tio (“o primeiro Bonaparte): comparavam o 18 brumário do primeiro ao 2 de dezembro do segundo e afirmavam por fim que eram dois ambiciosos. Hugo não desmente a comparação; apenas tenta demonstrar que as ambições do sobrinho eram “mundanas” e as do tio eram grandiosas. É impressionante a áurea que mantém sobre o tio: “O primeiro Bonaparte queria reedificar o império do ocidente, tornar a Europa vassala, dominar o continente com sua potência e deslumbrá-lo com sua grandeza; tomar uma poltrona e dar aos reis tamboretas; fazer a história dizer: Nero, Ciro, Alexandre, Aníbal, César, Carlos Magno, Napoleão; ser um senhor do mundo. Ele o foi. Foi por isso que fez o 18 brumário. O outro quer ter cavalos e raparigas, ser chamado de monsenhor e viver bem. (...) o 18 brumário é um crime cuja mancha sobre a memória de Napoleão foi aumentada com o 2 de dezembro”. HUGO, *Napoleão, o pequeno*, tradução Márcia Valéria M. Aguiar, São Paulo, Ensaio, 1996, p. 25.

⁶¹ AGULHON, 1848, p. 71.

célebre e bastante citada, Napoleão III se qualificou como “socialista”, comparando-se ao poeta. Afirmou que poderia ser socialista sem ser republicano. Espirituosamente, fazia referência à afirmação de seu grande inimigo que havia escrito um dia ser socialista desde 1828 (data de *Dernier jour d'un condamné*). Como ele não se tornou republicano antes de 1849, fazia crer que foi por mais de 20 anos um caso de “socialista monarquista”⁶².

No entanto, Victor Hugo se tornou um *quarante-huitard* célebre principalmente devido a sua oposição ferrenha a Luis Bonaparte depois do Golpe de Estado e da proscricção que foi obrigado a viver. No exílio na Inglaterra, tornou-se uma das principais referências para os proscritos franceses na Europa e também no Brasil. Em *Napoleon, le petit*, Hugo expõe o que acreditava ser os dois deveres dos “representantes do povo”: o primeiro seria a luta contra o golpe, usando “desde a lei que se encontra no código, até o paralelepípedo que se apanha na rua”; o segundo era se martirizar no exílio após a primeira derrota e continuar lutando por justiça. Hugo exemplifica estes deveres com seus próprios atos. Afirma que lutou contra o golpe e que agora, no exílio, continuava a lutar escrevendo tal livro e cumprindo assim seu segundo dever, que era o de não se calar⁶³.

Após anos no exílio, Hugo se afirmaria até mesmo um “jacobino”, depois que “a razão matou” seu “realismo em duelo”, em uma poesia intitulada *Profession de Foi* e publicada no *Courrier du Brésil* no Rio de Janeiro. Publicada na sessão *Poesie*, no mesmo número que noticiou a condenação de Felice Orsini, acusado pelo famigerado atentado contra a vida de Napoleão III em janeiro de 1858, esta poesia não foi encontrada em nenhuma das grandes obras poéticas de Victor Hugo publicadas na época, nem em *Les Châtiments* (1853), ou em *Les Contemplations* (1856) e tampouco em *Légende de Siècle* (primeira série, 1859). Hugo faz uma referência ambígua utilizando a palavra “louis”. Grafada assim, em letra minúscula, denominava uma moeda de ouro desde os tempos de Louis XIII e depois de Napoleão Bonaparte, ficou conhecida como *napoléon* (equivalendo a 20 francos)⁶⁴. Dessa forma, Hugo provavelmente se refere tanto ao Imperador Napoleão III, “o pequeno”, como ao dinheiro, o que pode significar ambição, usura, capitalismo e até mesmo exploração:

⁶² AGULHON, “Émile Ollivier, le socialisme et le bonapartisme”, p. 13.

⁶³ HUGO, *obra citada*, pp. 14-15.

⁶⁴ Emile Littré, *Dictionnaire de la langue française*.

“Ce sont les rois qui font les gouffres; mais la main
Qui sema, ne veut pas accepter la récolte;
Le fer dit que le sang qui jaillit, se révolte.

Voilà, ce que m’apprit l’histoire. Oui, c’est cruel,
Ma raison a tué mon royalisme en duel
Moi voici jacobin. Que veut-on que j’y fasse?
Le revers du louis dont vous aimez la face
M’a fait peur. En allant librement devant moi,
En marchant, je le sais, j’afflige votre foi,
Votre religion, votre cause éternelle(...)⁶⁵

E quanto à condenação de Felice Orsini, o *Courrier du Brésil* publica uma matéria de duas páginas, intitulada “*Les hommes du 14 janvier*”. Reproduz um trecho da defesa dos acusados, feita por Jules Favre, republicano moderado que se opunha ao império de Napoleão III, mas se mantinha na França articulando a resistência republicana em contato com os exilados na Inglaterra. O hebdomadário publica também uma carta de Felice Orsini a Napoleão III, na qual o exilado italiano expressa seu ódio ao imperador francês, que havia interferido no processo de democratização de sua pátria. Os editores do *Courrier* elogiam “as últimas palavras, o testamento supremo daquele homem que se resignou a sua sorte; fiel a suas convicções, à paixão de sua vida, ele quis que seu sangue não fosse inútil”. O jornal retrata Orsini como um mártir e demonstra seu partidarismo profundo ao reproduzir e corroborar com o teor de uma carta tão sediciosa como a do proscrito italiano:

“A Napoleão III, imperador dos franceses. As deposições que eu fiz contra mim mesmo no processo político promovido pela ocasião de 14 de janeiro, são suficientes para me enviar à morte; e eu subirei sem pedir a graça, tanto porque eu não me humilharia jamais diante daquele que matou a liberdade nascente de

⁶⁵ “São os reis que fazem os abismos, mas a mão / que semeou, não quer aceitar a colheita / o ferro adverte que o sangue que jorra, se revolta / Eis, que me instrui a história. Sim, é cruel, / Minha razão matou meu monarquismo em duelo / Sou jacobino. Que querem que eu faça? / O reverso do *louis* que voz amais a face / Me causa medo. Circulando livremente diante de mim, / Marchando, eu lhe digo, / eu assolo vossa fé, / Vossa religião, vossa causa eterne (...)”. *Courrier du Brésil*, 11/04/1858. Mas o semanário publica muitos outros poemas de Hugo, de conteúdo claramente antibonapartista, como *Le manteau imperial* (Les Châtiments), no primeiro ano de publicação do *Courrier du Brésil*, 05/11/1854.

minha maravilhosa pátria, como porque, na situação em que me encontro, a morte é um privilégio”.⁶⁶

No Brasil, o antibonapartismo dos franceses correligionários do *Courrier du Brésil* se expressou de diversas formas, quase sempre explicitamente. Em 1856 afirmava que “o programa de Luis Bonaparte” era bem conhecido: “reinar pela força e estender o máximo possível as redes de sua usurpação”⁶⁷. E mesmo depois da anistia dada pelo governo bonapartista aos crimes políticos (1859), as manifestações antibonapartistas, e até pretensamente “revolucionárias”, permaneceram constantes e pouco veladas nas páginas do jornal. No entanto, em “Os imbróglis de Bonaparte”, publicado em 1860, o jornal trata dos fracassos de Napoleão III, que “nada pode realizar de seu programa” e “continuava a ter prejuízos diante da revolução”. Publicado emblematicamente na seção *Écho de Rio de Janeiro* — parte do jornal dedicada especialmente aos “ecos” franceses do Rio de Janeiro e notícias da Corte —, o artigo, que também trata da força da “revolução”, afirma que Napoleão III:

“Quis restaurar os princípios indignos sobre as possessões italianas e a revolução se impôs. Quis aumentar o poder temporal do papa e a revolução o obrigou a mudar totalmente a política. (...) não compreendemos ainda que em meio a estas marchas e contra-marchas atribui-se ainda ao homem de Dois de Dezembro um espírito tão poderoso”.⁶⁸

No entanto, a expressão antibonapartista mais hilária foi aquela feita num anúncio das Pílulas Holloway. O unguento do Dr. Holloway era bastante famoso e foi intensamente divulgado no mundo inteiro no século XIX⁶⁹. O texto do anúncio, intitulado “Dois impérios diferentes”, com o subtítulo “As armas do triunfo moral”, talvez tenha sido elaborado pelos

⁶⁶ *Courrier du Brésil*, 11/04/1858.

⁶⁷ *Courrier du Brésil*, seção Le Packet – Revue Politique, 08/06/1856.

⁶⁸ *Courrier du Brésil*, 04/03/1860.

⁶⁹ Luis Andrés Ribeiro Paixão ressalta a publicidade das Pílulas Holloway nos jornais de Minas Gerais, no artigo “A publicidade e a formação da sociedade de consumo em Minas: notas sobre a economia de consumo”, consultado em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D21.PDF> em 22/12/2007. Até mesmo Eça de Queirós pinta a força internacional da publicidade deste unguento em *A Relíquia* (quarta parte): “Apeamos no *Hotel do Mediterraneo*: no esguio pátio, sob um anúncio das «Pílulas Holloway», um inglês, com um quadrado de vidro colado ao olho claro, os sapatões atirados para cima do divã de chita, lia o *Times*; por traz de uma varanda aberta, onde secavam ceroulas brancas com nódoas de café (...)”.

editores do *Courrier du Brésil*. É válido que se reproduza a propaganda integralmente, pelo efeito quase jocoso que a comparação causa, mesmo que a intenção do anúncio seja completamente outra, ou seja, pretendia de fato comparar “moralmente” os dois famigerados personagens “imperiais”:

“Dois homens têm alguma semelhança sobre a natureza de seu espírito, porque todos os dois tenderam a universalizar seu império; mas sobre um fim bem diferente: estes são Napoleão e Holloway. O império da espada que o primeiro criou e sustentou, por tanto tempo em meio aos campos de batalha, não foi por sua vez mais que um sonho estéril e sangrento. Quando o revés o sucumbiu, sua queda foi rápida e ele morreu esquecido sobre um rochedo em meio ao oceano, punição infligida pela providência devido à carnificina e à ruína que sua ambição insaciável teve por tudo.

O professor Holloway fez uma escolha mais digna. O inimigo que ele combateu sempre foi mais temível! Ele declarou guerra às doenças de nosso organismo e se armou somente de suas duas admiráveis descobertas, *Pílulas* e *Ungüento*, e as abateu e as venceu por todo lugar.

Oh! Este foi um combate terrível e difícil! Sobre o qual o sucesso não valeu ao vencedor nenhuma ovação pomposa. O reconhecimento íntimo de um enfermo restituído à vida, as graças de alguns corações simpáticos, o prazer que dá a satisfação de ter consagrado sua vida a um fim dos mais nobres; o respeito dos homens esclarecidos foram sua única recompensa e sustentaram sua coragem contra a vinda de um desdém mercenário.

O império de Holloway era incorruptível. Seria duvidar da inteligência de nossos leitores se nos estendêssemos sobre as provas dadas pelo professor Holloway que toda doença tem sua causa sobre a alteração do sangue. É a este efeito que ele combinou a reunião de plantas medicinais para restituir ao sangue pureza. Eis a verdadeira pedra filosofal revelada pelos Flamel de todos os tempos. Eis a verdadeira filantropia”.⁷⁰

Por que franceses *quarante-huitards* — ou seja, além de antibonapartistas, republicanos e anticlericais — escolheram o Brasil, império católico, como seu *locus* de exílio? Além das motivações sócio-econômicas⁷¹, da fantasia em relação ao novo mundo e

⁷⁰ *Courrier du Brésil*,

⁷¹ O Brasil era um país do novo mundo promissor, abundante em terras e ávido por tudo que fosse francês ou inglês, principalmente aqueles que viviam na Corte do Império. O Rio de Janeiro dos anos de 1850 já conhecia considerável desenvolvimento urbano, graças aos lucros do café e ao fim do tráfico de escravos. O dinheiro que circulava na cidade oferecia as condições necessárias ao desenvolvimento do comércio e pressionava no sentido da importação dos produtos europeus. MENEZES, Lená Medeiros, “Francesas no Rio

de possíveis ligações de amizade e parentesco com compatriotas já estabelecidos no Império dos trópicos, há que se considerar que a condição política do Brasil — naquela época não tinha nem 40 anos de sua independência — não era um empecilho tão inconveniente para os estrangeiros. O Brasil deixou de ser uma colônia para se tornar uma *monarquia constitucional* desde 1824. Poderia ter feito como seus primos-irmãos da América espanhola, que além independentes se tornaram Repúblicas. No entanto, a própria França retomou um governo monárquico constitucional apenas em 1830. E mesmo às vésperas de fevereiro de 1848, os republicanos liberais que participavam do governo monárquico não esperavam tão prontamente a instauração da República. E quanto às outras nações sul-americanas, segundo uma série de artigos publicada no *Courrier du Brésil*, desde D. Pedro I a nação brasileira, apesar do império monárquico, havia estabelecido relações amigáveis com as repúblicas vizinhas:

“O jovem império do Brasil foi um dos primeiros que nutriu estes sentimentos generosos. Pedro I se associou a um jovem povo generoso como ele: eis porque, esquecendo o passado, eles não olharam os novos estados mais que irmãos. Desde este momento o império foi um irmão sincero das repúblicas hispano-americanas e tomou medidas para os ajudar em sua empresa grandiosa. (...) Todas as vezes que as repúblicas sul-americanas se dirigiram ao Império elas encontraram um irmão generoso que não poupou nenhum sacrifício para os auxiliar em momentos de perigo”.⁷²

Charles Ribeyrolles consagra dois capítulos de seu *Brasil Pitoresco* ao governo brasileiro. Lendo apenas os enunciados dos textos, nem parece que há monarquia no Brasil: o primeiro é intitulado “O Governo Constitucional” (Tomo I) e é dedicado principalmente a D. Pedro II; o outro é denominado “O Governo” e trata, segundo os subtítulos, da “Constituição” e dos Poderes “Judiciário”, “Moderador”, e “Legislativo”. Não obstante o publicista proscrito se sentir na contingência de “calar suas vozes”⁷³, ressalta que o governo brasileiro — “monarquia hereditária, constitucional e representativa” — tem em sua origem

de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmer’ (1844-1861)”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 165, n. 423, pp. 11-31, abr.- jun./2004, p. 12.

⁷² Primeiro artigo da série “Le Brésil et les républiques Sud-américaines”, *Courrier du Brésil*, 27/10/1856. Esta série foi publicada, sem o nome do autor, entre janeiro e maio de 1856.

⁷³ RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, vol. I, p. 143.

e razão de ser “um contrato submetido ao povo”. Ribeyrolles revela aqui seus ideais legalistas ao tornar a Constituição brasileira a vedete desta sua narrativa sobre o governo brasileiro. Mesmo que sua origem não seja repleta de esplendor e epopéias históricas⁷⁴, segundo o jornalista, a constituição brasileira vivia “sob o alento do espírito moderno”, pois consagrava os “direitos essenciais”, naquela época “suspensos e confiscados nas mais civilizadas sociedades européias”. Consumava a soberania nacional como o “direito superior, legítimo, vivente” nos artigos que ditavam que os “Representantes da Nação Brasileira” eram o “Imperador e a Assembléia Geral” e que “todos os poderes, no Império do Brasil, são delegados pela nação”. Estabelecia a livre expressão e liberdade de imprensa, liberdade de culto religioso (desde que respeitasse aquela do Estado e não ofendesse a moral pública) e ainda assegurava a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos — não que isso ocorresse de fato, pois nesta época a questão da educação era quase letra morta.

Ainda que essa imagem fosse construída pelo estrangeiro que, a despeito de suas ideologias, não desejava desagradar os senhores “brancos” da nação hospitaleira, de fato sob o Império de D. Pedro II os franceses republicanos puderam gozar de uma liberdade de expressão que os impressionava⁷⁵. Algo tão caro àqueles que tinham na imprensa sua tribuna partidária, considerando mais que esta havia sofrido restrições tanto sob a monarquia constitucional como na própria Segunda República e forte repressão sob o Império de Napoleão III. A “liberdade generosa”⁷⁶ que vivenciavam no Rio de Janeiro lhes permitia expressar com certa deferência sua crença republicana e sua crítica anticlerical e explicitar sem grandes mesuras sua revolta antibonapartista:

⁷⁴ “Nasceu sob o capacete de um soldado que não lembrava Numa nem o velho Minos”, RIBEYROLLES, *obra citada*, vol. II, p. 99.

⁷⁵ Charles Ribeyrolles comenta que a imprensa no Brasil era tão livre que as condições impostas aos órgãos do pensamento eram mais fáceis que nos Estados Unidos: “Não é verdade que no Brasil a Imprensa é inteiramente livre? Que não é entravada nem pelas sujeições fiscais nem pelos rigores administrativos, nem pelas repressões judiciárias, parciais e violentas? O fato é incontestável. Em parte alguma, mesmo nos Estados Unidos, impõe-se aos órgãos do pensamento público condições mais fáceis nem mais suaves responsabilidades. Por outro lado, não é verdade que, salvo algumas exceções, a imprensa no Brasil é quase inteiramente nula? Que o reclame e o pugilato pagos invadiram dois terços das folhas? Que não há nunca, ou quase nunca, estudos sérios, e que a idéia só é servida depois da mercadoria?”. *Courrier du Brésil*, p. 100.

⁷⁶ “Essa liberdade generosa e simples que se goza no Rio é especialmente agradável nas relações sociais, no mundo humano, onde todo pensamento realça, flor ou escorpião, sem que seja mister perscrutar as portas”. RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, vol. 1, p. 214.

“Por toda a parte noutra lugar que não o Brasil, sob os governos monarquistas nós teríamos temido a impressão que causa ainda esta expressão, República Francesa; mas no Rio de Janeiro, compreendera-se imediatamente que nós tomamos o bem, não importa onde ele se encontra e quais suas designações dos governos, sob as palavras: império, monarquia, república, não podem ter nenhuma influência na escolha que fazemos para similares citações: A abelha não se preocupa com o nome da flor de onde vai extrair o seu mel”.⁷⁷

O *Courrier du Brésil* reproduzia a imagem quase intocável de D. Pedro II, ou seja, o monarca civilizado, que não abusava de seu poder de imperador e que era bastante amado pelo povo por suas qualidades humanas: “É visível que D. Pedro II é muito amado pela grande família brasileira, e não se deve esta afeição a seu título de imperador, do qual ele não abusa jamais, ela está acima de tudo ligada a suas qualidades de homem”⁷⁸. Assim como Geslin havia dedicado sua poesia *Locomotive* à “generosidade” de D. Pedro II em relação ao povo brasileiro e ao progresso da nação, Hubert também elogia a boa vontade do monarca em consentir que a obra do republicano “vermelho”, Charles Ribeyrolles, fosse publicada sem censuras:

“O livro do Sr. Ribeyrolles, do qual extraímos alguns capítulos, é mais que um monumento literário, é um ensinamento claro e salutar, é a interpretação da história tratada ao gosto popular. Aqueles que o lerão, com imparcialidade e recolhimento, concordarão conosco que o autor de *Brasil Pitoresco* fez mais pelo povo brasileiro e pelo grandioso futuro do país, pela sua lealdade crítica e suas justas apreciações, que todos os Reybaud improvisados. O chefe de Estado, melhor que os outros diretores do pensamento de outrem, soube prestar a seu país um serviço que nenhum monarca sobre o globo ousaria imaginar: ele consentiu que saísse da imprensa nacional um trabalho notável, virgem de censura e inspirado pelo bom espírito da humanidade. Nesta época desastrosa, um tal ato não pode se realizar sem obter as homenagens mais legítimas”.⁷⁹

⁷⁷ *Courrier du Brésil*, 13/01/1856, este trecho finaliza uma matéria intitulada “*Enseignement*” [Educação], na qual se reproduz um discurso sobre projeto de lei apresentado à Convenção Nacional da Primeira República, que definia o ensino livre das ciências e das artes, como obrigação do Estado.

⁷⁸ Comentários feitos sobre a festividade do aniversário de 30 anos do Imperador, quando inclusive este, apesar de “raramente manifestar suas impressões em público, parecia feliz com aquela festa, e vimos colocar a mão em seu peito” quando foi cantado o hino nacional por vários artistas de segunda ordem. *Courrier du Brésil*, 9/12/1855.

⁷⁹ *Courrier du Brésil*, 31/7/1859, p. 1. É importante destacar que a produção de *Brasil Pitoresco* foi em parte financiada pelo governo brasileiro.

Todavia, por vezes faziam críticas aos reis e à igreja como se o Brasil não fosse dominado por estas instituições. A publicação de *Les Conspireurs* de Charles Ribeyrolles foi um exemplo marcante. Publicado em 1855 no *L'Homme*, referia-se a outro contexto, no entanto, seu teor e o estilo de sua escrita poderia agredir qualquer monarquia católica. O publicista foi tachado como conspirador, assim como outros exilados na Inglaterra. Respondeu à calúnia, então, afirmando ferozmente que a verdadeira conspiração era realizada pelas dinastias e pelos clérigos:

“Encontremos uma dinastia, que se diga império ou monarquia e que não seja uma conspiração desta espécie, uma conspiração organizada de alguns contra todos? e estas pessoas, estes eternos monopolizadores, denunciaram-nos como saqueadores! (...) onde estão os conspiradores?”

Na igreja católica romana que seduz a mulher, brutaliza a criança, explora todas as ignorâncias, eterniza todas as misérias, e por suas cem milícias organizadas e disciplinadas, por suas cátedras, seus confessionários, seu ensinamento, suas subscrições, seus milagres escandalosos, suas piedosas loterias, envenena, degrada, domina a consciência humana”.⁸⁰

Além disso, galhofavam os “reis” de forma divertida em comemorações tradicionais. A composição musical feita na comemoração do dia de reis em 1856 entre os republicanos no Rio de Janeiro fez lembrar a atuação *montagnard* na França, quando a propaganda republicana era divulgada por meio de *vaudevilles* entre os letrados. No entanto, a *Chanson des Rois* dos letrados franceses da Corte brasileira fazia sucesso em “uma reunião de artistas e realistas da fava”⁸¹, cantada com “ares de *Marianne*”. A música canta os reis, porém “os reis da fava”:

“Quand d’un bout à l’autre du monde,
Vidant la querelle des rois,
Les peuples au canon qui gronde,
Se reveillent comme autrefois
Quand sur la terre

⁸⁰ *Courrier du Brésil*, 24/07/1859.

⁸¹ Na França existe um costume antigo de consumir uma espécie de torta doce e recheada, a "Galette des Rois", em todo o mês de janeiro e principalmente no Dia de Reis. Dentro da torta se colocava uma fava seca ou grão de feijão e quem o encontrasse seria o "rei do dia" ou o "rei da fava".

Leur cri de guerre
Semble étouffler tous les refrains joyeux
Dans cet asile
Simple et tranquille,
Narguons en paix tous les ambitieux
Qu'un autre chante le vain rêve
Des conquérants faiseurs de lois
Moi je veux bien chanter le rois
Mais les rois de la fève".⁸²

⁸² “Quando, de um extremo a outro do mundo, / Esgotada a querela dos reis / Os povos ao canhão que ralha / Se despertam como em outrora / Quando sobre a terra / Seu grito de guerra / Parece sufocar todos os refrãos alegres / Neste asilo / Simples e tranqüilo / Desafiamos em paz todos os ambiciosos / Que um outro cante o sonho em vão / Dos conquistadores fazedores de leis / Eu quero muito cantar os reis / Mas os reis da fava”. Há ainda mais cinco estrofes nesta canção. *Courrier du Brésil*, 20/01/1856.

3. Do socialismo lato sensu ao socialismo associativista

Há diferentes versões sobre a origem dos termos “socialismo” e “socialista” no século XIX. Segundo Howard Cole, a palavra “socialismo” apareceu pela primeira vez já com sentido “igualitário” e o fato teria ocorrido pela primeira vez em 1832 na revista sansimoniana *Le Globe*⁸³. Jacques Birnberg afirma que Pierre Leroux publicou em 1833 na Revista enciclopédica “*Philosophie sociale. Cours d’économie politique fait à L’Athénée de Marseille par Jules Leroux*”, ensaio reeditado sob o título “*De l’individualisme et du socialisme*”, no qual este novo conceito de socialismo teria recebido seu nome de batismo⁸⁴. Os Leroux tratavam nestes trabalhos matérias simultaneamente tanto contra o liberalismo egoísta dos proprietários e como contra a ameaça do despotismo de um socialismo autoritário — Michel Winock afirma que o pensamento socialista em formação se opunha a princípio a duas correntes: ao “comunismo” proposto pela maioria das “utopias” do século XIX, que prometiam repartir as riquezas existentes; e à “escola clássica inglesa”, representada por Adam Smith⁸⁵. E por fim, Winock expõe que os termos “socialista” e “socialismo” surgiram na Inglaterra em 1822, “sob a pena de homens próximos a Robert Owen”, definido por Winock como antigo industrial “que passa por inventor da doutrina”. Mas que apesar de forjada na Grã-Bretanha no início dos anos de 1820, somente se tornaria realmente usual mais de uma década mais tarde. Na França, estes epítetos se tornariam relevantes apenas a partir de 1831, depois que o jornal de Charles Fourier (1772-1837), *La Réforme Industrielle*, publicou em 12 de abril daquele ano um anúncio sobre uma reunião onde “os socialistas e industriais seriam maioria”⁸⁶.

De qualquer forma, a França foi, no primeiro terço do século XIX, juntamente com a Inglaterra, o berço do “socialismo”. Durante os anos de 1840, era comum se exprimirem

⁸³ COLE, George Douglas Howard, *Historia del pensamiento socialista – Los precursores (1789-1850)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1957, vol. 1.

⁸⁴ Pierre Birnberg cita Armelle Le Bras-Chopard, *De égalité dans la différence. Le socialisme de Pierre Leroux*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 438-439. Ver em *Romantisme. Colloques. Les Socialismes Français 1796-1866 – Formes du discours socialiste*. Jacques Birnberg (org), prefácio de Maurice Agulhon, Paris, Editions SEDES, 1995, p. 5.

⁸⁵ WINOCK, Michel, *Le socialisme en France et en Europe – XIXe – XXe siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 25.

⁸⁶ Winock se baseia em informações de Jacques Gans, “L’origine du mot ‘socialiste’ et ses emplois les plus anciens”, *Revue d’histoire économique et sociale*, vol. 35, n.1, 1957. WINOCK, obra citada, p. 11.

através de uma multiplicidade de escolas e de séquitos, de um conjunto de autores (pensadores sociais), a maioria isolados, que são considerados os precursores das idéias socialistas. Excetuando o comunismo revolucionário e “insurrecionista” de Blanqui, herdeiro do babouvisme⁸⁷, todos se propunham a criar um mundo novo pacificamente, pela virtude da propaganda e do exemplo. Apesar da grande diversidade de idéias, todos estavam de acordo ao denunciar os resultados nefastos do “*laissez faire*”, em reivindicar uma intervenção do Estado a favor das “classes mais numerosas e mais pobres”⁸⁸, e em preconizar a formação de associações de produtores, que substituiriam gradualmente as empresas capitalistas — como Victor Considerant, Phillippe Buchez e Louis Blanc. Essas idéias seduziram tanto os pequenos grupos das classes médias (“*capacités*”) ou modestos proprietários de oficinas, hostis ao monopólio político e à supremacia econômica dos notáveis; como também tinham a audiência de uma elite das classes operárias das grandes cidades, principalmente no mundo dos ofícios tradicionais. Por outro lado, o proletariado dispersado no campo e aquele concentrado e bastante explorado das grandes indústrias mecanizadas que surgiam permaneceram marginais a essas doutrinas até a segunda metade do século XIX.

Jacques Droz afirma que um dos traços que distingue a França de 1815 e 1848 é o aumento do volume das doutrinas e das escolas socialistas. Se comparada à Inglaterra e, com maior razão, à Alemanha desta época, a França seria incontestavelmente o país do socialismo. Ainda segundo Droz, apenas a economia não poderia explicar este avanço político e ideológico⁸⁹. Fazendo uma comparação também, Winock afirma que o “socialismo alemão” tinha a força da teoria, mas o “socialismo francês” tinha a tradição revolucionária em sua base⁹⁰.

Winock ainda nos remete à discussão sobre progresso e revolução feita anteriormente, quando afirma que o socialismo concebido no ocidente é tributário de uma herança judaico-cristã que traz consigo uma determinada concepção de tempo histórico,

⁸⁷ Referente a François Noël Babeuf, conhecido como Gracchus Babeuf, foi um dos responsáveis pela incitação da “Conspiração dos Iguais” em 1795. Winock define Babeuf como um “pré-socialista”, que teria oferecido o primeiro exemplo de “comunismo aplicado”, como ideologia e como ação revolucionária. WINOCK, obra citada, p. 24.

⁸⁸ LÉVÊQUE, obra citada, p. 59.

⁸⁹ DROZ, Jacques, *Histoire générale du socialisme*, Presses Universitaire de France, 1972, pp. 443.

⁹⁰ WINOCK, obra citada, p. 22.

distinto do tempo cíclico dos Antigos (gregos), sendo ele linear ou dialético. Neste sentido, sobre a concepção de história incide a noção de “*marche en avant*”, ou seja, a idéia de progresso, inseparável do sentimento de esperança, que pode se transformar em “esperança violenta”⁹¹ ou “revolucionária”.

No entanto, o socialismo da primeira metade do século XIX ainda era aquele que se concebia pela repulsa ao individualismo absoluto, pela atenção ao interesse coletivo e à sorte dos pobres e frágeis. O socialista era aquele cujo pensamento tratava das questões sociais, o que conferia certa amplitude à palavra, nem sempre admitida atualmente. Mesmo em sua imprecisão, a palavra designava uma nova realidade e que abria o campo para um “socialismo plural” capaz de identificar ou aproximar idéias não exatamente iguais como “cooperativismo” e “associativismo”, e ainda, atrelar ao seu significado as noções de “democracia” e “república”⁹². Segundo Agulhon, esse socialismo elástico de antes é a fonte comum tanto do “utopismo julgado perigoso” como do “humanismo social hoje em tudo admitido e banalizado”⁹³.

Nesta época, poderia qualificar como “socialista” tanto Victor Hugo como até mesmo Napoleão III. Émile Ollivier⁹⁴, republicano que se uniu ao governo imperial bonapartista em 1860, assim o fez porque aprovava e admirava precisamente o “socialismo *latu sensu*” do governo de Napoleão III, que se exprimia na preocupação que ambos tinham, segundo Ollivier, em melhorar a sorte dos pobres. É interessante notar que assim como Charles Beslay, Émile Ollivier não suportava o sectarismo partidário e respeitava as

⁹¹ Expressão de Apollinaire, WINOCK, *obra citada*, p. 19.

⁹² Ivone Gallo afirma que esta relação aparece mais claramente no seio do movimento fourierista depois de 1848. GALLO, Ivone Cecília D’Ávila, *A aurora do socialismo: fourierismo e Falanstério do Saí*, Campinas (SP), tese de doutorado – IFCH/Unicamp, março / 2002, p. 20.

⁹³ AGULHON in *Romantisme. Colloques. Les Socialismes Français 1796-1866 – Formes du discours socialiste*, p. 2.

⁹⁴ Émile Ollivier ficou conhecido como “O republicano” que se uniu ao Império e o chefe do governo que se engajou na desastrosa guerra de 1870. “Sua simpática juventude quarante-huitarde” em Provence passa a ser um pouco melhor conhecida, segundo Agulhon, graças aos esforços de sua filha Anne Troisier de Diaz. Em *Regards sur Émile Ollivier* conhece-se a figura um homem “bom e honesto”. A distinção “virtual” entre uma luta especificamente “socialista” e uma luta especificamente “republicana” (ou seja política) provoca diversos julgamentos que poderiam ser observados sobre a figura de Émile Ollivier mesmo em sua primeira passagem pelo poder, em Marseille na primavera de 1848. Entre os comissários da república, ele foi o mais moderado e o mais ousado (audacioso). O mais moderado se nos retemos na política pura, quando ele recusava o poder exclusivo aos republicanos de Marseille, se recusava a revogar os legitimistas, compondo um conselho municipal pluralista e conciliador. O mais ousado se nos retermos no plano social, que ele foi contrário a retirada da jornada e 10 horas, como em Paris, que a regra na província era de 11 horas; esta discpota a estudar as reivindicações operárias com os interessados.

idéias socialistas de Proudhon (Beslay era mais ainda um seguidor); no entanto, ao contrário de Ollivier, Beslay repudiava qualquer idéia que definisse o governo de Napoleão III como um “império liberal”⁹⁵. Quanto a Émile Ollivier, repudiava os republicanos que se tornaram “jacobinos” principalmente depois de 1848-1851. Para ele, o “jacobinismo” era contrário ao socialismo, sendo este entendido como um intervencionismo social justificado por uma ética e uma sensibilidade humanitárias. Tornou-se bem mais um liberal e muito menos “socialista” que foi em sua juventude romântica *quarante-huitard*. No entanto, como afirma Agulhon, essa idéia de socialismo, no sentido que existia por volta de 1848, mais próxima do pólo humanitário que do coletivista, mais próximo do pólo moral que do institucional, tornou-se banal e conquistou seu lugar em nossa cultura política.

Na França, o republicanismo e o socialismo sempre estiveram muito próximos, mas essencialmente depois de 1848 estas ideologias se aproximaram da ação de grupos organizados e das aspirações democráticas. No entanto, suas aspirações eram distintas: a democracia burguesa tinha a pretensão de instaurar a igualdade diante da lei e estabelecer o “reino da liberdade” sobre a cidade; o socialismo buscava a igualdade sobre as condições de vida e a realização do “reino da liberdade” não apenas para o cidadão, mas também para o produtor, ou seja, o trabalhador. Segundo Agulhon, “a república dos *quarante-huitards* e daqueles que foram tão adequadamente chamados de *démocsoc* deságua tão naturalmente no socialismo”⁹⁶, mas num socialismo pelo direito, pela lei estabelecida.

De fato, a *generalização* que Agulhon faz sobre as definições de um “*quarante-huitard*” é interessante e tão romântica quanto o espírito da revolução de 1848. Contudo, este historiador não deixa de demonstrar que o conjunto de republicanos que define como *quarante-huitards* era bastante amplo e plural, assim como as convicções consideradas de esquerda depois de 1848. É interessante notar a distinção que Émile Ollivier — um *quarante-huitard* em sua juventude — faz entre “socialistas” e “republicanos”, principalmente aqueles que ele define como “jacobinos”. Em sua obra sobre o “Império Liberal”, escrita depois de 1870, estava bem predisposto a ressaltar a dialética complexa

⁹⁵ Émile Ollivier escreveu uma extensa obra sobre o Segundo Império intitulada *L'Empire libéral, études, récits, souvenirs*.

⁹⁶ AGULHON, 1848, p. 221.

das relações entre socialismo e República, existente em sua época e hoje bastante esquecida.

Dessa forma, Émile remonta à década de 1840 e narra que nesta época muitos militantes republicanos abandonaram o “tudo ou nada” pela “prática do bom senso” e assim “a imensa maioria do proletariado” os acompanhou. Depois de algum tempo, a consciência do operariado sofreu uma “evolução” e de republicano se tornou socialista. Afirma que os operários daquela época preferiam discutir sobre Leroux, Fourier, Cabet e Proudhon a se preocupar com a sucessão do chefe de Estado, tomando a questão das formas de governo como algo secundário. É relevante observar que Ollivier se reporta à organização do operariado dos anos de 1840, mas tendo em vista seu movimento depois de 1870.

Para Ollivier, era necessário respeitar os utopistas, pois suas intenções eram “puras, desinteressadas, e seu esforço generoso”. Faz elogios a Pierre Leroux e Victor Considérant e afirma que estes, “a fim de se distinguirem dos revolucionários puros, que Blanqui conduziu à esquerda e Ledru-Rollin à direita, eles se disseram socialistas, isto é, os apóstolos do amor e da paz, por oposição aos sectários da raiva e do combate”⁹⁷. Porém, Ollivier mantinha para si, depois de 1870, a definição de um socialismo relativo a uma época quando não necessariamente as doutrinas se ligavam ao republicanismo, nem a um programa preciso de coletivização, tampouco era pensado claramente como uma ação política.

Contudo, o próprio Émile demonstra como após 1848, e principalmente depois da década de 1850, a noção sobre o socialismo começou a mudar. Quando trata do período do Segundo Império, os epítetos socialismo e socialista dificilmente são empregados, pois para ele as convicções que passaram a ser propagadas depois de 1850 deixaram de lado a boa fé utopista e operária dos anos de 1840, e não se referiam mais às “boas intenções sociais dos homens do poder”. Quando se remete aos socialistas pós 1850, trata da oposição ligada aos republicanos, e todos são denominados, então, como “jacobinos”⁹⁸ e “demagogos”. Para

⁹⁷ Émile Ollivier citado em AGULHON, “Émile Ollivier, le socialisme et le bonapartisme”, *obra citada*, p. 15.

⁹⁸ Definição de Émile Ollivier sobre o(s) jacobinismo(s), citado por Agulhon: “O jacobinismo não consiste em elevar ao cadafalso (...). O Jacobinismo nem é mesmo a expressão de uma opinião política determinada (...). Existem jacobinos entre os republicanos; mas também existem entre os imperialistas, entre os realistas, entre os católicos, entre os protestantes e, acredite, entre os ateus. O jacobinismo é um método e não uma opinião,

Ollivier, o único republicanismo que se mantinha tolerável era aquele dos proudhonianos: o máximo de um socialismo “à antiga” e o mínimo de “intransigência política”⁹⁹. De fato, este era o ideal republicano que prevaleceu na primavera 1848; não necessariamente o proudhoniano, mas a instauração da República através da tutela burguesa sobre o Estado e o socialismo associativista dos operários da Comissão de Luxemburgo — ainda assim, nas eleições em abril de 1848, alguns operários delegados na comissão concorreram com candidaturas para a Assembléia Legislativa.

Pierre Lévêque define o socialismo *montagnard* como um “socialismo prático”¹⁰⁰ e, na verdade, muito próximo ainda daquilo que Émile Ollivier entendia como “socialismo” — ainda que o partido da Montanha estivesse repleto de “jacobinos”. Preocupados em dar um conteúdo social ao regime republicano, os *montagnards* repudiaram o comunismo, mas aceitavam o socialismo, tomado em um sentido mais geral: como “o contrário do egoísmo e do individualismo”, como o “princípio do amor dos cidadãos uns pelos outros”, como um desejo fascinante pela reforma a favor dos mais desprovidos. Este “socialismo prático” que não estava restrito a nenhuma escola, inspirou uma parte de seu programa político. Em “Imprensa Democrática e Social”, publicado em 5 de abril de 1849, apresentam um programa defensivo no plano democrático, pois mantinham o sufrágio universal e todas as liberdades conquistadas em fevereiro, naquele momento já seriamente restringidas. E conforme o tradicional patriotismo da esquerda, oriundo da tradição de 1792, o texto reivindica o ensino gratuito e obrigatório, reformas fiscais, organização com ajuda do Estado de um crédito agrícola descentralizado, encorajamento de associações de toda natureza — cooperativas de produção e mutuais —, a centralização e a exploração a proveito de toda a sociedade, a nacionalização da produção dos setores mais concentrados do capitalismo da época — seguros, bancos, estradas de ferro, canais e minas —, e mesmo

todas as opiniões o servem”. Segundo Agulhon, para Émile havia os jacobinos extremistas (Robespierre, Blanqui) e os jacobinos moderados (Ledru-Rollin, Jules Favre, etc). O “Mal” não estava sobre a violência física, porque ela não estava forçosamente presente; estava essencialmente sobre a violência intelectual, o sectarismo, a má fé — que havia inclusive entre os jacobinos realistas. AGULHON, *obra citada*, p. 18.

⁹⁹ Émile se refere assim aos delegados franceses no Congresso da Internacional em 1867, em Lausanne: “operários inteligentes, honestos, corajosos”, “operários republicanos proudhonianos e por conseqüência inimigos do jacobinismo ardente ou moderado que formava o fundo das idéias de oposição burguesa dos advogados e jornalistas. Influenciados certamente pelo meu exemplo, eles queriam aplicar em proveito do socialismo o método que eu emprego a reivindicação da liberdade. Eles não deram a sua associação nenhuma característica de ódio contra o Império; eles se colocam de fora dos partidos, se limitando a reclamar a emancipação social como eu reclamava a emancipação política”. Citado em AGULHON, *obra citada*, p. 16.

¹⁰⁰ LÉVÊQUE, *obra citada*, p. 73.

a regulação do comércio graças a entrepostos e mercados públicos nacionais. Estes temas foram defendidos pelos homens de meios sociais diversos: uma maioria de profissionais liberais, alguns “funcionários” geralmente modestos, alguns patrões da indústria e comércio e poucos operários e agricultores. Aqueles ligados às classes médias poderiam em geral exercer uma verdadeira “patronagem democrática” em relação às classes populares.

Charles Beslay afirma em suas memórias que era um socialista mesmo antes “do socialismo de 1848”, que antecipou suas doutrinas e seus atos posteriores devido a uma atitude que exemplifica a patronagem democrática¹⁰¹ — apesar de não se definir como um *montagnard*. Narra que em 1847 criou em sua empresa uma “sociedade de encorajamento”, cujos estatutos atrelavam aos benefícios de seus trabalhadores uma parte dos ganhos da produção. Assim, segundo Beslay, a produção da oficina até mesmo aumentou, aumentando também os ganhos e os próprios benefícios e, como se estivesse militando, afirma que “na verdade, os benefícios assim repartidos entre os trabalhadores são, de certa maneira, apenas os benefícios que eles mesmos empregam aos produtos da empresa”. Mas a revolução de 1848 não permitiu que ele continuasse com este projeto criado por ele mesmo.

Entre os franceses no Rio de Janeiro na década de 1850, ainda que houvesse socialistas fourieristas como Huger, ou cabetianos como Casimir Lieutaud, ou até mesmo, e possivelmente, proudhonianos como Adolphe Hubert, no geral, o que se sobressalta é a idéia de um socialismo amplo, no entanto, menos vago que aquele identificado com ações humanitárias e mais atrelado às noções de democracia e república. Ou seja, um socialismo republicano que explicita o espírito *démosoc*, remoendo na experiência do exílio — e assim também pelo antibonapartismo exaltado — a acusação construída e oportunista de um “espectro vermelho”. É essa noção que Adolphe Hubert deixa transparecer em seu comentário sobre um artigo publicado no jornal *La Presse*, que trata das definições da palavra “socialismo”. O título da matéria, “O verdadeiro sentido de uma palavra”, deixa claro que Hubert concorda com o conteúdo do texto do *La Presse*. Eis seu preâmbulo:

¹⁰¹ “Que lecteur ne s’imagine pas que j’antecipe sur les principes et les actes de ma vie ultérieure, et que je m’applique, pour montrer plus d’inité dans ma carrière, à revêtir le député de 1834 des doctrines et des agissements du socialisme de 1848 et ce que je suis aujourd’hui, l’homme tout rampli d’une sympathie ardente pour le travailleur et tout pénétré du dési d’améliorer son sort”, BESLAY, *obra citada*, pp. 142-143.

“Constantemente se critica acerca da democracia, como [se fosse] um espantalho, a palavra *socialismo*. Muito se tem dito, quando se pronuncia este temível vocábulo, do qual tanto se aproveitou a reação. Nós mais de uma vez o examinamos sem receio e demonstramos que este vocábulo não encerra em seus flancos todas as coisas que se diz. O *La Presse* se explica, por sua vez, sobre este “espectro vermelho”, e é suficiente o bastante para fazê-lo desaparecer e se evaporar.

Quando, então, as pessoas não se deixarão mais atemorizar por um fantasma? Eis o artigo de *La Presse* que encerra tão justas observações. Nós incitamos todos, e principalmente aqueles que se apavoram ainda com esta palavra atemorizante, para que não se deixem mais atemorizar, e meditar”.¹⁰²

O artigo do *La Presse* começa se justificando porque recomendavam nas campanhas eleitorais os candidatos “socialistas” sob a denominação vaga e elástica de “liberais”, sendo então, segundo o jornal, *socialista* uma denominação menos vaga e menos clássica que *liberal*. O texto demonstra o quanto a palavra e seu entendimento mais vulgar provocavam repulsa e medo, tudo isso devido a uma falta de compreensão generalizada, pois se o povo soubesse que a noção de socialismo se atrela àquela de República, observariam que numa democracia, com sufrágio universal, todos seriam “mais ou menos socialistas”. No entanto, afirma que o socialismo sansimoniano e o fourierista, apesar de suas grandiosidades, já eram coisas do passado. De fato, o socialismo propagado pelo jornalista é aquele repudiado por Émile Ollivier, ou seja, um socialismo que relega o “utopismo” da primeira década do século e sobrepõe as questões republicanas e democráticas, atrelando a “palavra” a um “partido” (aquele da República, obviamente):

“Não há palavra que seja mais mal utilizada e que se tenha tão pouco êxito em definir. Para certas pessoas, é sinônimo das qualificações mais vis e mais odiosas, e os epítetos indigente e *partageux*¹⁰³ são equivalentes fracos. Estes pessimistas deveriam, entretanto, experimentar alguns escrúpulos e duvidar um pouco da justeza de sua definição, observando os membros da escola sansimoniana, a primeira entre as manifestações do socialismo contemporâneo,

¹⁰² Publicado na primeira página. *Courrier du Brésil*, 16/08/1857.

¹⁰³ Segundo o *Dictionnaire de la langue française* de Emile Littré, *partageur*, é aquele que divide e, em linguagem vulgar, criou-se o neologismo, *partageux*, aquele que é partidário da partilha de bens, da divisão de terras.

a dirigir as maiores empresas financeiras e industriais do país e mesmo a ocupar as cadeiras do Conselho de Estado. Qualquer opinião que se tenha sobre o socialismo, convém ao menos saber que existem socialistas e socialistas.

Se por socialismo se entende a pretensão de transformar, como por uma mudança de ponto de vista, as condições da atividade humana, de impor às livres manifestações da vida a camisa de força de um sistema preconcebido, de suprimir o tempo sobre o movimento irresistível e idealizado do progresso, de improvisar as leis sociais quando necessárias, ao contrário de buscá-las arduamente na história e na ciência, nós acreditamos que este socialismo não existe mais. O tempo das pretensões exclusivas, dos sistemas absolutos e das revelações sociais é passado. É ao menos a conclusão que se pode tirar da grandeza e da decadência do sansimonismo e do falanstério. Mas se por socialismo se entende a preocupação com os interesses da grande maioria, e o lugar preponderante que estes interesses ocupam do direito e da fé num país de sufrágio universal, nós acreditamos que, ao menos que seja insano, todo mundo é mais ou menos socialista hoje em dia. (...) Assim, vejam as coisas: uma palavra surgiu e tornou-se, em certo momento, a divisa de um partido. Ele se sacrificou sobre esta dupla significação [o fato de ser partidário e ainda partidário do socialismo]; no entanto, a idéia marcha, depura-se e se expande, e depois de muito tempo ela conquistou seu lugar legítimo e a palavra subsiste ainda com sua significação contestada”.¹⁰⁴

A falta de entendimento no Brasil sobre os significados de “socialista” e “comunista”¹⁰⁵, também provocou certa irritação nos editores do *Courrier du Brésil*, manifestada em sua *Chronique Brésilienne*, publicada antes mesmo daquele texto do *La Presse*. O *Correio Mercantil* havia publicado um longo artigo de Oscar Commettant (provavelmente um pseudônimo) sobre as “Associações nos Estados Unidos”, no qual comentava, “entre outras zombarias”, que Victor Considérant era um “apóstolo do comunismo”. O editorial do *Courrier*, ao ironizar o autor do artigo, revela de alguma forma a posição defensiva dos editores e também seu conhecimento sobre as diferenças entre socialismo e comunismo, e inclusive sobre quais pensadores atentavam para uma ou outra doutrina. Além disso, aproveita-se o ensejo para zombar dos proprietários “conservadores”:

¹⁰⁴ *Courrier du Brésil*, 16/08/1857.

¹⁰⁵ Quando Charles Ribeyrolles morre no Rio de Janeiro a imprensa brasileira presta várias homenagens ao proscrito francês. O jornal *A Legenda* faz sua homenagem ao “grande patriota e publicista eminente”, mas reprova seu suposto “comunismo”, atrelando-o à Proudhon: “Nós estamos longe, muito longe de aprovar a conduta de Ribeyrolles nesta ocorrência: todos sabem os grandes males que resultaram da adoção dos princípios *comunistas* e dos exageros de Prudhon [sic]”. Segundo Nelson Werneck Sodré, *A Legenda* está designada entre os “periódicos literários que proliferaram nas academias de Direito” e o nome de Teófilo Otoni aparece como responsável por esta folha. SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 283.

“Eis aí um destes escritores que falam de coisas que ignoram; porque se não as ignorasse esta seria a impostura flagrante. O Sr. Oscar Commettant (...) nos remete àqueles conservadores que dizem, assoando o nariz: — Sim, meu querido, eu prefiro o comunismo ao socialismo, pois sei ao menos que o comunista deseja francamente se apropriar daquilo que possuímos”.¹⁰⁶

Um dos teóricos socialistas que mais se evidencia nas páginas do *Courrier du Brésil* é Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). O periódico não era necessariamente um espaço de divulgação de suas idéias, pois tinha a pretensão de ser uma tribuna aberta para a diversidade de idéias — desde que não fossem conservadoras, clericais, bonapartistas. No entanto, devido à simpatia e à euforia que Adolphe Hubert manifestava com a publicação de textos de Proudhon, leva-se a crer que o socialismo proudhoniano seduzia o redator chefe do hebdomadário. É bastante plausível que outros colegas e colaboradores do jornal se animassem com as idéias proudhonianas, mas não foi possível constatar que houvesse seguidores de fato — para isso, seria necessária uma pesquisa voltada especificamente para esta questão.

Em 1858, quando Proudhon publicou no seu exílio em Bruxelas *La Justice dans la Révolution*, o *Courrier du Brésil* publicou comentários entusiastas em duas seções de um mesmo número do jornal. Mais uma vez a seção *Échos de Rio de Janeiro*, seção voltada especialmente para a comunidade francesa da Corte brasileira, foi utilizada para a publicação de uma questão que a princípio se referia ao estrangeiro — tanto que a informação sobre a publicação da obra de Proudhon foi noticiada numa seção anterior, a *Chronique Étrangere*. Assim, a única notícia da seção *Échos de Rio de Janeiro* afirmava que o livro de Proudhon era “o mais belo monumento da filosofia moderna”, mas que havia sofrido a censura do governo bonapartista “no dia seguinte a sua publicação”. A despeito disso, os editores do jornal prometeram aos seus leitores que extrairiam as passagens mais interessantes e estas seriam publicadas a cada semana. Na *Chronique Étrangère* daquele dia — na qual comentam que a publicação de *La Justice dans la Révolution* era o “maior evento das últimas notícias da Europa” — já havia publicado um pequeno trecho do primeiro volume da obra de Proudhon, mas isso não satisfazia a euforia dos editores, pois

¹⁰⁶ *Courrier du Brésil*, 05/10/1856.

“para fazer bem feito seria necessário publicar toda a obra”, algo que não era possível¹⁰⁷. Alguns trechos da obra de Proudhon foram publicados entre julho e setembro de 1858; em outubro o jornal apresentou uma extensa carta de um Ch. P., enviada à redação do jornal, na qual o autor comentava com bastante animação as críticas de Proudhon ao Estado e à Igreja e o vigor revolucionário que ainda persistia na Europa apesar da derrota de 1848. Esta carta-artigo acendeu provavelmente tamanha polêmica, que um dos célebres colaboradores do *Courrier du Brésil*, o naturalista residente em Nova Friburgo, Charles Pinel, sentiu-se em tal contingência que publicou nota no *Jornal do Commercio* para justificar que não era ele o autor do texto — e de fato não era¹⁰⁸.

L. de Geslin publica em uma crônica intitulada “As pessoas sem crédito e os capitalistas”¹⁰⁹, e talvez seja esta mais uma pista da influência de Proudhon, pois uma das questões mais caras ao teórico socialista foi a questão do crédito popular¹¹⁰. Geslin, em sua graça romântico-literária, define quem eram aqueles geralmente tratados com desprezo por “homens sem crédito”: o “cultivador inteligente”, que poderia possuir um bom pedaço de terra fértil, “cujo produto vai encher os celeiros dos milionários egoístas” — que não entendem quando escutam em suas orelhas “o grito de fome emanado pela voz” dos filhos do cultivador. São ainda “homens sem crédito” os advogados, os médicos, os instrutores, os homens da ciência que não sabem fazer fortuna, que trabalham para defender o oprimido, para atender ao indigente, para ensinar o amor à pátria e à justiça. Os “homens sem crédito” ignoram a “arte de empregar imprudentemente os interesses de outrem” e sua lealdade o faz

¹⁰⁷ *Courrier du Brésil*, 11/07/1858.

¹⁰⁸ “M. Charles Pinel, l’un de nos savants collaborateurs, a déclaré par la voie du *Jornal do Commercio* qu’il n’était pas l’auteur d’un article de polémique religieuse publié dans le *Courrier du Brésil* et signé Ch. P. Nous constatons l’exactitude de sa déclaration et nous ajoutons pour réflexion que M. Ch. Pinel a beau s’en défendre, il est lié de parenté par la science à ceux qui, en combattant les abus de le du catholicisme et de l’idolâtrie, cherchent avec lui le bonheur de l’humanité”. *Courrier du Brésil*, 14/11/1858.

¹⁰⁹ Apesar de não haver nenhuma referência direta, talvez o artigo de Geslin se refira a uma questão tratada no mesmo dia no editorial do *Courrier du Brésil*, a *Chronique Brésilienne – Revue de la semaine*, que critica a forma como o crédito imobiliário vinha sendo discutido no Brasil, pois apresentava-se como uma possível para os capitalistas e agiotas do ramo imobiliário. *Courrier du Brésil*, 19/10/1856.

¹¹⁰ Durante a primavera de 1848, Proudhon era um dos poucos que de fato fazia a propaganda do socialismo através de um jornal, o *Le Peuple*, mas mantinha-se profundamente alheio as lutas de maio e junho, ainda que tivesse sido eleito em abril para a Assembléia Legislativa. “(...) nada o inquietava, e ele continuava afirmando que a questão social só poderia ser resolvida mediante o crédito gratuito, com a criação de um banco comercial cujo capital seria gerado pela redução compulsória, em um terço, dos arrecadamentos, aluguéis e juros. Proudhon estava tão convicto da excelência de seu sistema que preferiu intitular-se “economista” e não “socialista”. Apresentou seu projeto de lei à Assembléia julho de 1848; os colegas o vaiaram e aclamaram a refutação de Thiers. “O socialismo foi rejeitado por 600 votos contra dois”. AGULHON, 1848, p. 81.

perder “os frutos de seu penoso trabalho”. E por contraste, a crônica de Geslin fala com certo desprezo dos “capitalistas”, homens tratados como “cordeiros de ouro”. No entanto, para Geslin e seus colegas (utiliza a primeira pessoa do plural) “faziam pouco caso dos ídolos” e “não se curvavam vergonhosamente diante desta palavra, *capitalista*”. Quanto ao “homem sem crédito”, jamais seria tratado com desprezo — pelo autor do texto e por aqueles que se identificavam com seu conteúdo — e merecia mais simpatia e confiança que o “capitalista”¹¹¹.

Outro importante pensador social, no entanto “comunista”, também teve bastante espaço nas páginas do *Courrier du Brésil*. Étienne Cabet morreu em novembro de 1856 em Saint Louis (Missouri – EUA), onde tocava seu projeto de colônias icarianas — o *Courrier du Brésil* publica artigo sobre estas em 26 de fevereiro de 1860. Em março de 1857 Casimir Lieutaud, outro colaborador do *Courrier du Brésil*, recebeu um carta de alguns franceses que estavam organizando uma subscrição para auxiliar a viúva e a filha de Cabet, que continuavam residindo nos Estados Unidos sem ter como sobreviver. Os autores da carta, publicada na primeira página do *Courrier du Brésil*, afirmavam que tal auxílio era um “testemunho da estima por um homem, que depois de ter consagrado sua vida à causa democrática, deixava sua família sem nenhuma fortuna”. Lieutaud se responsabilizou por coletar as contribuições no Rio de Janeiro e publicou em outro número do *Courrier du Brésil* uma página inteira divulgando mais uma vez a subscrição organizada pelos dignos compatriotas proscritos¹¹² e trechos de jornais dos Estados Unidos, da Alemanha e da Inglaterra que homenageavam Cabet. Além disso, o provavelmente *cabetiano* Casimir Lieutaud escreveu ele mesmo um texto no qual ressalta a importância de Cabet, principalmente para a “classe dos trabalhadores”, que não poderia deixar de reconhecer sua dedicação, e critica as calúnias que o difamaram devido a sua doutrina social:

“(…) como democrata, ninguém rendeu maiores serviços à causa do Povo que o venerável cidadão Cabet. Nós não tememos afirmar que, como filósofo e

¹¹¹ *Courrier du Brésil*, 19/10/1856.

¹¹² Carnot, Ministro da Instrução Pública em 1848; Guinard, antigo coronel da guarda nacional de Paris; Hodé, médico e antigo membro do comitê socialista para as eleições; Vauzy, redator chefe do *Républicain Populaire et Social* em 1851. Informações fornecidas por Lieutaud, *Courrier du Brésil*, 26/04/1857.

reformador, ninguém trabalhou com mais ardor, devotamento e perseverança para a saúde e a felicidade da Humanidade inteira. (...)

A classe dos trabalhadores, sobretudo, não deve deixar de mostrar seu reconhecimento por este atleta intrépido e infatigável que lutou, por mais de quarenta anos, a seu favor, nas fileiras mais avançadas da democracia, e que se interessou mais particularmente por sua sorte, sendo a mais abandonada e desgraçada.

Quanto às calúnias, tão indignas quanto absurdas, que alguns miseráveis, alistados sem dúvida na polícia dos déspotas e cúmplices pela infame e pérfida companhia dos jesuítas, dirigidos contra Cabet e contra a doutrina social. Nós não acreditamos poder melhor respondê-los senão citando as opiniões notáveis de vários escritores desinteressados, referente ao ilustre fundador de Icaria e sua sublime moral”¹¹³

Os franceses no Rio de Janeiro, muito provavelmente através de Casimir Lieutaud, correspondiam-se com a *Revue Icarienne*, periódico publicado pelos colonos icarianos em Saint Louis. Dois anos depois desta manifestação pela subscrição a favor da família de Cabet, o *Courrier du Brésil* publicou uma nota divulgada por aquele jornal da comunidade francesa de Icária (Saint Louis). O texto da *Revue Icarienne* revela a freqüente comunicação com a comunidade francesa do Rio de Janeiro através de números enviados do *Courrier du Brésil* e afirma, com certo exagero, que este periódico publicava constantemente artigos a favor de sua causa, do comunismo e do pensamento de Étienne Cabet:

“Nossos amigos do Rio de Janeiro têm nos enviado de tempos em tempos o *Courrier du Brésil*, que se publica nesta cidade. Nestes últimos dias nós recebemos muitos números deste jornal a título de troca. O *Courrier* nos pareceu conter até aqui notícias e artigos bastante interessantes. Além disso, este jornal se mostrou bastante favorável a nosso respeito, e publicou em muitas ocasiões detalhes concernentes ao Comunismo, à Sociedade Icariana e ao Fundador de Icária. (...) Nós nos recordamos com satisfação e reconhecimento aquilo que o *Courrier du Brésil* disse sobre o assunto da subscrição a favor da viúva de Cabet. Aproveitamos a ocasião para lhe agradecer este acolhimento simpático, e para assegurar que, quanto a nós, trocaremos [os periódicos] com prazer”.¹¹⁴

¹¹³ Lieutaud utiliza a expressão “la classe des travailleurs”, *Courrier du Brésil*, 26/04/1857.

¹¹⁴ Seção *Échos de Rio de Janeiro*, *Courrier du Brésil*, 13/03/1859.

No entanto, 1848 deixou marcada, entre outras coisas, a ligação entre socialismo e o forte ideal de organização do trabalho (associativismo cooperativo e mutualista), ou seja, a aproximação entre um movimento de trabalhadores e classes pobres e um movimento socialista amplo e mais burguês. Juntamente com a questão do trabalho, o socialismo também se tornou um dos elementos do “sistema de idéias legado à história” depois de 1848 e 1851 e neste período tomou a forma de um movimento de massas. Sewell afirma que esse “primeiro socialismo” que adotaram as massas laboriosas em 1848, nasceu tanto da experiência política concreta das corporações operárias e revolucionárias quanto das noções abstratas e “utópicas” produzidas pelos teóricos socialistas. O socialismo associativista mais amplo foi influenciado por uma gama de tendências socialistas francesas, desde Louis Blanc a Proudhon e outros economistas sociais talvez menos célebres¹¹⁵. O mundo do trabalho francês e os movimentos socialistas nos anos ulteriores mantiveram a marca dessa origem até o início do século XX quando, sob as “hostilidades mundiais, a revolução bolchevique e a fundação do partido comunista” (1920), o socialismo renunciou definitivamente a sua visão associativista — William Sewell diria “corporativa” — que invocou em 1848. No entanto, a visão marxista sobre o socialismo já vinha se impondo desde a década de 1870¹¹⁶.

No Brasil, dentro da comunidade francesa do Rio de Janeiro, o socialismo “associativista” se expressou na organização de uma sociedade mutualista composta por várias “classes” e “profissões”, como diriam seus próprios fundadores, no entanto, era uma organização formada ainda assim pelo “homem que ganha, dia a dia, o pão que come”¹¹⁷. Esta história é narrada no último capítulo desta dissertação.

¹¹⁵ Em 23/8/1857 o *Courrier du Brésil* publicou na primeira página uma notícia intitulada “Les ouvriers des Deux Mondes” que divulgava a criação de uma *Sociedade Internacional de Estudos Práticos de Economia Social*, senão articulada pelo economista social Frederic Le Play (1086-1882), ao menos influenciada por este. Eis o comentário do *Courrier* e parte do primeiro artigo dos estatutos da sociedade, citado pelo jornal: “Sr. Le Play, autor de *Ouvriers européens*, fez decididamente escola. Veio a se estabelecer senão sob sua direção, ao menos sob sua influência, uma sociedade internacional que tem por fim (...): constatar, pela observação direta dos fatos de todos os países, a condição física e moral das pessoas que se ocupam dos trabalhos manuais, e as relações que as ligam seja entre elas, seja com pessoas pertencentes às outras classes”. Descrevem ainda neste primeiro artigo parte de seu método, seu título e a promessa de publicações periódicas dos estudos realizados.

¹¹⁶ SEWELL, obra citada, p. 368.

¹¹⁷ Adolphe Hubert, *Courrier du Brésil*, 02/11/1856.

CAPÍTULO 3

A comunidade francesa no Rio de Janeiro

1. A população francesa no Brasil: quadro de impressões

Na década de 1850 os franceses já teriam erigido uma comunidade promissora nas ruas da Corte do Império Brasileiro, imprimindo sua marca no Cais Pharoux, na Rua do Ouvidor e em outros espaços da cidade. Deste outro lado do Oceano Atlântico, assim como na Argélia, a França e a África se encontravam¹. Porém, no Rio de Janeiro conviviam nas ruas como estrangeiros que colonizavam uma segunda pátria, quase todos trabalhadores manuais, entre escravos de ganho, artistas e artesãos de oficinas e lojas.

O espírito francês se impôs em um momento que o Império encontrou seu auge no século XIX. Nos idos de 1850 foram implantadas estradas de ferro, a iluminação a gás “invadiu quase tudo, teatro, edifícios públicos, armazéns, as ruas”², e o telégrafo elétrico foi inaugurado em 1852. O capital gerado tanto pela exportação do café como pelo fim do tráfico de escravos fez o Império e principalmente sua Corte conhecerem um considerável desenvolvimento urbano. O Rio de Janeiro nesta época tinha mais de 200.000 habitantes³, o que fez dela a maior cidade da América do Sul⁴. Havia espaço e mercado propícios para os estrangeiros que procuravam fugir das crises políticas e econômicas que agitavam a Europa e construir no Novo Mundo melhores condições de vida. De acordo com levantamento feito por Lená Menezes, em 1844, quando o *Almanak Laemmert* passou a ser publicado, havia o registro de 86 lojas de fazendas secas, 15 de modas francesas, 15 de calçados, 14 de louças e vidros, 14 lojas de chá e 35 de víveres de secos e molhados. Ao menos metade dos estabelecimentos comerciais pertencia a estrangeiros. O Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro em 1856 contava com a inscrição de 52 “negociantes nacionais”, 52 “negociantes estrangeiros” e 22 razões sociais⁵. Em 1861, o número de estabelecimentos aumentou em

¹ Charles Ribeyrolles comenta em seu *Brasil Pitoresco* a população do Rio de Janeiro: “Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto. Lá está, sentada, acorçada, ondulosa e tagarela, com seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos (...)”. RIBEYROLLES, vol. 1, p. 203.

² RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, v. 1, p. 189.

³ De acordo com o recenseamento publicado em 1872, o Município Neutro tinha um total de 274.972 habitantes, entre 226.033 livres e 48.939 escravos. Também de seu total, 151.799 eram considerados “brancos”, 66.344 “pretos”, 55.906 “pardos” e 923 caboclos. Todos os dados deste recenseamento estão disponíveis no site da biblioteca digital do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>.

⁴ HAHNER, June E., “Adèle Toussaint-Samson: uma viajante estrangeira desconhecida e fugida”, *Revista do IHGB*, 165 (423), abr./jun. 2004, pp. 33-41, p. 40.

⁵ *Courrier du Brésil*, 29/06/1856.

torno de 300% em relação a 1844, verificando-se 193 lojas de fazendas secas, 54 de modas francesas, 55 de calçado, 59 de louças e vidros, 45 lojas de chá e 190 de víveres de secos e molhados.

A despeito dos milhares de colonos alemães, italianos e suíços que vieram ao Novo Mundo, transportados para substituírem o trabalho escravo nas fazendas de café a partir desta época, na Corte brasileira o ambiente era favorável principalmente para os franceses e os ingleses, já que os produtos destas nacionalidades estavam em voga. Como afirma Lená Menezes, “vestir-se na última moda de Londres ou Paris tornara-se um imperativo dos novos tempos e aquele(a)s que produziam moda, ícones de uma nova era, de sofisticação e luxo”⁶.

De fato, a expressividade de lojas, salões de modistas e cabeleireiros, oficinas, galerias e restaurantes franceses na Rua do Ouvidor era tão marcante, que frequentemente despontava a comparação com a Rua Vivienne em Paris⁷. O *Courrier du Brésil* não deixou de fazer esta analogia: a rua do Ouvidor, “esta que é para nós, parisienses do Brasil, nossa Rua Vivienne”⁸. O publicista exilado Charles Ribeyrolles reproduziu esta caracterização que se tornou bastante usual sobre a comunidade francesa daquele período, ou seja, os

⁶ MENEZES, obra citada, p. 12.

⁷ A *rue Vivienne* ainda é famosa por suas lojas suntuosas, galerias de arte, museus e restaurantes. Walter Benjamin descreve suas impressões sobre esta rua: “Estas portas — as entradas das passagens — são limiares. Não os demarca nenhum degrau de pedra, mas sim a atitude de expectativa de algumas pessoas. Passos parcimoniosamente medidos refletem, sem que as pessoas o saibam, que se está diante de uma decisão. Casa de sonho. Amor. Lojas na passagem de Panoramas: Restaurante Véron, gabinete de leitura, loja de música, Marquês, comércio de vinhos, malharia, aviamentos, alfaiates, sapateiros, malharias, livreiros, caricaturistas, *Théâtre des Variétés*. Em contraposição, a *Passage Vivienne* era a passagem séria. Lá não havia lojas de luxo. Moradas de sonho: passagem como nave de igreja com as capelas laterais. (...) O comércio e o tráfego são os dois componentes da rua. Ora, nas passagens, o segundo está praticamente extinto; o tráfego aí é rudimentar. A passagem é apenas rua lasciva do comércio, só afeita a despertar os desejos. Mas, como nesta rua os humores deixam de fluir, a mercadoria viceja em suas bordas entremeando relações fantásticas como um tecido ulcerado. (...) O flâneur sabota o tráfego. Ele também não é comprador. É mercadoria”. Walter Benjamin, *Passagens*, trad. Olgária Matos, Ed. UFMG, Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

⁸ *Courrier du Brésil*, 20/01/1861. Victor Jacquemont (1808-1832), naturalista francês, provavelmente foi um dos primeiros a compará-las, porém, ironiza a fama da rua brasileira, em sua visão extremamente depreciativa sobre o recém império independente: “No Rio sustentamos com grande vantagem os nossos créditos de cabeleireiros e mestres de dança. A Rua Vivienne da terra, que aqui se chama do Ouvidor, está apinhada de modistas, alfaiates e penteadores de Paris. As modistas são as hatairas do mais alto coturno (sic). Outorga-se ao imperador da fantasia de as pagar quase todas. E assim é que no Rio de Janeiro, graças a uma regra sumariamente falsa, pensa todo o mundo que todos os franceses são cabeleireiros e todas as francesas prostitutas”. GERSON, Brasil, *História das Ruas do Rio*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 65.

franceses comerciantes da Rua do Ouvidor, espaço de mercado suntuoso e elegante e também espaço de sociabilidade, principalmente para a população francesa:

“Que significação histórica daremos à rua do Ouvidor? (...) É uma rua francesa. Eminentemente francesa. Fala-se aí mais do que se ouve. Modistas, costureiras, floristas, joalheiros, dentistas nela se instalam com os suas lojas repletas de coisas de arte, luxo elegante e bom gosto. A mais estreita e mesquinha vidraça faz aparatoso efeito. Custa caro. Mas a clientela prefere a rua do Ouvidor a qualquer outra. A beleza dos estofos, as oficinas-salões, a moda, a graça da vendedora atraem. À noite, ao clarão do gás, turbilhonam os curiosos, os ociosos, os elegantes — e quanta novidade, quanto *vaudeville*, quanta piada maliciosa se arquivam naquelas portas!”⁹

Foi nesta Rua também que se instalaram jornais como o *Jornal do Comércio*, fundado pelo francês Plancher, em 1827 — na década de 1850 era impresso pela tipografia de outro francês, J. Villeneuve. O escritório do *Courrier du Brésil* nos primeiros anos funcionava no número 107 desta rua, Passagem Jeolas, no mesmo endereço do restaurante de Andre Long¹⁰, que divulgava seu estabelecimento na seção de anúncios do jornal francês. Ainda ocupou por um tempo o endereço na Rua do Rosário, número 100, que também era uma rua de boa vizinhança, onde funcionou por longa data o escritório do *Diário do Rio de Janeiro*¹¹. Nos últimos anos de sua publicação, o *Courrier du Brésil* voltou para a Rua do Ouvidor, número 112.

No entanto, é interessante notar que os estabelecimentos e serviços anunciados neste jornal francês geralmente não estavam localizados à rua do Ouvidor, o ambiente preferido dos consumidores que pagavam bem — ainda que houvesse alguns, como de André Long.

⁹ Ribeyrolles, *obra citada*, p.208.

¹⁰ Andre Long, Famoso banquete dos aliados no sábado (10/novembro/1855) no Paraíso (sala de teatro). Banquete suntuoso, com vinhos, ornamentos, flores, pavilhões, compunham o clima de harmonia. Comemoração queda de Sebastopol. “O prazer não se exprimia somente pelo sucesso dos exércitos aliados, queria dizer também que os exilados de todas as nações tinham a necessidade depois de tanto tempo de comungar [compartilhar] unanimemente”. Os brasileiros, os franceses e os ingleses comemoraram a coragem dos heróis contra o “despotismo” da Rússia? Cantam a Marseillaise. Hubert aproveita para fazer mais uma propaganda do Senhor Long que preparou o banquete: Sr. Long encarregado de regalar os aliados, cumpriu esta tarefa com tanto luxo e patriotismo, que perdeu dinheiro nesta empreendimento. Ele nos será simpático em esperar que a boa reputação que lhe consagrou nesta ocasião solene lhe traga um grande número de consumidores.” *Courrier du Bresil*, 18/10/1855.

¹¹ GERSON, *obra citada*, p. 78.

A. Cohendoz oferecia seus serviços como pintor, “*peintre en bâtimens*”, provavelmente no endereço onde morava com sua família, à rua da Ajuda, n. 100. O conhecido pintor M. F. R. Moreaux passava a oferecer, além da pintura de histórias e retratos, o trabalho com retratos fotográficos — negócio que provavelmente vinha atraindo maior público — na rua do Rosário, n. 134 (2º. andar). O Sr. Pelletier fabricava chapéus também à rua do Rosário, n. 129, onde acabava de instalar seu negócio em 1856. Jules Etienne, pintor de letras e brasões, trabalhava à rua dos Latoeiros¹², n. 13, onde também atendia no *Café Impartial*. O astuto artesão marmorista Julio, morador da rua da Ajuda, n. 71, havia desenvolvido uma “serra a vapor” para polir, tornear e cortar as peças de mármore para sua clientela. Raunier e Francez eram confeiteiros e doceiros, atendiam à rua da Assembléia, n. 85, e faziam *savarins* à moda de Paris — Raunier, de acordo com o anúncio no jornal, foi o primeiro a fazer este tipo de doce na Corte brasileira.

Outros saíam da rua do Ouvidor para se instalarem em ruas menos elegantes, como Michel Vidal, também fabricante de chapéus, que se mudou para o número 25 da rua do Cano. Ainda se encontrava na Corte por esta época o Sr. Dehoul, que divulgava no *Courrier du Brésil* a “frenologia espiritualista”. Instalado à rua do Hospício, número 186, desejava propagar a ciência frenológica no Brasil, “como havia feito na Europa”. Conhecendo a utilidade desta arte para os médicos, reunia doutores e alunos de medicina para dar aulas e garantir sua sobrevivência — tinha todo o material necessário para o estudo, como livros, cabeças, crânios e suas aulas eram ministradas aos domingos, terças e sextas-feiras. Havia ainda aqueles que estavam desempregados e anunciavam sua disponibilidade: “um homem estável se oferece para escriturário, uma ou mais horas do dia”. Ou mesmo aqueles que procuravam por um operário aprendiz, como o Sr. Jules Olivier; ele não anunciava seu estabelecimento, a *Chapellerie-Française*, no *Courrier du Brésil*, mas em um número publicou sua demanda por um “aprendiz que pudesse oferecer todas as garantias morais necessárias”, para que pudesse lhe confiar uma loja. Prática provavelmente comum e que indica a visibilidade e a importância do hebdomadário para a comunidade francesa. Henriot e Horloger, que também não divulgavam seu negócio estabelecido à rua do Ouvidor no *Courrier du Brésil*, publicaram neste jornal um anúncio

¹² “Na história e na tradição citadina no que ela possui de mais característico, abrigados que nela estiveram nos seus velhos tempos, durante mais de um século, os nossos primeiros e famosos artesãos especializados em trabalhos de latão e cobre”. GERSON, p. 119.

informando que precisavam de um aprendiz, de “nacionalidade francesa”, entre 14 e 16 anos, e que os pais pudessem responder por ele. Estes negociantes geralmente anunciavam em periódicos de maior tiragem entre os brasileiros, como o *Jornal do Comércio*. André Long, do *Au chevet brésilien- restaurant et comestibles*, também informava que recebia aprendizes cozinheiros e doceiros.

Madame Adelaide Gaillard, que provavelmente tinha algum grau de parentesco com Jules Gaillard¹³, sócio da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, comercializava produtos importados em sua residência à rua do Cano, n. 93, e em 1856 transferiu-se para a Rua do Passeio Público, n.37, logradouro de residências mais nobres¹⁴ que o anterior. As mulheres francesas por volta da década de 1850, como destacou Ribeyrolles sobre a rua do Ouvidor, geralmente trabalhavam como modistas, costureiras e floristas. A presença de mulheres nas lojas, em oficinas e nas ruas criava um ambiente de ousadia “que assustava e fascinava os contemporâneos”, em “uma cidade na qual as mulheres livres até muito recentemente pouco circulavam nas vias públicas, exceto nas ocasiões de festas, procissões e récitas”¹⁵. É interessante notar a existência de um grande estabelecimento tocado por uma mulher, como aquele de Madame Adèle Cochard, inaugurado em 1855, “um dos melhores da capital”, devido às suas acomodações confortáveis. Um lugar para almoçar ou jantar, mas principalmente para se divertir. Situada à rua da Ajuda, n.66, destacava em seu anúncio que sua casa ficava próxima ao Passeio Público, possuía um salão elegantemente mobiliado, salas de bilhar, refeitório, terraço, magnífico jardim e um *cabinet de société* — espaço reservado de encontros ou reuniões. Seu estabelecimento foi anunciado pelo *Courrier du Brésil* entre 1855 e 1856. De acordo com informações de Lená Menezes¹⁶, nesta época era mais difícil se deparar com mulheres em determinados ramos comerciais,

¹³ Jules Gaillard, maquinista e bombeiro, além de membro da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, compôs a comissão que se responsabilizou em fazer digna homenagem a Charles Ribeyrolles. No entanto, também faleceu em dezembro de 1860, aos 32 anos, devido a um aneurisma. A nota necrológica publicada no *Courrier du Brésil* afirma algo bastante interessante sobre a atuação de Gaillard junto do partido republicano na França e do movimento associativista: “das grandes simpatias que cultivou no Brasil, já tinha merecido na França a consideração do partido republicano. Em 1851, já havia liderado várias sociedades que se opuseram à invasão da idéia imperial. Se ele morre em um mundo pacífico, ao menos pagou em sua juventude seu tributo de heroísmo à justiça, ao direito e à razão”. *Courrier du Brésil*, 2/12/1860.

¹⁴ Foram moradores desta rua Sir Ousseley, da Inglaterra e outros diplomatas. GERSON, *obra citada*, p. 302.

¹⁵ MENEZES, *obra citada*, p. 18.

¹⁶ De acordo com Lená Menezes, o ramo de “hotéis” administrados por mulheres era restrito antes da década de 1860. A partir deste período, o aumento do número de estabelecimentos deste ramo administrados por mulheres estava relacionado com a expansão da vida noturna e da prostituição na cidade. MENEZES, *obra citada*, p. 29-30.

como hotéis ou grandes estabelecimentos como aquele da Madame Cochard, onde provavelmente se encontravam cortesãs, francesas ou não.

A maioria dos ofícios exercidos pelas francesas imigradas estava ligada ao “trabalho com tesoura, agulha e linha”. Afinal, neste ramo poderiam confeccionar diversos produtos, como vestidos, roupas brancas, coletes, *lingerie* e uma gama considerável de acessórios. Na amostra de 289 mulheres francesas analisadas por Menezes na listagem do *Almanak Laemmert*, 61,59% trabalhavam como costureiras-modistas e 39,41% eram proprietárias de lojas de bordados e rendas, de brinquedos, de meias, de sapatos para mulheres e crianças, entrançadoras de cabelos, professoras, parteiras, donas de colégios de meninas, cafés e hotéis, lojas de chapéus e de flores. No entanto, Lená Menezes descreve ainda uma situação interessante a se notar sobre os ofícios realizados pelas mulheres francesas na Corte. Perifericamente ao mundo da produção de roupas e acessórios, encontrou anúncios de lavadeiras e engomadeiras de roupas finas vindas da França. Entre 1844 e 1861, 13 francesas ofereceram seus serviços para passar e engomar, mas geralmente, o tempo de permanência na atividade era curto, entre um e cinco anos, logo mudando para um ramo mais prestigiado¹⁷.

Entrar para o ramo da costura e da moda era também uma das opções mais acessíveis para as mulheres francesas que se tornavam viúvas. Em janeiro de 1856 faleceu o Sr. Giraud, tipógrafo do *Correio Mercantil*, que já havia trabalhado também por muito tempo como maquinista do *Jornal do Commercio*. Era estimado pela comunidade francesa e tinha relações de amizade com o pessoal do *Courrier du Brésil*, que dedicou uma nota necrológica especialmente para o tipógrafo. O jornal francês elogiou o texto publicado no *Correio Mercantil* em homenagem ao “operário” como sendo uma bela ação por parte de “um mestre”, no entanto, o grupo do *Courrier* pensava que muito mais deveria ser feito. O

¹⁷ Madame Petiout, “no ano de 1851, começou a ganhar a vida na cidade lavando e engomando roupas finas à rua dos Latoeiros, atividade que permaneceu desenvolvendo por quatro anos seguidos, findos os quais ela passou a anunciar-se como costureira-modista, fixada à rua do Catete. (...) Em um caso, Madame Marie Lavoque, suas atividades expandiram-se tanto que lhe possibilitou a abertura na de tinturaria e oficina de engomar na Casa de Correção, em uma conjuntura na qual começava a se firmar a idéia da recuperação pelo trabalho, possibilitando, em uma lógica cruel, a exploração barata da mão de obra do(a)s presidiário(a)s”. MENEZES, *obra citada*, p. 18-19 e 23-24.

Correio Mercantil “havia que se inquietar pela posição da família do defunto”, viúva e filhos, que ficaram em uma situação próxima da miséria¹⁸.

A viúva, Madame Giraud, para garantir a sobrevivência da família, a princípio instalaria em sua residência uma creche para os filhos de compatriotas que não tinham com quem deixar os filhos, tampouco como pagar uma creche particular como a *Saint-Jean*, no colégio de J.-B. Clément¹⁹. Geralmente eram casos de homens viúvos com seus filhos, pois quanto às mulheres que enviuvavam, ao que parece, procuravam desempenhar algum trabalho em sua própria moradia. Para iniciar o empreendimento, Mme. Giraud contava com o apoio de Mme. Chevalier — costureira-modista²⁰ já conhecida pela freguesia e esposa de um membro da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos. Não foi possível comprovar se a idéia prosperou, mas o fato de Madame Chevalier anunciar no final de 1856 que atendia na residência de Mme. Giraud à rua do Conde, faz pensar que as duas senhoras ao menos colocaram em prática uma relação de solidariedade e sobrevivência. É possível que a Mme. Chevalier estivesse ensinado seu ofício à amiga desamparada e em troca utilizava a casa de Mme. Giraud para atender suas freguesas.

Para as crianças francesas órfãs, existia ainda o Asilo da Sociedade Francesa de Beneficência. Fundado pela sociedade entre 1851-1852²¹, em 1855 as Irmãs de Caridade de Paris, ligadas à Congregação de São Vicente de Paulo, viriam da França especialmente para tocar o orfanato. Os filhos de franceses poderiam permanecer nesta creche-escola em troca

¹⁸ *Courrier du Brésil*, 27/01/1856.

¹⁹ A *Creche Saint Jean* anunciou apenas no primeiro ano de publicação do *Courrier du Brésil* (1854): “Creche Saint-Jean, pour les enfants de 2 à 5 ans. Tenue dans une salle du collège français de J.-B. Clément, rue do Cano, n. 92. : Comme les salles d’Asile ne sont ordinairement établies que pour assister les enfants de parents pauvres, et que l’artiste ou l’artisan labourieux et de tendres affections paternelles, ne respire que pour ses enfants, et s’énorgueillit de les élever dans un art où une profession qui les protège contre la mendicité; dans ce pays libre et fécond en ressources industrielles, il netend point la main pour faire donner les soins que ses occupations ne lui permettent pas de donner lui même à ses enfants; il les récompense de la sueur de son front, en conséquence, une modeste mère de famille d’un caractère doux, et sensible aux peines et aux larmes de ces jeunes innocents, a l’honneur d’offrir tous ses soins maternels aux enfants des parents qui voudront bien les lui confier; elle s’oblige de les soigner aussi tendrement que les siens, de les gardes dès le matin jusqu’au soir, et même d’en prendre quelques uns en pension, s’adresser à la collège indiquée ci-dessus. *Courrier du Brésil*, 05/11/1854.

²⁰ Madame Chevalier anunciava seu trabalho como costureira-modista, “muito conhecida por sua habilidade e perfeição de seus trabalhos” e além de “se encarregar da confecção de toda espécie de vestimenta no espaço de uma jornada”, ainda vendia chapéus importados para damas. *Courrier du Brésil*, 23/11/1856.

²¹ No *Almack Laemmert*, o endereço do Asilo da Sociedade Francesa de Beneficência (SFB) passou a ser divulgado a partir de 1852, juntamente com a nota que informava a composição da diretoria da sociedade. Isso nos levou a crer que o asilo iniciou seu funcionamento mais ou menos nesta época — a SFB foi fundada em 1836 e passou a divulgar os membros de sua diretoria no almanaque a partir de 1846.

de uma contribuição estabelecida de acordo com suas posses. Contudo, o Sr. Loth, viúvo com quatro filhos, escreveu uma carta ao *Courrier du Brésil*, criticando a atitude do comitê da Sociedade Beneficente, que exigia a retirada de seus filhos do Asilo:

“No momento em que eu estava mais embaraçado, e não sabendo onde colocar a cabeça, não tendo um prego para pendurar o colete, recebo do honroso presidente da Sociedade de Beneficência de São Vicente de Paulo, a carta que tenho a honra de submeter a vossa apreciação, esperando que eu mesmo a responderei. Os pais e mães de família julgarão pela leitura desta peça de acusação, a maneira como se dá a fazer a beneficência”.²²

A carta do presidente da sociedade beneficente discorre sobre ingratidões e calúnias do Sr. Loth em relação tanto à direção da sociedade como às irmãs de caridade. Afirma que mesmo estando em melhor estado financeiro, o Sr. Loth não havia feito a contribuição prometida para aquele ano e, além disso, havia difamado a congregação religiosa que vinha administrando a educação dos órfãos. Assim, devido a essas atitudes, ele deveria retirar seus filhos do Asilo. Talvez o Sr. Loth tenha sido vítima da situação conflituosa desencadeada dentro da Sociedade Francesa de Beneficência. Foi neste ano que a sociedade mutualista francesa foi fundada, a partir de um embate surgido dentro da beneficente; um dos motivos foi exatamente porque a educação das crianças passaria à tutela da Congregação de São Vicente de Paulo. É bem possível que Loth estivesse já nesta época envolvido com a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, pois participou como suplente de sua comissão administrativa entre 1862 e 1863.

Ribeyrolles descreve rapidamente a colônia francesa sem fazer menção aos conflitos internos, ou ainda, trata de características gerais desta população e possíveis “infortúnios” como algo que se encontraria em qualquer comunidade. As questões políticas cotidianas dos franceses no Rio de Janeiro são praticamente tratadas como intrigas e mexericos no discurso do publicista que havia participado de grandes revoluções:

²² *Courrier du Brésil*, 14/12/1856.

“A colônia francesa é a mesma em toda a parte. Não tem os ódios fortes, sérios, implacáveis do espanhol e do italiano. Quando se registra um infortúnio, enternecem-se as fibras, volta a chama do entusiasmo. Será mister que a galeria se divirta, que estraçalhe, que morda. E é sempre o compatriota, o vizinho, o amigo que se procura alvejar”.²³

Os estrangeiros não eram tão bem quistos como fazem pensar as narrativas sobre a prosperidade que lhes proporcionava a nação do novo mundo. O artista François Biard comenta que logo após sua chegada ao Rio de Janeiro foi visitar o Sr. Taunay, cônsul da França, para quem havia trazido cartas de recomendações. Este o encaminhou ao Mordomo do Palácio, que na época era Paulo Barbosa. Biard afirma que Barbosa “acolheu-o com bastante amabilidade sem, todavia, deixar de entrever que ele, como quase todos os brasileiros, não olham com bons olhos os estrangeiros”²⁴. Além de alguns relatos maldizentes de viajantes que passaram pelo Império, esta desconfiança talvez fosse gerada pelo distanciamento que as colônias estrangeiras — ao menos a francesa — geralmente mantinham em relação aos costumes e à língua do país, em uma época de intensa construção do sentimento nacionalista brasileiro. Em artigo publicado no *Courrier du Brésil*, a população francesa é retratada como uma comunidade hermética e heterogênea e repleta de *trabalhadores manuais* que vieram ao Novo Mundo em busca de maiores salários:

“A população francesa do Rio de Janeiro é composta de elementos os mais heterogêneos. Conjunto de homens de todas as profissões, de todas as características, de todas as condições, eu diria mesmo de toda moralidade, forma uma colônia à parte. Essencialmente diferente das populações brasileira e outras, ela conserva sua linguagem, seus costumes, suas qualidades como seus defeitos. Suas relações com os indígenas não são mais que relações de necessidade ou de exceção. Vindo ao Brasil para aqui procurar um maior benefício salarial, dedica-se geralmente ao trabalho manual”.²⁵

²³ Ribeyrolles, *obra citada*, p. 209.

²⁴ BIARD, François, *Dois anos no Brasil*, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1945, p. 30.

²⁵ Artigo escrito por um membro da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos que assina apenas Z. *Courrier du Brésil*, 28/08/1859.

Adolphe Hubert desabafa com certa amargura em sua *Histoire de la semaine* em 1855 sobre as condições que induziam os franceses a emigrarem e como se encontravam geralmente no Brasil. Afirma que o “elemento francês” no Rio de Janeiro era composto de “*parvenus*²⁶ de diferentes classes”, que se encontravam em sua partida²⁷ quase ao mesmo nível de desgraça. No entanto, no Brasil, o “tempo, com seus caprichos”, impulsionava os emigrados em diferentes vias. “Uns ascenderam como por encantamento, outros, lutando sem cessar contra a corrente, pararam no meio do caminho, quase exauridos pela luta”. A estes restava certa dose de “inveja”, porque se encontravam “presos a um *status quo*”, que os fazia permanentemente vislumbrar apenas “as latitudes mais elevadas”, visto que eles partiram para o Novo Mundo com as mesmas chances de sucesso que os outros e supostamente conquistariam seu lugar de privilégios. A partir das afirmações cifradas de Adolphe Hubert, pode-se pensar que Auguste de Saint Hilaire não estava tão equivocado ao afirmar que os franceses “emigram com a intenção de um dia voltar mais ricos para sua pátria”²⁸. Contudo, embora o império dos trópicos parecesse uma terra promissora, os imigrantes franceses não constituíam suas fortunas do dia para a noite. Exigia-se bastante trabalho e esforço e muitos continuavam em escassa situação de sobrevivência. É a isso que Hubert se refere ao avaliar, por fim, a postura dos homens, provavelmente no sentido de “humanidade”:

“É a história de todas as organizações sociais, das organizações primitivas e das organizações regeneradas. *A emigração é uma via nova que deseja se criar sobre os detritos de uma existência primitiva*, se nossos sucessos comportam esforços mais vivos, aspirações mais zelosas. Não é surpreendente que as decepções acarretadas sejam tão amargas. Este raciocínio nos leva a julgar os homens com uma severidade relativa e não absoluta; a estimar, sobretudo, que o homem quase nunca é maldoso, mas às vezes amargo”.²⁹ (grifo meu)

²⁶ De acordo com o *Dictionnaire de la langue française* de Émile Littré, *parvenus* “diz-se de uma pessoa modesta que faz grande fortuna”. Em português, usa-se vulgarmente a expressão “novo rico”.

²⁷ Ivone Gallo comenta sobre o “*on va quitter la France*” dos fourieristas que se preparavam para vir ao Brasil na década de 1840 e realizar o primeiro falanstério fora do continente europeu. Na partida havia um misto de ressentimento e determinação, resignação e paixão; nada de nacionalismo, tudo de cosmopolitismo. GALLO, *obra citada*, pp. 163-164.

²⁸ Citado no artigo de Carlos da Costa Pereira Filho, “Ainda o falanstério”, jornal *A Notícia*, Joinville, 26 de junho de 1992, apud GALLO, *obra citada*, p. 164.

²⁹ *Courrier du Brésil*, 16/12/1855.

De acordo ainda com este artigo de Hubert, havia na Corte do Império em torno de 3000 franceses, cifra bem próxima daquela divulgada pelo recenseamento de 1872³⁰, o qual consta o número de 2.884 franceses — é importante ressaltar que este censo apresentava apenas a quantidade de “estrangeiros natos”, ou seja, provavelmente não considerava os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. Assim, havia em todo o Império 6.108 franceses imigrados. Excetuando o número de “africanos”, que era extremamente maior que qualquer nacionalidade devido ao tráfico de escravos, a população francesa era a terceira maior entre as estrangeiras européias, embora seu contingente populacional fosse bem menor em relação aos portugueses (121.246) e aos alemães (45.829). No entanto, na Corte, entre as nacionalidades européias, apenas a imensa quantidade de portugueses colonizadores (55.938) superava a população francesa. Os 2.884 franceses da capital constituíam 47,22% de todo o conjunto encontrado nas terras do Império (6.108).

Tabela I – Total de algumas nacionalidades estrangeiras no Império Brasileiro.

NACIONALIDADE		IMPÉRIO	RIO DE JANEIRO PROVÍNCIA	MUNICÍPIO NEUTRO
Africanos	Livres	44.580	56.262	7.092
	Escravos	188.560	15.312	10.978
Portugueses		121.246	17.776	55.938
Alemães		45.829	2.504	1.459
Franceses		6.108	458	2.884
Italianos		5.558	509	1.788
Ingleses		4.086	175	966
Espanhóis		3.145	388	1.451
Suíços		3.145	832	275

Fonte: Recenseamento de 1872 (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

³⁰ Todos os dados deste recenseamento estão disponíveis no site da biblioteca digital do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Hubert presume que entre os supostos 3000 franceses, haveria cerca de 300 (10%) em situação de “indigência”; das 2700 pessoas que restavam em melhor estado de sobrevivência, 1500 seriam proprietárias ou produtoras. Considerando que a população francesa era uma das maiores entre os estrangeiros do Rio de Janeiro, e observando a Tabela II sobre as profissões exercidas no Município Neutro, há que se considerar próxima da realidade aquela afirmação sobre a maioria da população francesa ser constituída de trabalhador(a)s manuais. Ainda que a tabela não apresente diferenciação em relação a cada nacionalidade, ainda assim, os maiores números estão entre as profissões mecânicas e manuais e assalariados.

TABELA II – População considerada em relação às profissões exercidas no Município Neutro (Corte Imperial).

PROFISSÕES			Estrangeiros		Brasileiros		Escravos	
			mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens
PROFISSÕES MANUAIS E MECÂNICAS	costureiras		2340	-	8780	-	1884	-
	OPERÁRIOS	Calceteiros	-	1130	-	143	-	65
		Em metais	-	1590	-	1112	-	276
		Em madeiras	-	2954	-	2276	-	690
		Em tecidos	-	10	-	4	-	-
		Em edificações	-	1080	-	1062	-	596
		Em couros e peles	-	157	-	279	-	54
		Em tinturarias	-	7	-	1	-	-
		De chapéus	2	227	-	144	-	34
		De calçados	-	1249	-	493	-	188
	Profissões agrícolas	Lavradores	239	1094	5064	4889	2488	3207
Assalariados	Criados e jornaleiros	18351	680	563	5398	788	4997	
PROFISSÕES LIBERAIS	Religiosos regulares		-	14	-	-	-	-
	Religiosos seculares		-	184	-	65	-	-

	Juízes	-	-	-	78	-	-
	Advogados	-	21	-	221	-	-
	Notários e escrivães	-	-	-	85	-	-
	Procuradores	-	43	-	108	-	-
	Oficiais de justiça	-	-	-	69	-	-
	Médicos	-	148	-	352	-	-
	Cirurgiões	-	121	-	22	-	-
	Farmacêuticos	-	112	-	257	-	-
	Parteiras	31	-	24	-	-	-
	Professores e pessoas de letras	44	188	316	396	-	-
	Empregados públicos	-	23	-	2328	-	-
	Artistas	88	2110	130	3782	4	494
Profissões Industriais e comerciais	Manufatureiros e fabricantes	-	580	-	233	-	-
	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	370	17038	116	6507	-	-
Capitalistas e proprietários		161	404	912	579	-	-
	Marítimos	-	1314	-	6243	-	527
	Pescadores	-	211	-	831	-	174
	Militares	-	166	-	5308	-	-

Fonte: Recenseamento de 1872 (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

Pouco foi escrito sobre a imigração francesa para o Brasil e menos ainda sobre experiências vividas pela população que aportou no Brasil no século XIX. O trabalho que Lená Medeiros de Manazes vem desenvolvendo sobre as francesas no Rio de Janeiro³¹

³¹ Lená Medeiros é professora titular da UERJ. Tem desenvolvido um trabalho com base em pesquisa realizada como bolsista de produtividade do CNPq, intitulada “Francesas no Rio de Janeiro: das decisões da partida às práticas e representações em terra estrangeira”. No XXIII Simpósio Nacional de História (Londrina,

apresenta um rico quadro de história social desta população. E apenas no trabalho de Ivone Gallo foi encontrada uma pesquisa intensa sobre um caso de imigração francesa para estas paragens.

Ivone Gallo trata de uma história que caracteriza como a “primeira experiência de colonização socialista no Brasil”. O tema de sua tese é o movimento fourierista na França e a fundação de um falanstério no Saí (Santa Catarina), na década de 1840, como a primeira experiência das idéias de Fourier realizada fora do continente europeu. O grupo de imigrantes franceses era liderado pelo médico homeopata Benoit Mure, o qual negociou todo o processo com o governo imperial. Mure era um dissidente do movimento fourierista francês e havia escolhido o Brasil como o *locus* para a experiência falansteriana³². Desse ensaio teria brotado, no Rio de Janeiro, um movimento fourierista, ainda que de pouco alcance. Há ligações claras entre alguns sujeitos que participaram dessa experiência e aqueles que formavam um grupo identitário político na Corte na década de 1850 e que se manifestou com maior coesão durante o processo de formação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e também através do jornal *Courrier du Brésil*.

Com o fim da colônia em Santa Catarina em 1846, entre aqueles franceses que haviam permanecido no falanstério, parte rumou para Montevidéu, cidade em que a população francesa estava estimada entre 6000 e 8000 franceses. Parte permaneceu em São Francisco e Paranaguá (Santa Catarina), prestando serviços na região. O restante teria partido para o Rio de Janeiro, uns empregando-se em obras públicas, outros, sem trabalho e meio de vida, contavam com a benevolência da Sociedade Francesa de Beneficência — que não tinha fundos para atender a uma demanda tão grande. Os fourieristas mais convictos, cujos nomes eram Derrion e Nicolas, permaneceram na Corte fazendo propaganda fourierista. Porém, em 1850 toda a família de Derrion foi afetada pela febre amarela. A morte de Derrion viria a abalar o incipiente movimento fourierista no Rio de Janeiro que agora seria levado adiante por Huger. Porém, no Brasil, houve uma fraca adesão de nacionais à teoria que embasava o movimento. E as autoridades brasileiras apoiavam o projeto não pela doutrina que o inspirava, mas como uma busca de soluções aos problemas

2005), promovido pela ANPUH, apresentou a conferência “Francesas e ‘francesas’ no Rio de Janeiro: a identidade do(a) outro(a) como sonho e possibilidade de promoção”.

³² Ivone Gallo, *obra citada*, pp. 219-222.

imediatos tais como a proibição do tráfico de escravos — com a lei de 1831 — e a necessidade de colonizar as terras menos habitadas do império para que não caísse sob o domínio de mãos estrangeiras.

Hernán Otero, em artigo intitulado “A imigração francesa na Argentina: uma história aberta”, faz uma análise histórico-demográfica na qual apresenta tanto os números sobre a emigração — inclusive sobre a geografia da emigração no mapa da França — como sobre a colonização francesa no continente americano e principalmente na Argentina. O autor afirma que entre 1851 e 1920, “embora menos importante em quantidade que a das suas irmãs latinas do sul ou que a das ilhas britânicas, a emigração ultramarina levaria 231.500 pessoas para fora do território francês (...) cifra que revela a importância de um fluxo migratório que requer novos estudos”. Assim como no caso do Brasil, a história da imigração francesa na Argentina do século XIX também ainda não foi abordada em profundidade. Otero também critica a “indiferença” dos historiadores franceses: “(...) as mais espetaculares emigrações políticas (a saída dos huguenotes devido à revogação do Edito de Nantes em 1685 e a fuga dos nobres depois da Revolução de 1789), a queda da fecundidade precoce e o fato de a França se perfilar, também precocemente, como país de imigração fizeram com que a emigração a segunda metade do século XIX, recebesse pouca atenção dos historiadores franceses”³³.

O *Courrier du Brésil* trata em artigo de 1856 de estatísticas de imigração para os EUA. Em 1844, 81.764 imigrantes vieram da Europa para a América do Norte. Já em 1846, devido à escassez deste período, o número quase dobrou, aumentando para 156.648 imigrantes. E os números continuaram a ascender até 1854: 1847 (282.554), 1848 (229.483), 1849 (299.610) e em 1854 (460.474). No entanto, em 1855 estes números caíram repentinamente pela metade, chegando a 230.476 imigrações. Neste ano, a Inglaterra teria fornecido metade da cifra (97.652), seguida pela Alemanha (71.828). As duas nações completavam juntas quase 73,5% do total da população estrangeira europeia imigrada. Em seguida vinham a França (6.044), Suíça (4.433), Holanda (2.588), Bélgica (1.500) e Itália (1.024). O número de emigrados franceses para a América do Norte em um

³³ Hernán Otero, “A imigração francesa na Argentina: uma história aberta”, in FAUSTO, Boris, *Fazer a América*, São Paulo, Edusp, 2000, pp. 127-152.

ano é quase igual ao contingente populacional desta nacionalidade habitante de todo o Império Brasileiro de acordo com o recenseamento de 1872.

O Arquivo Nacional no Rio de Janeiro não tem os registros de “entrada de estrangeiros” para os anos de 1840, 1850 e 1860. Lígia Osório Silva apresenta alguns números sobre a imigração francesa para o Brasil, baseando-se em dois artigos de pesquisadores estrangeiros: entre 1851 e 1860 teriam emigrado 141 franceses e entre 1861 e 1870, 3.343³⁴. Contudo, estes dados devem ser observados com cuidado, pois não há referência da fonte original e a diferença entre as décadas de 1850 e 1860 é muito grande, sendo que não se tem conhecimento de um processo histórico marcante que justifique esta discrepância. Ao contrário, as cifras sobre a imigração para a América do Norte demonstram que houve um grande fluxo migratório europeu entre 1846 e 1854³⁵, período de grande crise econômica na França. A própria autora comenta que ao final da década de 1850 o governo francês via com desconfiança a emigração para América e durante o Segundo Império “a França entrou de fato na era da industrialização e da civilização” e a idéia de impulsionar as políticas emigratórias foram abandonadas.

Tendo em vista que o principal objetivo deste trabalho se restringe à história das idéias e à história social de uma pequena parcela desta população, não se pretende elaborar uma discussão completa acerca da imigração de estrangeiros para o Brasil. Contudo, esta porção estudada da comunidade francesa teve marcante atuação principalmente na década de 1850 no Império dos Trópicos e os temas que suscita tal história são tão importantes para a história do Brasil como para a história da França.

Eis o quinhão desta pesquisa: ressalta a interligação entre o hebdomadário *Courrier du Brésil*, um grupo de exilados franceses e a *Société Française de Secours Mutuels*.

³⁴ Apresenta dados para as outras décadas do número de franceses emigrados para o Brasil: 1871 – 1880: 3.854; 1881 – 1890: 5.266; 1891 – 1900: 4.964; 1901 – 1910: 4.795; 1911 – 1914: 5.138. Fontes: Firenczi, *International Migrations. National Bureau of Economic Research*, v.1 – Statistics, 1929, p.549-550 e M. Philippini, *L’émigration française dans le nord-est brésilien de 1850 à 1914*, Paris, Université de Paris-Sorbonne, 1992, p. 27 *apud* SILVA, Lígia Osório, “Propaganda e realidade: a imagem do Brasil nas publicações francesas do século XIX”, *Revista Theomai* (edição eletrônica) n. 3, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, 2001, 17 pags. Revista disponível na Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo (organizada pela Universidad Autónoma del Estado de México): <http://redalyc.uaemex.mx/>

³⁵ Existe uma bibliografia que ressalta a imigração francesa para o Rio Grande do Sul entre 1844 e 1852: BECKER, Klaus, “A imigração no sul do estado – 1844-1852 – imigração francesa em Pelotas”, in. BEUX, Arlindo, *Franceses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, s.d.

2. *Courrier du Brésil*

Foi no trabalho de Jean-Michel Massa sobre a juventude de Machado de Assis, que atentei pela primeira vez para a importância do semanário *Courrier du Brésil*. Massa destaca a figura de Charles Ribeyrolles como uma influência das idéias político-liberais de Machado e também de outros literatos e jornalistas que faziam parte do novo ciclo de amizades do “jovem cronista liberal” por volta de 1860. Em uma nota, afirma que aprendeu muito sobre o republicano francês consultando o periódico³⁶.

O *Courrier du Brésil – politique, littérature, revue des théâtres, sciences et arts, industrie, commerce* era um semanário, editado em oito páginas, cada uma dividida em três colunas, publicado aos domingos, em francês, na Corte do Império Brasileiro entre 1854 e 1862, sob a direção de Adolphe Hubert. Este jornal foi ao mesmo tempo a fonte principal e o objeto desta pesquisa de mestrado. Através dos indícios observados em seu discurso (testemunho histórico) e das evidências encontradas, foi possível elaborar uma leitura sobre a comunidade francesa que vivia no Rio de Janeiro ao menos durante o período de sua publicação, ou seja, década de 1850 e início de 1860. A publicação deste jornal escrito em língua estrangeira durou oito anos, ininterruptamente, e em comparação a outros jornais franceses publicados no Brasil imperial, teve uma das maiores durações³⁷.

O *Courrier du Brésil* é pouco comentado ou citado na historiografia. Nelson Werneck Sodré cita um *Courrier du Brésil* como o jornal dos “franceses” — ao afirmar que uma das forças da sociedade fluminense era o comércio do qual participavam elementos estrangeiros —, “que discutia abertamente os problemas do país”. Porém, Sodré provavelmente não se refere ao semanário tratado nesta pesquisa, pois contextualiza o *Courrier* entre a imprensa brasileira das décadas de 1830 e 1840, alinhando-o ainda a jornais conservadores, “órgãos da imprensa áulica”, conhecida como “absolutista”³⁸. Gondin da Fonseca cita em sua *Biografia do jornalismo carioca(1808-1908)* um *Le*

³⁶ MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870). Ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

³⁷ Ao final desta parte há um tabela com os títulos e datas de publicação de jornais franceses impressos no Brasil no século XIX e listados por Gondin da Fonseca. Todos os títulos foram conferidos nos catálogos de periódicos da Biblioteca Nacional e alguns não foram encontrados.

³⁸ SODRE, obra citada, pp. 125-126 e 128.

Courrier du Brésil – feuille politique, commerciale et littéraire como uma publicação de 1828, que talvez seja o mesmo comentado por Sodré. Nenhuma referência a este *Courrier* de 1828 foi encontrada nos catálogos de periódicos da Biblioteca Nacional. O *Courrier du Brésil* (1854-1862) de Adolphe Hubert também é listado por Fonseca e somente foi possível pesquisá-lo por fazer parte da coleção de periódicos raros e em microfilmes da Biblioteca Nacional³⁹.

Entre 1854 e 1858, o *Courrier du Brésil* foi o único jornal publicado em francês no Rio de Janeiro, voltado para a população francesa da Corte. No final da década de 1850 houve algumas tentativas de outros grupos da comunidade em publicar semanários⁴⁰, mas que não duraram nem dois anos. Dessa forma, o *Courrier du Brésil* tinha certo respaldo da comunidade francesa⁴¹, por ser o único veículo de comunicação em língua francesa e estável durante anos, ainda que houvesse aqueles que se opunham ao seu discurso. Em 1857, quando a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos completou seu primeiro ano de existência, o presidente da sociedade agradeceu especialmente ao redator do jornal pela dedicação no conflituoso processo de formação da sociedade:

“Senhores, é aqui o lugar de dirigir nossos agradecimentos a todos os sócios que, direta ou indiretamente, contribuíram para a grandeza de nossa obra. Não nos seria demasiado assinalar ao vosso reconhecimento a participação do Sr. redator do *Courrier du Brésil* (...).”⁴²

³⁹ A Biblioteca Nacional possui grande parte dos números do *Courrier du Brésil* publicados no período de existência do jornal. Com apoio do Cecult / IFCH (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura), as cópias em microfilme do *Courrier du Brésil* agora também fazem parte do acervo do Arquivo Edgar Leunroth, centro de pesquisa e documentação onde foi realizada grande parte desta pesquisa.

⁴⁰ *Figaro chroniqueur - journal critique, comique, satyrique, anedotique, recreatif et amusant, publication anti-politique et anti-scientifique* (03 abril – 19 maio 1859); *L'Écho du Brésil et de l'Amérique du Sud* (1859-1860). Além destes dois jornais, o *Courrier du Brésil* comenta em dezembro de 1856 a existência de um outro periódico, o *L'Équite*, jornal do Sr. Paitre e o redator chefe era Andre Verre. Estes faziam parte da Sociedade Francesa de Beneficência. O Sr. Paitre foi presidente desta sociedade entre 1852-1853. No entanto, este periódico não aparece nem na listagem de Gondin da Fonseca, nem nos catálogos da Biblioteca Nacional.

⁴¹ Os assinantes do jornal não eram apenas os habitantes da Corte. Há indícios de que havia leitores em Nova Friburgo, Petrópolis, Parahyba do Sul e até mesmo em Campinas (SP). No entanto, parece que o número de assinaturas nestes município era bem reduzido. Em Parahyba do Sul com certeza ao menos um assinante, pois em 26/10/1856 o *Courrier* publicou uma nota confirmando pagamento de assinatura: “Ao Sr. Th. Ab. de Az. – a redação do *Courrier du Brésil* recebeu sua carta de 10 de outubro contendo a importância de seis meses de assinatura, de julho de 1856 e janeiro de 1857”.

⁴² Discurso do Dr. Chomet, *Courrier du Brésil*, 01/09/1857.

O *Courrier du Brésil* iniciou sua publicação com uma linha editorial que aparentemente pretendia atender à comunidade francesa em geral e que agradasse, como disse uma vez Hubert, “brancos, vermelhos, amarelos e tricolores”. Assim, entre 1854 e 1855 suas convicções políticas eram mais suavemente explicitadas. E de qualquer forma, não assumia ainda nenhum conflito declarado dentro da população francesa. Contudo, principalmente depois do processo de formação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, suas posições ideológicas foram expressas sem reservas. Seu discurso passava a revelar, então, o quanto foi importante para sua própria auto definição política a experiência desencadeada no desenvolvimento da associação a partir de 1856. Agulhon afirma que para os democratas de 1848 “a associação representava a virtude suprema, por ser a vivência da fraternidade e o progresso social”⁴³. Ao iniciar o ano de 1860 com uma carta “aos seus assinantes atuais e futuros”, o jornal explicita esse processo e ressalta sua via democrática contra o “partido da ordem”:

“(…) se ele [o *Courrier du Brésil*] não brilhou entre as esferas da aristocracia e do clero, tem ao menos mostrado ao povo, sem cessar, seu verdadeiro caminho, aquele da solidariedade e do progresso. Dedicado, fiel, inabalável, ele presenciou sem fraqueza aos estéreis massacres dos pobres humanos; sempre estigmatizou energicamente o cinismo dos traidores e dos déspotas, não cessou nenhum momento em afrontar com firmeza as calúnias e as injúrias dirigidas com raiva constante pelo partido da direita, vencido e desarmado” (...) A tribuna popular do *Courrier du Bresil* está aberta a tudo que é direito (...) nós temos mais do que nunca a necessidade de ter no Brasil um organismo livre e independente (...)”⁴⁴.

As redações dos jornais do século XIX eram os organismos mais semelhantes aos escritórios e comitês dos “partidos” modernos⁴⁵. Tal forma de organização ficou evidente na história narrada sobre a Revolução de 1848, quando periódicos como o *La Réforme* e o *Le National* dominaram a cena política, encerrando em seus quadros de colaboradores sujeitos que se destacaram na formação da Segunda República Francesa. A despeito das diferentes conjunturas, O *Courrier du Brésil* não deixou de atuar como um “partido” em

⁴³ AGULHON, 1848, p. 119.

⁴⁴ *Courrier du Brésil*, 01/01/1860.

⁴⁵ AGULHON, 1848, p. 26.

meio aos conflitos evidenciados dentro da comunidade francesa no Rio de Janeiro. Os próprios editores do periódico destacaram para seus leitores, em 1860, sua atuação contra o “partido da ordem”. E em 1861 seu discurso para o novo ano se assemelhava até mesmo a um programa do partido republicano:

“Nossos assinantes que, a maior parte, acompanharam a marcha de nossas idéias e de nossos princípios desde o início até hoje, presumirão facilmente quais são nossos desejos mais caros: emancipação do espírito pelo ensino livre e, sobretudo, pelo ensino profissional para todos; liberdade de consciência para todos; comunhão dos povos tanto sob a forma intelectual como nas transações comerciais; o governo do povo nomeado pelo povo e responsável diante do povo. Para chegar a cumprir nossos desejos, será necessário muitas gerações, mas cada ano que se passa abastecem seus labores e cada trabalhador avança em sua tarefa. Nós nos esforçaremos durante este ano que começa, como nos outros precedentes, tendo sempre em vista o programa da razão e da justiça universais, de trabalhar o mais possível pela obra imensa”.⁴⁶

Seu quadro de colaboradores mais assíduos é bastante interessante. Além da figura marcante de seu redator chefe, Adolphe Hubert, também contribuíram para o funcionamento do jornal Jacques Arago⁴⁷, Charles Pinel, Casimir Lieutaud, L. de Geslin, Charles Ribeyrolles, Dr. Gornet, Huger e, destacadamente, uma mulher, Adèle Toussaint-Samson⁴⁸. Lieutaud, Geslin e Adèle Toussaint ministravam aulas de língua francesa. Arago era escritor, pintor e pesquisador, e apesar de ter participado do comitê que formou o jornal, contribuiu pouco porque faleceu em novembro de 1854. Gornet era médico e viveu parte de seu exílio em Jersey, juntamente com o grupo próximo a Victor Hugo e ao jornal *L'Homme*. Huger era “operário”⁴⁹, como ele mesmo se definia, e de fato era torneiro de

⁴⁶ Seção “Échos de Rio de Janeiro”, *Courrier du Brésil*, 06/01/1861.

⁴⁷ Jacques Arago (1790-1854) era homem célebre, irmão de François Arago (1786-1853), que participou do governo provisório da Segunda República e teve importante atuação para a aprovação da lei que aboliu a escravidão nas colônias francesas; irmão ainda de Étienne Arago, um dos *montagnards* que encabeçou a manifestação de 13 de junho de 1849, sendo obrigado a se exilar na Bélgica.

⁴⁸ Apesar de seu nome completo ser este, no *Courrier* assinava apenas Adèle Toussaint.

⁴⁹ Durante o funeral de Charles Ribeyrolles em 1860, Huger fez um discurso em nome da “classe desgraçada”, a “classe operária do Rio de Janeiro”: “Eu deixo aos companheiros de dor, aos amigos íntimos de Charles Ribeyrolles, a responsabilidade de fazer sua apologia. Quanto a mim, falo em nome da classe desgraçada da qual faço parte e que ele queria emancipar! Em nome dos princípios sagrados da Fraternidade que ele professava (...) Adeus, amigo. A classe operária do Rio de Janeiro ficará orgulhosa por participar da perpetuação de sua memória, e por mim, seu fiel intérprete, isto será uma consolação para o futuro, me inclinar de tempos em tempos diante de seu grande nome”. *Courrier du Brésil*, 08/06/1860.

madeira e metal⁵⁰. O “operário poeta” Huger atuou com o grupo de fourieristas que procuraram divulgar a doutrina no Rio de Janeiro na década de 1840⁵¹. Ribeyrolles, publicista e escritor proscrito, publicou principalmente trechos da obra *Brasil Pitoresco*.

Geslin, Lieutaud e Huger publicavam poesias e crônicas políticas. Huger assinava suas poesias como *un ouvrier* ou *ouvrier poète*. Passou a colaborar com o jornal em outubro de 1856, depois de enviar uma carta a Hubert elogiando a linha editorial do jornal. É importante notar que neste período, o *Courrier du Brésil* publicou vários textos criticando ferozmente a ligação da Sociedade Francesa de Beneficência com o governo bonapartista e com a Congregação de São Vicente de Paulo. Além disso, foi um apoiador essencial para a fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos. A primeira poesia de Huger publicada foi dedicada aos “diretores do teatro francês”, sob o título “Oraison des prolétaires amateurs de théâtre”⁵².

Charles Pinel era escritor e naturalista, morador de Nova Friburgo. Passou a colaborar com o *Courrier du Brésil* em 1856 e era um dos principais responsáveis pela seção *Nouvelles de la Science*, na qual publicou também a série *Visions d’un Savant* (1859-1860). Um dos temas que se destacou nestes textos foram as discussões que despontavam na época em torno das teorias raciais⁵³. Assim como Jacques Arago, também tinha parentesco com uma figura francesa célebre: era filho do alienista Phillipe Pinel (1745-1826)⁵⁴. Era também um proscrito, de acordo com afirmação de Hubert sobre seu trabalho científico desenvolvido no Brasil: “constata diante dos corpos sábios da Europa e do Brasil, a existência de um de nossos compatriotas que se debruça *no exílio* a fazer avançar a ciência”⁵⁵ (grifo meu).

⁵⁰ *Almanak Laemmert*, 1852.

⁵¹ GALLO, obra citada.

⁵² *Courrier du Brésil*, 19/10/1856.

⁵³ Escreveu também em outras seções do jornal como a crônica “Types humaines”, seção *Variétés* (05/05/1861) e “Unité humaine”, seção *Melanges* (09/06/1861).

⁵⁴ *Courrier du Brésil* publicou um comentário de Carron du Villards, correspondente da *Revue de Races Latines*, falecido no Brasil em fevereiro de 1860, que fala de Charles Pinel e da filiação com o importante alienista: “Charles Pinel é um destes homens conscientes que parecem nascidos para a ciência. (...) foi seu ilustre pai, o primeiro, que na Europa fez tratar piedosamente, e religiosamente, a sorte dos loucos e insanos”. *Courrier du Brésil*, 12/02/1860.

⁵⁵ *Courrier du Brésil*, 30/03/1856.

Quanto a Casimir Lieutaud⁵⁶, além de participar da edição do *Courrier du Brésil* desde seu surgimento, também escreveu crônicas políticas para *O Republico*, periódico publicado por Antonio Borges da Fonseca⁵⁷, em sua quinta fase (1853-1855). Este jornal trazia como epígrafe o seguinte texto: “A República é a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de homem a homem e de nação a nação — o fim das explorações inumanas — a abolição da lei da morte e o estabelecimento da lei da vida”. Hélio Viana afirma que em muitos exemplares deste periódico, transcreveram-se artigos de exaltação à Segunda Republica Francesa, combatendo o golpe de Napoleão III, “ao lado de comentários e notícias, do *Canto dos Plebeus*, de C. Lieutaud”⁵⁸.

Adèle Toussaint (1826-1911) viveu no Rio de Janeiro na década de 1850 e um relato sobre sua estadia no Brasil, *Une parisienne au Brésil*⁵⁹, foi publicado pela primeira vez em 1883. Narra que veio do “centro artístico de Paris” e que estava “acostumada a ouvir se debaterem todas as questões sociais, políticas, literárias e artísticas na sala de estar” de seu pai⁶⁰. Há indícios de que era casada com o professor de dança da Casa

⁵⁶ No dicionário de Maitron, há um verbete apenas com o sobrenome Lieutaud, sendo ele um padeiro em Martigues (Bouches-du-Rhône), que em julho de 1851 era correspondente da propaganda democrática e social de Paris, época em que Luís Napoleão articulava seu golpe. Caso sejam as mesmas pessoas, no Brasil Lieutaud trabalharia como jornalista e professor de línguas e mais tarde, no final da década de 1850 se tornaria proprietário e diretor de seu próprio colégio – ver *Courrier du Brésil*, 01/01/1860.

⁵⁷ Vamerih Chacon caracteriza Borges da Fonseca como o “agitador de 48”, durante a revolta praieira: “Não foram, porém, os ideólogos e os românticos que deflagraram a Insurreição de 48. Os radicais eram os mais ativos; entre eles (...) Inácio Bento de Loyola e Antônio Borges da Fonseca seu próximo em idéias e ardor”. CHACON, Vamireh, *Histórias das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 191. Porém, para um estudo mais aprofundado sobre a revolução praieira e seus atores ver Isabel Marson, *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Brasiliense, 1987. E também da mesma autora *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Editora Moderna, 1980.

⁵⁸ VIANA, Helio, *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp. 580-585.

⁵⁹ Uma tradução para o português desta obra foi publicada no mesmo ano de 1883 no Brasil pela tipografia de J. Villeneuve, sob o título *Viagem de uma parisiense ao Brasil. Estudo e crítica dos costumes brasileiros*. Recentemente foi publicada uma outra tradução sob o título *Uma parisiense no Brasil*, tradução de Maria Lúcia Machado, introdução de Maria Inês Turazzi, Rio de Janeiro, Editora Capivara, 2003. Uma tradução do francês para o inglês também foi publicada nos EUA em 2001. Algumas informações foram encontradas em LEITE, Miriam Moreira, “Adèle Toussaint-Samson em dose dupla”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (2):264, maio/agosto de 2004. Infelizmente tive notícia desta obra já durante a escrita desta dissertação e por isso não foi possível consultá-la. No entanto, a informação de que Adèle Toussaint foi colaboradora do *Courrier du Brésil* é completamente inédita. Nos artigos de Miriam Leite e Jane Hahner não há nenhuma menção sobre isso.

⁶⁰ O pai de Adèle foi Joseph-Isidore Samson (1793-1871), renomado professor de teatro e dramaturgo, e decano da Comédie Française. Todas as informações biográficas comentadas neste texto foram extraídas de

Imperial, Julio Toussaint e que teriam vindo ao Brasil em 1849. Adèle Toussaint se revelou uma intensa escritora nas páginas do *Courrier du Brésil*. Assinava a série cronística *Portrait des Femmes*. No entanto, é possível que seja autora também das séries *Plumes de Colibri* e *L'sprit de Madame Girardin* pois estas crônicas tratavam dos costumes das mulheres da época, traço comum dos textos de Adèle Toussaint. Além disso, estas crônicas eram assinadas por T., talvez de Toussaint. Publicou também poesias e seus textos são encontrados principalmente nos números de 1855. Em uma das crônicas da série *Portraits de femmes*, intitulada “*De la femme auteur*”, o retrato construída da mulher-autora talvez seja um auto-retrato:

“Procure entre todas estas jovens mulheres aquela cujo traje respira desordem e cujos cabelos têm o ar de ignorar o uso da pomada, tenha certeza que esta é ela [mulher autora] (...) Crente em todos os sentimentos generosos, suportando os dias ruins com coragem, e vendendo até seu último traje para socorrer um desafortunado, a mulher-autora é, enfim, apesar de todas as suas excentricidades, uma amiga verdadeira, uma mulher forte e um homem honesto”.⁶¹

O hebdomadário francês tratou em suas páginas diversos temas acerca do Império Brasileiro. O enfoque dado às questões sobre a colonização do Brasil e a imigração européia e à escravidão merecem destaque, tanto pela sua importância naquele período, como pelo amplo espaço que tiveram nas colunas do jornal. Seu discurso era claramente “imigrantista”, ou seja, a favor do incentivo à imigração européia para que assim fosse possível dar fim ao trabalho escravo no Brasil e incentivar o progresso no país. A política nacional por vezes era discutida em algum texto sobre a “política da conciliação”⁶² ou ainda acerca da “política da transição”⁶³. No entanto, os franceses evitavam maiores conflitos com os brasileiros, pois, como afirma Hubert, a sua qualidade de estrangeiro lhe impunha

HAHNER, June, “Adèle Toussaint-Samson: uma viajante estrangeira desconhecida e fugida”, *Revista IHGB*, 165(423), 33-41, abr.-jun./2004.

⁶¹ *Courrier du Brésil*, 02/12/1855.

⁶² A seção *Chronique du Moment* de 23/5/1858 é dedicado exclusivamente à questão da política da “conciliação”. Hubert faz crítica à influência do partido católico sobre a política brasileira — geralmente é mais discreto em seu posicionamento anticlerical em relação ao Brasil.

⁶³ No *Bulletin Hebdomadaire* de 10/05/1857, Adolphe Hubert comenta a mudança de ministério do governo imperial brasileiro, que tentaria por fim à crise causada pela morte do Marquês de Paraná, que havia “inaugurado a política da transição”.

“não examinar muito os atos do governo”⁶⁴. Havia certo ressentimento em relação à sua condição de imigrante que, residindo tantos anos no Brasil, ainda tinha que agir com reservas ou nem opinar sobre as questões brasileiras. Este sentimento se expressou com boa ironia quando o *Courrier* publicou uma série de textos que Hubert definiu como a “história política e moral do Brasil em relação às repúblicas hispano-americanas”: “Oh! *Pardon*; o *Courrier du Brésil* é uma publicação estrangeira; nós não levamos em consideração esta grande falha”⁶⁵.

No entanto, Adolphe Hubert em vários momentos elogia a liberdade de imprensa no Brasil⁶⁶, que não sofria “a influência direta do governo” como na França bonapartista. Todavia, o desenvolvimento desta liberdade às vezes se estagnava devido ao “egoísmo dos proprietários dos jornais”, pois, em algumas circunstâncias, via-se a “bajulação”⁶⁷ se tornar “censuras arbitrárias”⁶⁸. Em 1856, o *Courrier du Brésil* publicou na seção *Échos de Rio de Janeiro* uma nota que ironizava a triste relação de dependência e subordinação entre os

⁶⁴ *Courrier du Brésil*, 21/10/1855.

⁶⁵ *Courrier du Brésil*, 24/02/1856.

⁶⁶ Charles Ribeyrolles também ressalta a liberdade de imprensa que havia no Brasil, mas critica a nulidade dos jornais, “salvo algumas exceções”: “Não é verdade que no Brasil a Imprensa é inteiramente livre? Que não é travada nem pelas sujeições fiscais nem pelos rigores administrativos, nem pelas repressões judiciárias, parciais e violentas? O fato é incontestável. Em parte alguma, mesmo nos Estados Unidos, impõe-se aos órgãos do pensamento público condições mais fáceis nem mais suaves responsabilidades. Por outro lado, não é verdade que, salvo algumas exceções, a imprensa no Brasil é quase inteiramente nula? Que o reclame e o pugilato pagos invadiram dois terços das folhas? Que não há nunca, ou quase nunca, estudos sérios, e que a idéia só é servida depois da mercadoria?”. O que mais incomodava Ribeyrolles era as *publicações a pedido*, matéria paga publicada como uma espécie de mosaico, segundo ele: “É uma galeria pública onde cada um rabisca, a tanto a linha, seu escândalo, suas mentiras ou calúnias. (...) a parte mais colorida e abundante, e também a mais triste, é o trecho do jornal onde se lançam ... os vômitos”. Ribeyrolles, *obra citada*, pp. 100-102.

⁶⁷ Talvez Hubert esteja se referindo às políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX, que poderiam ser apropriadamente descritas como “paternalistas”. Sidney Chalhoub, a partir de uma análise de romances machadianos como *Helena e Iaiá Garcia*, expõe a “tecnologia própria” dessa “ideologia de sustentação do poder senhorial”. Porém, destaca a atuação dos “dependentes” dentro dessa lógica de relações sociais profundamente desiguais: “No mundo construído por tal ideologia, mundo sonhado, a medida do sujeito são as relações pessoais nas quais está inserido (“relações adquiridas”). Não existe lugar social fora das formas instituídas — formalmente, mas também pelo costume — de hierarquia, autoridade e dependência. Os sujeitos do poder senhorial concedem, controlam uma espécie de economia de favores, nunca cedem às pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais. Fora dos referenciais da verticalidade, haveria apenas pulverização, átomos sem existência social”. Mas o paternalismo é apenas o “mundo idealizado dos senhores, a sociedade imaginária que eles sonham realizar no cotidiano”. As prerrogativas de sua vontade senhorial não são questionadas, mas aos dependentes restava resistir perseguindo objetivos próprios, tentando provocar nos senhores os movimentos que interessassem a eles, dependentes. Sidney Chalhoub & Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura*, pp. 93-99.

⁶⁷ MENDONÇA, Bernardo de, “D’Almeida, Almeida, Almeidinha, Maneco, Um Brasileiro: mais um romance de costumes”, in ALMEIDA, Manuel Antônio, *Obra Dispersa*, São Paulo, Graphia, 1991, p. XXIV.

⁶⁸ *Courrier du Brésil*, 21/10/1855.

jornalistas brasileiros e os senhores da imprensa. O “decreto” sarcástico prometia regenerar aqueles que viviam numa situação de submissão aviltante:

“O *Courrier du Brésil* no ano da graça de 1856 decretou isto que se segue – Todo homem, sem emprego, que teve até este dia como único recurso para viver, apenas estar a mercê dos jornalistas *testas de ferro*, pode se encaminhar ao escritório do jornal, à rua do Rosário, n. 104, onde a redação se encarregará de o catequizar sobre a matéria, que deverá lhe prover dos meios e das recomendações necessárias para se empenhar em abandonar uma existência vergonhosa”.⁶⁹

A questão do trabalho em relação ao Brasil se destacou no hebdomadário francês nos textos sobre a imigração estrangeira e a colonização do país. No *Bulletin Hedomadaire* de 22 de março de 1857, editorial assinado por Ad. Hubert o assunto é tratado em tom de revolta e desânimo, devido ao fato de ainda existir no país um tráfico interno explícito, a despeito das leis proibitivas⁷⁰. O jornalista, preocupado com o progresso do Brasil e o desenvolvimento da agricultura, clama pela atitude dos brasileiros em relação aos fatos que narra sobre o tráfico de escravos e a colonização do país. É interessante notar como Hubert se refere ao Brasil, “par l’amour de **notre** pays”⁷¹.

⁶⁹ *Courrier du Brésil*, 02/11/1856.

⁷⁰ Jaime Rodrigue em seu *O infame comércio* da construção acerca dos “projetos” pelo fim do tráfico e afirma que a idéia de uma abolição gradual e a pressão inglesa não explicam a existência de duas leis de extinção do tráfico, uma em 1831 e outra em 1850. Para tanto, é necessário entender os conflitos internos que envolveram diversos grupos sociais brasileiros daquele período — parlamentares, traficantes, população livre e pobre, os escravos e africanos livres. Afirma que “o fim da escravidão, apontado pela historiografia como processo histórico gradual, era uma proposta minoritária no conjunto das soluções pensadas pela elite política brasileira na primeira metade do século XIX”. RODRIGUES, Jaime, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas, Ed. UNICAMP / CECULT, 2000, pp. 25-26. Ainda sobre a supressão do tráfico em 1850, Sidney Chalhoub afirma que a epidemia de febre amarela no verão de 1849-50 pode ter ajudado a convencer os parlamentares brasileiros a finalmente ceder às pressões britânicas e terminar com a “carnificina do tráfico negreiro”. Segundo Chalhoub, a forma de o governo lidar com a moléstia na década de 1850 expõe as “entranhas de uma sociedade ainda profundamente comprometida com a instituição da escravidão”, pois, por um lado, tinha-se a esperança de que o fim do tráfico seria medida eficiente no combate ao “veneno da febre amarela” — que poderia causar grandes tragédias aliado à rebeldia escrava —; por outro lado, não havia preocupação imediata com a falta de mão-de-obra devido à intensificação do negócio dos negreiros ao final de 1840. Assim, constatando-se, ainda, que a febre amarela não era grave ameaça à propriedade escrava porque os negros resistiam bem à doença, esses fatores aliados fizeram com que os governantes não tivessem uma preocupação excessiva com a falta de braços escravos para a lavoura nos anos 1850. CHALHOUB, Sidney, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 68-78.

⁷¹ “Le vapeur *Paraná*, dit une correspondence de la province du Maranhão, a ramené de S. Luis 240 esclaves! Il paraît que ce trafic d’esclaves existant entre les provinces du nord et celles du midi de l’empire est arrivé au

TABELA III – Jornais publicados em língua francesa no Rio de Janeiro no século XIX

TÍTULO DO PERIÓDICO	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO E OBSERVAÇÕES (FONSECA)	BIBLIOTECA NACIONAL
<i>L'Alcyon – littérature, sciences, arts, théâtres</i>	1841	Periodicidade semanal, Imprimerie de Cremiere
_____	_____	<i>Almanach du Brésil Républicain: journal française.</i> Diretor: M.A.F. Reymond. Imprimerie-Libraire, 1895-1896
<i>Annales de l'observatoire Impérial de Rio de Janeiro</i>	1882-1887. Revista	
<i>Ba-ta-clan: chinoiserie franco-bresilienne</i>	1867-1871. Segundo Fonseca, “este jornal fez sucesso no seu tempo”, era todo redigido em francês e trazia caricaturas de J. Mill	Redator: Charles Berry. Caricaturas de J. Mill, Alfred Michon, P. Guimarães, Corcovado. Mudança de subtítulo: “ <i>journal satyrique illustre</i> ” (jun. 1868). Typ. E Lith. Franco-Americano.
<i>Le Brésil</i>	1862. Proprietário: Flávio Farnèse. Redação: Flavio Farnèse, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Luiz Pereira de Souza. Tip. da Atualidade	_____
<i>Le Courrier du Brésil – feuille politique, commerciale et littéraire</i>	1828 – este periódico não foi encontrado na listagem de periódicos da BN, mas também é citado por Werneck Sodré	_____
<i>Le Courrier de Rio de Janeiro</i>	1871	_____
<i>L'Écho de l'Amérique du Sud: journal politique, commercial et littéraire</i>	1827-1828. “Este jornal saiu das oficinas de Pierre Plancher e de seu filho Émile Seignot Plancher”.	Epígrafe: “ <i>Il n'y a qu'un écho en Amérique, lorsqu'on prononce les mots de Patrie et de Liberté</i> ”, General Foy
<i>L'Echo de L'Atlantique : journal des étrangers, publie sous la protection des lois bresiliennes</i>	1858	Editor-proprietario: A. Deyme & C. Mudança de tipografia: Typ. de Soares de Pinho. Anno 1, n.6 (31 de janeiro de 1858)
<i>L'Écho du Brésil et de l'Amérique du Sud</i>	1859-1860	Redator chefe: Altève Aumont. Imprimerie Moderne de H. Guffier
<i>L'Écho du Brésil: organe français de Rio de Janeiro</i>	1895	1895: ano 3 / jan.-jul. Redator H. Schwod. Diretor proprietários: J.

point d'attirer l'attention du gouvernement. Cette transportation est aussi préjudiciable à l'intérêt public qu'immorale, et demande de sérieux examens de la part de ceux qui doivent apporter remède à la situation. (..). Notre marche lente dans la voie de la colonisation est devenue complètement infructueuse em présence des premiers obstacles qu'il a fallu vaincre. (...) Tout notre travail passe na servi jusqu'à présent qu'à faire croire à impossibilité de la substitution des laboureurs libres aux esclaves; de telle sorte qu'un grand nombre de planteurs affirment qu'ils n'attendent plus de la colonisation les moyens de défricher leurs erres. (...) Puissent ces observations dictées par l'amour de notre pays devenir la source de quelque amélioration. Ce qui est certain, c'est que nos esclaves sont exportes sur une grande échelle et que tous les jours nous avons à noter la chute d'importants établissement d'agriculture”. *Courrier du Brésil*, 22/03/1857.

		Cateysson; administração: G. Grimaldi, rua da Assembléia, 75
<i>L'Écho Français – bulletin politique, commercial, littéraire, des sciences et des arts</i>	1838-1839	Periodicidade semanal. Imprimerie Imperiale et Constitutionnelle de J. Villeneuve
		<i>L'Echo Français – revue des journaux de France.</i> Imprimerie Parisienne, 1849.
<i>L'Entracte: jornal theatral, commercial e industrial</i>	1889	Proprietários: Cateysson e Dethuin. Administração: Rua da Uruguayana, 43. Distribuição gratuita; contém propagandas. Coleção BN / Plínio Doyle.
<i>L'Étoile du Sud</i>	1885-1892. Sucedeu a <i>Revue Commerciale, Financière et Maritime de L'Empire du Brésil</i> (1882-1885).	1885; 1895; 1901-1902. Fundador: Ch. Morel; secretário: G. Belliard. Typ Montenegro, Typ. Gazeta de Notícias e depois Typ Imperial e Constitucional de J. Villeneuve.
<i>Figaro chroniqueur - journal critique, comique, satyrique, anedotique, recreatif et amusant, publication anti-politique et anti-scientifique</i>	03 abril – 19 maio 1859. Redator gerente responsável: Arthur du Mouton	Catálogo de Microfilmes
<i>Les Folies Bergères</i>	1892	
<i>Foyer</i>	1891	Periodicidade semanal. Órgão dedicado ao teatro. Propriedade de: Frederico de Souza e B. de Gouvea. Typ. Impressora Paris
<i>La France</i>	1885. Segundo Fonseca, a referência deste periódico é da Biblioteca Nacional, no entanto, não consta nos catálogos da BN.	
<i>France et Brésil – journal français</i>	1874-1875	1875. Periodicidade semanal. Proprietários: P. L. Basseux; administrador: Capitão Jose Dias da Costa. Typ. Cosmopolita
<i>La Gazette du Brésil</i>	1867-1868	Catálogo de Microfilmes
<i>Le Gil-Blas : Journal Politique, Satyrique et Artistique</i>	14/10/1877 – 01/09/1878	Catálogo de Microfilmes
<i>L'Indépendent – feuille de commerce, politique et littéraire</i>	1827. Semanário publicado por Pierre Plancher-Seignot. Primeiro jornal francês publicado no Brasil. Fonseca afirma que existem dez números na BN, no entanto, nenhuma referência foi encontrada nos catálogos da biblioteca. Primeiro número de 21/4/1827. Cada um dos números traz extrato com catálogo das obras que eram vendidas na livraria de Pierre Plancher-Seignot	

<i>Le Messager: journal politique et litteraire</i>	1831-1834	Imprimerie de Gueffier et Cia. Periodicidade bi-semanal.
<i>Le Messager du Brésil: journal français</i>	1878-1884	Continuação de <i>Le Gil Blas</i> (1877-1878). Assunto:literatura. Typ. De Le Messager du Brésil.
<i>Le Nouvelliste</i>	1837-1848	1847-1848. Catálogo de Microfilmes
<i>Le Nouvelliste de Rio de Janeiro: journal politique, litteraire et commercial</i>	1863. Nova encadernação de <i>Le Nouvelliste</i> de 1837. Proprietário: H. Rautenfeld. Redator-chefe: L. A. Nerciat	<i>Le Nouvelliste: journal politique, litteraire et commercial.</i> Catálogo de Microfilmes
<i>Positivisme et Lafitisme</i>	1884	
<i>Révue Brésilienne ou Recueil de Morceaux Originaux sur les Affaires Intérieures de l'Empire, la politique et sur la statistique locale</i>	1830	Redator: Henri Plasson; primeira revista francesa do Brasil (número único). Imprimerie Gueffier
<i>Révue commerciale financière et maritime</i>	1882-1885. Typ. de J. Villeneuve	Continuado por: <i>L'Etoile du Sud.</i>
<i>Révue Française: litterature, sciences, beaux arts, politique... (1839-1840)</i>	1839-1840, Imprimerie de C. H. Frirey	Vol.1, n.1 (01 de maio de 1839)-vol.2, n.4 (01 de abril de 1840)
<i>Révue Franco-Brésilienne - paraissant tous les samedis</i>	1898. Fonseca cita como <i>Révue de France et du Brésil.</i>	Epigrafe: "Stimulus dedit aemula virtus". Propriedade: Ducan Wagner e Alfred de Carmand. Diretor-redator: Alfred de Carmand. Mudança de subtítulo: <i>politique, économique, artistique et litteraire</i> , a partir do n.4 (15 set.1898). Colaboradores: Ruy Barbosa, Olavo Bilac, José Avelino, Luiz Murat, Nocanor Nascimento, Coelho Netto, Morales de Los Rios, Raoul Wagner Fils (Paris), Artur Thire, e outros. Formato varia. Mudança de tipografia: da Typ. Casa Mont'Alverne para Typ. Luiz Miotto. Possui suplemento, " <i>Dedie a la colonie française a l'occasion de la fete nationale</i> ", t.1(1), 14 jul.1898.
<i>La Saison (A Estação – Jornal ilustrado para a família)</i>	Fonseca cita aqui a <i>La Saison</i> , porque esta revista de moda editada em Paris era destinada ao Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro, entre 1872-1879. O livreiro Lombaerts que a comercializa passou a publicar uma versão em português da revista, <i>A Estação</i> (1879-1904)	Jean Baptiste Lombaerts e seu filho Henri Gustave, livreiros, trabalhavam principalmente com jornais e revistas importadas. De 1871 a 1879 eles produziram um suplemento em português para acompanhar um de seus principais periódicos importados a revista de moda francesa <i>La Saison</i> . Em seguida, a partir de 1879, eles começaram a editar sua própria edição brasileira da revista com o titulo "A Estação". edição da casa

		Lambaerts. Entre 15 de janeiro de 1879 e 1899 passou a chamar-se "A Estacao" e a ter uma parte literária além do prato de resistência, que era o figurino, bordado etc. Nela colaborou também Machado de Assis (1884-1891). Mudança de tipografia: de Typ. Lombaerts & Cia para Typ. Estação (jan.1897).
<i>Le Sud Américain - journal hebdomadaire</i>	1885-1886	Catálogo de Periódicos Raros

Fonte: esta listagem foi feita a partir de Gondin da Fonseca, *Biografia do jornalismo carioca(1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941. Os títulos e informações citados pelo autor foram conferidos nos catálogos de periódicos da Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br/site/default.htm>). Há indicação quando o periódico mencionado por Fonseca não constou na listagem da BN, havendo simplesmente um traço. E o mesmo se aplica para aqueles encontrados apenas na BN e não em Fonseca. Alguns títulos não estavam corretamente ou completamente citados em Fonseca, assim, na coluna do título do periódico citamos de acordo com a informação dos catálogos da BN.

3. A aproximação com jornalistas e escritores brasileiros

No final da década de 1850 e início dos anos de 1860, a atuação deste pequeno “partido” da República — o *Courrier du Brésil* e seus correligionários — já não se limitava tanto apenas à “pequena França” erigida no centro da Capital brasileira. Em artigo de 25 de março de 1860 — data de renascimento do *Diário do Rio de Janeiro* — Adolphe Hubert destacaria a importância do “elemento francês” no desenvolvimento do pensamento público brasileiro, principalmente na Corte Imperial. Afirma que em 1852⁷², a imprensa brasileira era uma criança. No entanto, desenvolveu-se e naquele ano de 1860 já se encontrava tomada pela “massa” que participava das lutas intelectuais e que impunha a majestade de seus decretos. Esta transformação teria se dado por influência do “elemento francês”, que atuou com “livre arbítrio”:

“Chegamos do maior ao menor, do centro do velho mundo, de Paris ao Rio de Janeiro de Janeiro, onde o pensamento se dilata quando é comprimido por baixo.

Os organismos brasileiros se agitam às vezes para o individualismo; mas a liberdade que reina fez sempre dominar o interesse comum.

(...) O elemento francês por sua vez apareceu. Também, há pouco tempo, era fechado em um círculo restrito, que se ligou pouco ou nada a uma autoridade de convenção que não se precipitou, intencionalmente, vê-lo constituir-se em um corpo, sabendo agir e dirigir a sua ação. Os tempos são chegados: o elemento francês no Rio de Janeiro se constituiu, e se move e goza de seu livre arbítrio.”

A popularidade do exilado Charles Ribeyrolles, amigo íntimo de Victor Hugo⁷³, levou o grupo do *Courrier du Brésil* a se aproximar mais de alguns jornalistas e escritores

⁷² O jornalista usa a expressão “há oito anos”; sendo 1860, conclui-se que se refere ao ano de 1852. Talvez seja um indício da data em que chegou ao Rio de Janeiro.

⁷³ Ligia Segala trata da “hugolatria” que existia no Brasil nesta época, devido à sua obra como escritor e poeta: “A hugolatria francesa já fermentava os círculos brasileiros mais cultivados, marcando profundamente o estilo dos românticos e a retórica dos republicanos e abolicionistas da terra. (...) Para além dos círculos eruditos, romances de Victor Hugo são publicados, em folhetim, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, ganhando um público mais amplo que o consagra. Não é, pois, de se estranhar que nas lojas de enfeites e ornatos da Corte fossem encontrados bustos do escritor, em vários tamanhos, para escritórios ou salas de visitas (cf. *Almanak Laemmert*, 1859)”, SEGALA, obra citada, p.120-121.

brasileiros⁷⁴. Após a morte de Ribeyrolles no Brasil (1860), formou-se uma comissão que ficaria responsável por organizar uma subscrição para que se levantasse um monumento sobre o túmulo do “herói”⁷⁵ falecido. Compunham o grupo tanto brasileiros como franceses, a saber, Teófilo Benedicto Otoni como presidente; Douglas Miranda como tesoureiro; e eram membros Francisco Otaviano, Joaquim Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Remigio da Sena Pereira, Victor Frond, L’Hériveau, Dr. Gornet, Ad. Hubert e Jules Gaillard.

Alguns dos brasileiros que compunham esta comissão, juntamente com amigos compatriotas de Ribeyrolles, formavam um “grupo liberal coeso”⁷⁶, ligado principalmente ao jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Joaquim Saldanha Marinho⁷⁷, Teófilo Otoni⁷⁸, Quintino Bocaiúva eram nomes que se uniriam logo em 1862 à Liga Progressista⁷⁹. Uma década mais tarde seriam porta-vozes do Partido Republicano, como a figura de Bocaiúva, um dos redatores do *Diário*. Marco Cícero Cavallini afirma que este grupo político tinha a imprensa não só como meio de atuação política, mas como ferramenta para a correção e

⁷⁴ Os jornalistas brasileiros, essencialmente aqueles do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Correio Mercantil* organizaram uma missa cantada em homenagem a Charles Ribeyrolles. Quintino Bocayuva discursa ao final da celebração: “A cerimônia que vimos celebrar foi uma homenagem que os jornalistas brasileiros deviam a Charles Ribeyrolles. A redação do *Diário*, empenhando-se em tomar a iniciativa deste dever, estava certamente interpretando fielmente os sentimentos de todos os colegas. O ilustre defunto teve dois títulos nesta manifestação de respeito e de lembranças simpáticas para sua memória: era proscrito e homem de gênio. (...) era tanto uma celebridade a venerar com um talento a admirar”. *Courrier du Brésil*, 17/06/1860. Em outro número, o *Courrier du Brésil* caracterizou o grupo de jornalistas ligados àqueles jornais brasileiros como “amigos do jornalista francês Charles Ribeyrolles”. *Courrier du Brésil*, 01/07/1860.

⁷⁵ Adolphe Hubert afirma que Ribeyrolles era “um desses heróis da história, da nossa história moderna”

⁷⁶ CAVALLINI, Marco Cícero, *O Diário de Machado: a política do Segundo Reinado sob a pena do jovem cronista liberal*, Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP, março de 1999.

⁷⁷ Joaquim Saldanha Marinho começou sua carreira pública nas Províncias de Ceará e Pernambuco — onde nasceu e também onde cursou a Faculdade de Direito de Olinda. Em 1848, eleito Deputado Geral, transferiu-se para a Corte, onde foi eleito deputado pelas legislaturas de 1861 e 1866. Em 1860 retomou o *Diário do Rio de Janeiro* como seu redator chefe — periódico dirigido por José de Alencar até 1859. Alencar deixou a redação do jornal quando entrou para o serviço público; indo trabalhar como conselheiro na Secretaria de Negócios da Justiça. Ainda no mesmo ano, seria consultor de negócios do Governo Imperial.

⁷⁸ Teófilo Otoni, que na época era deputado pela província de Minas Gerais, foi um dos líderes liberais do movimento político de 1842 como um dos líderes liberais, foi fundador da Companhia de Exploração e Colonização do Mucury, era considerado pelos seus opositores como “ultra-liberal” e amigo da equipe de redação do *Diário*.

⁷⁹ A Liga Progressista surgiu em 1862 e se estendeu até 1868. Francisco Iglésias afirma que foi uma “nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças, em que se compõem liberais e conservadores moderados. O partido conservador perdera a unidade (...) As forças estavam muito divididas, caminhava-se para uma terceira posição, de que se fazia arauto Nabuco de Araújo. Era uma nova conciliação que se esboçava, ou novo partido político, unindo os liberais — há tanto afastados — e os conservadores que não se davam com a oligarquia dominante em suas fileiras”. IGLESIAS, Francisco, “Vida Política, 1848-1868”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1985, tomo II, 3º. volume, pp. 85-86.

regeneração do sistema representativo⁸⁰. A posição e concepção de imprensa do *Diário* eram compartilhadas também pelo *Correio Mercantil*, de Francisco Otaviano⁸¹.

Joaquim Saldanha Marinho provavelmente cedeu algum auxílio financeiro para que Charles Ribeyrolles e Victor Frond finalizassem a obra *Brasil Pitoresco*. Em uma nota escrita após a morte do jornalista e anexada à obra, o fotógrafo faz um agradecimento especial ao redator chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Seu conteúdo revela a relação estabelecida entre o brasileiro liberal e os franceses proscritos: “Solidário com uma dívida contraída em comum pelo autor [Ribeyrolles] e o editor [Frond], eu devia, neste livro, ao Sr. Saldanha Marinho o testemunho que se acaba de ler, como um resgate ditado pela gratidão.”⁸² O agradecimento é feito, principalmente, em nome de Charles Ribeyrolles, uma “revelação póstuma”, como afirma o fotógrafo francês⁸³. E tece elogios a Saldanha Marinho, ligando sua imagem ao periódico *Diário do Rio de Janeiro*:

“A publicação do *Diário* confirma, com relação a Saldanha, esse primeiro julgamento de Ribeyrolles, a quem, mais de uma vez, escutei louvar a energia com a qual esse corajoso cidadão tem defendido as instituições liberais e constitucionais de seu país.”⁸⁴

Essa ligação que Frond faz entre a publicação do *Diário* e a figura do “cidadão corajoso que defendia as instituições liberais e constitucionais” também aparece nas páginas do *Courrier du Brésil*. Quando o *Diário do Rio de Janeiro* voltou a ser publicado, Hubert publicou um artigo na seção *Échos de Rio de Janeiro*, intitulado “*Le Diário de Rio de Janeiro*”, no qual elogia a nova redação do jornal brasileiro. Ressalta que Saldanha Marinho, “conhecido pelos seus atos de liberalismos”, havia escolhido a data de aniversário

⁸⁰ CAVALLINI, *obra citada*. Dissertação de mestrado na qual o autor, na tentativa de recuperar a visão política de Machado de Assis na década de 1860, a partir da leitura de suas primeiras crônicas, publicadas no *Diário*, busca revelar a “relação orgânica” entre esses textos de Machado e a orientação política do jornal, que expressa “ideais e objetivos políticos muito bem definidos, de um grupo liberal coeso”.

⁸¹ CAVALLINI, *obra citada*, p. 58.

⁸² Victor Frond, “Nota B”, in RIBEYROLLES, *obra citada*, vol. 2, pp. 163-164.

⁸³ Frond cita um trecho do texto de Ribeyrolles, no qual o publicista comenta sobre Joaquim Saldanha Marinho: “Não são homens que faltam em Valença, onde o espírito geral é de boa altivez burguesa. Lá encontrei cultivadas inteligências. O deputado da província, Saldanha Marinho, ocuparia dignamente seu lugar nas melhores assembléias da Europa. Eloquência e desinteresse, estudos profundos, probidade severa não são qualidades comuns, mesmo no Brasil”. RIBEYROLLES, *obra citada*, vol. 1, p.197.

⁸⁴ Victor Frond, “Nota B”, in RIBEYROLLES, *obra citada*, vol. 2, p. 163.

da constituição brasileira para fazer reaparecer seu jornal⁸⁵. Ainda mais, equipara as linhas editoriais dos dois periódicos:

“A nação deve ser governada pela nação, e é a força comum que deve formar a base de um governo, escreve a pena combativa do Dr. Saldanha Marinho, e nós compartilhamos deste pensamento. A mesma idéia foi desenvolvida sobre um excelente artigo intitulado “O Estado” que foi publicado neste jornal. / Nós pensamos como o autor e escrevemos muitas vezes que o Estado não deve comandar o povo nem as várias facções que tutela; e nós admitimos isso para todas as instituições como para todos os empreendimentos, a exceção a da colonização, que, sob a iminência do perigo, deve ser subvencionada, dirigida, e mesmo empreendida se for necessário, pelo Estado”⁸⁶.

O jovem literato e jornalista Machado de Assis também contribuía com a redação do *Diário*. Manteve-se discreto e seu nome não aparece nas homenagens prestadas à Ribeyrolles, de quem foi grande amigo⁸⁷. Nos primeiros dias de 1859 nasceu no Rio de Janeiro um filho de Victor Frond⁸⁸, ocasião que fez realizar uma reunião de amigos na casa do fotógrafo. Entre muitos franceses, o único brasileiro presente era o jovem Machado de Assis. Naquele dia, Ribeyrolles tomou a pena e improvisou um poema intitulado “*Souvenirs d’Exil*” para saudar o menino que iria se chamar Charles Frond. Machado imediatamente o traduziu e assinaram como testemunhas desta dupla façanha, além de Victor Frond e Charles Ribeyrolles, Boulanger, Joseph Lacombe, Dr. H. Chomet, A. Lemâel, Leonce Aubé, Vieu, Pailleux, Salaberry, Massy e B. L. Garnier — todos eram

⁸⁵ O Diário teve em sua direção até 1858 José de Alencar. Nessa época, em que Alencar era o redator-chefe, o *Courrier* em alguns momentos elogiava o Diário como um jornal de “posturas avançadas” dentro do Brasil. O *Courrier*, no mesmo artigo que trata da retomada do Diário por Saldanha Marinho, rememora e elogia a atuação de Alencar no jornalismo da época de seu Diário.

⁸⁶ *Courrier du Brésil*, 01/04/1860. Além dessa comparação direta com o *Diário*, quando da morte de Ribeyrolles, Hubert escreve um artigo homenageando o companheiro, e ao final do texto, ao afirmar que Luis Bonaparte fora algoz de Ribeyrolles assim como da humanidade, cita uma frase, cuja autoria dedica à Saldanha Marinho: “Est-ce bien, en chef, ce Louis Bonaparte, cet homme fait de boue et d’argile, “cet ange d’extermination”, comme le dit M. Saldanha Marinho (...)”. *Courrier Brésil*, 03/06/1860.

⁸⁷ O francês exilado no Brasil foi amigo de Machado, a quem chamava carinhosamente de *mon cher Machadô*. PEREIRA, Lucia Miguel, *Machado de Assis (estudo crítico e biográfico)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936, p. 66.

⁸⁸ Victor Frond casou-se com Julie Charlotte Lacombe no dia 25 de maio de 1857, na Chancelaria do Consulado Francês no Rio de Janeiro, e além de Joseph Lacombe e Adam Ignace Fertig como testemunhas da ocasião, também estavam presentes “comerciantes franceses com bons endereços na cidade”, Amedée Larruette, Jules Jean Girard, Jourdan Révol, e o médico Thomas Victor Bellin. SEGALA, *obra citada*, pp130-131.

associados da mutualista francesa, exceto Ribeirrolles e Aubé⁸⁹. Meses mais tarde, em 21 de julho de 1859, Machado de Assis “ousaria” publicar, no *Correio Mercantil*, seus primeiros versos em francês, prestando nova homenagem ao pequeno Charles Frond, intitulado “A Ch. F., filho de um proscrito”⁹⁰.

Em 15 de setembro de 1861, Adolphe Hubert, inabitualmente, publicou na primeira e segunda página de seu hebdomadário a seção *Chronique Littéraire*. O jornalista procurava destacar o recente trabalho de um jovem literato, integrante de um novo momento da produção literária nacional brasileira, que parecia então “levantar vô”, palavras do redator do *Courrier*⁹¹. Publicava-se, então, a tradução em francês de uma “fantasia dramática” de Machado de Assis, intitulada “Desencantos”. Este “fragmento literário de verdadeiro valor para a época” foi a segunda peça teatral de Machado, publicada também em 1861 na *Marmota* de Paula Brito — a primeira peça do autor era do mesmo ano, intitulada “Hoje avental, amanhã luva”⁹². “Desencantos” foi dedicada a Quintino Bocaiúva, jovem literato já *en vogue* na época, de acordo com o *Courrier*, e amigo de Machado. Bocaiúva foi responsável pela aproximação de Machado à redação do *Diário do Rio de Janeiro*⁹³.

Além de publicar o texto de Machado, Hubert escreve algumas linhas de uma generosa crítica literária. O jornalista afirma que a produção revelava uma modesta falta de pretensão do autor em buscar a glória, pois “sua obra é como a violeta, que é o símbolo da modéstia, mas é perfumada do aroma mais doce entre as plantas que a cercam”. É interessante notar o comentário de Hubert acerca das personagens e da ambientação da

⁸⁹ Leonce Aubé era diretor da Colônia Dona Francisca, formada nas terras do príncipe de Joinville na província do Paraná. Escreveu um livro sobre esta colônia que corrobora com os ideais imigrantistas da época. Sua obra ainda estava no prelo quando publicou vários artigos sobre a questão da imigração e da colonização do império brasileiro no *Courrier du Brésil*, em 1859. Referência de sua obra: AUBÉ, Leonce, *La Provence de Sainte-catherine et la Colonisation du Brésil*, Rio de Janeiro, Imprimerie Française de Frederico Alfredson, 1861.

⁹⁰ MAGALHÃES JR., Raimundo, *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, p. 94.

⁹¹ “Depuis quelque temps la littérature nationale brésilienne semble avoir pris son essor. Les travaux que nous enregistrons chaque jour le prouvent”. *Courrier du Brésil*, 15/09/1861.

⁹² PEREIRA, Lucia M., *obra citada*, pp. 99-101.

⁹³ De acordo com Cavallini, em sua dissertação de mestrado, Machado de Assis exerceu no *Diário* funções de “redator político”, tanto na fase em que o jornal apoiava o governo como depois na fase de oposição. E destaca que “há uma clara separação entre o jornalismo combativo e engajado na juventude e o grande escritor que trata os assuntos da política como um componente acessório de sua obra ficcional”. CAVALLINI, *obra citada*, p. 68.

peça. O jornalista destaca que as personagens não eram “burgueses”, muito menos “príncipes”, e tais nuances indicavam o cuidado do autor ao escolher o “meio”, ou seja, o ambiente social que deveria animar seu diálogo:

“Os personagens não são burgueses, mas não os fez príncipes. Fazemos sentir este matiz para indicar o cuidado que pôs o autor a escolher o ambiente que deve animar o seu diálogo”.

Manuel Antônio de Almeida também fazia parte do grupo do *Diário do Rio de Janeiro* e se aproximou dos franceses proscritos. Participou da tradução “atropelada” do texto de Charles Ribeyrolles em *Brasil Pitoresco*, realizada ainda por Machado de Assis, Remígio de Sena Pereira, Rinaldo Montoro e Francisco Ramos Paz⁹⁴. Tinha uma intensa relação de amizade com Stanislas Pailleux, que estava presente àquela celebração do nascimento do filho de Frond. Almeida e Pailleux faleceram juntos no naufrágio do navio *Hermes*, a caminho de Campos, em novembro de 1861⁹⁵. Além disso, no mesmo ano de sua morte, associou-se a Victor Frond para ampliar a obra *Brasil Pitoresco* a todas as províncias do Império. É isso que revela uma carta de Manuel Antonio de Almeida a José de Alencar. O autor de *Memórias de um Sargento de Milícias*, em carta enviada de Nova Friburgo em 13 de junho de 1861, pedia a José de Alencar, membro da Comissão de Orçamento do Governo Imperial, apoio oficial para a iniciativa a qual se unia ao fotógrafo:

“V. conhece a idéia da obra publicada pelo Victor Frond e pelo Ribeyrolles — O Brasil Pitoresco. — Pela parte até hoje conhecida pode-se desprevenidamente verificar se houve ou não consciência no trabalho e boa fé nos compromissos.

⁹⁴ De acordo com nota encontrada na biblioteca deste último, a qual revela ainda em que condições de tempo foi produzida a obra: “Os tradutores desta obra não têm de que se desvanecer porque tudo foi feito às pressas tanto pelo autor como pelos tradutores”. RIBEYROLLES, *obra citada*, vol. 1, p. XI

⁹⁵ De acordo com o *Courrier du Brésil*, Pailleux sucumbiu tentando salvar Almeida no naufrágio do navio *Hermes* que os levava ao município de Campos: “Lorsque le navire allant engloutir, un brave français, Stanislas Pailleux, était descendu dans la cabine où Almeida gisait acablé et presque sans vie par le mal de mer et l’avait porté sur le pont pour aviser à son salut, lorsque qu’une lame terrible vint arracher la victime au dévouement de l’ami. Pailleux, ce couer généreux que tout le monde regrette à Rio de Janeiro, lui qui ne savait pas nager et qui ne songeait qu’à sauver son compagnon, a été lui même poussé dans l’abîme. C’était l’épilogue monstrueux ajouté à la poésie des *Deux Amours* par la fatalité”. Ao final da notícia, o comentário de Hubert leva a crer que talvez Almeida e Pailleux tivessem uma relação de amizade mais íntima, como “dois amores”, referindo-se à peça poética de Almeida. *Courrier du Brésil*, 08/12/1861.

Morto Ribeyrolles, nem por isso desistiu o Frond de completar o seu plano, isto é de prolongar a todo o Império o trabalho até aqui unicamente feito sobre o Rio de Janeiro. Já vê V. que é uma empresa grandiosa. Chamou-me o Frond para seu sócio, e eu não duvidei aceitar, visto a honestidade e utilidade do trabalho: a empresa é hoje, de nós ambos. Sem desvanecimento creio que ela ganhou com isso: uma obra sem.^c feita sob as vistas e direção de um brasileiro consciencioso, não pode senão adquirir maior mérito, e por consequência servir melhor a seus fins⁹⁶

Em setembro de 1861 o *Courrier du Brésil* noticiaria a aprovação do financiamento à ampliação da obra *Brasil Pitoresco*. A Câmara do Deputados havia acordado um subsídio pelo Ministério da Agricultura e do Comércio e o projeto de continuidade da obra receberia 12 mil francos para o trabalho realizado em cada província do Império Brasileiro. Receberiam inicialmente 24 mil francos correspondente a duas províncias⁹⁷. No entanto, devido à morte de Almeida em dezembro daquele ano, provavelmente Victor Frond abandonou a empreitada, pois em 1862 deixaria o país⁹⁸.

⁹⁶ MENDONÇA, obra citada, p.104.

⁹⁷ *Courrier du Brésil*, 01/09/1861.

⁹⁸ SEGALA, obra citada.

4. Quarante-huitards no Rio de Janeiro: identidade e solidariedade no exílio

“La situation des proscrits français est tellement précaire qu’un fait circuler le bruit que M. Ch. Ribeyrolles, après avoir lutté si énergiquement et pendant si longtemps dans son journal *L’Homme*, qui se publiait à Jersey, se serait enfin trouvé réduit à demander ses secours à ses co-religionnaires politiques de Rio de Janeiro, et que le comité de la Société Française de Secours Mutuels aurait, par une décision spontanée qui l’honore, mis à la disposition du courageux écrivain, sur les fonds de la société, une somme qui lui permettrait de se rendre dans la capitale du Brésil. (...) On dit de plus que M. Ch. Ribeyrolles serait appelé à prêter son concours à la rédaction du *Courrier du Brésil*. — Un frère et ami”⁹⁹

Esta nota foi divulgada em francês no *Correio Mercantil* de 29 de outubro de 1856, sob o intrigante título “Os proscritos franceses”. Adolphe Hubert reproduziu o texto no domingo seguinte à publicação do periódico nacional, afirmando que seu conteúdo era mentiroso e difamatório. O que ofendeu o jornalista e seus amigos foi a afirmação de que o comitê da sociedade mutualista dispunha arbitrariamente de seus fundos, sem consultar seus associados e com fins políticos. Havia apenas dois meses da fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e o processo de sua formação foi extremamente conturbado. Um intenso conflito foi instaurado entre dois grupos — ou “partidos” — que se configuraram dentro da comunidade francesa no Rio de Janeiro: um que passou a ser representado pelo comitê da Sociedade Francesa de Beneficência e o outro pelos sujeitos envolvidos na formação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e com o periódico *Courrier du Brésil*.

Ainda que o financiamento da viagem de Ribeyrolles não fosse feito pela sociedade mutualista e o escritor não contribuísse com o *Courrier du Brésil*, é importante notar a identidade que o texto do *Correio Mercantil* imprime ao grupo de franceses. Tanto o grupo

⁹⁹ “A situação dos proscritos franceses é tanto precária que fez circular o boato que o Sr. Ch. Ribeyrolles, após ter lutado tão energicamente e durante muito tempo em seu jornal *L’Homme*, que se publicava em Jersey, teria enfim se reduzido a pedir os seus socorros aos seus correligionários políticos do Rio de Janeiro de Janeiro, e que o Comitê da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos teria, por uma decisão espontânea que o honra, posto a disposição do corajoso escritor, sobre os fundos da sociedade, uma soma que lhe permitiria vir a capital do Brasil. (...) Diz-se mais que o Sr. Ch. Ribeyrolles seria chamado a prestar sua acessória à redação do *Courrier du Brésil* - Um irmão e amigo”. Divulgado em língua francesa nas “publicações a pedido” do *Correio Mercantil*, 29/10/1856.

do jornal como o da associação mutual seriam “proscritos franceses” e “correligionários políticos” de Charles Ribeyrolles. Essas afirmações não foram questionadas em nenhum momento por Hubert em seu jornal porque, de fato, não eram embustes.

Parte da trajetória política de Charles Ribeyrolles foi exposta no primeiro capítulo desta dissertação. Depois da Revolução de 1848, candidatou-se para as eleições à Assembléia Constituinte e como muitos outros republicanos radicais, não teve sucesso. Tornou-se redator chefe do *La Réforme* depois das baixas feitas ao Partido da Montanha, devido às prisões acarretadas pela manifestação em 15 de maio. O dicionário biográfico da história do movimento operário na França de Jean Maitron¹⁰⁰ situa o publicista na extrema esquerda do “radicalismo” dos anos de 1840. Afirma que dos talentos que surgiram sob a Segunda República Francesa, Ribeyrolles foi, assim como Charles Delescluze, um dos melhores jornalistas da época. Depois do 13 de junho de 1849 foi obrigado a se exilar na Inglaterra. Conviveu em Jersey com um grande número de proscritos e foi redator chefe do *L’Homme*. Depois de ser expulso da Ilha do Canal rumou para Londres onde a sobrevivência se tornou mais penosa.

F. Dabadie escreve no *Grand Dictionnaire Universel du XIXème Siècle*¹⁰¹ que durante aproximadamente três anos de vivência em Londres, Charles Ribeyrolles se arrastou num “estado de penúria vizinho da miséria”. Recusava-se a aceitar qualquer auxílio econômico dos amigos. Foi nesse período de adversidades mais profundas que lhe acenaram com a possibilidade de uma vida melhor no Brasil, onde ficaria encarregado de escrever o texto de *Brasil Pitoresco*. Aportou na Corte do Império Brasileiro em 1858. Os indícios sobre o financiamento de sua viagem apontam tanto para a possibilidade de que Victor Frond tenha conseguido recursos com o governo imperial brasileiro¹⁰², assim como possa ter angariado apoio dentro da própria comunidade francesa, Como se observou anteriormente, a Sociedade francesa de Socorros Mútuos foi acusada de tentar financiar sua

¹⁰⁰ MAITRON, Jean (coord.), *Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier Français, première partie: 1789-1864, De la fondation de la Première Internationale*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1966.

¹⁰¹ De acordo com Afonso Taunay na apresentação de uma edição de *Brasil Pitoresco* de 1941, in RIBEYROLLES, obra citada, 1o. vol., p. X

¹⁰² De acordo com pesquisa de Pedro Vasquez, Victor Frond foi o artista-fotógrafo que mais recebeu recursos da Mordomia Imperial: um total de 12:027\$000 (12 contos e 27 mil réis), entre os anos de 1857-1860. Essa quantia é referente ao que foi pago a Victor Frond por fotografias que fez para a Casa Imperial e pela encomenda de dez exemplares da obra *Brasil Pitoresco*. VASQUEZ, Pedro, *D. Pedro e a fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Index, 1985 apud SEGALA, obra citada, pp. 116-117 e 137.

viagem já em 1856. Brito Broca narra na *Revista do Livro* que no Brasil a situação do publicista proscrito melhorou sensivelmente. Além disso, encontrou “ambiente fraternal” entre os “franceses liberais” que se agrupavam no jornal *Courrier du Brésil* e se integrou ao círculo de escritores habituados a fazer ponto na loja do Paula Brito, na Praça da Constituição¹⁰³.

Seu companheiro de empreitada pitoresca no Novo Mundo, o fotógrafo Victor Frond, também teve seu passado de prisão e exílio. Lygia Segala realizou um denso trabalho de pesquisa documental sobre a trajetória social do fotógrafo anterior a sua chegada ao Brasil até seu estabelecimento na Corte, entre 1857 e 1862¹⁰⁴. Em 1851, quando Luís Bonaparte preparava seu o Golpe de Estado, Victor Frond era subtenente da 4ª Companhia do Batalhão de Bombeiros¹⁰⁵ de Paris (rue de Poissy). Denunciou fraudes que ocorreram nas campanhas para o plebiscito que visava legitimar o golpe de Bonaparte. Acabou condenado à prisão e depois à deportação para a colônia penal francesa na Argélia em 1852. Conseguiu fugir de sua prisão na África. Tornou-se fotógrafo em Lisboa, na rota de fuga, e nos anos entre 1853 e 1854 encontrava-se exilado na Inglaterra. A transcrição de um texto depoimento de Frond no livro de Victor Hugo, *Histoire d'un Crime*, marca o seu pertencimento ao grupo de militantes proscritos. Victor Frond produziu um dossiê durante sua estadia na África que mais tarde foi utilizado por Charles Ribeyrolles para compor seu *Le Bagnes d'Afrique: Histoire de la Transportation de Décembre*¹⁰⁶ publicado na ilha de Jersey e em Londres, em 1853.

¹⁰³ BROCA, Brito, “O Centenário da morte de Charles Ribeyrolles”, *Revista do Livro*, XVIII, 1960, pp. 228-229.

¹⁰⁴ Seu estudo explora as representações do Império Brasileiro feitas no livro-álbum *Brasil Pitoresco*. a partir das setenta e nove fotografias litografadas — que compõem a parte iconográfica da obra — a autora faz uma “desconstrução temática da coleção ilustrada”, a fim de compreender o “projeto editorial” imaginado por Frond. Segala destaca em seu trabalho tanto as condições de produção — essencialmente da parte iconográfica de *Brazil Pittoresco* —, fontes e estratégias de venda desse livro-álbum como as primeiras formas de recepção e reconhecimento da obra em periódicos do período. O texto de Ribeyrolles é trabalhado em segundo plano, como roteiro do itinerário fotográfico: “Não está em foco a crítica exaustiva dos escritos de Ribeyrolles em todos os seus detalhes. Interessam suas reflexões em torno da lógica de produção e circulação da obra, os veios de “inspiração profunda” que roteirizam o itinerário fotográfico”, in Lygia Segala, *obra citada*, vol. II, p. 159”.

¹⁰⁵ Publicou uma obra sobre seu ofício de bombeiro ainda em 1851: Victor Frond, *De l'insuffisance des secours contre l'incendie et des moyens d'organiser ce service public dans toute la France*, Paris, Imprimerie et Librairie Administratives, 1851.

¹⁰⁶ Charles Ribeyrolles, *Les bagnes d'Afrique – Histoire de la transportation de décembre*, Jersey, Imprimerie Universelle; Londres, Libraire Burlington Arcade, 1853. Obra obtida pelo site da Bibliothèque Nationale de France: <http://gallica.bnf.fr/>

Victor Frond chegou ao Brasil provavelmente em 1857¹⁰⁷. O *Diário do Rio de Janeiro* de 11 de maio de 1857, em primeira página, anuncia a abertura de mais um estabelecimento fotográfico na cidade, pertencente ao fotógrafo Frond e ao artista alemão Fertig. O jornal ressalta que o estabelecimento tinha o reconhecimento da Casa Imperial. Antes ainda, em editorial do dia 8 de maio de 1857, o periódico comenta os retratos que Frond e Fertig fizeram da Família Imperial, do “favor excepcional” que o fotógrafo mereceu de D. Pedro II e sua família. Nesta época, o projeto de Victor Frond no Brasil parecia ser outro, bem distinto do *Brasil Pitoresco*. Em parceria com Sebastian Auguste Sisson (litógrafo), produziram a *Galeria dos Brasileiros Ilustres, os Contemporâneos*. Frond fez as primeiras fotografias, do Imperador e da Imperatriz — que provavelmente são as mesmas fotografias publicadas no álbum *Brasil Pitoresco*, trabalhadas por outros litógrafos¹⁰⁸ —, porém, a parceria com Sisson não foi adiante e Frond se afastou desse projeto.

A obra *Brasil Pitoresco* começou a ser anunciada na província do Rio de Janeiro em 1857. Charles Ribeyrolles não havia ainda aportado no Brasil, quando nos anúncios em jornais da Corte, Frond prometia trazer da Europa o material e o pessoal necessários para a confecção da obra. Para isso viajaria pessoalmente ao velho continente. Porém, encontrou inesperados obstáculos em razão da perseguição que lhe moveu o Chevalier de Saint-Georges¹⁰⁹, o embaixador encarregado dos Negócios da França no Brasil. O passado de “insubordinações” de Victor Frond e seu presente como “proscrito” veio à tona atrapalhando temporariamente seus planos de empreendedor do mercado editorial. Impedido de viajar, Victor Frond publicou uma nota na seção *A pedidos*, do *Correio Mercantil*, em 16 de março de 1858, explicando aos seus subscritores o problema. Tal nota

¹⁰⁷ Na França foi noivo da filha do tipógrafo Adolphe Lacombe, Celina Amable Josephine. Mas no Brasil, casou com a irmã mais nova de Celina, Julie Charlotte, em 25/5/1857. Representou o pai da moça, Ignace Fertig (47 anos, morador da Rua da Assembléia, pintor retratista, sócio de Frond). Foram testemunhas Joseph Lacombe (irmão de Julie). Assinam ainda Amedée Laruelle (comerciante na Praça do Rocio, 62; Jules Jean Girard (rua do ouvidor), o médico Thomas Victor Bellin e Jourdan Révol (“conhecido no ramo das bijoterias”).

¹⁰⁸ Na obra de Sisson, nas legendas sob as fotografias de D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina lê-se “A. Sisson Lith. da photo de Fronde”. Ver SISSION, S. A., *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Brasília, Senado Federal (Coleção Brasil 500 anos), 1999, vol. 1, pp. 1; 465.

¹⁰⁹ O Cavaleiro de Saint-Georges era o representante do governo francês no Brasil neste período, Ministro Plenipotenciário, tendo chegado ao país em 1855. Antes disso havia assumido este posto entre 1849 e 1851. Ver *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1849-1851. Consultado em <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

revela que apesar de Frond ter seus contratemplos com Napoleão III e seus funcionários, poderia ainda contar com o apoio amigável e oficial do governo imperial brasileiro¹¹⁰. No entanto, quando findavam a obra, Charles Ribeyrolles morreu de febre amarela no Rio de Janeiro em junho de 1860.

Os autores de *Brasil Pitoresco* não foram os únicos exilados franceses a procurar abrigo e meios de sobreviver na Corte brasileira. No Rio de Janeiro não existiam tantos *quarante-huitards* proscritos como na Inglaterra ou em outros países da Europa. Contudo, um grupo considerável encontrou ambiente solidário no Império dos Trópicos entre os companheiros de exílio e compatriotas republicanos. Até mesmo François Vincent Raspail (1794-1878) passou um tempo por estas paragens. Em 1848 foi candidato à presidência da França e teve apoio principalmente dos “socialistas” e dos “comunistas”¹¹¹. Em 1849 foi condenado a seis anos de prisão, mas antes que a pena chegasse ao fim, o governo bonapartista o banuiu em 1853, assim como a muitos outros representantes da esquerda republicana que enchiam as masmorras francesas. Rumou para a Bélgica e retornou à França apenas em 1863.

Raspail passou quase discretamente pelo Rio de Janeiro. Era químico farmacêutico e divulgou sua “farmácia popular” nos anúncios do *Courrier du Brésil* em abril de 1856. Hospedado à rua da Assembléia, n. 86, residência do colega Gornet, produzia um “verdadeiro regenerador do sangue”¹¹². É possível que Raspail seja o autor de uma série de cartas-crônicas publicadas no semanário francês. Publicadas em fevereiro e março de 1856, as *Lettres sur le France* eram assinadas pelo pseudônimo *Junius*. Adolphe Hubert manteve

¹¹⁰ “Aos Srs. Subscritores de *Brasil Pitoresco*. / Há seguramente sete meses que anunciei a minha partida para a Europa, a fim de ir buscar o pessoal e material para a execução da obra que empreendi; apesar de estarem hoje preenchidas todas as formalidades policiais exigidas pelas leis do país, não deixarei o Rio de Janeiro porque o Sr. Cavaleiro de St. Georges, representante do Sr. Bonaparte, decidiu o contrário. Esse funcionário, por excesso de zelo e de dedicação, viu em mim um conspirador; a polícia e o Ministro dos Estrangeiros foram informados do pretendido fim; redigiu-se um ofício monstro para que à minha chegada tivesse eu lá *bom acolhimento*. / Mas, para acúmulo da decepção, o ofício torna-se inútil. Eu não parto. Nem por isso, porém, o *Brasil Pitoresco* deixará de aparecer; estão tomadas todas as disposições para que o pessoal e o material estejam aqui em junho e, custe o que custar, a publicação anunciada terá lugar em dezembro próximo. Será esta a melhor resposta que eu possa dar às pérfidas insinuações de que fui objeto, assim como também o melhor meio de testemunhar meu reconhecimento ao país livre que me dá uma tão generosa hospitalidade e que me honra com tão benévola simpatia.” Raimundo Magalhães Jr., obra citada, pp. 88-89.

¹¹¹ Raspail recebeu apoio em Paris de grupo cujos “membros era quase todos ex-partidários de Cabet, “icarianos” ou egressos das antigas sociedades secretas mais igualitaristas; ou seja, podiam ser considerados mais “comunistas” que “socialistas”. AGULHON, 1848, p. 89.

¹¹² *Courrier du Brésil*, 20/04/2856.

a discrição que Raspail desejava: “Um dos escritores mais eminentes e dos mais democratas da França, começa hoje uma série de cartas que nós publicaremos com prontidão. É inútil por diversos motivos, dar o nome deste escritor. Pelo seu estilo de outros lugares, as pessoas competentes o reconhecerão rapidamente”¹¹³. A outra série de cartas publicadas entre maio e junho de 1856 foram as *Lettres brésiliennes*. O que faz pensar que a autoria era de Raspail foi o novo pseudônimo escolhido, *Ami Constant* — na primavera de 1848, este republicano socialista fundou o jornal *L’Ami du Peuple*. Não parece exagero concluir que o “amigo do povo” era também um “amigo constante”. Não foi encontrada menção alguma sobre sua estadia no Rio de Janeiro e se não fossem os anúncios da “farmácia popular”, este *quarante-huitard* teria passado completamente incógnito pelo Brasil.

Dr. Gornet foi outro exilado do círculo de amizades do poeta Victor Hugo que veio ao Brasil para se estabelecer. Foi identificado pelo *Courrier du Brésil* como “prefeito em Paris em 1848”. No entanto, Gornet ocupou mais exatamente, durante a primavera de 1848, o cargo de subprefeito do *arrondissement* de Blaye, no departamento da Gironda¹¹⁴. Também conviveu com Ribeyrolles em seu exílio em Jersey¹¹⁵ e seu nome consta na carta que Victor Hugo escreveu em defesa dos editores do *L’Homme* em 1855. Logo que foi expulso de Jersey, veio ao Brasil, pois seu nome aparece na listagem do *Almanak Laemmert* já no ano de 1855 e o anúncio cessa em 1861 — talvez tenha retornado à França depois da anistia de 1859. Além disso, Gornet também compartilhava das opiniões de Charles Ribeyrolles sobre a defesa da imigração européia para o Brasil. Na primeira metade de 1857 escreveu alguns textos para o *Courrier du Brésil* e tentou angariar fundos para editar uma publicação que tratasse o tema da “colonização do Brasil”, intitulada *L’Ami des colons* — talvez por inspiração do *L’Ami du peuple* do amigo Raspail. Gornet afirmava que “como estrangeiro neste país” sua voz não poderia ter o ressentimento presente na Europa,

¹¹³ *Courrier du Brésil*, 10/02/1856. A *Deuxième* e a *Troisième Lettres sur le France* foram publicadas em 17/02/1856 e 02/02/1856.

¹¹⁴ Gornet foi nomeado em 17 de março de 1848. A comuna de Blaye está situada no ao norte do departamento da Gironda (faz parte da Haute Gironde), na região da Aquitaine (região ao sul da França, que faz fronteira com a Espanha). A informação sobre Gornet foi adquirida no site oficial da prefeitura de Blaye: <http://www.blaye.net/4598.html>

¹¹⁵ No funeral de Charles Ribeyrolles, Gornet diz em seu discurso: “amigo de todos aqui, e amigo de minha família ao seio da proscrição que plantou sua bandeira sob o sol livre e hospitaleiro da Inglaterra”. *Courrier du Brésil*, 08/06/1860.

referindo-se provavelmente às malfadadas tentativas de imigração realizadas ao longo das décadas de 1840 e 1850 e que provocaram má impressão entre os europeus. O prospecto do pretense periódico foi até mesmo publicado no semanário francês, no entanto, parece que Gornet não conseguiu as subscrições necessárias para colocar sua idéia em prática, pois nenhum vestígio desta publicação foi encontrado, além daqueles nas páginas do jornal.

O Dr. Chomet, um dos fundadores da *Société Française de Secours Mutuels*, também era um proscrito. No funeral de Charles Ribeyrolles, Chomet ressaltou que aquele grupo de franceses que prestava a homenagem compartilhava fielmente dos “princípios republicanos” e daquilo que o jornalista pretendia desenvolver: “Você nos deixa deveres a cumprir”¹¹⁶. O depoimento de Chomet retrata o que se quer definir como identidade e solidariedade de proscrição desse grupo de franceses residentes no Rio de Janeiro; afirma que os onze anos de exílio de Charles Ribeyrolles foram para ele, “como para nós” — referindo-se provavelmente ao grupo de compatriotas presentes —, um grande ensinamento.

No dicionário biográfico do movimento operário francês há um “Dr. Chomet”: ele era médico em Jaligny, no departamento de Allier e foi um dos chefes das insurreições em Donjon e Lapalisse, cidadezinhas daquele mesmo departamento, em dezembro de 1851. Juntamente com seu companheiro Gobert na direção dessas insurreições, foram os chefes mais ativos do socialismo daquelas redondezas¹¹⁷. Maurice Agulhon comenta que depois do golpe de Estado na França, por Luis Bonaparte, o fato mais marcante daquele mês, “e talvez de toda a República”, foi a resistência que aconteceu na Província, pois no dia seguinte ao dois de dezembro de 1851, os departamentos recorreram às armas contra o golpe. Donjon estava entre as cidades e burgos onde ocorreram as “primeiras manifestações mais relevantes”. Porém, foi uma das primeiras insurreições a serem reprimidas. Muitos que participaram dessas sublevações ou foram perseguidos e presos durante a repressão do exército ou foram sumariamente mortos¹¹⁸.

¹¹⁶ Durante o funeral, Charles Quentin incita os companheiros presentes a dar vivas à República: ao final de sua fala, homenageia Ribeyrolles com o brado de “Viva a República Democrática e Social” e o narrador do jornal afirma que “a massa que estava em torno da cova repetiu com entusiasmo, — *Viva a república democrática e social*”. *Courrier du Brésil*, 08/06/1860

¹¹⁷ MAITRON, *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français, 1789-1864*.

¹¹⁸ AGULHON, 1848, pp. 172 e 180-181.

Provavelmente aquele mesmo Dr. Chomet tenha se refugiado na Corte do império brasileiro. Em 1853, o Dr. J. H. Chomet, residente à Rua do Ouvidor, anunciava sua formação como médico no *Almanak Laemmert*. No entanto, Chomet não aparece na lista de médicos do almanaque em 1852. Isso é um indício de que tenha aportado no Rio de Janeiro neste ano, o que daria mais sentido ainda ao seu histórico de refugiado. O golpe de Luis Bonaparte foi dado em dezembro de 1851 e em 1852 Chomet teria se integrado à comunidade francesa na Corte. Sua esposa, Madame Alexandrina Chomet, dava aulas de piano para completar a renda familiar desde a chegada ao Brasil. Também anunciava no almanaque, na lista de “professores de música instrumental e vocal”, sua profissão como “professora de piano e canto de Paris”. O nome de Madame Chomet é listado no almanaque entre 1853 e 1860. Já o nome do Dr. Chomet aparece na listagem de médicos e cirurgiões entre 1853 e 1865¹¹⁹.

O Dr. Chomet no Rio de Janeiro ocuparia por vários anos a presidência da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos (1856-1859; 1861). Em um de seus discursos como presidente, afirma que havia sido condenado por crime político e preso em *Lambessa*, um dos centros de controle militar da França em sua colônia na Argélia. Tal depoimento pessoal foi feito durante discussões acerca de reforma nos estatutos da sociedade, com o intuito de explicar que existem crimes que não são infames, ou seja, não ferem a honra e a probidade do indivíduo; ao contrário, revelam “o justo valor de heróis”, como concluíram seus compatriotas presentes na assembléia que Chomet expôs seu passado até então desconhecido entre alguns de seus associados¹²⁰.

Quanto ao redator chefe do *Courrier du Brésil*, Antoine Adolphe Hubert¹²¹, é possível que tenha desembarcado no Império Brasileiro em 1852, mas não se sabe em que medida participou da revolução de 1848 na França. No entanto, divulgou frequentemente em seu jornal muitas das opiniões que sustentaram a idéia de uma “república democrática e social” naquele período. Além disso, publicou textos de personagens como Louis Blanc, Victor Hugo, Edgar Quinet, Eugène Sue, Charles Ribeyrolles, Proudhon, Félix Pyat, Ledru-Rollin e outros que participaram ativamente do período revolucionário, da formação da

¹¹⁹ *Almanak Laemmert*, 1852-1866.

¹²⁰ *Courrier du Brésil*, 08/12/1861.

¹²¹ De acordo com nota publicada em seu aniversário de 33 anos, sua data de nascimento é 29/07/1827. assim, em 1848 tinham 21 anos.

república e se encontravam na década de 1850 no exílio, fazendo oposição ao governo imperial de Napoleão III. Seu discurso se identificava com a situação de proscricção de seus compatriotas que viviam tanto nos países da Europa, como no Brasil. Em artigo que tratava das notícias do Velho Mundo, desabafou sua saudade da pátria e a mágoa com seus proscritores:

“Eu me contenho, eu noto que é ridículo cantar o amor à pátria. Como todos os amores, ele não deveria durar por muito tempo; e este tempo se findou no dia em que o homem passou a criar, pelo poder de seu gênio, vias de comunicação tão rápidas como a luz; é o cidadão do mundo. Não saberia lamentar aquele que pode se rever tão rápido. Apenas uns deveriam ser excluídos desta felicidade; e uma nova invenção, dado que se fez tantas, deveria de fato livrar, para sempre, as sociedades dos *proscritores políticos*”.¹²²

Sabe-se ainda que não ficou mais que três dias na prisão, em novembro de 1846, por desertar de um navio francês. E depois de sua passagem pelo Brasil, participou da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional, 1864-1876), quando teria presidido um congresso em Bruxelas em 1868. Participou da Comuna de Paris — foi membro do Conselho do XX distrito — e durante este ano de 1871 trocou cartas com Karl Marx¹²³ sobre os acontecimentos da Comuna. Em 1874 foi condenado por contumácia pelo 3º. Conselho de Guerra à deportação e em 1879 recebeu anistia¹²⁴. É possível que tenha voltado ao Brasil depois de 1874, pois existem processos contra ele no Juízo Especial do Comércio, no Rio de Janeiro, em 1877 e em 1883-1884¹²⁵.

No segundo número do *Courrier du Brésil* em setembro de 1854, Adolphe Hubert se refere a Jacques Arago como “nosso novo anfitrião”¹²⁶. Não foi possível confirmar se a residência deste proscrito de renome e também colaborador do jornal servia de escritório ou de morada a Hubert. Arago morreria na seqüência, em novembro daquele ano.

¹²² *Courrier du Brésil*, 30/03/1856.

¹²³ Há cinco cartas de Marx para Adolphe Hubert em 1871 e uma em 1872. Ver www.marxists.org/archive/marx.

¹²⁴ MAITRON, *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français, 1864-1871*.

¹²⁵ Arquivo Nacional, Varas Cíveis, processos: N. 2937/CX. 1339 (1860); N. 487/CX. 1493 (1864); maço 680/N. 2124 (1883).

¹²⁶ *Courrier du Brésil*, 15/09/1854.

Nas páginas do *Courrier du Brésil* não era raro encontrar alguma notícia ou informação sobre proscricão. Assim, além das histórias individuais que formavam um conjunto identitário entre os exilados no Rio de Janeiro, correspondências trocadas entre amigos e correligionários fomentavam ações de “assistência pública” que socorriam alguém em pior situação — como a subscrição feita para auxiliar a família de Cabet em Saint-Louis. Uma delas ocorreu no segundo semestre de 1855, quando receberam na Corte notícias de que um grupo de refugiados franceses, da colônia penal na Argélia, estava em Valença (sudoeste da Espanha), numa rota de fuga. Héliès, membro da comunidade francesa, foi quem informou o *Courrier du Brésil* sobre a correspondência recebida. A forma como Héliès se refere (“notre ami”) ao líder do grupo de fugitivos indica mais uma vez a noção de identidade e de solidariedade e reforça o papel do hebdomadário francês como espaço de comunicação privilegiado pela parte republicana e/ou proscrita da comunidade francesa:

“Sr. Redator. Nosso amigo Tumel, ex-capitão da sétima legião da Guarda Nacional (Paris), nos fez saber que teve a felicidade de escapar de Lambessa (África) com oito de seus companheiros de infortúnio. Eles estavam presos desde o 2 de dezembro de 1851. Refugiaram-se na Espanha (Valença). Proscritos e sem saber ainda a língua espanhola, sua situação é triste. Nós nos reportaremos com confiança a nossos amigos para lhes ajudar. Uma subscrição a seu favor foi aberta na rua Nova do Ouvidor, n.27, casa do Sr. Héliès”.¹²⁷

Depois que o governo bonapartista anistiou os crimes políticos em 1859, vários exilados políticos retornaram à França ao longo da década de 1860. Entre aqueles que tinham se estabelecido no Brasil, alguns retornaram à “mãe-pátria”. O *Courrier du Brésil* deixou de ser publicado em 1862 e alguns anos mais tarde Hubert estaria participando da Internacional dos Trabalhadores. O Dr. Gornet deixa de divulgar no *Almanak Laemmert* seus serviços médicos em 1861 e o Dr. Chomet em 1865, indícios de suas debandadas; Victor Frond sai do Brasil em 1862. Não se sabe quais foram os destinos destes proscritos.

Pequenas biografias que se cruzam muitas vezes apenas pela ânsia desta pesquisa em reconstituir e compreender a vivência de certa comunidade francesa no Brasil.

¹²⁷ *Courrier du Brésil*, 11/11/1855.

Impossível seria traçar um quadro completo sobre esta comunidade na Corte. As experiências daqueles que ressaltam sua identidade de exilado político se destacam neste trabalho de pesquisa. No entanto, acredita-se que outras histórias que revelam relações de solidariedade e de sobrevivência, e assim o cotidiano da comunidade, são de estimado valor para a história social e cultural do Brasil no século XIX. De acordo com Carlo Ginzburg, perseguindo alguns “nomes” podemos reconstituir mais que famílias, pois esta “rede de nomes” pode nos dar uma imagem gráfica do tecido social no qual os indivíduos estão inseridos e esse tipo de investigação, movendo-se numa “escala reduzida”, permite em muitos casos a reconstituição de experiências vivenciadas, proporcionando, assim, uma indagação de estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula¹²⁸.

¹²⁸ Ver GINZBURG, Carlo, “O nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico”, in *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

CAPÍTULO 4

***Société Française de Secours Mutuels*: socialismo francês e associativismo**

1. Apresentação: origem da sociedade, emergência [evidência] de um conflito

A fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos no Rio de Janeiro data de setembro de 1856. Antes da existência dessa associação de apoio previdenciário e mútuo entre franceses, alguns de seus membros fundadores faziam parte dos quadros da Sociedade Francesa de Beneficência, fundada em 1836. Vinte anos depois, os princípios e ações dessa sociedade beneficente foram questionados quando surgiu uma ameaça – considerada assim por alguns sócios – de controle por uma instituição católica, a Confraria de São Vicente de Paulo, que tinha o apoio do governo francês¹. Essa história é contada nas páginas do hebdomadário *Courrier du Brésil*, que após a fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos trouxe constantemente em suas páginas notícias e artigos sobre essa sociedade – publicando, sempre que necessário, informes de reuniões, comissões em exercício, discussões sobre sociedades mutualistas na França, debates entre sócios – e revelou-se folha extremamente crítica à Sociedade Francesa de Beneficência.

Antes disso, no entanto, em um artigo de junho de 1856, Adolphe Hubert tratava a única “sociedade organizada com o fim de auxiliar os franceses doentes e necessitados”, a Sociedade Francesa de Beneficência, como uma importante instituição “livre” a ser defendida contra um perigo iminente, a saber, uma parceria a ser estabelecida com uma congregação católica. Nesse texto, Hubert fala em nome da “maioria dos franceses do Rio

¹ Sobre o financiamento prestado pelo governo francês às Sociedades de São Vicente de Paulo, o *Courrier* publica trecho de uma matéria escrita por “um jornal europeu o mais inofensivo do mundo” — no entanto não cita o título do periódico —, que comenta o fato: “As sociedades de São Vicente de Paulo, como todos dizem, não são nada mais que congregações religiosas, que, para dissimular mais habilmente seu fim político resultante necessariamente dos princípios sobre os quais são fundadas, tomaram o abrigo da caridade. A filantropia para elas é um meio de exercer sobre o povo uma influência eleitoral que se faz sentir por todos os lados onde elas estão fortemente organizadas. Porém, elas não possuem de modo algum por toda parte esse poder de organização que coloca em suas mãos importantes somas provindas de numerosas contribuições. O ministério católico que nos governa julgou então útil à sua causa vir ao auxílio destas congregações, das quais a caixa mais ou menos vazia neutraliza os intentos dos comandatários políticos. Nesse sentido, o *Moniteur* de 19 de abril de 1856 nos informou que o governo concedeu subsídios às sociedades de São Vicente de Paulo”. *Courrier du Brésil*, 24/08/1856. Charles Beslay, destilando sua crítica anticlerical, comenta sobre a intervenção das Sociedade de São Vicente de Paulo nas sociedades de socorros mútuos durante o Segundo Império: ““Tout ce que l’Empire a pu faire, c’est de provoquer avec l’intervention de la Société de Saint-Vicent de Paul, un grand nombre de sociétés de secours mutuels, qui pratiquaient l’amélioration du sort du peuple à la façon des catholiques qui n’ont jamais compris et appliqué que la doctrine de la charité”, BESLAY, obra citada, p. 272.

de Janeiro”, que formam uma família, a “família de franceses exilados”², auxiliados pelos trabalhos da Sociedade Francesa de Beneficência:

“É certo que a maioria dos franceses do Rio de Janeiro, recusarão francamente a honra de fazer parte da sociedade de São Vicente de Paulo, porque em país livre, onde as ações não se impõem pela força, prefere-se espantar toda influência conventual, até mesmo a idéia. É legítimo também não substituir o nome de uma sociedade livre de beneficência pelo de uma confraria, que se respeita, sem no entanto ser dominado ao ponto de se misturar às suas distinções e se confundir as suas obras (...) é somente um aviso sobre o perigo que ameaça a sociedade atual de beneficência, se ela não se limitar a manter uma obra de família, da família de franceses exilados, em vez de se ligar a comunidades religiosas, que tiveram sempre tendências opostas àquelas que funcionam em nome da família e por toda a sociedade”.³

O quadro de união social que Hubert traça sobre a comunidade francesa no Rio de Janeiro, ou ainda, a “família”, sofre grave cisão em apenas quatro meses. Vários artigos do *Courrier du Brésil* afirmam claramente que a população francesa na Corte brasileira estava dividida em dois “campos” bem distintos que, como se pode notar, foram explicitados numa discordância de “convicções” dentro da Sociedade Francesa de Beneficência, ou ainda, como afirma Hubert, desqualificando seus “adversários”, “uma luta que se deu entre a *auto-estima* de uns e a *convicção* de outros” (grifo meu).

Esses conflitos afloraram na Assembléia anual da Sociedade Francesa de Beneficência, mas já vinham sendo germinados há um tempo. A ligação da sociedade beneficente com a Confraria de São Vicente de Paula foi sentida como uma provocação por alguns membros. O *Correio Mercantil* publicou na sessão “A pedidos” em 25/06/1856 um texto, escrito em português, de algum donatário do Asilo de São Vicente de Paula e sócio da Sociedade Francesa de Beneficência, elogiando o trabalho das irmãs de caridade que tocavam o asilo de crianças órfãs francesas, afirmando que o orfanato era uma instituição

² Outros textos publicados no jornal em momentos diferentes revelam essa identidade de “exilado” entre alguns membros da população francesa. Apenas para ilustrar esses discursos, na discussão sobre a Sociedade Francesa de Beneficência, um membro dissidente desabafa assim seu sentimento de exilado: “Vivendo depois de muitos anos no silêncio e no isolamento que os ódios e as calúnias impuseram a nossa dignidade (...)”, carta de Dr. Level, *Courrier du Brésil*, 10/08/1856.

³ *Courrier du Brésil*, 29/06/1856.

da Confraria, mas que era sustentado pela Sociedade Francesa de Beneficência, à qual o autor da carta cedia uma cota mensal de um mil réis (1\$000). Sugere então, que outros “contribuintes”, assim como ele, que não tinha muita coisa a doar, aumentassem suas doações para dois mil réis (2\$000). E conclui seu texto falando em nome de um coletivo ou grupo, pois afirma que “acudir à sociedade para as suas despesas é justiça, é dever sagrado para *nós*” (grifo meu). Esse artigo provoca a reação de algum sócio contrário à identificação entre Confraria de São Vicente de Paula e Sociedade Francesa de Beneficência, que na mesma semana, também na sessão “A pedidos” do *Correio Mercantil* (29/06/1856), escreve uma nota, em francês, intitulada “L’Asile de la Société Française de Bienfaisance” [“O Asilo da Sociedade Francesa de Beneficência”] e como subtítulo, com letras em destaque, “IMPROPREMENT APPELLE ASILE DE SAINT VINCENT DE PAULE” [“IMPROPRIAMENTE DENOMINADO DE ASILO DE SÃO VICENTE DE PAULA”]. A autor da nota simplesmente questiona:

“Sendo uma obra inteiramente francesa, pergunta-se como foi que o artigo inserido ontem no *Correio Mercantil*, sob o título “Asilo S. Vicente de Paula”, estava publicado em língua portuguesa”.

No entanto, a administração do orfanato para crianças francesas realmente passaria para a tutela das Irmãs de Caridade de Paris, estabelecidas no Brasil pela Confraria de São Vicente de Paulo e lideradas por muitos anos pela irmã Caroline Brisacy, figura destacada pelo Visconde de Taunay entre os “estrangeiros ilustres”⁴ no Brasil. Brisacy aportou na Corte brasileira por volta de 1855. Guimarães em sua obra sobre instituições de previdência no Rio de Janeiro, expõe breve histórico da Sociedade Francesa de Beneficência, narrada a ele por um dos fundadores da sociedade beneficente, Theodore Taunay — era também um dos representantes do consulado francês. O texto de Guimarães, escrito em 1878, explicita que a sociedade subsidiava nesta período a educação de órfãos no “Colégio de São Vicente

⁴ Caroline Brisacy (Lille, 1827 – Rio de Janeiro, 1892) chegou ao Brasil em 1855 e atuou como irmã de caridade da Confraria de São Vicente de Paula durante 37 anos no Rio de Janeiro. TAUNAY, Visconde de, *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros escriptos*, São Paulo, Melhoramentos, 1932.

de Paulo, que foi estabelecido e por muitos anos administrado por conta da sociedade”⁵, mas que naquele período pertencia às Irmãs de Caridade em Paris — em maio de 1878 existiam no colégio, às expensas da Sociedade Francesa de Beneficência 16 crianças⁶.

Além da ligação entre a Confraria de São Vicente de Paula e a Sociedade Francesa de Beneficência, o comitê diretor propôs na assembléia anual de 1856 que a sociedade beneficente recorresse ao apoio financeiro do governo francês; ou seja, configurava-se um quadro de relações estreitas com a igreja e com o governo bonapartista⁷. Isso levou a “maioria da população francesa”, como afirma Hubert, a se entregar “a uma *idéia mais noble*” (grifo meu) e logo a sociedade de socorros mútuos foi fundada. Porém, ao longo do processo de intensas discussões entre os compatriotas franceses, torna-se patente que a discórdia interna não era apenas uma questão de convicções distintas. Assim, quando a separação dentro da Sociedade Francesa de Beneficência se concretiza e forma-se uma outra sociedade, a divisão social já estava dada, de modo que se uniram numa “mutualidade de interesses”, como afirma de forma dramática o artigo do *Courrier du Brésil* intitulado “Toujours la haine, toujours la calomnie” [“Sempre o ódio, sempre a calúnia”], apenas trabalhadores que sabiam a necessidade que passa “o filho do pobre”, pois “é certo que o rico tem menos interesse em fazer parte de uma mutualidade que o homem que ganha, dia a dia, o pão que come”⁸.

O processo conflituoso instaurado em uma restrita comunidade francesa, deslocada e exilada de seu país de origem, vivendo na Corte do império brasileiro, juntamente com a conclusão explicitada no jornal francês — sobre o interesse dos “pobres” em se associarem para enfrentarem mutuamente as mazelas cotidianas, diferenciado-os dos “ricos” — remete

⁵ De acordo com pesquisa realizada no *Almanak Laemmert*, o endereço do Asilo da Sociedade Francesa de Beneficência começa a ser divulgado anualmente, juntamente com os nomes da diretoria da sociedade, a partir de 1853, ou seja, provavelmente foi fundado entre 1852 e 1853. No primeiro ano funcionou na rua Nova do Conde, 194; depois na rua das Marrecas e finalmente na rua dos Barbonos, ao pé da ladeira de Santa Theresa, entre 1855 e 1860. Depois dessa data, o endereço do asilo não é mais divulgado juntamente com as informações sobre a Sociedade Francesa de Beneficência.

⁶ GUIMARÃES, Joaquim da Silva Mello, *Instituições de Previdência fundadas no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883, p. 62.

⁷ O governo francês já ocupava um lugar de honra na sociedade, pois, segundo seus estatutos, o ministro plenipotenciário francês no Brasil exerceria uma presidência honorária nas reuniões da sociedade. Na sua ausência, tal cargo ficaria seria exercido por algum cônsul da Legação Francesa. Quem ocupou esta função na sociedade beneficente por anos foi o Consul Theodore Taunay, que exercia intensa influência sobre a sociedade.

⁸ Todas as citações deste parágrafo são de artigos publicados no *Courrier du Brésil*, 02/11/1856

à discussão teórica exposta por Mike Savage, em artigo que analisa a relação entre o conceito de classe e história do trabalho. O autor ressalta a importância da “insegurança estrutural”⁹, que marca as experiências vividas por trabalhadores, ou ainda, pelos “pobres”. A retirada dos meios de subsistência de suas mãos e a conseqüente distribuição desigual de recursos materiais na sociedade torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável à aguda incerteza da vida diária. Porém, a resposta a isso é o desenvolvimento de uma enorme gama de estratégias criadas para lidar com os problemas cotidianos, como a constituição de redes comunitárias, a formação de identidades locais, envolvendo relações familiares e de vizinhança, ou a instituição de associações. A formação de uma classe seria, então, um processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe podem se fundir e combinar.

As especulações teóricas de Savage proporcionam um viés teórico importante e amplo para que se possa analisar o recorte local e temporal desta e de outras pesquisas que não necessariamente observam a experiência de “classes” em bases estruturais precisas, ou ainda, dentro do campo das relações de produção ou de mercado. Neste estudo sobre a comunidade francesa no Rio de Janeiro, o objetivo inicial era observar a experiência de exilados franceses, atuantes entre 1848-1851 na França ou partidários dos ideais da república democrática e social — *quarante-huitards*. A princípio, ainda com um olhar distante, pairava a impressão de uma comunidade de estrangeiros sem intensas desarmonias sociais entre si. No entanto, principalmente o processo de formação da sociedade francesa de socorros mútuos revelou um interessante conflito que nos permite ressaltar elementos

⁹ “(...) desejo indicar uma versão alternativa da teoria das classes que poderia superar a dificuldade de especificar uma base estrutural precisa para as relações de classe. Desse modo, sublinho que o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisariam os marxistas) nem no mercado de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na *insegurança estrutural* vivida por todos os trabalhadores. Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas — da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo da classe social”. Mike Savage, “Classe e história do trabalho”, in Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs), *Culturas de classe – identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas: Ed. da Unicamp, p. 33.

importantes para as polêmicas discussões sobre classe e identidade de classe. Evidentemente, não se trata da manifestação de uma “classe demograficamente coesa”, para utilizar mais uma expressão do artigo de Savage, mas, como se poderá observar neste capítulo, trata-se de um fenômeno local e politicamente constituído, que não deixa de se relacionar, por exemplo, com questões espaciais mais amplas, como a importância da política e da identidade nacional francesas.

Quanto a isso, Alexandre Fortes apresenta considerações interessantes em seu artigo “Os outros polacos” – classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre”. Fortes afirma que pesquisas recentes têm revelado que, ainda que tomados em seu processo de formação, nos “espaços de sociabilidade interétnica” no Brasil, a relação estabelecida entre trabalhadores imigrantes com questões como classe e luta política era muitas vezes “vivenciada no interior de uma dada comunidade étnico-lingüística”¹⁰.

Assim, para que se possa entender como se configurou a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, é necessária uma compreensão do processo conflituoso estabelecido dentro da Sociedade Francesa de Beneficência, importante espaço de representação e sociabilidade da comunidade francesa. Esse quadro narrativo apresentado a seguir permite, então, que se atente para as diferenças sociais e ideológicas firmadas entre os franceses residentes na Corte do Império Brasileiro naquele período. O intuito deste texto, ainda, é ressaltar uma questão afirmada pelo grupo de franceses que fundou a mutualista, ou seja, as diferenças entre organizações beneficentes e mutualistas, desde seus fins até sua composição social. Na seqüência, a formação e princípios da SFSM são expostos e analisados, assim como sua composição social, um panorama comparativo com as associações mutualistas brasileiras (de ofícios, ou localidades etc) e beneficentes estrangeiras e as discussões historiográficas sobre o tema.

¹⁰ FORTES, Alexandre, “Os outros polacos” – classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre, in BATALHA, *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, organizadores: Claudio Batalha, Fernando T. Silva e Alexandre Fortes, Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004, p. 318.

2. Sociedade Francesa de Beneficência: falso quadro de união social

O primeiro artigo dos estatutos da Sociedade Francesa de Beneficência de 1836 afirmava que esta associação, formada por subscritores voluntários, tinha como fim socorrer aos franceses “necessitados” e empreender tudo que pudesse ser “útil e honroso a sua Nação” e que fosse na qualidade “de ações de beneficência”. Em 1846 esse regimento sofreu pequenas modificações e ao primeiro artigo foi acrescida a seguinte especificação, que “todos os franceses estavam especialmente convidados a fazer parte”¹¹. Esse mesmo estatuto, com alterações inexpressivas, composto de doze artigos, foi submetido à aprovação do Conselho de Estado em 1861 e aprovado com apenas uma determinação, que no último artigo fosse incluído no corpo do texto que qualquer alteração, inovação ou reforma de seus estatutos não poderiam ser executados sem prévia autorização do Governo¹².

O quarto artigo desse estatuto também é essencial na definição dessa sociedade beneficente, pois dita que “o chefe da Legação Francesa é de direito presidente honorário da sociedade” e o chanceler ou delegado da chancelaria seria admitido nas reuniões para que pudesse dar todos os esclarecimentos e informações que dele fossem necessárias. Ou seja, a Sociedade Francesa de Beneficência no Rio de Janeiro era legalmente ligada ao governo francês, ainda que o mesmo artigo afirmasse que o chanceler jamais teria voz deliberativa, pois, na prática, Theodore Taunay, um dos delegados da Chancelaria Francesa, tinha voz marcadamente atuante na sociedade. Adolphe Hubert ironiza a “devoção” ou lealdade de Taunay ao governo francês, representado no Brasil naquele período pelo Cavaleiro de Sait-Georges:

“Dès lors nous sommes classés avec les mulsumans qui, en bons croyants, de par le sabre, s’écriaient: Allah est grand, Mahomet est son prophète! Ce qui

¹¹ Os estatutos de 1836 e 1846 foram publicados no *Courrier du Brésil*, 03/08/1856

¹² Essa determinação também foi feita na consulta para aprovação dos estatutos da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e provavelmente foi um prática recorrente naquele período em que o Conselho de estado estava pela primeira vez colocando as associações beneficentes e mutualistas sob sua aprovação e jugo. Ver processo Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Estado, CX 529 / DOC. 45.

équivaudrait pour nous à dire: M. de Saint-Georges est grand, M. Taunay est son prophète!

Segundo o Visconde de Taunay¹³, em sua obra *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros escriptos*, Théodore Marie Taunay (1797-1880) exerceu a função de cônsul da França no Brasil por mais de 40 anos. Antes disso, em sua investigação sobre as associações no Rio de Janeiro, Guimarães obteve do próprio Théodore Taunay o depoimento de que foi fundador da Sociedade Francesa de Beneficência, sendo assim um “dos mais antigos e conceituados sócios”, por diversas vezes diretor da instituição e, inclusive, autor do primeiro estatuto da sociedade¹⁴. Esse depoimento de Taunay expõe o quanto ressaltava a importância de sua própria figura e agência dentro daquela sociedade francesa.

No entanto, outros sócios discordaram ao longo da história da sociedade das ações dos comitês e provavelmente do poder pessoal de Taunay. O Dr. Level foi responsável entre outros por um programa da Sociedade Francesa de Beneficência de 1849, que também foi assinado por Derrion, socialista fourierista que participou de uma experiência falansteriana no Saí em Santa Catarina (1840-1846)¹⁵. O programa de 1849 revela que a diversidade de interesses e convicções provocava conflitos dentro da sociedade desde aquele período. Seu conteúdo se pauta em ideais iluministas de progresso. Num discurso que contrapõem “luz” e “trevas”, define dois grupos: de um lado aqueles que escreviam o programa e expunham um sentimento de desejo de mudança da ordem estabelecida (as “luzes”); o outro grupo era formado por aqueles que dominavam a direção da sociedade (“as trevas”) e não aceitavam mudanças em sua dinâmica. O programa proposto falava de auxílios a uma parcela da população francesa necessitada, como doentes indigentes, inválidos e idosos, viúvas e órfãos, e ainda apoio ao operário necessitado e busca de

¹³ Alfredo D'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, (Rio de Janeiro, 1843 – 1899) foi um escritor brasileiro do fim do século XIX, além de professor, político, historiador e sociólogo. Taunay nasceu em uma família aristocrática de origem francesa no Rio de Janeiro. Seu pai, Félix Emílio Taunay, era pintor e professor de Academia das Belas-Artes, e sua mãe a baronesa D. Gabriela Hermínia Robert D'Escragnolle Taunay. Visconde de Taunay era sobrinho do cônsul Theodore Marie Taunay. Ver em http://pt.wikipedia.org/wiki/Visconde_de_Taunay e http://www.portalsbs.com.br/historia/pessoas1/t_u_v/taunay/nicolas_taunay.html

¹⁴ Joaquim da Silva Mello Guimarães, *obra citada*, pp. 61-62

¹⁵ Sobre a experiência fourierista da qual Derrion fez parte ver GALLO, *obra citada*.

trabalho ao desempregado. A estrutura associativa proposta aparentemente não diferia de grande parte de sociedades beneficentes — afirmam que necessitavam de apoio e caridade, apesar da dificuldade de “encontrar um eco simpático em todos os corações franceses”. No entanto, acreditavam que poderiam transformar a obra de caridade em uma obra de “solidariedade fraternal”¹⁶.

Os valores e ideais embutidos nesse programa de 1849 se aproximam daqueles que fomentariam o grupo dissidente em 1856, ainda mais que o Dr. Level também faria parte deste grupo. É interessante notar que no embate entre o grupo dirigente da sociedade beneficente e o grupo de dissidentes “subversivos” (em 1856), um dos membros do comitê diretor afirma que jamais falaram em “solidariedade fraternal”, ou seja, jamais aceitaram a proposta deste programa de 1849. Talvez a morte de Derrion em 1850 tenha desencorajado o incipiente movimento em prol de mudanças sobre os princípios da associação e assim, em 1856, as reclamações e reivindicações de parte da população francesa persistiam as mesmas.

A reunião geral de 23 de julho de 1856 da Sociedade Francesa de Beneficência foi bastante agitada. A Sala do Consulado Francês estava completamente tomada pelos sócios, mas ainda assim não estavam presentes nem o Ministro Plenipotenciário Francês, Cavaleiro de Saint-Georges¹⁷, e nem o Cônsul, Sr. Breuil. Theodore Taunay, cônsul honorário, havia sido indicado para representá-los e conduzir a reunião — função que provavelmente exerceu durante anos na sociedade. Adolphe Hubert descreve ironicamente o descaso do representante do governo francês, que como ministro no Brasil tinha como uma de suas funções presidir às reuniões gerais da dita Sociedade. Depois de tantos meses no país, teria

¹⁶ Além de Level e Derrion, também assinaram o programa de 1849 F. Daguerre, Ed. Castel, Delphin e Eugène Gilles — compunham o comitê administrativo de 1849. O *Courrier* publica aquele texto escrito em 1849 em seu número de 17/08/1856: “Os homens que marcham no sentido inverso da perfectibilidade humana, que preferem a sombra à luz, nos acusam hipocritamente de querer inverter a ordem das coisas para estabelecer uma instituição problemática (...) nós contamos com a cooperação de todos nossos compatriotas em uma obra que começa pela caridade e promete se tornar uma obra de solidariedade fraternal.

¹⁷ O ministro plenipotenciário francês exercia a função de “embaixador” e chegou ao Brasil em 1855. Uma carta foi entregue ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, em nome da Legação Francesa no Brasil, escrita em francês e datada no Rio de Janeiro em 20 de outubro de 1855. A carta foi repassada a Paulo Barbosa da Silva, mordomo mor da Casa Imperial. O conteúdo da carta apenas trata de dúvidas quanto ao cerimonial diplomático no Brasil. Arquivo Nacional – Fundo Casa Real e Imperial/Mordomia Mor, CX. 14 / PC. 5/ DOC. 188.

a honra de usufruir de seu papel consagrado e, no entanto, “Sua Excelência” não assumiria a presidência de reunião tão solene da sociedade:

“(…) mas como as altas funções nem sempre permitem satisfazer pequenas exigências, formalidades insignificantes, Sr. de Saint Georges, usando de seu livre arbítrio, deferiu seus direitos honoríficos ao Sr. Breuil, cônsul francês que também, sem dúvida por motivos particulares, acreditou dever colocar sua presidência a um outro, Sr. Taunay, o honorífico cônsul honorário”.¹⁸

Os conflitos manifestados nesta assembléia apenas tiveram início com essa questão, que expressava o descontentamento de alguns sócios com a estreita relação entre a sociedade beneficente e os representantes do governo francês. Naquele dia, alguns membros distribuíram uma carta com abaixo-assinado. O documento dizia que aquela associação deveria ter por “lei fundamental a publicidade e a discussão de seus atos”, contudo, o comitê-diretor atual havia se recusado a atender uma demanda daqueles que assinavam a carta, que consistia num pedido de publicação do resumo dos trabalhos da Sociedade Francesa de Beneficência quinze dias antes da reunião geral. Naquela sessão anual seriam eleitos novos membros para o comitê, como previa o Estatuto da Sociedade¹⁹, e os sócios que assinavam o texto “protestavam” contra a atitude dos dirigentes, pois acreditavam que para se poder votar conscientemente em novos representantes, deveriam ler com antecedência o resumo das atividades e das contas da sociedade daquele ano de administração. Parece evidente que uma articulação dessa natureza já ocorria antes mesmo da Assembléia. Aquele texto de Hubert, alertando seus colegas compatriotas do “perigo” que ameaçava a Sociedade, era apenas o início de uma movimentação que conseguiu arregimentar até aquele dia da assembléia ao menos 150 pessoas²⁰. Esse protesto

¹⁸ *Courrier du Brésil*, 27/07/1856

¹⁹ O Estatuto desta sociedade afirma nos art. 2 e 3 que todo ano um novo Comitê, composto por 7 membros devem ser eleitos, por voto nominativo, na Assembléia Geral, que deve ocorrer por volta de junho (art. 8). O *Courrier* publica em 03/08/1856 os estatutos de 1836 e 1846 da Sociedade Francesa de Beneficência. Também foram consultados os estatutos dessa sociedade aprovados pelo Conselho de Estado em 1861 – Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Estado - Caixa 529 / Doc. 45.

²⁰ Quem mais estivesse interessado em aderir àquele protesto poderia encontrar listas para assinatura nas casas dos compatriotas Delouche, Chomet e de Geslin: “Les soussignés, membres de la Société Française de Bienfaisance, considérant qu’une telle association reconnaît pour loi fondamentale la publicité et la discussion de tous ses actes, ont demandé qu’avant de procéder à la nomination d’un nouveau comité-directeur, le compte-rendu de l’ancienne administration fut distribué à tous les sociétaires, quinze jours avant l’élection,

evidenciava a formação de um grupo de dissidentes, do qual faziam parte entre outros, Hubert, Chomet e Dr. Level.

Durante a assembléia, um dos descontentes propôs que uma nova reunião fosse convocada em 15 dias para a eleição do novo comitê. Porém, como afirma Adolphe Hubert, os “senhores do comitê” se opuseram àquela proposta sob o “pretexto capcioso” de respeitar os estatutos da sociedade, que seriam violados pela adoção da proposta. O jornalista também diz que a resistência a novas eleições visava manter a “via irregular” — talvez se refira a “presidência honorária” de Taunay — que se firmara na sociedade, preservando uma administração considerada “problemática” por aqueles que queriam uma nova eleição. Argumentaram, então, que a assembléia geral reunia poderes que estavam acima do regulamento, mas os dirigentes da sociedade beneficente discordavam veementemente dessa idéia. Hubert relata a reação do presidente honorário àquelas manifestações: “Há vinte anos, senhores, esta prática se perpetua, vocês querem destruir um hábito de vinte anos?”. O jornalista afirma que isso era o mesmo que dizer: “Tomem meu abuso, Senhores, tomem meu abuso! Ele é bem constituído, tem vinte anos!”. Assim, evidentemente, não permitiriam que franceses não tão ilustres e “subversivos” de uma ordem instaurada há tantos anos impusessem suas mudanças abusivas repentinamente²¹.

Na ata da assembléia, redigida pelo comitê, declara-se, de forma depreciativa, que ao afirmar aquele princípio, de soberania da assembléia, o grupo dissidente acreditava no “direito de fazer e de desfazer” sobre as regras da Sociedade. No entanto, primeiramente, toda mudança a ser realizada nos estatutos deveria ser proposta com no mínimo quinze dias de antecedência. O texto da ata afirma ainda que o “princípio” invocado por aqueles membros dissidentes não era mais que um “elemento subversivo de toda ordem e de toda estabilidade sobre as instituições humanas”, tornando, neste caso, as “convenções e as leis nada mais que ficções sem valor”. Segundo o texto do comitê diretor, um “tumulto lamentável” foi produzido, alguns membros se retiraram da reunião e “a calma foi

afin de pouvoir voter en connaissance de cause, les membres du comité ayant obstinément refusé d'accéder à ces désirs, tout de conciliation, les soussignés ont protesté et protestent contre cette décision arbitraire. Rio de Janeiro, 23 juillet 1856. Suivent 150 signatures. N.B. Les membres qui voudraient signer la dite protestation en trouveraient des listes chez M. Deroche, chez le Dr. Chomet et chez M. de Geslin. *Courrier du Brésil*, 27/07/1856

²¹ *Courrier du Brésil*, 03/08/1856.

restabelecida”. Com uma reunião “ainda numerosa”, foi votado o novo comitê²² e decidiram que entre quinze e trinta dias depois da publicação da proposta de novo estatuto para a Sociedade Francesa de Beneficência, seria convocada uma nova assembléia²³. O conteúdo da ata revela obviamente uma outra leitura não apenas daquela reunião, expressando o início de uma batalha ideológica declarada dentro da comunidade francesa.

A resposta à diretoria da sociedade foi logo publicada no domingo seguinte em um texto dirigido “Ao Sr. presidente do ex-comitê da Sociedade Francesa de Beneficência”. A carta é apresentada com entusiasmo pelo *Courrier du Brésil*, que a considerava, então, algo que revelaria “a opinião” que muitos de seus “adversários procuravam obscurecer”, pois como afirma Hubert, fazendo referências às cores que na França representavam posições políticas²⁴, principalmente depois de 1848:

“Nós somos aqueles que ousam escrever o que pensam e assinar o que escrevem, porque nós não queremos enganar ninguém, nem os brancos, nem os vermelhos, nem os amarelos, nem os tricolores”²⁵.

A carta era de autoria do Dr. Level²⁶ e realmente expunha muito das convicções daquele grupo que passava a formar uma dissidência ativa dentro da Sociedade Francesa de Beneficência. De acordo com Level, a “ata oficiosa” apresentava “insinuações mal-intencionadas” e por isso era seu dever respondê-la em defesa de “princípios” imbuídos de

²² Segundo o art. 11 do estatuto, a Assembléia necessita de um mínimo de 21 subscritores presentes para poder votar. Candidataram-se para fazer parte do novo comitê Dr. Chomet e Dr. Level. No entanto, os dois médicos não foram suficientemente votados para fazerem parte da nova diretoria, que acabou sendo composta por Desmarais, Dr. Jogand, Adrien David, Masset, Julien Usmar, Schmolle e Hosxe; não foram eleitos também Layus, Campi, Privat e Estienne. *Courrier du Brésil*, 03/08/1856.

²³ *Courrier du Brésil*, 03/08/1856.

²⁴ Veja o primeiro capítulo desta dissertação, no tópico “Cena política: todas as cores contra o rei”. É interessante notar que Hubert acrescenta outras cores como referência política. Além do branco (monarquistas), do vermelho (democratas e socialistas), dos tricolores (republicanos azuis, provavelmente), Hubert acrescenta o “amarelo”. Não temos informações sobre o significado desta cor nesta época. No século XX, o amarelo passaria a se referir aos “reformistas”, em contraponto aos vermelhos “revolucionários”.

²⁵ *Courrier du Brésil*, 17/08/1856.

²⁶ O Dr. Level não assina seu texto à princípio quando publicado no jornal. Porém, depois de receber algumas críticas, antes da segunda Assembléia convocada para 22 de agosto de 1856, afirma que tanto esta como outra carta que criticavam as atitudes do comitê da SFB eram seus, em texto publicado no suplemento do *Courrier du Brésil*, distribuído no dia desta última reunião.

um “sentimento democrático”²⁷ — “alusão indireta aos nossos princípios que são para nós toda uma religião”. Invocando seus “adversários” a pensarem sobre a palavra “ordem”, a “história das revoluções humanas”, “as leis sociais”, “idéias novas” e o “progresso do espírito humano”, ataca o que considerava a conduta arbitrária do presidente “oficioso”, ironia com o presidente eleito na conturbada assembléia geral:

“Vós invoqueis, senhor, a estabilidade das instituições humanas as quais seriam para justificar vossa conduta arbitrária, e vós considereis como elemento subversivo da ordem, todo princípio que tende a destruir esta estabilidade; mas, diga-me, que seria de vós, e todos nós, se esta estabilidade não fosse interrompida; seja, então, coerente com vós mesmo, e consulte ao menos a história das revoluções humanas. (...) Esta palavra: ordem, senhor, como é geralmente compreendida foi mais fatal à humanidade que todos os flagelos destruidores (...) A lei, senhor, é a fórmula da experiência. As leis sociais são como os homens, eles nascem, se desenvolvem e sofrem todas as transformações que reclamam a marcha progressiva do espírito humano. (...) Em vão os homens empregaram a astúcia e a força, a mentira e a calúnia, suas armas favoritas, contra as idéias novas; elas continuam a crescer, semeando por tudo a esperança e recolhendo as bênçãos daqueles que elas consolam.”²⁸

A batalha ideológica se expressa com uma ironias ferinas. Por um lado, o grupo de dissidentes fala sobre esperança e com entusiasmo em relação às “idéias novas” que consolam aqueles que provavelmente precisam de “solidariedade” do “espírito humano”. E por outro tratam seus “adversários” como desprovidos de inteligência – esta faculdade que dá à humanidade “novas fórmulas de resistência” e uma “moral mais sublime” –, pois infelizmente na “casa de muitos homens a fortuna parece excluir a inteligência; na casa deles o cérebro se esvazia à medida que o cofre se enche de ouro”²⁹.

Outra reunião da Sociedade Francesa de Beneficência foi convocada para 22 de agosto, quando seria discutida uma proposta de alterações nos estatutos. Porém, pelas

²⁷ Em sua segunda carta Dr. Level fala de “sentimento democrático”, depois de criticar as instituições religiosas católicas, fazendo referência provavelmente à Confraria de São Vicente de Paula: “c’est qu’elle [sociedade francesa de beneficência] porte en elle un élément impérissable qu’elle a puisé dans un *sentiment démocratique* qui fait as force et as seule vigueur, et ce sentiment inspiré par la fraternité de la souffrance à toujours offert son obole à tous les programmes qui demandaient au nom des malheureux”. *Courrier du Brésil*, 17/08/1856.

²⁸ *Courrier du Brésil*, 10/08/1856.

²⁹ *Courrier du Brésil*, 10/08/1856.

discussões publicadas no jornal, aquela sessão era esperada como um dia marcado para uma batalha final — descrita por Hubert como um “combate” contra “a direita”:

“Era fácil observar nas expressões dos rostos quais eram os membros preparados para o combate contra a direita, a favor daqueles que queriam administrar sem controle a assistência pública”.³⁰

Neste intervalo de semanas os conflitos e discursos de necessidade de união entre os franceses se confundem nas páginas do *Courrier du Brésil*. O jornal recebe várias cartas, muitas delas com adesões aos protestos manifestados contra o ex-comitê. Uma delas, enviada ao redator por um “assinante, sócio da sociedade francesa de beneficência”, afirma que não reconhecia o novo comitê eleito naquela sessão de 23 de julho além de sua situação provisória, pois aqueles senhores provocariam uma divisão entre os sócios e faz um apelo aos franceses que evitem esta “desastrosa complicação”.³¹

No entanto, o “outro lado”, ou seja, os dirigentes da sociedade beneficente acusavam aqueles dissidentes, ligados ao *Courrier*, de serem eles os culpados pela desunião. Ao menos uma carta daqueles que defendiam a direção da sociedade foi publicada no *Courrier du Brésil*, apesar de ser tachada pelo jornal por circular anonimamente à véspera da reunião em agosto. A carta era remetida “Ao Sr. redator do *Courrier du Brésil*”, de 19 de agosto de 1856, no entanto não foi enviada ao escritório do jornal, mas distribuída nas ruas do Rio de Janeiro entre os compatriotas franceses; o autor da carta se justifica, afirmando logo a princípio que se “via forçado a empregar uma outra via que não aquela do jornal para lhe dirigir uma resposta” às críticas publicadas até então. Acusa Adolphe Hubert por incentivar a desunião entre os franceses e, sobretudo, por “colocar de lado o pudor nacional”, não cessando de insultar a pátria francesa e de dirigir injúrias grosseiras contra “homens ilustres”, difamando “todas as glórias que adquiriram o respeito e admiração do mundo inteiro”. O texto dirigido a Hubert ressalta mais diferenças entre os grupos, respondendo às questões levantadas pelo Dr. Level e fazendo entender que

³⁰ *Courrier du Brésil*, 24/08/1856.

³¹ *Courrier du Brésil*, 17/08/1856

o grupo ligado ao *Courrier* ocultava suas intenções político-revolucionárias em meio às discussões da sociedade:

“Quanto à política, ela deixa transparecer bem uma grande intenção oculta em tudo isso; mas não é ainda o motivo pelo qual nos possa acusar, porque nós não lhes falamos jamais de *revoluções* nem de *solidariedade fraternal*, ainda menos de comitê provisório e outras grandes palavras, abusos da época que nós confessamos humildemente que não compreendemos seu alcance, porque eles todos foram tirados do dicionário político e revolucionário que nós jamais consultamos”.³²

Após um mês de discussões nos jornais e ruas do Rio de Janeiro, nenhum consenso parecia possível entre aqueles grupos que se opunham dentro da Sociedade Francesa de Beneficência. A “falange da direita”³³ — para usar a classificação que Hubert fez de seus “inimigos” — acusava o redator do *Courrier du Brésil* e seus “amigos” de dissimularem suas verdadeiras intenções por trás das discussões contra a eleição do novo Comitê. Hubert, como porta voz do grupo dissidente, demandava a separação do consulado francês, que abusava em sua influência sobre a sociedade, pela autoridade pessoal da figura de Theodore Taunay. O jornalista ainda defende-se das acusações do cônsul de que o grupo dissidente adotava posições políticas contrárias às autoridades francesas, afirmando que o consulado não deveria impor nenhuma influência “eleitoral” sobre os franceses no Brasil e não poderia, assim, esperar uma preponderância de sua autoridade política em relação aos compatriotas, principalmente dentro de uma sociedade “particular” de beneficência.

Hubert também acusava o grupo da direita por não dedicarem esforços aos trabalhadores que necessitavam de socorros. Em um suplemento do *Courrier*, distribuído no dia da assembléia extraordinária da sociedade beneficente, o jornalista cita um dos exemplos que considerava como a incapacidade do comitê — juntamente com a autoridade

³² *Courrier du Brésil*, 24/08/1856.

³³ “Avant de raconter ce qui a eu lieu dans le cours de la séance, il est juste d’observer que les rapports de connivence entre le bureau e la *phalange de droite* étaient si caractérisés, que toutes les interruptions, les interpellations de ce côté, adressées à ceux qui n’invoquaient que le droit sacré de la discussion; que toutes les exclamations malveillantes en général, de la droite, étaient non seulement autorisées mais favorisées par les membres du comité que leur prêtaient une oreille complaisante; tandis que du côté du droit, pas un mot, pas une observation n’a pu s’élever sans être immédiatement étouffée par des cris et par la rigueur du comité”. *Courrier du Brésil*, 24/08/1856

do Consulado da França — na administração da assistência pública à comunidade francesa. Comenta, assim, o caso do “operário laborioso” do Sr. B., que necessitava de recursos para tratar uma infecção crônica dos pulmões:

“Sr. B...tinha um operário laborioso que caiu doente de uma infecção crônica dos pulmões; o irmão deste operário, operário como ele, cedeu-lhe 30\$000 por mês, e o patrão, Sr. B... 10\$000, o que dava ao desafortunado 40\$000. Mas faltava 20\$000 para poder tratar a doença em uma casa de saúde conveniente. O patrão foi pedir ao comitê da beneficência que completasse a soma. O presidente lhe respondeu dizendo que não havia dinheiro”³⁴.

No entanto, segundo um “subscritor” da sociedade, também neste suplemento do *Courrier*, mesmo tendo conhecimento da “penúria” da Sociedade aquele comitê pagava o aluguel de uma casa no valor de 3:800\$000 — não esclarece qual era a utilização da casa, mas provavelmente funcionava como sede da sociedade — e mantinha o asilo administrado pelas Irmãs de Caridade com um montante de 60:000\$000. À véspera da reunião que fundaria a *Société Française de Secours Mutuels*, Hubert afirma que aqueles senhores que obstruíam a livre expressão e o direito de discussão de “gente sensata” preferiam uma dissolução à unânime harmonia³⁵ — afirmação um tanto retórica do jornalista, pois era óbvio que a “harmonia” já não era possível devido às posições de ambos os lados.

Uma reunião foi marcada para primeiro de setembro “para tomar uma determinação sobre o assunto sociedade francesa de beneficência”, chamada feita a todos os franceses do Rio de Janeiro por Dr. Level, Dr. Chomet, Barão de Geslin, Déroche e Charlot. E Hubert, novamente como porta-voz desse grupo, denuncia que tal determinação teria por fim fundar “para sempre o direito dos pobres sobre as bases da assistência mutualista” e conclui seu texto selando o afastamento entre o grupo dissidente e a Sociedade Francesa de Beneficência:

³⁴ *Supplément au Courrier du Brésil*, 22/08/1856.

³⁵ *Courrier du Brésil*, 31/08/1856.

“Consideramos a assistência como o primeiro dever entre nossos semelhantes, e repudiamos a esmola; que este meio humilhante de socorrer os desafortunados seja, sem nossa participação, o triste privilégio daqueles que trabalham em nome de Jesus para as confrarias cujo fim, repetimos, é alheio aos interesses gerais da sociedade”³⁶.

³⁶ *Courrier du Brésil*, 31/08/1856.

3. “Das sociedades de previdência ou de socorros mútuos em geral e da Sociedade de Socorros Mútuos do Rio de Janeiro em particular”

“O 1º de setembro será de agora em diante para os franceses do Rio de Janeiro, um dia de agradável lembrança; este será o aniversário da fundação de uma sociedade útil a todos, criada sem dissimulação, sem fim oculto, sem outra intenção que aquela de ajudar nossos semelhantes na adversidade”³⁷.

Esta primeira sessão de fundação da sociedade ocorreu no salão do Hotel Pharoux, “tomado pela multidão” de ao menos 250 pessoas. O Dr. Chomet apresentaria sua proposta para criação de uma “sociedade de previdência mútua”, notícia que já corria à boca miúda e nas entrelinhas do *Courrier du Brésil*. O Dr. Level, pessoa conhecida entre a população francesa e um dos signatários da convocação, foi encarregado de explicar o motivo da reunião. Em seu discurso explica que devido ao estado precário em que se encontrava a Sociedade Francesa de Beneficência e se fosse a vontade de todos ali presentes, assentariam as primeiras bases de uma nova sociedade. Narra que em 1848 alguns homens levantaram a voz para pedir mudanças nos estatutos da sociedade beneficente e assim por um fim aos abusos cometidos. Level se refere ao movimento do qual também fez parte Derrion e quando publicaram um programa de diretrizes que levariam à “solidariedade fraternal”. Apesar da derrota neste embate de 1849, novas reclamações foram apresentadas a cada ano nas assembléias gerais. Contudo, frequentemente a direção da sociedade iludiu seus associados quanto às soluções para os problemas ou simplesmente ignoraram a existencia destes. Assim, naquele último ano um novo elemento os levaria mais uma vez aos desejos de mudança. O Dr. Chomet apresentaria “princípios” que alimentaram o ideal associativista:

“No último ano, o honrado Sr. Chomet apanhou o germe já manifestado, deu-lhe todas as proporções de um princípio, e este princípio, que tornou-se hoje

³⁷ *Supplément au Courrier du Brésil*, 04/09/1856.

oposição, nos conduziu a um protesto e este protesto a uma separação; era inevitável”.³⁸

Estes “preceitos” novos que inspiravam parte da comunidade francesa a formar uma nova associação, provocou reações conservadoras dos sócios mais tradicionais da sociedade beneficente. Um dos fundadores da SFB publicou um artigo no *Jornal do Comércio* no mesmo primeiro de setembro, dia da reunião de fundação da mutualista³⁹. O autor do texto prevenia os “pais de família” sobre os “princípios materialistas” que orientavam o grupo dissidente a provocar a discórdia e a divisão da sociedade. Além disso, afirma que suas “odiosas calúnias” buscavam difamar membros da beneficente, senhores conhecidos por todos que, diferentemente daqueles subversivos, mantinham sob sua “tutela moral” e protetora os jovens ligados à instituição filantrópica:

“A humanidade dividiu-se depois de muitos séculos, e sobretudo em nossa época, em duas partes filosóficas opostas por seus princípios respectivos e, conseqüentemente, por seus fins e suas tendências. Uma dessas partes é *espiritualista*, ou seja, que considera o homem dotado de uma alma imortal e como responsável por seus atos diante de Deus, que cedo ou tarde, neste mundo ou no outro, conduz cada um de acordo com seus atos. Como conseqüência de seu princípio e de seus fins, os espiritualistas devem aspirar necessariamente à realização do reino do justo, da verdade e do bem.

A segunda das duas partes é *materialista*, ou seja, considera que o homem nada teria a esperar depois do sepulcro, e considerando esta vida como a única fase de existência do ser humano, torna-a exclusivamente o fim definitivo de seus desejos. (...) Os princípios do materialismo, sobretudo para a juventude, nós o testemunhamos, são muito sedutores porque, não tendo consciência de todas as conseqüências, podem se deixar levar e por vezes tomar gosto.

(...) nós contamos com nossos co-associados; muitos deles pais de família, muito mais comprometidos ainda com o futuro, sabendo quem somos, quais são nossas tendências, nós acreditamos que de hoje em diante será desfeito todo mal-entendido impossível entre nós (...) devem se agrupar se quiserem manter a

³⁸ *Supplément au Courrier du Brésil*, 04/09/1856.

³⁹ Hubert, em resposta a este artigo, caracterizaria o pensamento do “fundador” como algo nebuloso e perigoso como uma “serpente”, que enlaça o leitor com sua cauda e o morde: “La pensée du fondateur, toute nébuleuse qu’elle soit, se tortille avec une souplesse, une flexibilité que aurait enlace indubitablement le lecteur, si l’article en question avait eu une tête ou seulement une queue; un serpent sans tête ni queue n’est pas à craindre. Nous nous empressons donc d’annoncer qu’aucun père de famille n’a été mordu”. *Supplément au Courrier du Brésil*, 04/09/1856.

instituição que nós fundamos para o interesse da moralidade das jovens inteligências, que circunstâncias imperiosas colocaram sobre nossa tutela”.⁴⁰

A divulgação deste texto logo repercutiu na reunião no Hotel Pharoux. Uma voz se levantou na multidão que lotava o salão e afirmou que aqueles ali presentes estavam sendo tachados como “materialistas”, aparentemente explicitando aquilo como uma ofensa. Level se prontificou a responder à interpelação e não negou a pecha, apresentando uma “profissão de fé filosófica” que revela mais a fundo seus ideais políticos e ideológicos. Cita Francis Bacon e a importância das ciências naturais para o progresso do espírito humano. Para que este continuasse sua marcha era necessário combater aqueles que queriam impor a vontade de uma “minoría”, combater de forma solidária, com a “cooperação de cada um em benefício de todos, e de todos em benefício de cada um” e impor a vontade geral. Nesse sentido, “Deus” era um princípio que prostrava o homem e os fazia orar ao invés de lutar. Level se referia ao Deus que representava a Igreja Católica e ao poder de coerção desta instituição sobre seu fiéis. Essa força de subjugação dissimulada historicamente foi utilizada para a manutenção de forças conservadoras, que desejavam impor seu poder sobre a vontade da maioria, sustentando o pauperismo existente. No entanto, eles, como membros de uma associação, deveriam ser solidários e combater a miséria enquanto esta permanecesse como um problema, sem jamais ferir a dignidade e a liberdade individual, sendo materialistas ou não:

“(…) nós acreditamos que devemos fazer alto e publicamente nossa profissão de fé filosófica. Nós queremos, como Bacon, estudar sempre a natureza a fim de retirar dela uma ciência real como a natureza. Deus é um princípio muito vasto para nossa inteligência, é um trovão sobre a consciência humana que nos força a nos prostrar e a orar; e os homens, que como nós, senhores, sabem chorar sobre as tumbas, enviam as armas ao Céu. Para nós, senhores, até o dia em que a extinção da miséria permanecer como um problema, nós chamaremos ao combate a cooperação de cada um em benefício de todos, e de todos em benefício de cada um, sem jamais suportar danos à dignidade, à liberdade individual.

Hoje, senhores, os membros de toda sociedade devem ser, de algum modo, solidários; a desgraça não pode atingir uns sem que o contra golpe não se faça

⁴⁰ *Supplément au Courrier du Brésil*, 04/09/1856.

sentir na casa dos outros; e aqueles que queriam recusar essa responsabilidade não são de nossa religião. (...) queriam nos impor a vontade de uma minoria, nós quisemos, nós, impor-lhes a vontade geral”.⁴¹

A despeito de todos os enfrentamentos políticos e ideológicos e a expressão de um conflito social — observados dentro da Sociedade Francesa de Beneficência e que culminou na criação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos —, Adolphe Hubert apresentaria uma definição aparentemente neutra para a associação que surgia no primeiro de setembro. Uma “sociedade útil” cujas finalidades eram expressamente claras, ou seja, o auxílio mútuo entre compatriotas franceses desafortunados e pobres trabalhadores. No entanto, por mais que se incomodassem com as acusações de seus adversários sobre suas intenções políticas e subversivas — além da preocupação em realizar uma associação que privilegiasse os pobres e trabalhadores —, seus discursos sempre revelavam os “princípios” que fomentavam suas ações, ou seja, o republicanismo, o espírito democrático e o socialismo. Isso se deduz dos ideais afirmados renitentemente pelos próprios fundadores da mutualista francesa como solidariedade, cooperação, igualdade, autonomia, valores e práticas democráticas e descentralizadas e, principalmente, o mutualismo.

Percebe-se nas ações e nas propostas dos fundadores da sociedade mutualista uma importante preocupação em favorecer a autonomia das iniciativas dos trabalhadores. Utilizavam diferentes termos para definir socialmente os sujeitos envolvidos no processo de estruturação da associação: trabalhadores, operários, classes pobres, classes laboriosas, todos compatriotas “semelhantes”. Contudo, a composição social da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos era bastante heterogênea, a despeito das afirmações de Adolphe Hubert sobre a intenção de se constituir uma sociedade para os pobres. Não foi possível apresentar os dados com os nomes e as funções dos sócios desta sociedade. Porém, observou-se uma composição geral formada por profissionais liberais, pequenos comerciantes, funcionários do comércio e trabalhadores manuais. Havia então, além daquelas ligadas exclusivamente ao comércio, profissões como médicos, alguns farmacêuticos, educadores, fotógrafos, litógrafos, tipógrafos, gravadores, guarda-livros, maquinistas e bombeiros, torneiros e

⁴¹ *Supplément au Courrier du Brésil*, 04/09/1856.

chapeleiros. As mulheres não faziam parte da associação e apenas poderiam receber algum auxílio caso o marido falecesse⁴².

André Gueslin afirma que a princípio as sociedades mutualistas na França procediam sobre a base corporativa de ofícios, porém em alguns lugares do país, como em Lyon, antes de 1848, essas sociedades corporativas foram progressivamente se tornando mais “abertas”. Fundadas, assim, em uma “real sociabilidade de inspiração nitidamente popular”, não eram sistematicamente organizações proletárias.

Contudo, apesar da composição heterogênea da mutualista francesa no Rio de Janeiro, havia a noção de que a sociedade era “composta em sua maior parte por trabalhadores”⁴³. Possivelmente, assim como Geslin classificou como “homens sem crédito” camponeses e profissionais liberais (advogados, jornalistas, educadores), Hubert também se referia a “trabalhadores” como todos aqueles que não tinham a propriedade dos meios de produção ou não fossem grandes capitalistas. Hubert mesmo não era proprietário do imóvel onde funcionava o escritório do seu jornal, que tocava a duras penas. E ainda que muitos membros fossem profissionais liberais, foi interessante notar que alguns como o próprio Hubert (jornalista) ou um dos médicos da sociedade, Dr. Gornet, se endividavam com comerciantes franceses, a ponto dessa questão se tornar tema de artigo no *Courrier du Brésil*. No Arquivo Nacional foi possível constatar alguns processos do Tribunal Especial do Comércio contra Adolphe Hubert devido a dívidas contraídas⁴⁴.

Ainda quanto à caracterização da sociedade como uma associação de trabalhadores e operários, um dos membros da sociedade, Huger, herdeiro do movimento fourierista, assinava seus artigos publicados no jornal francês com o pseudônimo “*un ouvrier*” e falava

⁴² O *Courrier du Brésil* ainda divulgou um artigo, intitulado “Les femmes dans les sociétés de secours mutuels”, publicado na França, que discutia a questão da inserção das mulheres nas associações mutualistas: afirma que “nos primeiros tempos da organização das sociedades de socorros mútuos, excluiu-se as mulheres porque supunha-se que eles ficariam mais frequentemente doentes que os homens e fariam, assim, pensar encargos mais pesados sobre a associação. As sociedades exclusivamente femininas se formaram nos departamentos, e puderam constatar que nestas as doenças eram menos frequentes que nas sociedades masculinas (...) Hoje, a admissão das mulheres em todas as sociedades de socorros mútuos é passada princípio”. *Courrier du Brésil*, 29/04/1857. No entanto, não foi possível constatar se esta discussão chegou a ser feita na sociedade mutualista francesa.

⁴³ *Courrier du Brésil*, 9/12/1860.

⁴⁴ Em um dos processos, Estevão Sismouet requeria que Hubert quitasse a dívida de 230\$000 contraída em 1859 (AN – Varas Cíveis – processo n. 487/caixa 1493). Em outro processo, já em 1883, Carolina Henriqueta da Silva processa Adolphe Hubert para que pagasse quatro meses atrasados de aluguel de imóvel na Rua Souza Franco, n. 21 (AN / Varas Cíveis – maço 680 / n. 2124).

em nome de uma “classe desgraçada”, a “classe operária do Rio de Janeiro”. Outra informação interessante para se examinar essa faceta “operária” da composição social da sociedade mutualista surgiu em meio às discussões sobre mudanças nos estatutos em 1861 e 1862. Alguns sócios se manifestaram quanto ao artigo estatutário que definia as comissões de apoio aos trabalhos da comissão administrativa. A princípio, todos os membros deveriam passar por estas comissões, formadas mensalmente pelos nomes dos associados registrados em ordem alfabética. Os nomes que compunham estas comissões auxiliares eram divulgados no *Courrier du Brésil*. Durante um mês tinham a função de visitar os sócios enfermos, verificar se estavam sendo visitados com exatidão pelo médico da sociedade e se recebiam os medicamentos, sendo necessário entregar um relatório de tudo para a Comissão Administrativa da sociedade.

A questão apresentada por alguns sócios quanto ao funcionamento dessas comissões revelava que, por serem “operários”, quando fossem escalados como comissários, dificilmente poderiam ser dispensados de seus trabalhos para realizarem as atividades demandadas pela função. Assim, no estatuto de 1862 consta que a Comissão Administrativa, eleita em assembléia geral, nomearia seis “comissões compostas de quatro membros cada uma, escolhidos entre os sócios de diversas profissões”. Dessa forma, deveria ser levada em consideração a situação dos membros que iriam compor as comissões de auxílio e nem todos os sócios estariam mais obrigados a exercer essa função.

A despeito do tipo de profissão, ao que parece, todos os membros da SFSM tinham uma ocupação. Na primeira proposta de estatuto, apresentada em 1856, previa-se um artigo que versava sobre a obrigação em auxiliar os compatriotas desempregados a encontrarem trabalho. No entanto, no texto definitivo apresentado ao Conselho de Estado em 1861 não havia esse conteúdo. Em seus debates sobre “direito à assistência”, ressaltavam primeiramente a importância do “direito ao trabalho”. Se o indivíduo não tivesse um trabalho para manter uma sobrevivência digna, se nem ao menos o emprego lhe fosse assegurado, a assistência pública estava fadada aos atos de caridade.

É interessante notar, comparativamente, que quanto à concepção do direito ao trabalho, no Brasil — ou seja, a respeito das associações entre nacionais —, já na década de 1880, essa questão se apresenta não como um princípio de discussão de direitos, mas uma

questão moral para as associações. Cláudio Batalha comenta a ação do Corpo Coletivo União Operária em 1882, que de acordo com seus estatutos, tinha “por fim tratar dos interesses gerais da classe operária e das artes no país” e para ingressar como membro era necessário, *em primeiro lugar*, “ser operário, artista ou ter trabalho material definido”⁴⁵.

Para os membros da SFSM, o trabalho era essencial para autonomia do sujeito frente à caridade e à beneficência; e a autonomia de suas ações se construiria na prática mutualista. Como Hubert afirmou, “queriam administrar sem controle a assistência pública”: nem a “proteção” dos “ilustres franceses”, nem dos representantes da Igreja. Michel Ralle comenta esse aspecto sobre os montepios espanhóis, ou seja, do desejo de autonomia “frente às tutelas eclesiásticas ou dos notáveis”. Trata isso em seu artigo sobre a função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha⁴⁶, país onde o socorro mútuo se desenvolveu tardiamente, nas últimas décadas do século XIX:

“(…) estamos aludindo a outro aspecto bem conhecido do movimento de emancipação: a vontade de independência frente à presença de pessoas chamadas habitualmente de “sócios protetores” em muitas sociedades que não nasceram de uma sociedade de uma iniciativa estritamente operária, mas que logo fizeram-se mais independentes. O papel destes personagens, que continuará sendo habitual no socorro de inspiração católica, vai se tornando cada vez mais excepcional nos montepios comuns, pois, a partir dos anos 1880, estes rechaçarão os vestígios das associações ditas “mistas”. Não é muito difícil imaginar como podiam influir nas decisões dos membros operários. Com frequência, obtinham esse reconhecimento graças a um donativo em dinheiro ou à sua posição social, e aproveitavam-no em certos casos para exercer uma atividade de clientela”.⁴⁷

Na França, as sociedades de socorros mútuos foram a princípio herdeiras de uma longa tradição de solidariedades entre ofícios, com maior destaque para a influência do

⁴⁵ BATALHA, Cláudio, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL – Sociedades operárias e mutualismo*, Campinas, Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 44.

⁴⁶ “Tampouco parece secundário sublinhar a existência de um processo de laicização da vida ou, ao menos, das referências das entidades de socorro, uma democratização de suas práticas internas concomitantemente a uma autonomização do componente operário frente às tutelas eclesiásticas ou dos notáveis”, RALLE, Michel, “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”, in *Cadernos AEL – Sociedades operárias e mutualismo*.

⁴⁷ RALLE, obra citada, p. 21.

papel das sociabilidades espontâneas tradicionais ligadas às corporações de ofício do Antigo Regime. No entanto, de acordo com André Gueslin, ainda que suas origens remetesse às corporações e até mesmo à maçonaria — estando mais próximas das corporações que às lojas maçônicas —, a formação das mutualistas se adaptou a um novo contexto sócio político, principalmente depois da experiência de 1848. Ou seja, enquanto uma organização social, configuraram-se como uma resposta às novas condições políticas, econômicas e sociais oitocentistas⁴⁸ e geralmente expressaram um forte sentimento de distanciamento da ganga religiosa, tomando distância principalmente da Igreja Católica⁴⁹. Cláudio Batalha também trata esse quadro de continuidades e rupturas em relação às corporações de ofícios e irmandades e às sociedades mutualistas no Brasil oitocentista. Afirma que “além da ruptura óbvia no campo institucional e jurídico que separa as sociedades mutualistas das corporações, essa ruptura também se opera no campo do ritual e da linguagem”. Ou seja, uma das mudanças mais visíveis é a diminuição e até o desaparecimento da religião nos discursos e nas práticas coletivas dos artesãos⁵⁰.

⁴⁸ O *Courrier* publica um interessante artigo intitulado “*Les salaires dans l’ancien temps*” que explicita como observavam uma faceta desse novo contexto social, político e econômico vivido em meados do século XIX. O texto comenta: “Encontramos em um livro de Léopold Delisle algumas cifras curiosas sobre os salários dos operários e os preços dos de víveres nos séculos precedentes. Em 1412, na Normandia, um carpinteiro ganhava por dia 2 soldos e 6 deniers; um homem que planta o linho, 20 deniers; uma mulher que colhe o linho, 10 deniers. Era pouca coisa, se assim o quer, e os salários de hoje são bem mais elevados, mas também os gêneros alimentícios tinham aqueles preços que nós fazemos uma idéia. Veja alguns desses preços: um cavalo custava por volta de 110 soldos; um boi, 35 soldos; um carneiro, 7 soldos; um cordeiro, 3 ½ soldos; um porco, 25 soldos; um pato, 14 deniers; um galo, 9 deniers; um frango, 9 deniers; cem ovos, 2 soldos; um leitão, 3 soldos. Em compensação, certos produtos da indústria, hoje na moda, de todo o mundo, custariam preços tão excessivos, que somente os mais ricos podem pagar. Em comparação os preços dos víveres com aqueles dos salários, pode-se concluir que os salários daquela época tinham ao menos para o operário o dobro do valor, até mesmo o triplo, dos salários que se pagam hoje. Um carpinteiro receberia, em 1413, por seu trabalho de 3 dias, aquilo para comprar um carneiro; por seu trabalho de 14 a 15 dias, aquilo para comprar um boi; um homem que colhe linho ganharia por dia aquilo pra comprar um pato e um frango, restando 3 deniers. Essas cifras têm sua eloquência, porque elas provam que o operário poderia comprar com o preço de sua jornada, três vezes mais alimentos que hoje”. *Courrier du Brésil*, 05/07/1857. A obra de Léopold Delisle (1826-1910) — historiador francês, que também ocupou a direção da Biblioteca Nacional da França — à qual o autor do artigo provavelmente se refere é *Études sur la condition de la classe agricole et l’état de l’agriculture en Normandie au moyen-âge. Ouvrage publié par la Société libre d’agriculture, sciences, arts et belles-lettres de l’Eure*. Veja a obra integral em <http://gallica.bnf.fr/>.

⁴⁹ GUESLIN, André, *L’invention de l’économie sociale. Idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle*, Paris, Economica, 1998, pp. 146-149.

⁵⁰ “O decréscimo da religião no mundo do trabalho é ainda mais significativo se lembrarmos que as atividades de socorros mútuos no século XVIII, funções que passariam a ser desempenhadas pelas sociedades mutualistas a partir dos anos de 1830, eram exercidas primordialmente pelas irmandades ligadas aos ofícios e menos pelas corporações”, BATALHA, *obra citada*, pp. 50-51.

No terceiro aniversário de fundação da SFSM na Corte, o *Courrier du Brésil* publicou uma seqüência de três artigos intitulados “Das sociedades de previdência ou de socorros mútuos em geral e da Sociedade de Socorros Mútuos do Rio de Janeiro em particular”. Esse é um rico documento sobre o significado e o papel dessa instituição típica do século XIX, como afirmaria Gueslin⁵¹. É interessante vislumbrar análises sobre o processo de constituição do associativismo, explicitadas pelos próprios sujeitos que experimentavam sua forma de organização. Assim, quanto às origens das mutualistas, há críticas tanto às organizações religiosas quanto às laicas:

“As confrarias, as corporações, o *compagnonnage*, a franco-maçonaria e muitas outras [associações], tiveram primitivamente por fim a assistência mutual. As congregações, as confrarias, as associações religiosas tão poderosas, e ao mesmo tempo tão fatais, é bem verdade, ao espírito do progresso e da independência, eram compostas de indivíduos solidariamente interessados em manter sua fé, crença e seus interesses. Governar as consciências, inspirar a seu favor a caridade e as humilhar; se colocar sempre em guarda contra o poder temporal (...) eis o fim das associações religiosas.

Sobre outra ordem de idéias, as corporações laicas, o *compagnonnage*, a franco-maçonaria, foram também associações baseadas na igualdade, na fraternidade, na reciprocidade. Eram verdadeiras Sociedades de Socorros Mútuos. Durante longos anos essas associações prestaram imensos e importantes serviços; seriam ainda hoje bem poderosas se quisessem ou se pudessem se desfazer de seus cerimoniais grotescos, místicos ou simbólicos, aniquilar suas rivalidades, apagar suas raivas e suas invejas, e desprezar pretensas prerrogativas que não convém nem à nossa época nem à nossa civilização”.⁵²

Como se pode observar, uma das principais críticas à atuação da beneficente francesa e às instituições religiosas era a insistência na caridade. Esse tema apareceria com frequência nas páginas do *Courrier du Brésil* após o rompimento com a Sociedade Francesa de Beneficência. De acordo com “um societário” da SFSM, em artigo publicado no segundo ano de atuação da associação, o principal fim da sociedade, “explicitamente consentido por todos”, era a abolição da beneficência, da assistência, da caridade, da esmola, enfim, da mendicidade, “estado ignóbil que engendra a preguiça e todos os vícios

⁵¹ “La société de secours mutuels, tout en conservant ses racines, est typique du XIXe siècle”, GUESLIN, *obra citada*, p. 146.

⁵² *Courrier du Brésil*, 14/08/1859.

que dela decorrem”. A origem da sociedade, então, seria um “ato público de ajuda mútua” contra toda a incapacidade de trabalho que pudesse passar qualquer societário⁵³. Baseiam-se nas questões do direito ao trabalho — questão premente antes e principalmente em 1848 na França — e do direito à assistência para criticar as instituições que mantinham a caridade. Hubert afirma em seu jornal que “se a sociedade fosse justa, o trabalhador teria trabalho, o enfermo seria socorrido, sem esmola”⁵⁴.

A crítica que fazem à “caridade” engloba todo seu sistema, ou seja, aqueles que fazem donativos e prestam assistência a outros por princípios católicos e aqueles que recebem a esmola ou a ajuda de instituições de caridade e beneficência. Dessa forma, para Hubert, Level, Chomet e outros societários da SFSM era essencial a diferença entre sociedades mutualistas e sociedades beneficentes, geralmente tratadas pela historiografia como instituições da mesma natureza. Luigi Biondi em sua tese sobre os processos de organização dos trabalhadores italianos em SP entre 1890 e 1920, dedica um capítulo às sociedades italianas de socorros mútuos, contudo, seu principal objetivo ao longo do trabalho é analisar o papel desempenhado pelos socialistas italianos nesse contexto. Assim, Biondi trabalha com uma definição ampla de sociedade mutualista, priorizando a associação étnica. Dessa forma, a *Società Italiana di Beneficenza* fundada em 1878 é a primeira da lista de sociedades de socorros mútuos, a despeito do fim principal dessa agremiação, como expresso pelo nome, não ser exclusivamente o socorro mútuo, mas também a beneficência, ou seja, “dedicavam-se a fornecer vários tipos de auxílios aos trabalhadores patrícios e imigrados em São Paulo e às suas famílias, independentemente de serem sócios ou não das associações”⁵⁵. Gueslin, acerca do quadro das sociedades francesas, sugere que a denominação “beneficente” denota um programa totalmente diferente da mutualista, ligado à filantropia e geralmente de origem patronal, afirmando, inclusive, que algumas sociedades traziam em sua denominação um “supremo paradoxo”,

⁵³ *Courrier du Brésil*, 19/09/1858.

⁵⁴ Afirma ainda que “a alimentação e a assistência são direitos do cidadão honesto e laborioso, que o rigor da sorte perseguiu. A mendicidade habitual — quando um homem é válido — é uma das formas de parasitismo”. *Courrier du Brésil*, 26/07/1857.

⁵⁵ BIONDI, Luigi, *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*, Campinas, Tese de Doutorado – IFCH / Unicamp, 2002, pp. 54-69.

como algumas observadas em Lyon e Nancy: “sociedades de beneficência e de socorros mútuos”.⁵⁶

Avaliando principalmente as denominações de sociedades de previdência fundadas no Rio de Janeiro por nacionais, ligadas a um ofício ou não, a denominação “beneficente” geralmente é utilizada para nomear associações que definiam em seus estatutos ações de “socorros mútuos”. A Sociedade Francesa de Socorros Mútuos obviamente não foi a primeira “mutualista” no Brasil. Até 1908 foram computadas na estatística de Luiz Barbosa 181 sociedades de assistência fundadas no Rio de Janeiro até essa data, com um total de 93.853 indivíduos envolvidos. No entanto, a Sociedade Francesa de Beneficência não consta, por exemplo, em seus cálculos. Já a estatística do trabalho publicado como *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro*, registra que até 1912 foram fundadas no Rio de Janeiro 421 sociedade de “auxílios mútuos e de beneficência”⁵⁷.

De acordo com a pesquisa de Guimarães, a primeira “das sociedades de socorros mútuos de uma exclusiva profissão” e a mais antiga do Brasil foi a *Sociedade Musical de Beneficência*, fundada em 1834. O primeiro artigo de seus estatutos afirmava que a associação tinha por fim “a reunião de professores e amadores de música, destinados a promover a cultura da arte e a exercer uma *recíproca beneficência*” (grifo meu). Os sócios quando doentes tinham direito a uma diária de 1\$200 e também aos encarcerados, enquanto não eram julgados definitivamente. A sociedade pagava uma pensão aos inabilitados de exercer a arte (20\$ a 30\$), ou seja, impossibilitados de trabalhar; pagava as despesas de funerais (até 110\$) e dava à família do sócio decano que falecesse uma pensão (10\$ ou 20\$). O valor da jóia de ingresso na sociedade variava conforme a idade. Ou seja, ações de ajuda mútua essencialmente características às mutualistas⁵⁸, porém a denominação da sociedade trazia o termo “beneficência”.

⁵⁶ GUESLIN, *obra citada*, p. 155.

⁵⁷ *Assistência Pública no Rio de Janeiro – História e Estatística*, Rio de Janeiro, Typographia do Anuario do Brasil, 1922 (Há cópia microfilmada deste documento no AEL / Unicamp).

⁵⁸ Tânia de Luca afirma que a medida que se aprofunda a análise, “torna-se evidente que o mutualismo possuía múltiplas facetas e uma amplitude antes insuspeita. Todavia, essa diversidade poderia ser ocultada se os objetivos de socorros mútuos fossem tomados como parâmetro”, pois, sob esse aspecto, comparando vários estatutos, revelou-se uma uniformidade surpreendente, exceção feita a pequenas variações decorrentes de características específicas. “O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas”. Tânia de Luca, *O Sonho do futuro assegurado – o mutualismo em São Paulo*, São Paulo, Contexto; Brasília, CNPq, 1990, p. 23.

Outro exemplo que é interessante destacar é a sociedade intitulada “Filantropia e Ordem”, comentada em artigo de Ronaldo Pereira de Jesus⁵⁹. O autor se propõe a analisar “sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais)” na capital do Império, que agregassem grupos sociais denominados pelo autor como “gente comum” (ou classes de trabalhadores ou classes subalternas). Criada em 1875, se definia como uma sociedade de “socorros mútuos”⁶⁰. Assim, o regime mutualista era empregado uma sociedade que admitia a denominação “filantropia”, termo que atualmente se remete à caridade e à beneficência. No entanto, no século XIX, a noção de mutualidade se expressava em sociedades que se definiam como “filantrópicas” e “fraternais”. Sewell apresenta em sua análise o estatuto da Sociedade Geral e Filantrópica dos Mecânicos e Serralheiros (*Société Générale e Philanthropique des Mécaniciens e Serruriers*). Fundada em 1848, o primeiro artigo estatutário explica que a associação “é filantrópica porque a sociedade se criou mãe de todos seus membros, e que ela deve sempre e em toda circunstância, trabalhar para o futuro de suas crianças, assegurando para todos em caso da falta de trabalho, de doença ou de velhice, um bem estar suficiente para os fazer resistir à opressão daqueles que serão seus inimigos”⁶¹.

Nos conflitos aflorados entre a população francesa que habitava o Rio de Janeiro na década de 1850, a diferença entre mutualidade e beneficência passou a pesar sobre a divisão social e ideológica fomentada entre a Sociedade Francesa de Beneficência e a Sociedade francesa de Socorros Mútuos. Entre as sociedades de previdência e assistência estrangeiras fundadas no Brasil, a denominação “beneficente” geralmente era utilizada pelas sociedades ligadas aos consulados e deles recebiam apoios financeiros, como se pode observar na história da beneficente francesa. Diferentemente daquelas que se definiam como “de socorros mútuos” ou “auxiliadoras”, as beneficentes e filantrópicas recebiam donativos de não societários que pudessem pagar e não necessitavam de auxílios e prestavam ajuda àqueles que se encontrassem necessitados e que não fossem sócios. A própria denominação daqueles que pagavam cotas mensais ou trimestrais à determinada

⁵⁹ JESUS, Ronaldo Pereira de, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887)” (*mimeo*).

⁶⁰ A sociedade *Filantropia e Ordem* definia em seu artigo primeiro: “Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro fica organizada uma *sociedade de auxílios mútuos*, com a denominação de Filantropia e Ordem e que se comporá de ilimitado número de sócios nacionais e estrangeiros”. JESUS, *obra citada*.

⁶¹ JESUS, *obra citada*, p. 6.

sociedade não era “sócio”, mas “donatário”, “subscritor” ou “voluntário”. O primeiro artigo dos estatutos da Sociedade Francesa de Beneficência demonstra essa diferença entre as beneficentes e as mutualistas, ao menos entre as sociedades de estrangeiros:

“ART. 1 – A sociedade composta de subscritores, voluntários, tem por fim socorrer aos franceses que se acham em circunstâncias desgraçadas, compreende tudo quanto pode ser útil e honroso para sua Nação e tudo que seja a título de beneficência. Todos os franceses estão convidados especialmente para fazer parte da associação.”⁶²

De acordo com Guimarães, a princesa Isabel e seu consorte, Conde d’Eu, “ilustres personalidades do Império”, também concediam seu patrocínio à Sociedade francesa de Beneficência. Analisando o levantamento feito pelo autor, contemporâneo àquelas sociedades, ele mesmo trata as diferentes instituições entre “beneficentes” e “de socorros mútuos”. A Sociedade Filantrópica Suíça, por exemplo, é “a mais antiga *sociedade beneficente do Rio de Janeiro*, fundada em maio de 1821, 15 meses antes da fundação do Império” e aparentemente também ligada ao seu Consulado, assim como a beneficente francesa:

“Segundo os estatutos, o fim da sociedade é socorrer os suíços residentes na circunscrição do Consulado Geral do Rio de Janeiro, que se acharem infelizes ou necessitados: prestar-lhes-á não somente socorros pecuniários, quando forem preciso mas ainda os rodeará de seus conselhos e tratará de lhes melhorar a posição, ocupando-se de os colocar e de os procurar o trabalho necessário para ocorrer a respectiva subsistência. A sociedade toma principalmente sobre a sua proteção velhos, viúvas, e os órfãos de famílias que ficarem infelizes no país. (...) compõem-se de todos os suíços que contribuirão anualmente com um donativo voluntário para o caixa da sociedade. (...) O Alto Conselho Federal e o governo dos quatro cantões suíços contribuem com pequenos subsídios anuais”⁶³

⁶² Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Estado – CX. 529 / DOC. 45.

⁶³ GUIMARÃES, *obra citada*, pp. 44-45

Nos estatutos da SFSM redigidos em 1856, ano de sua fundação, o primeiro artigo definia que aquela sociedade tinha “por fim auxiliar aqueles seus membros que tivessem necessidade, estando doentes ou enfermos, ou que se encontrassem impossibilitados de trabalhar”, definição muito recorrente entre as sociedades de socorros mútuos. Nos estatutos apresentados ao Conselho de Estado para aprovação em 15 de maio de 1861 esse enunciado se repete. No entanto, a sociedade faz novo pedido de aprovação em 16 de abril de 1862 e o primeiro artigo de seus estatutos ganha um novo conteúdo que torna mais complexa a definição da mutualista francesa:

“Artigo 1º. O título da sociedade é Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, *ela não poderá sob pretexto algum renunciar ao seu princípio de mutualidade*, nem reunir-se à outra qualquer sociedade; ela é essencialmente francesa e nessas condições ela é indissolúvel e ninguém poderá provocar a sua dissolução. A sociedade tem por fim:

- 1º. auxiliar aqueles sócios que ficarem doentes ou enfermos e os quais, por consequência se acharem na incapacidade de trabalhar;
- 2º. Prestar-lhes o socorro de um médico e os medicamentos receitados;
- 3º. Pagar-lhes uma indenidade durante o tempo que durar a sua incapacidade de trabalhar;
- 4º. Prover as despesas dos sócios enfermos;
- 5º. Segurar aos sexagenários que pertencerem à sociedade pelo espaço de dez anos consecutivos uma pensão [aposentadoria] cuja importância e condições acessórias serão estabelecidas no décimo ano de existência da sociedade conforme os rendimentos que a sociedade possa dispor.”⁶⁴ [grifo meu]

Essa mudança nos estatutos em 1862 legaliza o princípio de mutualidade exposto antes desta data naqueles artigos publicados no *Courrier du Brésil* sob o título “*Das sociedades de previdência ou de socorros mútuos em geral e da Sociedade de Socorros Mútuos do Rio de Janeiro em particular*”. Este afirmava que a “assistência recíproca”, buscando por resultado a extinção do pauperismo, deveria ser o fim último de toda sociedade organizada. Afirma que as sociedades de socorros mútuos são “a força viva do presente, salva guarda do futuro”, que a vulgarização e a propagação das sociedades de

⁶⁴ Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Estado / CX. 531 / DOC. 39

previdência ou de socorros mútuos, característica dominante daquele período, e principalmente depois de 1848, marcaram a história como “primeiro passo para a libertação das massas”. A mutualidade se expressa, então, na realização da assistência pública pelos próprios trabalhadores organizados em associações democráticas, regidas pelo sufrágio universal e pelo poder da coletividade em assembleias gerais. Estas associações — como afirma Sewell em relação às corporações atuantes na primavera de 1848 — funcionariam como pequenas realizações do projeto de república democrática e social. O objetivo mais importante do direito ao trabalho era levar os próprios trabalhadores empregados a terem condições de se organizarem, e assim, gradualmente a “exploração do homem pelo homem” seria eliminada:

“Em vão, sem a associação, os governos se esforçaram a fazer leis contra o pauperismo; em vão a taxa dos pobres foi colocada sobre o supérfluo dos ricos; em vão as sociedades de caridade, de beneficência, se impuseram sacrifícios de toda espécie, nada suplantaram. (...) multiplicando as esmolas, socorrendo cegamente os indivíduos válidos e capazes de trabalhar, habituando-os a estender a mão para receber sem trabalhar, desmoraliza-os, deixa-os à imprevidência ou à preguiça, destrói toda sua energia, todo sentimento de orgulho e de amor próprio; não os torna nem ricos nem cidadãos, mas mendigos e parias. Não é necessário, então, fazer esmola, não são os pobres que é necessário mitigar, não é a resignação que é preciso pregar, não é a caridade que é preciso exercer; é o indivíduo que é preciso estimular, é o humilhado que precisa levantar, é a coragem que é preciso inspirar às almas tímidas e desfalecidas, é, enfim, a associação que é preciso incitar.

(...) Crie e multiplique sociedades de socorros mútuos, encerre em sua vasta rede as populações inteiras, aproxime os indivíduos, faça-os cooperar pelo bem comum, inspirados pelas idéias de solidariedade, de justiça e fraternidade; lance sobre suas almas os princípios de dignidade, una-os, enfim, em uma mesma comunhão: a assistência mutual e recíproca, e verá diminuir ou desaparecer a miséria e o pauperismo. Restitua ao homem sua dignidade e sua independência e lhe dará felicidade, coragem e esperança”.⁶⁵

Essa definição nos remete ao “sistema mutualista” de Pierre-Joseph Proudhon, definido em sua obra *De la capacité politique des classes ouvrières* (1865), ou ainda, expõe idéias muito semelhantes àquelas expostas pelo autor. Mesmo que esta obra tenha sido

⁶⁵ *Courrier du Brésil*, 14/08/1859.

publicada anos depois do artigo divulgado no *Courrier du Brésil* (1859), vale a pena destacar a semelhança entre as idéias. Proudhon afirma que “o que importa por em relevo nos movimentos populares é sua perfeita espontaneidade”⁶⁶ e é a partir dessa idéia que define o mutualismo. Proudhon vê no associacionismo um simples meio de assegurar o funcionamento de seu “sistema mutualista”⁶⁷. Dessa forma, “regime de mutualidade” para Proudhon é o próprio “direito econômico”, ou seja, a aplicação do que entende por *justiça* à economia política. Reciprocidade, solidariedade, troca e crédito, justiça, sufrágio universal e liberdade, esses são os preceitos que dão corpo ao mutualismo.

Dessa forma, de acordo com o socialista francês, a idéia de mutualidade assim como a de comunidade são tão antigas quanto o estado social, generalizada pelo povo, que as desenvolveu à sua maneira e as tornou instituições e costumes tradicionais. No entanto, essas idéias tiveram marcadamente suas expressões filosóficas em momentos anteriores ao princípio de mutualidade, que foi expresso pela primeira vez, com certo nível filosófico e intenção reformadora numa famosa máxima da *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*: “não façais aos outros o que não desejaríeis que vos fizessem; fazei constantemente aos outros o bem que gostaríeis de receber”. E até aquele momento, em meados do século XIX, este aforismo não era para os povos “mais que uma espécie de conselho”.

Contudo, a partir de 1848 a idéia de mutualidade tomou grande importância devido à maneira pela qual a classe operária passou a requerer sua aplicação. Proudhon se baseia no “*Manifeste des Soixante*” — manifesto publicado em 17 de fevereiro de 1864, redigido por iniciativa de Henri Tolain (operário cinzelador de bronze), que exige uma representação operária no Parlamento, para obter mais igualdade e proclama a necessidade de uma ação autônoma da classe operária⁶⁸ — para chegar a essa conclusão e traçar definições teóricas e práticas sobre o “sistema mutualista”. A maior parte dos operários que subscreveram aquele manifesto eram membros de sociedades de crédito mútuo, de socorros mútuos e gerentes de sociedades industriais, fundadas sobre o princípio de participação e mutualidade. É

⁶⁶ PROUDHON, P.-J., “Système mutualiste, ou du Manifeste. Spontanité de l’idée de mutualité dans les masses modernes. Définition”, in *De la capacité politique des classes ouvrières*, Parte II, cap. 4. Trad. de Célia Gambini in *Proudhon (Coleção Grandes Cientistas Sociais)*, São Paulo, Ed. Ática, 1986, p. 115.

⁶⁷ Gueslin, *obra citada*, p. 27.

⁶⁸ PLESSIS, Alain, “Un socialiste au pouvoir?”, *L’Histoire*, n.211, juin 1997, pp.32-35; ver ainda em <http://biosoc.univ-paris1.fr/histoire/chrono/chrono2.htm>.

interessante notar a similaridade entre a crítica à caridade feita no *Manifeste des Soixante*, e destacada por Proudhon, e àquelas explicitadas pelos fundadores da mutualista francesa no Rio de Janeiro:

“Não somos representados, recusamos acreditar que a miséria seja instituição divina. A caridade, virtude cristã, provou radicalmente e reconheceu sua impotência enquanto instituição social. No tempo da soberania do povo, do sufrágio universal, ela só pode ser uma virtude privada (...). Não queremos ser *clientes* nem *assistidos*; queremos nos tornar *iguais*. Recusamos a esmola, queremos a justiça”.⁶⁹

No sistema mutualista, que na esfera política torna-se *federalismo* dentro de uma “democracia operária”, o que o proletariado desejava não era despojar a burguesia de seus direitos adquiridos com *justiça*, mas sim realizar certas reformas baseadas na “liberdade do trabalho”, “crédito” e “solidariedade” e abolir assim direitos e privilégios que a burguesia gozava com exclusividade, “para, desse modo, fazer com que não exista nem burgueses nem proletários, ou seja, que ela absorva a si própria”. Do ponto de vista prático, a organização política seria estruturada como uma reorganização da indústria, “sob a jurisdição de todos que a compõem”: em *câmaras operárias* e *câmaras patronais*, que se completariam e se controlariam, equilibrando-se. Além disso, *sindicatos executivos* e *proudhomes* (tribunais eletivos compostos paritariamente por representantes de assalariados e de empregadores, visando resolver litígios profissionais de modo individualizado), e em todos esses espaços o sufrágio universal seria “regra suprema”. Toda essa descrição feita por Proudhon de “sistema mutualista” era resultado de observações sobre a própria organização dos trabalhadores em sociedades mutualistas e cooperativas. Todavia, estas experiências associativistas vislumbradas não deixaram de sofrer certa influência das idéias teóricas compartilhadas com bastante intensidade principalmente na primavera de 1848.

Por fim, é importante ressaltar que a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos foi fundada em 1856 com 423 membros, de acordo com Luís Barbosa⁷⁰. Assim, significava

⁶⁹ PROUDHON, *obra citada*, p. 119.

⁷⁰ BARBOSA, Luiz, *Serviços de Assistência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typographia Ao Luzeiro, 1908.

apenas 14% do total aproximado de franceses que habitavam o Rio de Janeiro⁷¹. Contudo, desde o princípio a proposta desta pesquisa não era apresentar um quadro geral da história social dos franceses que viviam na Corte do Império Brasileiro, mas sim observar e analisar as experiências que expressavam aquilo que se definiu como “espírito *quarante-huitard*”. E a associação mutualista francesa se apresentou como um microcosmo de realização de muitos dos princípios que deram significação aos ideais de 1848.

⁷¹ Este cálculo foi feito sobre o número apresentado pelo recenseamento de 1872; o total de franceses do Município Neutro era de 2.884.

4. Conclusão: associativismo e socialismo francês

A despeito do objetivo desta pesquisa ser principalmente uma análise sobre as experiências dos proscritos franceses no Rio de Janeiro, a história do associativismo e do socialismo francês se sobressaiu nas leituras que embasaram este trabalho. Além disso, o processo de fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos se apresentou como um microcosmo de realização de muitos daqueles ideais *quarante-huitards* — democracia, sufrágio universal, socialismo, solidariedade fraternal. Até mesmo o antibonapartismo do grupo ligado ao *Courrier du Brésil* e que fundou a associação se expressou no embate contra o Consulado Francês que dominava a sociedade beneficente. E o anticlericalismo explicitado na revolta contra a tutela de uma congregação católica sobre a educação das crianças era atitude caracteristicamente republicana.

Em 1848, o socialismo não se restringia à doutrina que preconizava a propriedade coletiva dos meios de produção. O trabalho, sendo ele a questão mais importante de toda a vida social, deveria ser o fundamento da ordem política. O movimento operário da primavera de 1848 era socialista na medida em que visava um Estado construído de ponta a ponta sobre as instituições do trabalho. O socialismo tal como era conhecido pelos operários de 1848, significava a crença na função pública do trabalho. Por consequência, as corporações de ofícios, constituídas sob uma base democrática, seriam as instituições públicas investidas legitimamente do poder de organizar o trabalho de forma associativa e o Estado deveria se constituir a partir delas. Essa concepção caracterizaria o traço preponderante do socialismo operário francês nas décadas seguintes, tirada principalmente da experiência vivida pelo operariado reagrupado na Comissão de Luxemburgo. Sewell afirma que esse “primeiro socialismo” que adotaram as massas laboriosas em 1848, nasceu tanto da experiência política concreta das corporações operárias e revolucionárias quanto das noções abstratas e “utópicas” produzidas pelos teóricos socialistas⁷².

⁷² William Sewell, neste estudo que compara a “linguagem do trabalho” no período entre o final do Antigo Regime e 1848, revela importantes elementos de permanência e rupturas sobre as formas de pensar, agir e sobre as práticas sociais dos operários. Ele contesta a hipótese trabalhada por muitos historiadores de que as corporações de ofício teriam dissipado completamente com a Revolução de 1789 e que as organizações profissionais do século XIX teriam sido criadas em resposta à nova economia industrial. No entanto, Sewell busca demonstrar que — apesar das diferenças em relação à economia, ao sistema jurídico, às constituições políticas, às idéias morais e religiosas — a ideologia e a prática operárias e o socialismo de 1848, observando

As palavras de ordem e os escritos operários da primavera de 1848 se instruíam das inovações conceituais e teóricas do início dos anos 1830. A saber, a idéia de que o operariado era o povo soberano porque realizava todo o trabalho útil à sociedade, que era explorado por uma nova aristocracia burguesa, que a propriedade privada dos meios de produção constituía uma nova forma de privilégio, que a associação era o único meio para os operários se emanciparem e vencerem o egoísmo. Este conjunto ideológico, produzido originalmente pelos operários e republicanos entre 1830 e 1834 e aprofundado nas práticas societárias ao longo da década de 1840, tornara-se fonte de inspiração da ação revolucionária da classe operária em 1848.

No entanto, em 1848, as idéias de “trabalho” e “associação” não tinham mais o mesmo peso. Associação era o termo chave no discurso dos operários em 1830 e permaneceu como princípio fundamental em 1848, porém, os problemas dos anos 1830 contribuíram para integrar o direito de associação no programa republicano como um de seus elementos característicos. Todas as restrições a este direito foram levantadas imediatamente após a Revolução de Fevereiro. A associação permaneceria como um valor essencial da revolução de 1848 e não mais o centro de uma controvérsia política. Esta passaria a girar em torno do direito ao trabalho. Diferentemente do direito à associação, o direito ao trabalho não recebia nenhuma solução séria por parte dos republicanos. O direito ao trabalho foi proclamado, mas de forma reticente por grande parte do governo provisório, sob forte pressão popular. A única medida tomada ao extremo pelo Ministério do Trabalho foi criar as oficinas nacionais: o direito ao trabalho significava pura e simplesmente o direito a este trabalho organizado para socorrer os desempregados.

Ainda que a historiografia sobre o associativismo francês o caracterize comumente como uma forma de “socialismo”, dificilmente em estudos sobre o associativismo em outros países essa questão é analisada. Michel Ralle aborda a relação entre associação e socialismo com muita cautela. Afirma que pode ser que soe como paradoxal estabelecer esta ligação entre o “mundo do socorro” e a “representação utópica da organização, esta muito freqüente nas correntes operárias”. No entanto questiona se não seria significativo

a vitalidade e a importância dos temas corporativos, deviam muito àquele coletivismo tão antigo e ao sentido de vivência solidária dos ofícios. É importante ressaltar que Sewell trata como “corporações de ofícios” aquelas sociedades operárias que depois de 1848 se denominariam mais usualmente como “sociedades” ou “associações”, em geral mutuais, como se tem tratado até aqui.

que existisse semelhança em um discurso aparentemente “menos ideológico e mais espontâneo que o dos libertários ou dos socialistas”⁷³.

Sua afirmação leva a pensar que o fato do socialismo marxista ter conquistado o espaço dentro de um movimento operário no final do século XIX, fez com que aquele discurso socialista inicial das associações fosse esquecido. Bernard Moss afirma que para se estudar a ideologia operária anterior ao socialismo marxista, deve-se retornar às organizações de ofícios nas quais os trabalhadores definiam juntos e exerciam objetivos e ações a longo prazo⁷⁴. No entanto, acaba por desqualificar o “socialismo” mais intuitivo destas associações, pois denomina sua forma de expressão e discurso como “retórica proudhonista”. Por fim, no artigo de Moss permanece a idéia de que o “socialismo francês” seria propriamente a sua versão coletivista mais revolucionária que se expressou a partir da década de 1880.

O *Courrier du Brésil* publicou um texto de Alfred Talandier⁷⁵ em 1861 intitulado *Socialisme en Angleterre*. Talandier acreditava que o “socialismo” logo se tornaria tão aceito assim como foi tão recusado até aqueles dias⁷⁶. Estava tratando como “socialismo” o movimento associativista e cooperativista que, apesar dos assassinatos liderados por Cavaignac em junho de 1848, continuava a crescer e se expandir não apenas na França. Assim, o socialismo teria morrido por diversas vezes, pelas mãos dos “sábios da ordem, da religião, da família e da propriedade”, no entanto, não somente não estava morto, como se aplicava melhor que nunca. Poderia ser encontrado nas usinas, nas oficinas, nas lojas, “em uma palavra, nas propriedades”.

De acordo com Talandier, o socialismo estaria também nos jornais, que não faziam grande alarde, mas realizavam a tarefa importante de divulgar esse movimento que se construía sem o conhecimento dos sábios e pensadores da época. Um dos melhores exemplos naquele momento seria o *Co-Operator*, jornal das sociedades cooperativas ou

⁷³ RALLE, Michel, *obra citada*, p. 30.

⁷⁴ MOSS, “Producers’ Associations and the Origins of French Socialism: Ideology from Below”.

⁷⁵ Alfred Talandier foi uma dos exilados franceses que fez parte da *Commune Révolutionnaire* fundada por Pyat e traduziu para o francês o livro de Georges Jacob Holyoake, *Rochdale Pioneers* (1857), ao qual ele se refere neste artigo.

⁷⁶ “Amigo leitor, sois socialistas?” Não; pois se apresse em se tornar: porque, vos digo, na verdade, o socialismo será logo tão respeitado quanto foi temido até hoje; assim vai o mundo! (...) Amanhã, depois de amanhã, mais tarde, todo o mundo será socialista, e os mais profundamente moderados julgarão seus grandes deuses”. *Courrier du Brésil*, 19/05/1861.

associações operárias da Inglaterra. Este periódico divulgava as atividades de mais de 60 sociedades operárias. E entre estas, Talandier destaca uma das mais antigas associações cooperativas da Inglaterra, a Associação dos Tecelões de Rochdale, fundada em 1844, como um dos grandes exemplos para a classe operária: “A aparição da história da associação em Rochdale, por G. J. Holyoake, foi, de fato, para a grande massa das classes operárias na Inglaterra, uma revelação”. Não era necessariamente o socialismo revolucionário como passou a ser entendida a doutrina no final do século XIX, com seu suporte científico. No entanto, este associativismo era revolucionário e socialista na medida em que se compreendia tais concepções — revolução e socialismo — até mais ou menos a década de 1860.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – IFCH/UNICAMP

Arquivo Nacional – RJ

Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

Biblioteca Nacional – RJ

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RJ

Sites

Fundação Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br/site/default.htm>

Gallica – biblioteca digital da *Bibliothèque Nationale de France*: <http://gallica.bnf.fr/>

Center for Research Libraries (CRL) – University of Chicago Library:

- *Brazilian Government Document Digitization Project*:
<http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33>
- *Pamphlets and Periodicals of the French Revolution of 1848*:
<http://humanities.uchicago.edu/orgs/ARTFL/projects/CRL/>

Dictionnaire de l'Académie Française – projeto de tratamento digital / Universidade de Chicago: <http://dictionnaires.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/index.htm>

XMLittré – versão digital e *on line* do *Dictionnaire de la langue française* de Émile Littré:
<http://francois.gannaz.free.fr/Littré/accueil.php>

Fontes: Periódicos

Almanak Laemmert - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1840-1870)

Correio Mercantil

Courrier du Brésil (1854-1862)

Diário do Rio de Janeiro

Jornal do Comércio

L'Echo du Brésil et de L'Amérique du Sud (1859-1860)

O Repúblico (1853-1855)

Obras de referência e outras fontes

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Obra dispersa*, introdução, seleção e notas, Bernardo de Mendonça, Rio de Janeiro, Graphia, 1991.

ARQUIVO NACIONAL, *Dom Pedro II e a Cultura*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional (compêndio), 1977.

Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brazil): história e estatística, Rio de Janeiro, Typografia do Anuario do Brazil (Prefeitura do Distrito Federal), 1922.

AUBÉ, Leonce, *La Provence de Sainte-catherine et la Colonisation du Brésil*, Rio de Janeiro, Imprimerie Française de Frederico Alfredson, 1861.

BARBOSA, Luiz, *Serviços de Assistência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typographia Ao Luzeiro, 1908.

BARBOSA, Mario da Lima, *Les français dans l'histoire du Brésil*, tradução e adaptação do original brasileiro por Clément Gazet, Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cie. Éditeurs, 1923.

BESLAY, Charles, *Mes souvenirs 1830-1848-1870*, Genève, Slatkine Reprints, 1979.

BIARD, François Auguste, *Deux Années au Brésil – ouvrage illustre de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'après les croquis de M. Biard*, Paris, Librairie Hachette, 1862.

_____, *Dois anos no Brasil*, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1945.

BLAKE, Sacramento, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BLANC, Louis, *Organisation du travail*, Paris, Cauville, 1845.

BONAPARTE, Louis Napoléon, *Extinction du Paupérisme*, Paris, La Guillotière, 1848.

BURET, Eugène, *Aperçu sur la condition des classes ouvrières*, Paris, Chez Bureau, 1844.

DABADIE, F, *À travers l'Amérique du Sud*, Paris, Ferdinand Sartorius, 1858.

- DAVATZ, Thomas, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Livraria Martins, Edusp, 1972.
- DUPIN, Charles, *Du travail des enfants qu'emploient les ateliers, les usines et les manufactures*, Paris, Bachelier, Imprimeur-Libraire, 1840.
- FONSECA, Gondin da, *Biografia do jornalismo carioca(1808-1908)*, Rio de Janeiro, Livraria Quaresma, 1941.
- FROND, Vitor, *De l'insuffisance des secours contre l'incendie et des moyens d'organiser ce service public dans toute la France*, Paris, Imprimerie et Librairie Administratives, 1851.
- GERSON, Brasil, *História das Ruas do Rio*, Livraria Brasileira Editora, 1965.
- GUIMARÃES, Joaquim da Silva Mello, *Instituições de Previdência fundadas no Rio de Janeiro — apontamentos históricos e dados estatísticos*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883.
- HUGO, Victor, *Os trabalhadores do mar*, São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- _____, *Napoleão, o pequeno*, tradução Márcia Valéria M. Aguiar, São Paulo, Ensaio, 1996.
- LA FARELLE, Félix, *Du progrès social au profit des classes populaires non indigentes*. Paris, Guillaumin, 1847.
- LITTRÉ, Émile, *Dictionnaire de la langue française*, Paris, Hachette, 1889.
- MAITRON, Jean (coord.), *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1964-1966, 3 vols.
- MANET, Edouard, *Viagem pelo Rio: cartas da juventude, 1848-1849*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *La commune de 1871. Lettres et déclarations pour la plupart inédites (1866-1894)*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1971.
- RELATÓRIOS MINISTERIAIS, Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856-1857; 1858-1859.
- Révolutions du XIXe siècle* (Coleção Harvey Goldeberg, Biblioteca IFCH / Unicamp)
- RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, tradução Gastão Penalva, prefácio de Afonso d'E. Taunay, 2 vol., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- _____, *Les bagnes d'Afrique – Histoire de la transportation de décembre*, Jersey, Imprimerie Universelle; Londres, Libraire Burlington Arcade, 1853.
- ROMIEU, Auguste, *Le spectre rouge de 1852*, Paris, Ledoyen libraire, Palais National, 31, Galerie d'Orléans, 1851.
- SISSON, S. A, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Brasília, Senado Federal (Coleção Brasil 500 anos), 2 vol., 1999.
- TAUNAY, Visconde de, *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros escriptos*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1932.
- TSCHUDI, Johann Jakob von, *Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.
- VIANA, Hélio, *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
- VILLERMÉ, *Sur les cités ouvrières*, Paris, Chez J. B. Baillièrre, 1850
- _____, *Des associations ouvrières*, Paris, Impr. de Firmin-Didot frères, 1850.
- VISCONDE DE TAUNAY, *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros escriptos*, São Paulo, Melhoramentos, 1932.

Bibliografia geral

- AGULHON, Maurice, *1848: o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____, *Les quarante-huitards*. Paris: Éditions Gallimard / Julliard, 1975.
- _____, *Marianne: Les visages de la République*, Gallimard, 1992.
- _____, *Marianne au combat: L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*, Flammarion, 1979.
- AULER, Guilherme, *O Imperador e os artistas*, Petrópolis, Tribuna de Petrópolis, 1955.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira & FORTES, Alexandre (orgs.), *Culturas de classe: identidade e diversidade na Formação do operariado*, Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- BENJAMIN, Walter, *Passagens*, tradução de Olgária Matos, Belo Horizonte, Ed. UFMG; São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.
- BIONDI, Luigi, *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*, Campinas, Tese de Doutorado - IFCH/Unicamp, 2002.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Ed. UNESP, 1992.
- CARDIM, Elmano, *Justiniano José da Rocha*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.
- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- CAVALLINI, Marco Cícero, *O Diário de Machado: a política do Segundo Reinado sob a pena do jovem cronista liberal*, Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH/Unicamp, março de 1999.
- CHACON, Vamireh, *Histórias das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 2005.
- CHALHOUB, Sidney, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- COLE, George Douglas Howard, *Historia del pensamiento socialista – Los precursores (1789-1850)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1957, vol. 1.
- COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*. (3ª. ed), São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo, Grijalbo, 1977.

- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa – a Imprensa na França (1775-1800)*, São Paulo, Edusp, 1996.
- DROZ, Jacques (org.), *Histoire générale du socialisme*, Paris, Presses Universitaire de France, 1972.
- EISENBERG, Peter, *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*, 3^a. ed., São Paulo, Kairós, 1983.
- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila, *A aurora do socialismo: fourierismo e Falanstério do Saí*, Campinas, Tese de Doutorado - IFCH / Unicamp, março / 2002.
- GINZBURG, Carlo, *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.
- _____, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOULD, Stephen Jay, *A falsa medida do homem*, 2^a. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- GUESLIN, Andre, *L'invention de l'économie sociale. Idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle*, Paris, Economica, 1998.
- HOBBSAWM, Eric, *A era das revoluções. Europa 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____, *A era do capital, 1848-1875*. (5^a. ed.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, tomo II, 3^o. vol (*O Brasil Monárquico*).
- LAMOUNIER, Maria Lúcia, *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*, Campinas, Papirus, 1988.
- LEITE, Miriam L. Moreira, *Livros de Viagem (1803-1900)*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997, p.228.
- LÉVÊQUE, Pierre, *Révolution et République: la France contemporaine*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2005.
- LUCA, Tânia R. de, *O Sonho do futuro assegurado – o mutualismo em São Paulo*, São Paulo, Contexto; Brasília, CNPq, 1990.
- MAGALHÃES JR, Raymundo, *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.
- _____. *Vida e obra de Machado de Assis. Volume 1: Aprendizado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MARSON, Isabel, *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo: Editora Moderna, 1980.
- _____, *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MARX, Karl, “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, in *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.
- MASSA, Jean-Michel, *A juventude de Machado de Assis (1839-1870). Ensaio de biografia intelectual*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- MATTOS, Ilmar Rohloff, *O tempo saquarema: formação do Estado Imperial*, São Paulo, Hucitec, 1990.

- MOTTA, Marcia Maria Menendes, *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- NABUCO, Joaquim, *O abolicionismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; São Paulo, Publifolha, 2000.
- OEHLER, Dolf, *O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de Junho de 1848 em Paris*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- PEREIRA, Lucia Miguel, *Machado de Assis (estudo crítico e biográfico)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.
- PLESSIS, Alan, *De la fête imperiale au mur de federes: 1852-1871*, Paris, Seuil, 1979.
- PRADALIÉ, Georges, *Le Second Empire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- PROUDHON, “Système mutuelliste, ou du Manifeste. Spontanéité de l'idée de mutualité dans les masses modernes. Définition”, in *De la capacité politique des classes ouvrières*, parte II, cap. 4. Trad. de Célia Gambini in *Phoudhon (Coleção Grandes Cientistas Sociais)*, São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- RODRIGUES, Jaime, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas, Ed. Unicamp / Cecult, 2000.
- Romantisme. *Colloques. Les Socialismes Français 1796-1866 – Formes du discours socialiste*. Jacques Birnberg (org), prefácio de Maurice Agulhon, Paris, Editions SEDES, 1995.
- SALLES, Iraci Galvão, *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*, São Paulo, HUCITEC; Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SEGALA, Lygia, *Ensaio das luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado (UFRJ, Museu Nacional), 1998.
- SEWELL, William H., *Gens de métier et révolutions – la langage du travail de l'Ancien Régime à 1848*, Paris, Éditions Aubier Montaigne, 1983.
- SLENES, Robert W, *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- TASINAFO, Célio Ricardo, *A obra do presente e do futuro: alguns dos significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*, Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH/Unicamp, 2001.
- THOMPSON, E. P, *A Formação da Classe Operária – a Maldição de Adão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v.II.
- VASQUEZ, Pedro, *D. Pedro e a fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Index, 1985.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker, *Viajantes franceses no Brasil: bibliografia*, tradução de André Jean Henri Boyer, Recife, Ed. Universitária, UFPE, 1994.
- WINOCK, Michel, *Le socialisme en France et en Europe – XIXe – XXe siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- ZAVALLA, Iris M. *Romanticos y socialistas – prensa española del XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1972.
- ZORZETTO, Alessandra Ferreira, *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860*, Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH / Unicamp, 2000.

Artigos

- AGULHON, Maurice, “A República Francesa e seus símbolos”, *Análises e Reflexões*, abril/2001, <http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/republica.htm>.
- _____, “Émile Ollivier, le socialisme et le bonapartisme”, *Romantisme. Colloques. Les Socialismes Français 1796-1866 – Formes du discours socialiste*, Jacques Birnberg (org), prefácio de Maurice Agulhon, Paris, Éditions SEDES, 1995.
- APRILE, Silvie, “La répression et la mémoire”, in *Le Coup d’État du 2 décembre 1851*, brochure réalisée par La Ville de Paris et l’Association 1851, 2001.
- ANDERSON, Perry, “Modernidade e Revolução”, tradução de Maria Lúcia Montes, *Novos Estudos*, n. 14, pp. 2-15, fevereiro/1986.
- BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e perspectivas”, in FREITAS, Marcos Cezar de (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, Bragança Paulista, Universidade São Francisco, São Paulo, Contexto, 1998.
- _____, “Benoît Malon e o socialismo no Brasil na era da Segunda Internacional”, texto apresentado na BRASA III – Brazilian Studies Association, Third Conference, Cambridge, Grã-Bretanha, setembro 1996.
- _____, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo*, v. 6, n. 10/11, 1999.
- BECKER, Klaus, “A imigração no sul do estado – 1844-1852 – imigração francesa em Pelotas”, in BEUX, Arlindo, *Franceses no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Nação, s.d.
- BODSTEIN, Regina Cele de A., “Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1997.
- CHAGNY, Robert, “La mutualité française au XIXe siècle. L’exemple du département de l’Isère”, *Cahiers d’histoire*, n.33 (1988), pp. 63-84
- CHAUDONERRET e MacWILLIAN, “1848: La République des Arts”, *Oxford Art Journal - Art and the French State*, vol. 10, n. 1, 1987, pp. 55-70.
- DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX”, in HEIZER, Alda e VIEIRA, Antônio A. P., *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Acces, 2001.
- GANS, Jacques. “L’origine du mot ‘socialiste’ et ses emplois les plus anciens”, in *Revue d’Histoire Économique et Sociale*, XXXVe. Volume, 1957, no. 1.
- GONÇALVES, Adelaide. “Aux origines du socialisme au Brésil”, *Economie et Humanisme*, (354), out. 2000.
- GOSSEZ, Rémi, “La proscription et les origines de l’Internationale. 1. Le “Comité international permanent””. (Reedição de artigo publicado em 1848 – *Revue des révolutions contemporaines*, n. 189, décembre 1951, pp. 97-115), *Revue d’histoire du XIXe siècle, Autour de Décembre 1851*, 2001-22.
- HAHNER, June E., “Adèle Toussaint-Samson: uma viajante estrangeira desconhecida e fugida”, *Revista do IHGB*, 165 (423), pp. 33-41, abr./jun. 2004.
- HALL, Michael M. “Reformadores de classe média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”, *Revista de História*, 27(53), São Paulo, 1976.

- JESUS, Ronaldo Pereira de, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887)” (*mimeo*).
- LARA, Sílvia Hunold, “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.
- LEHNING, A. M., “The International Association (1855-1859)”, *International Review for Social History*, III (Leiden, 1938).
- LEITE, Miriam Moreira, “Adèle Toussaint-Samson em dose dupla”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (2):264, maio/agosto de 2004.
- LISBOA, Karen M. “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização”, *Revista Brasileira de História*, no. 29 (1995), pp. 73-91.
- MENEZES, Lená Medeiros, “Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmert’ (1844-1861)”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 165, n. 423, pp. 11-31, abr.- jun./2004.
- MOSS, Bernard H., “June 13, 1849: The Abortive Uprising of French Radicalism”, in *French Historical Studies*, vol. 13, no. 3 (Spring, 1984, 390-414).
- _____, “Producers’ Associations and the Origins of French Socialism: Ideology from Below”, in *The Journal of Modern History*, vol. 48, no. 1, (mar/1976).
- OTERO, Hernán, “A imigração francesa na Argentina: uma história aberta, in FAUSTO, Boris, *Fazer a América*, São Paulo, Edusp, 2000, pp. 127-152.
- PAYNE, Howard C. e GROSSHANS, Henry, “The exiled revolutionaries and the French political police in the 1850’s”, in *The American Historical Review*, vol. 68, n. 4, jul. 1963, pp. 954-973.
- PLESSIS, Allan, “Un socialiste au pouvoir?”, *L’Histoire*, n.211, juin 1997, pp.32-35.
- RALLE, M., “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”, in *Cadernos AEL – Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 13-40. (Tradução: Cláudio H. M. Batalha).
- SILVA, Lígia Osório, “Propaganda e realidade: a imagem do Brasil nas publicações francesas do século XIX”, *Revista Theomai* (edição eletrônica), n. 3, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, 2001, <http://redalyc.uaemex.mx/>
- SLENES, Robert W. “As aprovações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 2 (1995/96), IFCH-UNICAMP.
- STOLCKE, Verena & HALL, Michael McDonald, “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, *Revista Brasileira de História*. (nº. 6), Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, pp. 80-120.